

LUCAS LOPES
MEMÓRIAS
DO DESENVOLVIMENTO



MEMÓRIA DA ELETRICIDADE
PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO CPDOC / FGV

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. 346 p.: il.

LUCAS LOPES

———— Memórias ————
do Desenvolvimento

FICHA CATALOGRÁFICA

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

Memórias do desenvolvimento: Lucas Lopes - depoimento / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. - Rio de Janeiro, C.M.E.B., 1991.

346 p.

ISBN - 85-85147-22-9

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. História - Brasil. 3. Energia elétrica. 4. Planejamento econômico. I. Lopes, Lucas, 1911 - II. MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. III. Título.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil
- MEMÓRIA DA ELETRICIDADE -

LUCAS LOPES

Memórias

do Desenvolvimento

Rio de Janeiro

1991

EDIÇÃO

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - MEMÓRIA DA ELETRICIDADE
© 1991

Presidente: José Maria Siqueira de Barros

ELABORAÇÃO

Divisão de Pesquisa: Renato Feliciano Dias

Coordenação acadêmica: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi
(*Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade
Federal Fluminense e Consultora do CPDOC/FGV*)

Entrevistadores: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi e
Plínio de Abreu Ramos (*CPDOC/FGV*)

Edição de texto: Dora Rocha (*CPDOC/FGV*)

Auxiliar de pesquisa: Marly Motta (*CPDOC/FGV*)

Técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes (*CPDOC/FGV*)

EDITORAÇÃO

Divisão de Divulgação e Gerência: Raimundo Nonato de Freitas Machado

Supervisão e Projeto gráfico: Líliliana Cordeiro de Mello e
Jaqueline Vieira Marques

Capa: Juscelino Kubitschek cumprimenta o então presidente da Cemig, Lucas Lopes, no centro do túnel de Guanhães, cercado pelos operários e engenheiros que colaboraram na obra.

As fotografias desta obra foram gentilmente cedidas pela família Lopes e pelo arquivo da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
<i>À sombra da Escola de Minas</i>	17
A família de João Marinheiro	
Chico Lopes, o engenheiro historiador	
O casarão da rua Direita	
O Colégio Arnaldo	
A engenharia e o jornalismo	
O Batalhão João Pessoa	
A campanha pró-glória	
CAPÍTULO 2	
<i>Na ponta dos trilhos</i>	45
As estradas de ferro mineiras	
A oficina de Divinópolis	
Os bondes da CAEEB	
A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia	
A criação da Vale do Rio Doce	
CAPÍTULO 3	
<i>O secretário de Estado</i>	65
Valadares, Israel e Juscelino	
A Cidade Industrial	
A escuridão da noite mineira	
A Coordenação da Mobilização Econômica	

A guerra e a economia mineira
 Quem deve ser o agente econômico?
 O fim do Estado Novo em Minas
 A campanha do PSD mineiro

CAPÍTULO 4

***O engenheiro planejador*..... 97**

A geografia econômica e a Comissão Poli Coelho
 O São Francisco, os políticos e os técnicos
 Os objetivos da Comissão do Vale do São Francisco
 O projeto de Três Marias
 Forma-se uma equipe
 O Plano de Eletrificação de Minas Gerais
 A influência do New Deal
 Um especialista em energia elétrica
 Na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

CAPÍTULO 5

***Energia para o Brasil* 127**

A Cemig se instala
 Os projetos da Cemig
 Furnas: além das fronteiras de Minas
 A Cemig e a política
 Getúlio e Juscelino
 Rio e São Paulo: a Light
 As várias equipes técnicas
 O Plano Nacional de Eletrificação

CAPÍTULO 6

***Metas para o desenvolvimento* 161**

O ministério Café Filho e a candidatura JK
 A campanha de JK e o esboço do Plano de Metas
 O Conselho do Desenvolvimento e o BNDE

A retomada dos financiamentos externos
O setor de energia
Trens, automóveis e navios
A exportação de minério de ferro
Balanço do Plano de Metas

CAPÍTULO 7

***O Ministério da Fazenda* 215**

O ministro Gudín
Monetaristas e desenvolvimentistas
O ministro Alkmin
A nova equipe econômica
Reforma cambial: uma decisão difícil
O Plano de Estabilização Monetária
Os desafios da política de café
A Marcha da Produção
O FMI e a saída do ministério
As intrigas de Schmidt

CAPÍTULO 8

***Longe do poder* 265**

O titular de cartório
A criação da Consultec
A Consultec e a Hanna
A Consultec e o IPES
JK - 65

CAPÍTULO 9

***Balanço e perspectivas* 289**

A questão do nacionalismo
JK e a inflação
O Brasil-potência: dos anos 50 aos anos 80
Crescimento e distribuição de renda

Os candidatos de 89
Receita para o Brasil
A conjuntura internacional
As novas gerações

CAPÍTULO 10

Ao lado de um grande homem 313

Depoimento de Ester de Pádua Lopes

ÍNDICE ONOMÁSTICO 333

INTRODUÇÃO

Escrever um livro de memórias que tivesse o mesmo nome da autobiografia de Dean Acheson, o democrata que assessorou estadistas como Roosevelt, Truman e Kennedy, e que intitulou sua obra *Present at the creation*, foi sempre o sonho de Lucas Lopes, várias vezes mencionado nos encontros com seus entrevistadores. Ao longo de três anos, esse sonho foi ganhando corpo. Um depoimento que deveria inicialmente circunscrever-se a seu desempenho na área de energia elétrica foi transbordando as fronteiras originais para transformar-se em uma história de vida que é também o testemunho de uma época – a era do desenvolvimento brasileiro.

O título desejado ganhou uma tradução aproximada. Fica contudo a idéia de que estamos diante de uma figura que não só presenciou os grandes momentos do arranco desenvolvimentista brasileiro, como ajudou a criá-los. Lucas Lopes foi o técnico responsável pelas políticas de expansão energética da década de 50 que viabilizaram o desenvolvimento industrial do período JK. Assistiu à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, na época BNDE, e ajudou a torná-lo o agente financiador dos projetos de expansão energética, siderúrgica e industrial dos períodos Vargas e Kubitschek. Formou equipes técnicas de alto nível nas áreas de energia elétrica, planejamento, formulação e acompanhamento de projetos visando a obtenção de financiamentos de agências internacionais. Viveu a euforia do *take-off* econômico brasileiro e as apreensões trazidas pela inflação. Trabalhou muito, e hoje pode contar suas *Memórias do desenvolvimento*.

Em vários momentos de seu depoimento Lucas Lopes afirma que nunca ambicionou uma carreira política. Ao contrário, sempre procurou permanecer longe do universo da política. No entanto, sua vida pública esteve profundamente ligada ao PSD e aos pessedistas mineiros, de Benedito Valadares a Juscelino Kubitschek. O aparente paradoxo resolve-se quando compreendemos

que fazer política, para Lucas Lopes, é fazer carreira no Congresso ou postular cargos eletivos como o de governador de estado e presidente da República. O que ele sempre ambicionou foi ser assessor técnico, papel que entendia como o de quem educa o estadista, encaminha-o na direção certa com boas análises, sugestões e planos.

Ajudou-o na carreira de técnico a séria preparação a que se submeteu, de forma autodidata, após concluir o curso de engenharia. Esse aprendizado envolveu estudos interdisciplinares que iam do taylorismo na administração à geografia, economia, filosofia e história. Sucessivos empregos levaram-no a viajar pelo país, refletir sobre seus problemas, aprender a fazer diagnósticos. A experiência executiva como secretário de Agricultura em Minas no governo Valadares ensinou-lhe a coordenar a feitura de planos e comandar equipes. No início da década de 50 Lucas Lopes estava maduro para assessorar um estadista em ascensão: Juscelino Kubitschek. Dividido entre a Cemig e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, auxiliou o então governador JK a obter recursos externos e consolidar sua meta de alargar o potencial energético de Minas, fortalecendo-o como candidato à presidência da República em 1955.

Lucas Lopes supervisionou os trabalhos de elaboração do Plano de Metas ainda durante a campanha de JK à presidência e, após sua eleição, tornou-se o coordenador geral do plano, administrando sua execução à frente do Conselho do Desenvolvimento e do BNDE. Chefiando equipes de grande qualificação, mais uma vez buscou levantar recursos externos, públicos e privados, para o financiamento das metas do governo. Até 1958 foi um assessor extremamente afinado com Kubitschek. Contudo, quando foi designado para o Ministério da Fazenda, viu-se diante de grandes desafios que o governo então enfrentava: a inflação, o endividamento externo e a ameaça de ter de desacelerar o surto de crescimento econômico. As políticas que implementou para atacar essas áreas, embora buscassem conciliar estabilidade monetária com crescimento econômico, foram aumentando sua impopularidade junto a diversos setores da sociedade. Acentuou-se então seu papel de técnico “caveira”, aquele que alerta para as situações desagradáveis, “que pede para parar de gastar”. Nessa fase, Lucas Lopes começou a sentir que estava se afastando de Juscelino. Um enfarte acabou por tirá-lo do cargo.

Alguns assessores que cresceram politicamente nas equipes coordenadas por Lucas Lopes levaram sua experiência técnica para servir aos governos militares do pós-64. Lucas Lopes retirou-se da vida pública em 1959 e não mais voltou a ela. Seu desentendimento com JK, atenuado pelas relações de amizade e família, foi superado pela indignação ante a cassação do ex-presidente em 1964. Lucas Lopes deixou o setor público porque era um técnico-político, tão intima-

mente ligado a JK que seria impossível encontrar arenas alternativas para atuar em governos que a ele se opunham.

Como técnico e administrador, Lucas Lopes mostrou estar em sintonia com sua época: estudou e praticou o fordismo e o taylorismo nas oficinas da Rede Mineira de Viação nos anos 30 e entusiasmou-se por Roosevelt e pelo New Deal nos anos 40, indo buscar em projetos como o do Tennessee Valley Authority (TVA) a inspiração para seu trabalho na Comissão do Vale do São Francisco. Percebeu em seguida que a criação de agências financiadoras internacionais no pós-guerra, como o Banco Mundial e o Eximbank, abria grandes possibilidades para o desenvolvimento de países como o Brasil. Ciente de que para recorrer a essas agências era necessário dar um salto qualitativo na *expertise* técnica das equipes governamentais, recrutou e preparou grupos de trabalho que, no BNDE, na Cemig, em Furnas e no Conselho do Desenvolvimento, passaram a estruturar projetos, formular metas de desenvolvimento e abrir espaços para a instalação de novos setores industriais. Sempre atento ao rumo dos acontecimentos, no momento em que o Japão e a Europa se recuperavam da guerra, podia ser encontrado, à frente do BNDE, viajando para essas áreas a fim de buscar créditos e incentivar a vinda de empresas estrangeiras para o Brasil.

Característica do técnico Lucas Lopes era a facilidade com que formava equipes de alto nível, administrando-as por algum tempo, para em seguida se lançar a novo empreendimento sem que sua ausência as desestruturasse. Dessa forma foram se constituindo as equipes de energia elétrica da Cemig e de planejamento do BNDE e do Conselho do Desenvolvimento, assim como do Ministério da Fazenda. Lucas Lopes aparece como o grande gerenciador de técnicos e o formador de uma nova burocracia, que marcaria os anos 50 com uma atuação desenvolvimentista sem similar na América Latina. Como se verá em seu depoimento, foi graças à continuidade da assessoria técnica incrustada em agências governamentais dinâmicas, como o BNDE, a Sumoc, o Itamarati, o Conselho do Desenvolvimento, do governo Vargas (1951-1954) para o governo Kubitschek (1956-1960), que se tornou viável a obtenção de recursos externos para o crescimento dos anos JK.

Uma revelação interessante para os estudos dos quadros burocráticos brasileiros trazida por seu relato reside no impacto gerado pelas organizações internacionais no adestramento das equipes técnicas locais que com elas se articulavam. A necessidade de preparar diagnósticos, projetos ou solicitações de recursos dentro de normas antes desconhecidas pela burocracia tradicional contribuiu para a qualificação de uma nova elite burocrática. Até os dias de hoje, agências como o Banco Mundial, o Eximbank e mesmo o Fundo Monetário Internacional

não haviam aparecido em trabalhos acadêmicos como matrizes de um conhecimento técnico transferido à nova burocracia brasileira surgida nos anos 50.

A grande contribuição que o depoimento de Lucas Lopes traz para os estudos de burocracia no Brasil consiste porém em mostrar que as áreas das políticas monetária, cambial e de planejamento não são puramente técnicas. São antes de tudo os nervos do poder, e como tal, não podem ficar imunes à influência dos setores econômicos nacionais ou estrangeiros. Não são portanto áreas dotadas de autonomia decisória, nem seus assessores são figuras guiadas por uma racionalidade técnica que os torna capazes de arbitrar, acima dos interesses, o que é melhor para a economia brasileira. No relato de Lucas Lopes, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o BNDE e o próprio Ministério da Fazenda aparecem como arenas políticas, atravessadas por inúmeros interesses, onde a busca do consenso exige habilidade, “jogo de cintura” e presença de lideranças técnicas, como Lucas Lopes, respaldadas por estadistas, como Vargas e JK.

A ação coordenadora de Lucas Lopes sobre as agências em que atuou é reveladora, finalmente, de que a gestão de um estadista não repousa unicamente em suas virtudes pessoais, e sim no trabalho conjugado de uma boa assessoria técnica. Octavio Gouvêa de Bulhões definiu o papel de Lucas Lopes como o de “braço direito e esquerdo de Juscelino”.* Sem diminuir o valor de JK como estadista, o testemunho de Lucas Lopes confirma esse papel.

Um depoimento sobre a trajetória de quem desempenhou funções tão diversas, algumas delas tão próximas do núcleo de poder, não poderia deixar de trazer novos enfoques para questões já colocadas na historiografia do desenvolvimento e dos anos 50. Procuraremos destacar a seguir alguns pontos em que é possível olhar de novo para a era JK através da perspectiva que Lucas Lopes nos abre, começando pelo famoso Plano de Metas do governo Kubitschek. Detalhes sobre a confecção do plano desde a campanha de JK à presidência, sobre a formulação de algumas das metas e sobre o trabalho da equipe que se envolveu em sua elaboração e execução aparecem no capítulo 6. Recupera-se aí a figura de um Roberto Campos desenvolvimentista, envolvido no BNDE com o financiamento e o acompanhamento dos projetos de infra-estrutura. Observa-se o apoio técnico de assessores do Itamarati e da Sumoc. O desempenho do Conselho do Desenvolvimento é descrito com precisão, contestando as teses de alguns analistas do período JK para os quais o órgão não teria existido concretamente. Para os que julgam que os projetos da Comissão Mista Brasil-Estado Unidos foram engavetados de vez

* Ver *Octavio Gouvêa de Bulhões*; depoimento (Memória do Banco do Central e Programa de História Oral do CPDOC/FGV). Brasília, Banco Central do Brasil, 1990, p. 124-125.

com o fechamento da Comissão em 1953, Lucas Lopes revela que esses mesmos projetos foram objeto das primeiras negociações do governo JK com o Banco Mundial em 1956. Já prontos e aprovados pelas agências internacionais, eles foram sendo financiados e executados, enquanto o governo preparava novos planos.

Cabe também destacar um olhar crítico de Lucas Lopes sobre o passado, seguido da constatação de que o Plano de Metas centrou-se apenas na indústria e na infra-estrutura, sem enfatizar a agricultura; que gerou concentração de renda e desigualdade social (capítulos 6 e 9). Tais julgamentos, vindo de um *policy-maker* diretamente envolvido na confecção do plano e na implementação das políticas de desenvolvimento, ganham enorme significado.

Outro ponto de grande interesse do relato de Lucas Lopes diz respeito à presença do Estado na condução do desenvolvimento brasileiro. No governo JK vamos encontrar o Estado financiando projetos industriais e de infra-estrutura (BNDE), buscando atrair investimentos externos, expandir o setor energético (CHESF, Cemig e Furnas), siderúrgico (Volta Redonda, Cosipa e Usiminas), petrolífero (Petrobrás) e ferroviário (Rede Ferroviária Federal); vamos também encontrá-lo na produção e exportação de minério de ferro (Companhia Vale do Rio Doce) e na formulação e coordenação do planejamento (Conselho do Desenvolvimento/BNDE). Ao mesmo tempo, JK aparece como um governante dotado de uma perspectiva desenvolvimentista “sem exageros estatizantes”, que busca conciliar a presença do Estado com a defesa do setor privado, estimulando tanto a instalação de empreendimentos privados estrangeiros (automóveis, produtos farmacêuticos) como o crescimento de empresas locais (as empreiteiras de construção rodoviária, grupos do cimento e da construção civil, indústria de autopeças).

O depoimento de Lucas Lopes deixa também à mostra as rachaduras existentes no interior do Estado: a divisão entre os expansionistas e os estabilizadores da moeda e a tensão constante entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil, com o primeiro tentando conter os gastos do segundo durante a implementação do Plano de Estabilização Monetária de 1958.

Analistas econômicos já evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelo governo JK no período 1958-1959: inflação crescente, queda dos preços do café no mercado externo, negociações mais tensas com o FMI e endividamento externo. A novidade trazida pelo depoimento de Lucas Lopes é o clima de apreensão vivido então por JK e seus assessores diante desses problemas e da ameaça por eles colocada de estancar o crescimento econômico. Esses dilemas, que dividiram as assessorias de JK quanto às decisões a serem adotadas, foram pouco trabalhados na historiografia do período, embora muito se tenha escrito sobre a opção de Kubitschek pelo crescimento em detrimento da estabilidade monetária.

Detalhadas informações são trazidas neste livro a respeito das negociações do governo brasileiro com agências internacionais como o Eximbank e o Banco Mundial, de cujos diretores Lucas Lopes era amigo. Os entendimentos com essas agências transcorriam de forma cordial e eficiente, beneficiados pela *expertise* técnica dos brasileiros, que sabiam organizar a documentação exigida, e pelas boas relações de Lucas Lopes com seus dirigentes. Esse acesso relativamente fácil do Brasil a instituições fundamentais para o financiamento do setor energético e siderúrgico representa uma informação nova e importante.

As negociações com o FMI em 1958-59, período em que Lucas Lopes estava na pasta da Fazenda, são descritas com detalhes originais baseados em documentação do próprio Fundo. O relato desse processo, que culminou no rompimento do governo JK com o Fundo em 1959, logo após o afastamento de Lucas Lopes do ministério por motivo de saúde, abre espaço para reflexões sobre as relações entre o governo e o FMI naquele período, tema que não tem sido analisado pelos que escrevem sobre as recentes negociações do Brasil com o Fundo.

Novas luzes são também lançadas sobre os bastidores da política de café: o *lobby* dos cafeicultores junto ao Ministério da Fazenda e ao Congresso, as ameaças de marchas dos cafeicultores até o palácio do Catete no Rio, bem como as diferentes maneiras como os ministros da Fazenda trataram da política de café, são contadas com humor e detalhe no capítulo 7.

Ainda no plano das relações econômicas internacionais, Lucas Lopes mostra como, na segunda metade dos anos 50, o Itamarati se encontrava preparado para fornecer quadros para áreas estratégicas do governo como o Conselho do Desenvolvimento e o BNDE. Revela também a eficiência do Ministério das Relações Exteriores na preparação das viagens iniciais de JK pelos Estados Unidos e Europa, a fim de apresentar seu projeto de crescimento econômico com participação do capital estrangeiro privado a empresários e governantes de várias nações. O projeto desenvolvimentista de JK abria espaço para os investimentos privados americanos, o que se afinava com a orientação do governo Eisenhower e facilitou o entendimento entre os dois países.

O depoimento mostra-nos ainda que no governo JK o Brasil se voltou para o Japão e a Europa, que se recuperavam economicamente das conseqüências da guerra. Também nessa época iniciaram-se os contatos com os países cafeicultores latino-americanos, com vistas ao estabelecimento de uma política comercial que atendesse aos interesses da região. Essa política depois se alargaria com a tentativa de JK de criar a Operação Pan-Americana (OPA), que não encontrou respaldo da gestão Eisenhower para seguir adiante. Podemos perceber como, à frente desses entendimentos internacionais, estava a simpática figura de Juscelino,

bem assessorado pelos diplomatas do Itamarati. Novamente aqui o estadista aparece apoiado numa equipe técnica de grande qualificação.

Com a reconstrução das trajetórias de personagens da vida econômica brasileira através da técnica de história de vida, vai tomando corpo uma nova forma de fazer história econômica. A atuação de instituições-chaves da economia brasileira pode ser revelada não só com o recurso aos documentos por elas produzidos, mas também com base na versão de figuras que as criaram, nelas tomaram importantes decisões e podem assim fornecer uma visão de dentro. Esta abordagem, que não representa uma novidade no exterior, começa a ganhar peso em nosso país. Daí a importância do depoimento agora editado.

A origem deste livro está no projeto “Memória do setor de energia elétrica”, desenvolvido pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil graças a convênio firmado com a FINEP. Uma das vertentes do projeto consistiu na tomada de depoimentos dos principais agentes envolvidos no setor durante a fase pré-operacional da Eletrobrás. Da execução desta tarefa foi incumbido o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, cuja experiência na área de história oral é hoje indiscutivelmente comprovada.

Ao longo dos anos de 1987 e 1988 o CPDOC realizou 19 entrevistas com técnicos do setor de energia elétrica — entre os quais Lucas Lopes —, mas também com antigos membros da Assessoria Econômica de Vargas e parlamentares atuantes na década de 1950, constituindo um acervo de 113 horas de fitas gravadas e transcritas. Hoje encontram-se à disposição do público interessado não só este conjunto de entrevistas, como a publicação *Programa de história oral da eletricidade; catálogo de depoimentos*, editada pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil em 1990.

A entrevista com Lucas Lopes foi realizada em três etapas, totalizando cerca de 28 horas de gravação. Nas primeiras sessões, de janeiro a março de 1988, o roteiro foi centrado predominantemente em sua atuação na área de energia elétrica. Com a decisão de transformar o depoimento em livro, voltamos às entrevistas no final de 1989 e novamente em agosto de 1990, quando aprofundamos outros aspectos de seu desempenho na vida pública, até chegar a ministro da Fazenda de JK e daí se retirar para o setor privado.

Diversamente do relato espontâneo, o depoimento de Lucas Lopes desenvolve-se a partir de perguntas que compõem um roteiro previamente elaborado e fundado em minuciosa pesquisa. Esse depoimento “provocado” alarga o âmbito do relato solitário da autobiografia, uma vez que levanta fatos ou perspectivas

ignorados ou esquecidos pelo entrevistado. A narrativa biográfica é portanto compartilhada, o que, no caso de Lucas Lopes, significou avançar em terrenos por vezes dolorosos, deliberadamente esquecidos, como seu período na pasta da Fazenda. As dificuldades que Lucas Lopes enfrentou no ministério, como gestor da política econômica, não vieram à tona nos primeiros encontros. Ao final de dois anos, com a edição do livro já em andamento, o tão esperado relato veio, a pedido do próprio ex-ministro, agora decidido a falar. O capítulo 7, que trata de seu período no Ministério da Fazenda, torna-se assim o ponto alto de suas memórias.

Tal como foi estruturado, o livro permite duas leituras. A primeira delas é a leitura pura e simples do depoimento, ora bem-humorado, ora sofrido, sempre lúcido e rico em informações. A edição do texto, sem retirar o tom coloquial do diálogo, buscou restabelecer as seqüências cronológicas e temáticas por vezes rompidas durante as conversas. Mas o leitor mais curioso poderá aprofundar a reflexão com o auxílio das notas, que buscam informar sobre personagens e fatos referidos no texto. Um grande número de documentos pertencentes ao arquivo de Lucas Lopes é citado nas notas, precisando ou ratificando seu testemunho. As ilustrações, também quase todas provenientes de seu arquivo, enriquecem visualmente o relato. Acrescentamos ainda no capítulo final o depoimento de dona Ester de Pádua Lopes, mostrando a face privada do homem público.

A realização deste livro deve ser creditada a inúmeras pessoas. No Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, a seu ex-presidente, Mário Penna Bhering, à ex-diretora-executiva, Orcélia Barroso, ao atual presidente, José Maria Siqueira de Barros, ao atual diretor-executivo, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, e ao coordenador do projeto “Memória do setor de energia elétrica”, Renato Feliciano Dias. No CPDOC, à diretora Alzira Alves de Abreu, à coordenadora-geral Lúcia Lippi Oliveira e à coordenadora do Programa de História Oral, Ângela de Castro Gomes. Em nome da equipe de trabalho por mim coordenada, da qual fizeram parte Plínio de Abreu Ramos, Dora Rocha e Marly Motta, agradeço a todos a confiança e o estímulo recebidos.

Nossos mais profundos agradecimentos dirigem-se a dona Ester de Pádua Lopes e a Lucas Lopes, pela gentileza e paciência com que nos receberam e foram buscar, no baú de tantas memórias, os fatos que marcaram suas vidas. Com mineirice, muito humor e algum sofrimento, Lucas Lopes partilhou conosco suas lembranças e agora revela-as ao público leitor, que poderá conhecer novas facetas dos tempos que hoje chamamos de “anos dourados”.

CAPÍTULO 1

À sombra da Escola de Minas

A família de João Marinheiro

O senhor é um mineiro com origens no Rio Grande do Sul. Poderia nos falar sobre sua família, seus antepassados?

A história dos meus antepassados é um pouco nebulosa, são mais tradições de família do que fatos documentados. Segundo a tradição, a família Lopes ter-se-ia originado de um imigrante português que saiu de Trás-os-Montes no final do século XVIII e naufragou na costa do Rio Grande. Seu nome era João Antônio Lopes, e seu apelido, João Marinheiro. Consta que ele se transformou num mascate, negociou naquelas barrancas da lagoa dos Patos e mais tarde se instalou na cidade do Rio Grande, onde se tornou um grande comerciante exportador. Adquiriu propriedades, criou família e quando morreu já era um homem abastado.

Sabe-se que João Marinheiro casou-se com Maria Correia, prima e cunhada de Domingos Faustino Correia, um latifundiário cujo testamento até hoje é discutido nos tribunais do Brasil e do Uruguai. Houve processos intermináveis, pois as imensas áreas de terra que ele deixou pertencem a quase todo o mundo que nasceu no Rio Grande. Mas João Marinheiro e Maria Correia tiveram sete filhos: Cândido, João, José, Leonor, Martiniana, Antônio e Francisco Antônio Lopes, meu avô.

Sobre meu avô, que faleceu em 1907 na cidade do Rio Grande, sei que foi vereador e coronel da Guarda Nacional. Consta ainda que foi agraciado antes de morrer com o título de Barão de Tapes, mas isto também é uma tradição de família que nunca consegui comprovar. Casou-se com Ana Leocádia, filha de

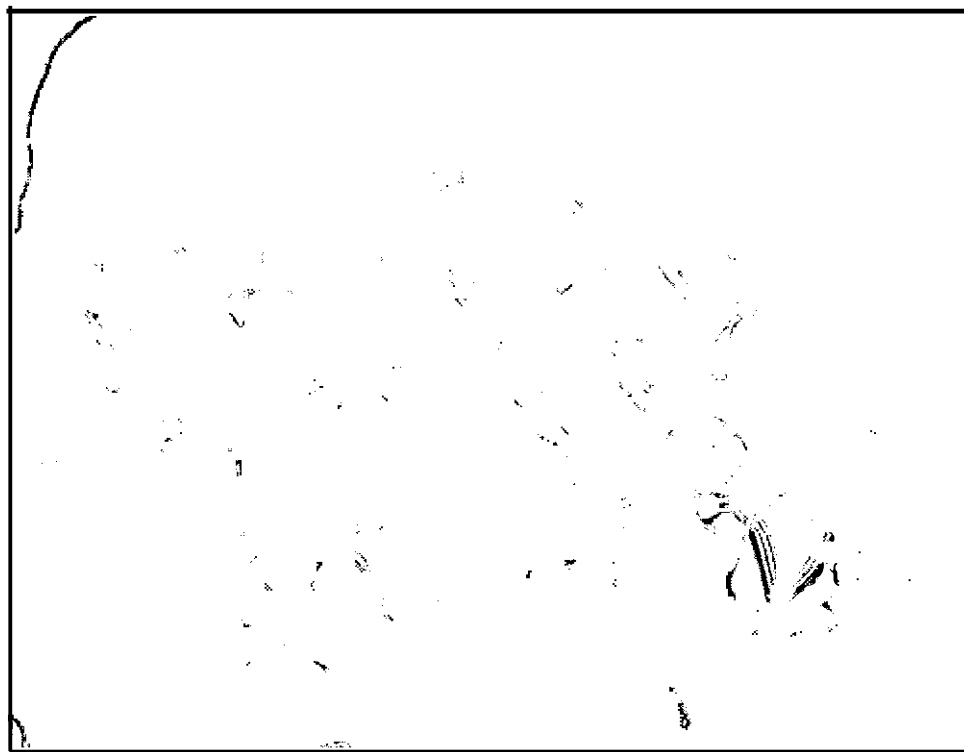
José Rodrigues de Azevedo Machado, Barão de Azevedo Machado. Através da família Azevedo Machado é que somos parentes de Luiz Simões Lopes e seu pai, Ildefonso Simões Lopes.

Meu pai, Francisco Antônio Lopes Filho,¹ teve seis irmãos. A primeira, Alice, casou-se com Carlos Laudares, médico nascido em Minas Gerais que foi para o Rio Grande do Sul e lá criou uma família numerosa. O segundo, Alfredo Lopes, casado com Isolda Correia, por ser o irmão homem mais velho, ficou como chefe da família e durante anos foi o guardião das tradições. Sempre viveu no Rio Grande, onde foi diretor da fábrica de tecidos, a coisa mais importante que havia na cidade. Era ele quem orientava, mesmo de longe, a vida de meu pai.

O terceiro irmão era Antônio Carlos Lopes, casado com Estela Reis, sem filhos. Foi uma figura muito interessante. Foi o criador do primeiro Tiro de Guerra, que era a escola militar da época, na cidade do Rio Grande. Escreveu um livro chamado *Fuzil brasileiro*, que era a descrição do fuzil Mauser 1908. Uma edição bonita, com uma porção de fotografias, da qual meu pai possuía um exemplar até o dia em que o general Bina Machado – nosso contraparente – foi visitá-lo e disse: “Chico Lopes, você não tem o direito de ficar com este livro, porque ele não existe mais. Nem o Exército sabe da existência deste livro.” Antônio Carlos Lopes foi também o iniciador da idéia de uma fábrica de cimento no Rio Grande. Pesquisou calcário e durante anos lutou para que se usasse o carvão nacional nas locomotivas, empregando-se uma grelha móvel da qual tirou patente – é que o carvão nacional deixa uma pasta que não sai como cinza e no fim de algum tempo entope as grelhas. Era realmente uma figura interessante, e cheguei a conhecê-lo no Rio de Janeiro logo depois da Revolução de 30.

Depois de Antônio Carlos vinha Eduardo Lopes, que mudou-se para Minas, onde se casou com Umbelina Campos, filha do Barão de Itapecerica. Também não teve descendentes. Não sei bem qual foi a razão da sua mudança para Minas. Tenho a impressão de que era ligado à agricultura, embora não saiba se chegou a ser fazendeiro no Sul. A família de sua mulher, em Minas, tinha propriedades e vivia na área de Itapecerica e Cláudio. Ele ficou amigo de João Pinheiro,² que foi presidente do estado, e auxiliou-o em muitas coisas. Acompanhou a construção de Belo Horizonte, foi uma espécie de “candango” do início do século.³ Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, que até hoje tem lá o seu retrato. Assim como Antônio Carlos, também foi uma figura interessante. Descobriu e patenteou um remédio chamado Surucuína, que na época era o único antídoto contra mordida de cobra que havia. Lembro que tinha uma grande renda proveniente da venda da Surucuína.

Depois de Eduardo Lopes havia ainda Marieta Machado Lopes, sem filhos, e Alaíde Machado Lopes, que foi casada com Oscar Rheingantz, de uma família muito rica do Rio Grande, proprietária da fábrica de tecidos que havia na cidade. Tia Alaíde depois ficou viúva e casou-se com Luís Mariosa. Esta história é um romance que dá um volume para jovens. Ela ficou rica, foi para a Europa e lá conheceu um brasileiro que havia deixado o Brasil na juventude e também tinha ficado rico. Ele a pediu em casamento, ela não quis, mas anos depois vieram a se encontrar e acabaram se casando, indo morar no Rio de Janeiro. Esta é a família de meu pai, que era o filho caçula.



A família Lopes no Rio Grande do Sul. Ao centro, Francisco Antônio e Ana Leocádia Lopes. Entre os dois, de pé, Francisco Antônio Lopes Filho, pai de Lucas Lopes.

Chico Lopes, o engenheiro historiador

Como seu pai foi para Minas Gerais?

Papai saiu do Rio Grande muito jovem, na virada do século, a fim de entrar para a Escola Naval no Rio de Janeiro. Mas quando chegou ao Rio havia uma epidemia de febre amarela. Meu avô então telegrafou dizendo que ele fosse para Minas, onde Eduardo estava trabalhando com João Pinheiro. Tio Eduardo, por sua vez, lhe disse: “Chico, vá para Ouro Preto, porque Belo Horizonte ainda não tem nenhuma escola para você.” Meu pai foi então para Ouro Preto, fez o curso ginásial na escola do Dr. Fecas e em seguida integrou-se na vida da cidade, entrando para a Escola de Minas. Naquela época ele tinha uma vida folgada. Meu avô deixou propriedades no Rio Grande, de modo que ele tinha uma renda mensal proveniente do aluguel de casas.

Meu pai era um poeta, escrevia versos românticos, tinha um espírito de humanista, não era muito dado à matemática, de modo que foi com certa dificuldade que se formou em engenharia. Casou-se ainda estudante, e foi mamãe quem o forçou a terminar o curso – para terem uma idéia, Rodrigo, meu irmão mais velho, eu e minha irmã seguinte assistimos à sua formatura. E o fato é que ele acabou se tornando engenheiro numa época em que um engenheiro não tinha muito o que fazer: saía da Escola de Minas, e as únicas alternativas eram ir para o Serviço Geológico, fazer pesquisa no Brasil inteiro, ou então ficar em Ouro Preto como professor da própria escola. Foi o que aconteceu com papai. Trabalhou algum tempo na Escola de Minas, primeiro como secretário e depois como professor substituto, mas a família foi crescendo, e ele viu que Ouro Preto era um campo muito pequeno. Recebeu um convite para trabalhar na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, estava precisando se firmar como engenheiro, de modo que achou que era uma oportunidade. Licenciou-se da Escola de Minas e foi então nomeado, pelo ministro Afrânio de Melo Franco,⁴ chefe do Serviço de Construção da Noroeste no Pantanal de Mato Grosso. Trabalhou no prolongamento da Noroeste, e eram dois ou três dias de viagem pela Central do Brasil até São Paulo, daí a Bauru, em seguida Três Lagoas, Campo Grande e Aquidauana. Depois do período no Pantanal, foi convocado para trabalhar em Bauru, onde ficava a sede da companhia, e lá passou algum tempo. Fez grandes amigos nessa época da Noroeste do Brasil, que era uma estrada pioneira, e esses amigos sempre lhe abriram portas ao longo da vida.

Nesses deslocamentos, seu pai levava a família?

Nunca levou a família. Esse era o aspecto mais doloroso. Ele passava sete, oito meses sem ver os filhos. Sabia que não era viável levar a família, pois além de seis ou sete filhos na época, minha avó Celuta e duas tias, irmãs de meu avô materno, viviam conosco. Embora no início fosse um homem de boas rendas, pois continuava a receber os aluguéis do Rio Grande, que rendiam mais do que o ordenado da Escola de Minas, com o crescimento da família e a diminuição dos aluguéis — provavelmente corroídos pela inflação — as coisas ficaram mais difíceis.

Após esse período na Noroeste, meu pai voltou para Ouro Preto e viveu uma fase interessante. Mas é preciso contar que quando ele ainda era aluno do primeiro ou segundo ano da Escola de Minas, devido a um clima de hostilidade que havia em Ouro Preto contra os gaúchos, em decorrência de uma briga de estudantes ocorrida algum tempo antes,⁵ ele resolveu se transferir para a Escola Politécnica de São Paulo. Passou lá algum tempo e se tornou colega de turma e amigo de Roberto Simonsen,⁶ Monteiro de Carvalho e um grupo de grandes figuras que depois se tornaram importantes. Quando meu pai voltou da Noroeste para Ouro Preto, passou por lá o ministro Pandiá Calógeras,⁷ que era engenheiro formado pela Escola de Minas e já o conhecia. Calógeras visitava Ouro Preto porque tinha planejado construir ali um quartel para o 10º Batalhão de Caçadores, e trazia consigo Roberto Simonsen, presidente da Companhia Construtora de Santos, a firma que iria fazer a obra. Meu pai encontrou com os dois por acaso, e Roberto Simonsen disse: “Olá, Chico Lopes, como vai?” Calógeras se espantou: “Ué, você conhece o Chico Lopes?” O Simonsen: “Foi meu colega em São Paulo. Aliás, estou precisando de alguém para tomar conta da construção do quartel. Você, Chico Lopes, estaria disposto a administrar a obra?” Meu pai então licenciou-se novamente da Escola de Minas e assumiu a construção do quartel de Ouro Preto, conduzindo-a bastante bem até o fim. Depois de Ouro Preto, ainda na Companhia Construtora de Santos, foi terminar a construção dos quartéis de Pouso Alegre e Itajubá.

Alguns anos depois meu pai foi trabalhar como diretor de Obras da Prefeitura de Belo Horizonte e desta vez mudou-se com a família. Em seguida foi ser chefe da Divisão de Tração e do Departamento de Linha da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Tudo isso foi pouco antes da Revolução de 30. Quando veio a revolução, embora ele tivesse apoiado o movimento, como trabalhava na Oeste de Minas com Janot Pacheco — o homem que foi enviado a Minas para apoiar a candidatura de Júlio Prestes⁸ —, foi mandado embora para Ouro Preto. Voltou

para a Escola de Minas, durante alguns anos trabalhou como professor de estradas, mas já então tinha muita curiosidade sobre a história mineira e começou a pesquisar. Era muito amigo do Rodrigo Melo Franco de Andrade,⁹ parente nosso, foi incumbido de fazer várias coisas para o Serviço do Patrimônio Histórico, e acabou se transformando em um dedicado historiador.

Que tipo de trabalho seu pai fez para o SPHAN?

Rodrigo Melo Franco de Andrade pediu que ele fiscalizasse as obras de restauração da antiga Casa da Câmara e Cadeia em Ouro Preto, que é hoje o Museu da Inconfidência. Ele fez toda a reconstrução, foi buscar pedras em Itacolomi para fazer os túmulos dos inconfidentes, viveu dois ou três anos por conta disso. Foi também incumbido de fazer a recuperação da igreja do Carmo de Ouro Preto. Nessa época ele teve a oportunidade não apenas de trabalhar como engenheiro, mas de estudar os arquivos da Ordem do Carmo. E do estudo desses arquivos resultou um livro que foi publicado pelo SPHAN em 1942, intitulado *A história da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto*. É um dos livros mais interessantes sobre o período, porque a Ordem do Carmo, na sua época, era uma espécie de Rotary Club da região. Tudo o que acontecia na cidade se refletia nos debates e nas atas da Ordem.

Meu pai continuou a pesquisar, um pouco a pedido do Rodrigo e um pouco por iniciativa própria, e acabou por publicar um outro livro, chamado *Os palácios de Vila Rica*, que é também considerado pelos especialistas um dos melhores trabalhos que já se escreveram no gênero. Ele estudou como e por que haviam sido construídos aqueles grandes edifícios, como a Casa dos Contos, a Casa da Câmara e Cadeia, o Palácio dos Governadores. Há um livro sobre a “terra do ouro”,¹⁰ de um historiador inglês,¹¹ que dá um destaque enorme a este trabalho de meu pai. Ele escreveu ainda um outro livrinho muito interessante, chamado *Personagens da Inconfidência Mineira*. Estudou os Anais da Inconfidência para verificar que posição cada inconfidente havia tomado diante da devassa, e acabou por focalizar ângulos muito negativos de quase todos, com exceção de Tiradentes, que teve uma posição muito firme. Tenho ainda um exemplar desse livro, uma edição raríssima.

Esta foi um pouco a vida de meu pai. Já aposentado, ele veio para Belo Horizonte e fez uma grande pesquisa no Arquivo Público Mineiro. Todos os dias, já velho, saía de casa a pé, pegava o bondezinho, ia para o Arquivo e lá copiava os documentos que considerava de maior interesse. Chegou a enviar

trezentos ou quatrocentos documentos inéditos para o SPHAN. Eles têm essa documentação mimeografada, mas não chegaram a publicá-la.

Seu pai parecer sido realmente uma figura marcante. Como eram suas relações pessoais com ele?

Meu pai era a figura mais encantadora que podia existir. Era um pai ultra-atencioso, tinha muito orgulho dos meus esforços, vivia me estimulando e foi uma figura pela qual meus irmãos e eu sempre tivemos muito carinho. Víamos as dificuldades em que ele vivia, mas sabíamos que era totalmente dedicado a nós. Meu relacionamento com ele não podia ter sido melhor, até mesmo quando se negou a pedir a mão da minha noiva em casamento. Ficou muito triste, mas disse que não sabia pedir noiva em casamento para filho. Era um homem muito tímido em termos de relacionamentos sociais, mas sabia criar um círculo enorme de amizades. Durante alguns anos Chico Lopes foi o patrono de todos os estudantes da Escola de Minas que tinham dificuldades para enfrentar os exames, estando sempre a ajudá-los como secretário e professor. Ele escreveu um livro sobre a história da Escola de Minas de Ouro Preto,¹² para o qual obteve uma pequena biografia de todos os antigos alunos que conseguiu contactar. Calógeras, Pires do Rio, Gonzaga de Campos,¹³ toda uma geração de grandes figuras da história do Brasil que passou pela Escola de Minas nos seus primeiros anos enviou suas biografias.

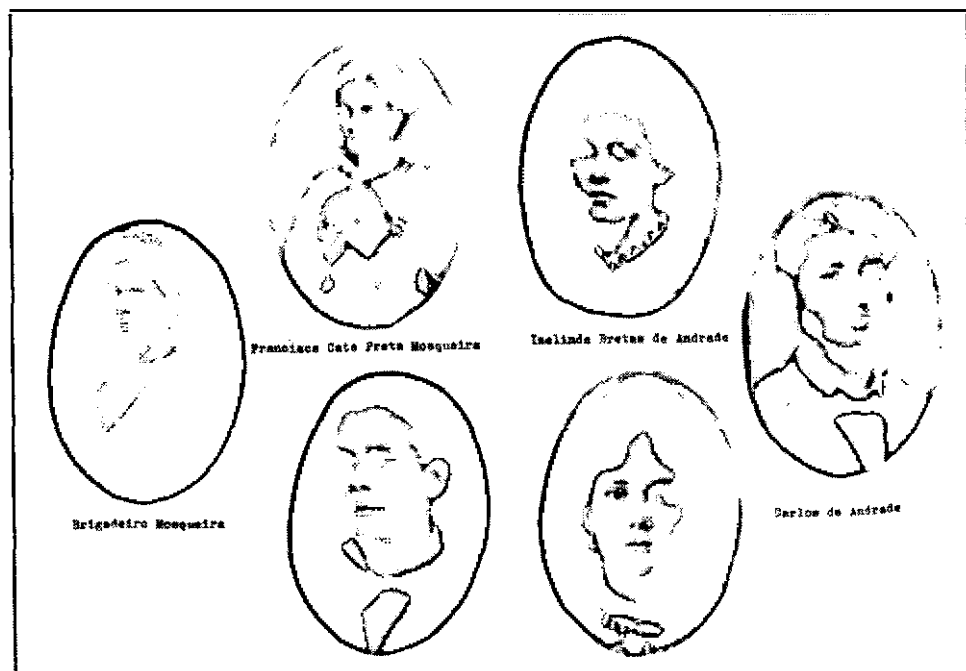
E o que o senhor poderia nos contar a respeito da Escola de Minas de Ouro Preto?

A Escola de Minas foi criada por Pedro II, que trouxe da Europa o grande geólogo Gorceix para fundar uma escola de mineração e metalurgia.¹⁴ Desde o fim do século passado, entrando pela República, a escola adquiriu um enorme prestígio pelo número de intelectuais e homens de projeção que formou. A orientação do ensino era tipicamente francesa, adaptada das escolas politécnicas da França. Havia um exame de admissão que era uma batalha tremenda e selecionava só gente preparada. O curso tinha três anos preliminares e três anos de especialização, em engenharia civil ou de minas. Depois foram criados outros cursos, como engenharia química etc. E o prestígio da escola perdura até hoje. A Escola de Engenharia de Belo Horizonte, que foi fundada em 1910-1911, foi toda equipada com professores que acabavam de sair da Escola de Minas: Lúcio Santos, Álvaro da Silveira, Cristóvão Colombo dos Santos, entre outros.

O casarão da rua Direita

Voltando à família, que lembranças o senhor guarda de sua mãe?

Minha mãe, dona Filhinha, era não só encantadora como boa educadora. Ela mesma teve uma educação primorosa. Era de família tradicional de Ouro Preto, e sua mãe, minha avó Celuta, sempre recebeu e hospedou em seu casarão da rua Direita, onde morávamos, as pessoas mais importantes. Minha mãe estudou no Colégio Sion de Petrópolis, falava fluentemente o francês, gostava de recitar em italiano e tinha o espírito muito aberto. Mas basicamente era uma matrona, no sentido de que nos educava com muita disciplina. Enfrentou muitas dificuldades, porque papai viajou muito pela Noroeste. E ela é que era realmente o braço forte. Sempre foi muito boa comandante.



A família Mosqueira, de Ouro Preto. Embaixo, os avós maternos de Lucas Lopes.



*O casarão da rua Direita, em
Ouro Preto, onde nasceu
Lucas Lopes.*

O senhor conviveu muito tempo com sua avó Celuta?

Não, quando ela morreu eu ainda era menino. Lembro que era muito boa pianista, tentou me ensinar piano, mas eu não tinha nenhuma vocação musical. Vovó Celuta era filha de Izelinda Bretas, que foi casada em primeiras núpcias com Carlos Calixto de Andrade, de quem teve dois filhos: minha avó e Rodrigo Bretas Andrade, casado com Dália de Melo Franco. Izelinda casou em segundas núpcias, muitos anos mais tarde, com seu cunhado, o comendador Ovídio Paulode Andrade, e teve mais quatro filhos: Ovídio, Mariana, Rita e Antônio. Vovó Celuta, por sua vez, casou-se com Francisco de Paula Magalhães Mosqueira, que morreu muito jovem, pouco depois do nascimento de mamãe. Ela possuía ainda recursos de herança e criou, em sua casa, os quatro irmãos mais moços junto com minha mãe. Vovó Celuta tornou-se o centro da família, em nossa casa de Ouro Preto. Foi nessa casa que tia Mariana casou-se com Amaro Lanari.¹⁵

E quanto a seus irmãos?

Meu irmão mais velho, Rodrigo, foi uma figura interessantíssima. Era muito inteligente, e sempre tive uma grande admiração por ele. Fez um curso ginásial brilhante no Colégio Arnaldo de Belo Horizonte, aprendeu alemão e falava essa língua fluentemente. Eu o considerava um líder. Lembro que ele fazia um circo de cavalinhos em que era o domador, e nós, as feras. Estudou engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto morando numa república, pois na época a família estava em Belo Horizonte. Depois de formado, foi trabalhar no escritório do Saturnino de Brito,¹⁶ que era o grande escritório de obras hidráulicas no Brasil. Viveu anos fazendo obras hidráulicas pelo país, abastecimento de água e esgoto em Campina Grande, Maceió, Natal, trabalhou muito no Nordeste. Mas depois, o escritório do Saturnino de Brito foi perdendo posição, e ele foi trabalhar na Rede Ferroviária Federal, já um pouco a meu pedido. Fez carreira na Rede como diretor da Companhia de Armazéns e ficou amigo do Antônio de Almeida Neves, irmão do Tancredo, que mais tarde o levou para a Light. Rodrigo morreu relativamente jovem.

A primeira irmã, Maria do Carmo, casou-se com José de Freitas Teixeira. Depois vem Zélia, que foi casada com Alberto Freire Lavenère Wanderley, geólogo do Departamento de Produção Mineral, irmão do ministro Lavenère Wanderley.¹⁷ Alberto fez uma carreira muito bonita e muito sacrificada, trabalhando na fronteira da Bolívia, no Acre, no alto Juruá, no rio Moa. Escreveu um livro sobre a geologia do Acre.

Depois de Zélia vem Alaíde, casada com José Carlos Ferreira Gomes, também geólogo, professor da Escola de Minas, funcionário do Departamento de Produção Mineral e grande consultor de engenharia para obras hidráulicas. Eu mesmo pedi que ele me ajudasse a estudar a geologia das grandes barragens que a Cemig construiu. Também morreu jovem, o José Carlos.

A irmã seguinte é Vera, casada com Amaro Lanari Jr. Depois vem Hélio, médico em Belo Horizonte, casado com Maria Gema Prates. Em seguida, Marina, casada com o engenheiro Raimundo Campos Machado, que foi o homem que salvou a usina de Saramenha. A construção da usina havia sido iniciada pelo Américo Giannetti,¹⁸ mas, ao terminar a guerra, o mercado de alumínio deixou de existir e o empreendimento praticamente faliu. Foi o Machado quem o salvou, fazendo a adaptação para produzir ferros-ligas etc. Ele trabalhou com a Alcan no momento em que esta adquiriu a Saramenha, e foi quem construiu praticamente tudo da Alcan no Brasil. É muito respeitado, e é hoje, na minha opinião, o maior especialista em alumínio no país.

Finalmente, a última irmã é Maria de Nazaré, casada com Max Dardot. Havia ainda a décima filha, Nora, que morreu com um ou dois anos de idade. Esta é a minha família.

Pelo que se pode observar, uma família cheia de engenheiros...

Sim. Havia até uma brincadeira que nós fazíamos. Quando meu pai voltou de Belo Horizonte para Ouro Preto, depois da Revolução de 30, foi um retrocesso em sua vida. Ele havia tentado deixar a Escola de Minas, onde tinha um cargo modesto, para ampliar suas atividades, mas foi obrigado a voltar. Chegou a Ouro Preto com uma porção de filhos, as filhas todas casadoiras, e mamãe trabalhou bem, porque escolheu cinco genros de primeira ordem, todos saídos da Escola de Minas. Então, nós dizíamos que dona Filhinha ficava esperando na porta da escola para saber quem devia casar com quem... Os casamentos com engenheiros foram uma circunstância geológica! Apenas a mais velha, Maria do Carmo, casou-se com um advogado de Belo Horizonte porque já eram namorados antes. José de Freitas Teixeira trabalhou comigo como o chefe do meu gabinete na Secretaria de Agricultura de Minas, e também morreu muito jovem. Mas o resto da família é todo de engenheiros.

O Colégio Arnaldo

Onde foram feitos seus estudos?

Saí de Ouro Preto para fazer o ginásio interno no Colégio Arnaldo, em Belo Horizonte, um pouco por inveja de meu irmão Rodrigo, que já estudava lá. Ele era muito inteligente, mas não estudava nada em Ouro Preto, era meio vagabundo, gostava de bilhar... Precisava de disciplina, e então foi mandado para o colégio interno. Fiquei com inveja e quis ir também. Mas logo em seguida meu pai mudou-se para Belo Horizonte e passei a semi-interno.

O Colégio Arnaldo era um colégio de padres alemães, da Ordem do Verbo Divino, que foi fundado pouco depois da criação de Belo Horizonte. Quando fui para lá, nos anos 20, ainda não tinha grande tradição. Na época o Ginásio Mineiro tinha a fama de ter os melhores professores, os grandes nomes da intelectualidade mineira. Mas o Colégio Arnaldo, além de ter bons professores

religiosos, tinha também professores de fora. Era um colégio muito bom e foi a base da formação de muita gente importante, como por exemplo Gustavo Capanema.¹⁹

O Colégio Arnaldo tinha uma disciplina germânica, horários rígidos: sete da manhã banho frio, missa, e depois aquela vida típica de colégio rigoroso, mas bom. Com uma pequena falha: os professores de algumas cadeiras não falavam bem português. Meu professor de inglês, um alemão, padre Guilherme Gross, não falava nem português nem inglês direito. O resultado é que meu inglês sempre foi muito ruim. Rodrigo, meu irmão, que preferiu estudar alemão, saiu falando fluentemente, lendo romance policial em alemão, para nossa inveja. Eu, que estudei inglês porque achei que era mais fácil, por uma opção de preguiça, não tive tão bons resultados.

Meu curso no Colégio Arnaldo foi um pouco corrido. Fiz o curso em quatro anos, realizando exames parcelados no Ginásio Mineiro – era lá que se faziam os exames finais, pois na época o Colégio Arnaldo ainda não tinha reconhecimento oficial. O curso que fiz não se enquadrava muito bem na rotina do curso seriado que a lei tinha criado, com primeiro ano, segundo, terceiro, quarto e quinto. Ainda fiz isoladamente matéria por matéria, escolhendo as que achava melhor. Sempre fui muito ruim em línguas, mesmo em português, apesar de no final ter tido um excelente professor, Cláudio Brandão. Mas como eu fazia os cursos isolados, aconteceu que tive um professor de matemática, padre Bernardo, que lecionava para mim sozinho. De modo que quando fui fazer os exames de álgebra e geometria no Ginásio Mineiro, ganhei distinção nos dois. Tirei dez em ambos, e cheguei à conclusão de que tinha vocação para a matemática e devia estudar engenharia.

Na área de história, por exemplo, os professores tinham uma visão atualizada, ou a perspectiva era provinciana?

Era tudo muito restrito. Os padres que estavam lá na minha época tinham vindo para o Brasil depois da Primeira Guerra Mundial. Vieram primeiro para Juiz de Fora e depois para Belo Horizonte, e eram homens com uma formação do princípio do século. Agora, o reitor da escola, padre Pedro Symala, era um espírito muito brilhante, aberto, um grande educador.

Na época do Colégio Arnaldo o senhor tinha informações sobre a política de Minas?

Não. O colégio era muito fechado, eu nem sabia do que estava acontecendo no mundo, não tinha participação alguma.

O fato de seu pai estar ligado na época à Diretoria de Obras da Prefeitura não o colocava em contato com as coisas da política?

Não. Meu pai era um engenheiro que praticava a engenharia. Veio do Rio Grande com uma formação federalista, era um fervente admirador de Silveira Martins e acompanhava muito as disputas gaúchas.²⁰ Mas em Minas nunca participou da vida política. Em nossa casa, em Ouro Preto, minha avó Celuta hospedava tanto o candidato a deputado do Partido Republicano Mineiro, como Calógeras, que era da oposição.

Aliás, foi por causa de Calógeras que eu mesmo adquiri uma alergia à política. Calógeras era uma grande figura, eu o conheci menino e tenho até um retrato do lançamento da pedra fundamental do quartel de Ouro Preto em que aparece num canto uma cabecinha que era eu. Calógeras e Rondon foram lá lançar a pedra fundamental do quartel, uma grande obra para Ouro Preto. Pois depois de ter feito aquela obra – e de ter deixado o Ministério da Guerra, no final do governo Eptácio Pessoa – Calógeras quis se candidatar a deputado e foi riscado da chapa do PRM. Assim mesmo resolveu disputar a eleição extra-chapa. Foi a Ouro Preto, chamou papai e disse: “Chico Lopes, nunca se meta em política. Estou fazendo isso apenas como um ato de presença, para marcar minha não concordância com esta estrutura. Sei que não vou ser eleito, mas vou disputar.” Eu, menino, achava que ele ia ganhar. Os estudantes da Escola de Minas tinham feito umas manifestações, “Calógeras, Calógeras!”, mas na hora da apuração ele não teve votos. Houve urnas em que ele teve zero voto. Tive uma enorme decepção, porque tudo foi feito no bico de pena mesmo. Realmente foi uma coisa que me chocou, naquele período de formação, assistir à derrota do Calógeras. O candidato que foi eleito, seu adversário, era Flausino Vaz de Melo, que também se hospedava lá em casa, era recebido por vovó Celuta.

Há notícias de que o presidente Artur Bernardes,²¹ para se desferrar de Eptácio Pessoa, que tinha hesitado em apoiar sua candidatura devido à pressão militar, mandou fazer sindicâncias nas obras realizadas por Calógeras para a construção de quartéis.

Não tenho notícias disso. Lembro apenas que Roberto Simonsen escreveu um livro sobre a construção dos quartéis, mas não sei se foi para defendê-

los.²² Sua construtora foi responsável pelas obras em quase todo o país. E lembro que no Rio Grande do Sul um dos quartéis tinha como fiscal de construção o então tenente Luís Carlos Prestes.²³ Quanto à intenção de desforra de Artur Bernardes, nunca estudei o problema, mas acredito que houvesse, porque a política mineira, para usar a palavra local, sempre foi muito futricada, cheia de intriguinhas, de disputas personalistas. A política mineira teve alguns momentos de brilho intelectual, mas muito poucos.



*Lucas Lopes (3º da esq.)
e o time de futebol do Colégio Arnaldo,
em Belo Horizonte.*

A engenharia e o jornalismo

Em que época o senhor iniciou seu curso de engenharia?

Terminando o Colégio Arnaldo, fiz imediatamente o exame vestibular para a Escola de Engenharia de Belo Horizonte. Isso foi em 1927, na época em que foi criada a Universidade de Minas Gerais, no governo Antônio Carlos.²⁴ Minha turma, diplomada em 1932, tinha esse orgulho: foi a primeira formada na Universidade de Minas Gerais.

O senhor, portanto, quebrou a tradição de sua família: não estudou na Escola de Minas de Ouro Preto.

Não. Nasci à sombra da Escola de Minas, mas como a família estava morando em Belo Horizonte, fiz o vestibular lá mesmo. Quando meu pai voltou para Ouro Preto, depois de 30, eu não quis perder os anos que já havia feito e preferi continuar onde estava, embora a Escola de Minas fosse mais importante, tivesse mais projeção. Passei a morar numa república de estudantes e fiquei em Belo Horizonte.

Ao entrar para a faculdade o senhor trabalhou como repórter do jornal Estado de Minas. Como foi essa experiência?

Meu pai tinha dez filhos, e como eu não queria pesar muito, resolvi procurar um emprego. Consegui que Luís Medeiros, que era repórter do *Estado de Minas*, me arranjasse um lugar de foca, e durante algum tempo trabalhei lá. Mas realmente foi muito fraca, muito acidental, essa minha participação. Para mim foi excitante, porque foi exatamente nos primórdios da Revolução de 30. Estive presente, por exemplo, no momento em que Melo Viana apareceu em Belo Horizonte para romper com o governo de Minas e ficar do lado do Washington Luís.²⁵ Acompanhei-o numa reportagem até Sabará. Assisti também ao discurso do João Neves da Fontoura. Ele, Osvaldo Aranha e Batista Luzardo foram a Belo Horizonte para pôr fogo nos mineiros. Um deles chegou a acenar: “Vamos lutar para estender as fronteiras de Minas até o mar!” De modo que um dos objetivos políticos da revolução era nós invadirmos e incorporarmos o

Espírito Santo... Mas isso ficava por conta do entusiasmo.

Afora isso, os episódios a que assisti como repórter foram muito pouco significativos. Eu tinha a incumbência de dar cobertura às sessões do Senado Mineiro. Além da Câmara dos Deputados, que era muito insignificante, havia na época um Senado estadual, cujo presidente era Olegário Maciel, que ainda não tinha sido levado a governador mas já era um homem velho.²⁶ E Olegário Maciel dormia as sessões inteiras do Senado... Havia também umas figuras exóticas, como por exemplo monsenhor João Pio, que se digladiava com outro orador entusiasmado, dono de um vozeirão, o senador Enéias Câmara. Minha função era conseguir algumas anedotas, algumas farpas dos senadores uns contra os outros, e fazer uma coluna de brincadeiras.

Minha experiência de jornalista foi muito simpática, gostei bastante, mas Belo Horizonte era uma cidade que não tinha notícia. Durante muitos anos Belo Horizonte foi a sede da invencionice dos jornalistas, a cidade onde todo dia ocorriam fenômenos: “Galinha que nasceu com um dente, com duas cabeças...” Os jovens jornalistas de Minas que mais tarde vieram a ser os grandes cronistas do Rio – Fernando Sabino, Otto Lara Resende, todo esse grupo – não tinham o que fazer para dar notícia de Minas e inventavam uma quantidade enorme de coisas. Fui de uma época anterior, em que nem para isso havia público.

Uma ocasião fui fazer uma entrevista com Pedro Rache,²⁷ velho professor, grande figura de Minas, e ele, que era muito amigo do meu pai, quando me viu trabalhando em jornal, me passou uma descompostura: “Você precisa ser engenheiro, nada de mexer com jornalismo! Se continuar com o jornalismo, lhe dou bomba no fim do ano!” Como ele era meu professor de mecânica, achei melhor tentar outra alternativa. E foi o próprio Luís Medeiros, que me havia levado para o *Estado de Minas*, que me conseguiu um lugar de desenhista na Estrada de Ferro Oeste de Minas. Fui contratado precariamente, como diarista, mas este foi um pé que finquei na engenharia, de onde nunca mais saí.

Seu ingresso na engenharia ferroviária foi portanto acidental?

Não! Eu estava estudando engenharia, e trabalhar na Oeste de Minas era uma coisa de que todos os estudantes gostariam. Um dos meus colegas mais queridos, meu companheiro de república, Lindolfo Teodoro de Sousa, também entrou para a Rede Mineira. Era uma das possibilidades de ser praticante.

O Batalhão João Pessoa

Como era o clima político na Escola de Engenharia na época da Revolução de 30? Havia quem defendesse Washington Luís?

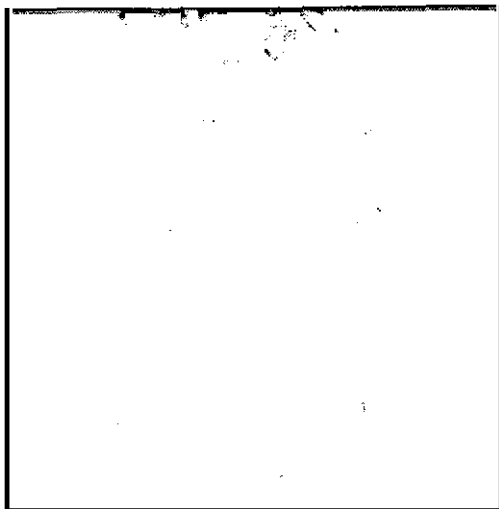
Não, naquele momento ninguém defendia Washington Luís. Minas inteira estava a favor da Revolução de 30. A Escola de Engenharia tinha um ambiente relativamente tranqüilo, era uma escola pequena, mas naturalmente sofreu os efeitos da emoção da campanha da Aliança Liberal e estava praticamente unânime a favor da revolução. Havia em Belo Horizonte o Tiro de Guerra nº 56, que pertencia à Escola de Engenharia e à Escola de Direito, e quando estourou a revolução, em torno desse tiro de guerra formou-se o Batalhão João Pessoa, incluindo os estudantes e alguns adicionais. Eu, meu pai, que no fundo era um gauchão, e meu irmão Rodrigo nos incorporamos como voluntários ao Batalhão João Pessoa.

Seu pai também se incorporou?

Sim. Meu pai nunca foi membro de nenhum partido político, nunca participou da vida política, era apenas vinculado por relações de família e de amizade a políticos locais, mas tomou posição nítida a favor da revolução. Ficou como consultor técnico do Batalhão João Pessoa, porque já era um homem de idade. Seu gesto foi mais um gesto de gaúcho em apoio à revolução do que propriamente uma participação.

Mas o fato é que no Batalhão João Pessoa tive a oportunidade de entrar em guerra mesmo. Durante cerca de dez dias estivemos cercado o quartel do 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, onde houve um tiroteio que ficou célebre. Depois fomos deslocados para a região de Lafaiete, para a linha de frente na serrada Mantiqueira, onde estavam entrincheirados alguns líderes revolucionários conhecidos, como Eduardo Gomes e Nelson de Melo. O objetivo era atacar as tropas de Washington Luís, que estavam retidas na altura de Juiz de Fora, não haviam tentado invadir Minas para não enfrentar os revolucionários na Mantiqueira. Benfica foi a última estação que a tropa de Washington Luís ocupou na Central do Brasil.

Nossa coluna era formada por três pelotões, cada um constituído de dois grupos de ataque. Eu era cabo do 1º Grupo do 1º Pelotão, e servi sob as ordens de uma figura muito interessante da Revolução de 30, o general



*Lucas Lopes, seu pai e seu irmão Rodrigo
no Batalhão João Pessoa.*

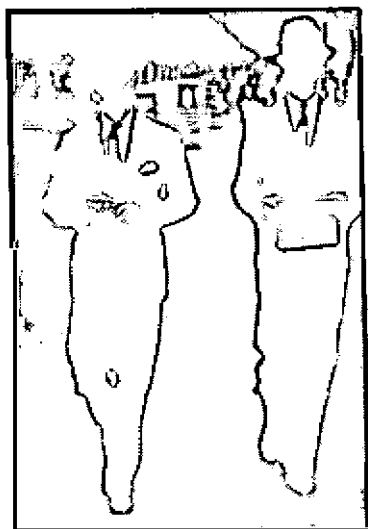
Maynard Gomes, que mais tarde foi interventor em Sergipe.²⁸ Maynard Gomes era um homemquetinhauma enorme coragem física e montou uma coluna com cento e vinte recrutas que mal conheciam um fuzil, aprenderam a manobrá-lo naqueles dias. Era uma espécie de “Exército Brancaleone”, com estudantes sem nenhuma experiência de tiro que fizeram uma marcha maluca. Ele nos pegou num lugar chamado Dias Tavares e nos fez atravessar o mato para fazermos a ligação com a tropa que vinha da Zona da Mata. Abrimos picadas à noite, morrendo de sono, e chegamos até em cima da Remonta do Exército, na altura de Benfica. Nesse momento caiu o governo no Rio de Janeiro. Ficamos muito felizes que tudo tivesse terminado, porque quando chegamos à Remonta, uma artilharia do Exército deu uns tiros sobre nós e ficamos muito assustados. Tivemos apenas um rapaz ferido na perna, e acabamos entrando em Juiz de Fora marchando à frente do pelotão, cantando o Hino de João Pessoa, que era um hino muito emocionante.

*O senhor se recorda, após a Revolução de 30, da tentativa de deposição de Olegário Maciel? Do chamado “equivoco de 18 de agosto de 1931”?*²⁹

Sim. Houve uma tentativa de depor Olegário no grito, se não me engano encabeçada por Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, o grupo que cercava Getúlio. Sei que mandaram um emissário ao Olegário para avisá-lo que tinham um telegrama substituindo-o pelo comandante do regimento. Mas havia um capitão Assunção, que estava como chefe da guarda e era um homem

muito valente, que disse: “Está muito bem, podem vir substituir o governador, mas serão recebidos a bala.” Eles desistiram de tomar o palácio.

Em seguida veio um outro episódio, que foi a Revolução Constitucionalista de 1932. Nessa época houve uma divisão interessante em Minas. O velho Olegário, que estava no poder, havia chamado para seu lado um grupo de intelectuais de grande valor, do qual faziam parte entre outros Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, fundadores da célebre Legião de Outubro, dos camisas-pardas.³⁰ Quando veio a Revolução de 1932, Olegário e seu grupo ficaram com Getúlio, enquanto Bernardes e seus seguidores apoiaram São Paulo. E esta divisão se refletiu dentro da Escola de Engenharia. Eu, que tinha uma vinculação pessoal com Amaro Lanari, meu tio, andei liderando na escola um movimento de apoio ao velho Olegário. Mas a maioria absoluta dos estudantes era a favor de São Paulo. Fez-se então um manifesto a favor de Olegário, e eu fui um dos primeiros a assinar, seguido por outros quatro ou cinco. Esse manifesto foi publicado por um dos grandes jornais do Rio de Janeiro como sendo assinado por representantes de toda a Universidade de Minas Gerais. Eram cinco gatos pingados da Escola de Engenharia, que foram apresentados como porta-vozes de Minas. Isso criou uma animosidade muito grande entre os companheiros, e houve um charivari na porta da escola. Quiseram nos tirar um desforço pessoal e tivemos que reagir, houve uns pescoções aqui e ali... Mas isso foi uma aventura da mocidade.



Lucas Lopes e seu colega Romeu de Paoli em 1932, após a briga na Escola de Engenharia a propósito da Revolução de São Paulo.

A campanha pró-glória

O senhor se formou em 1932?

Sim. E naquela época as alternativas técnicas para engenheiros não eram muitas. Havia algumas firmas de construção relativamente modestas, e os empregos públicos eram principalmente nas secretarias de governo, para fazer obras de abastecimento d'água no interior, algumas pontes. Lembro que no dia em que me formei, meus colegas e eu nos sentamos na escadaria da escola e fizemos um balanço para ver quem tinha melhores perspectivas de trabalho. Chegamos à conclusão de que eu, com um emprego de desenhista na Estrada de Ferro Oeste de Minas, ganhando 11 cruzeiros por dia, era o mais bem aquinhado... Dos outros, alguns eram ricos e não precisariam trabalhar, mas os que precisavam só tinham um caminho: fazer medição de terra para registro Torrens. Na época era a grande tarefa dos engenheiros. É preciso lembrar que 1932 correspondeu a um dos períodos mais baixos da depressão no Brasil, foi uma época de crise econômica e social.

O senhor se casou logo depois de formado?

Não. Quando casei já estava trabalhando na Rede Mineira de Viação, em Divinópolis, e tinha uma linda casa para morar. Conheci minha mulher muito jovem, e o casamento demorou um pouco porque eu era pobre, tinha que começar a vida do nada, com um salário bastante curto. Vivi todos esses problemas que a juventude tem nesse momento, de arranjar dinheiro, arranjar casa, para poder casar. Como não podia casar logo, de vez em quando eu me afastava, arranjava outras namoradinhas. Ela também arranjava um namoradinho, e quando eu ficava sabendo, voltava para conquistá-la. Algumas vezes tive que intervir para retomar o controle da situação...

O que o aproximou de dona Ester?

O que explica o namoro e o amor, eu não sei. Acho que é um problema de afinidade. Ester era uma menina carinhosa, muito bonitinha, muito bem-educada, com todas as características para ser uma boa esposa, de modo que foi um processo muito simples. Tivemos um namorinho que perdurou a vida inteira.

Ester é de natureza modesta, nunca foi ambiciosa, sempre se contentou com o que tinha, e isso sempre me deu muita tranqüilidade. Ela foi uma excelente dona de casa e educou muito bem os filhos. É uma esposa excepcional.

O senhor tinha muitas ambições na juventude?

Nós tínhamos um grupo de colegas na Rede Mineira, e de vez em quando um deles dizia: “Eu vou ficar rico. Vou trabalhar e ainda vou conseguir ficar rico.” Eu sempre respondia: “Pois eu não quero ficar rico. Eu vou fazer uma campanha pró-glória, e se vier riqueza daí, muito bem, se não vier, não veio. O que eu quero é a minha afirmação pessoal.” De modo que esse foi o meu ponto fraco, lutar pela campanha pró-glória. E tudo na minha vida aconteceu por acaso. É verdade que sempre fui muito aplicado, talvez por influência do primeiro livro que li depois das cartilhas do grupo escolar. Era um pequeno folheto chamado *Sê perfeito em tudo o que fizeres*, de um inglês, Marden,³¹ que me foi dado por meu pai. Lá se dizia que se você está construindo um barco, tem que ser perfeito, não pode deixar nenhum ponto fraco para não ocasionar um acidente mais tarde. Esse livro influenciou muito em minha vida.



*Lucas Lopes
e Ester de Pádua Lopes por ocasião
de seu casamento em 1935.*

NOTAS

1. O arquivo de Lucas Lopes, que será doado ao CPDOC, contém um trabalho mimeografado com informações sobre a família e as obras de seu pai, intitulado “Centenário do nascimento de Francisco Antônio Lopes Filho; 1882-1982”.
2. João Pinheiro da Silva (1860-1908) nasceu no Serro (MG) e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Propagandista histórico da mudança do regime monárquico, em 1888 fundou em Ouro Preto o Clube Republicano e o jornal *O Movimento*. Foi membro do Partido Republicano Mineiro, o PRM, e vice-governador ao lado do primeiro governador republicano efetivo de Minas, Cesário Alvim. Em 1890 exerceu interinamente o governo do estado e foi eleito deputado federal constituinte. Em 1905 foi eleito senador por Minas e, em 1906, presidente do estado, tendo morrido no exercício do cargo. Era pai de Israel Pinheiro.
3. A construção de Belo Horizonte teve início em 1894, no governo de Crispim Jaques Bias Fortes. Em 12 de dezembro de 1897, ainda no governo Bias Fortes, a capital do estado foi transferida de Ouro Preto para a Cidade de Minas, antiga Curral del Rei, que em 1901 recebeu o nome de Belo Horizonte. Ver Helena Bousquet Bomeny, “Cidade, República e mineiridade”, *Dados*, vol. 30, n. 2, p. 187-206.
4. Afrânio de Melo Franco (1870-1943) nasceu em Paracatu (MG) e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. No ano seguinte ajudou a fundar a Faculdade de Direito de Belo Horizonte e em 1896 ingressou na carreira diplomática na qualidade de secretário da embaixada brasileira em Montevideú. Membro do PRM, em 1906 foi eleito pela primeira vez deputado federal, passando a alternar daí em diante atividades políticas e diplomáticas. Indicado ministro da Viação por Rodrigues Alves em 1918, com a morte deste antes da posse teve sua nomeação confirmada por Delfim Moreira, que governou até 1919. Neste ano, com o início do governo Epitácio Pessoa, passou a pasta a José Pires do Rio. Ministro das Relações Exteriores da junta militar que derrubou o presidente Washington Luís em 1930, foi mantido no cargo por Getúlio Vargas. Afastou-se de Vargas em 1933, quando este nomeou interventor em Minas Benedito Valadares, preterindo seu filho Virgílio de Melo Franco. Seu outro filho, Afonso Arinos de Melo Franco, escreveu sua biografia: *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, 3 vol. Ver também *Dicionário histórico-biográfico brasileiro; 1930-1933*, coord. Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Forense-Universitária, FINEP, 1984 (esta fonte será designada nas notas subsequentes por *DHBB*).
5. A briga de estudantes mencionada ocorreu em 1898 e envolveu Viriato e Protásio, irmãos mais velhos de Getúlio Vargas, que então estudavam em Ouro Preto. No conflito morreu um estudante paulista da família Prado, e os Vargas foram forçados a deixar Ouro Preto e voltar para o Rio Grande do Sul. Ver Valentina da Rocha Lima (coord.), *Getúlio, uma história oral*, Rio, Record, 1986, p. 31, e Paulo Brandi, *Vargas: da vida para a história*, Rio, Zahar, 1983, p. 23.
6. Roberto Simonsen (1889-1948) formou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, trabalhou na municipalidade de Santos e em 1912 fundou a Companhia Construtora de Santos, que no governo Epitácio Pessoa (1919-1922) construiu quartéis em 26 cidades brasileiras. Dedicando-se à indústria, alcançou grande projeção: foi um dos fundadores do

- CIESP, futura FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928; presidente do CIB, futura CNI - Confederação Nacional da Indústria, de 1935 a 1936, e presidente da FIESP de 1937 a 1945. Foi ainda constituinte e deputado federal classista de 1933 a 1937 e senador de 1947 a 1948. Deixou vasta bibliografia de história econômica. Ver *DHBB*, op. cit., e *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*, seleção, notas e bibliografia de Edgar Carone, São Paulo, Editora Nacional e EDUSP, 1973.
7. João Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro, historiador e político, ocupou as pastas da Agricultura e da Fazenda no governo Venceslau Brás (1914-1918). No governo Epitácio Pessoa foi nomeado ministro da Guerra, tendo sido o primeiro e único civil a exercer o cargo na República. Sua carreira política foi barrada em Minas Gerais pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926), que o excluiu do PRM. Ver Edgar Carone, *A República Velha II; evolução política*, São Paulo, Difel, 1977.
 8. Candidato às eleições presidenciais de março de 1930 com o apoio do Partido Republicano Paulista (PRP) e do presidente Washington Luís (1926-1930), Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas, que era apoiado pela Aliança Liberal, mas não chegou a tomar posse devido à revolução que rebentou em outubro seguinte.
 9. Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), advogado, jornalista e escritor, foi convidado em 1936 pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), onde permaneceu até aposentar-se em 1967. Graças a seus esforços, a cidade de Ouro Preto foi declarada monumento nacional. Ver Rodrigo Melo Franco de Andrade, *Rodrigo e seus tempos*, Rio, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, e *Rodrigo e o SPHAN*, Rio, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
 10. Quem escreveu um livro intitulado *Terra do ouro* foi o próprio Francisco Lopes Filho. Trata-se de um pequeno livro de episódios romanceados da história de Minas, publicado sob o pseudônimo de Flaminio Corso, com que assinava suas crônicas literárias e versos.
 11. Trata-se do livro de Carl R. Boxer, *A idade do ouro no Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969. Boxer refere-se ao livro de Francisco Antônio Lopes Filho, *Os palácios de Vila Rica - Ouro Preto no ciclo do ouro*, como "particularmente valioso pela sua copiosa documentação, retirada do Arquivo Mineiro".
 12. Trata-se de *A Escola de Minas*, publicado em 1923 e reeditado em 1931. O livro, que contém importantes informações sobre a escola e reúne a mais completa série de dados biográficos sobre os alunos que ali se diplomaram, teve uma terceira edição em 1959, patrocinada pela Associação dos Antigos Alunos da Escola de Minas e organizada pelo professor Pinheiro Filho.
 13. Em 1915, Gonzaga de Campos assumiu a direção do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado em 1907 e transformado em Departamento Nacional de Produção Mineral em 1933. Pires do Rio foi ministro da Viação do governo Epitácio Pessoa. Para maiores informações sobre a trajetória dos ex-alunos da Escola de Minas, ver José Murilo de Carvalho, *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, São Paulo, Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1978, p. 82-97.
 14. Claude Henri Gorceix formou-se em ciências físicas e matemáticas em 1866, na Ecole

Nationale Supérieure de Paris. Após um período de estudos na Grécia, voltou à França em 1874 e nessa época foi convidado por Pedro II a organizar o ensino de mineralogia e geologia no Brasil. Localizada na cidade de Ouro Preto, a Escola de Minas foi regulamentada pelo decreto de 6 de novembro de 1875, e suas aulas se iniciaram em outubro do ano seguinte. Para mais informações, ver José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 24-35.

15. Os troncos Mosqueira e Andrade têm importante posição na genealogia mineira. O cônego Trindade, no livro *Velhos troncos mineiros*, anota que os Mosqueiras, como seus antepassados portugueses, tinham em suas armas a inscrição: “Não descendemos de sangue cal; mas os reis descendem do nosso sangue”. O comendador Fernando Luiz Machado de Magalhães, membro da junta governativa de Minas logo após a Independência, representou a Câmara de Mariana na aclamação e sagração do imperador dom Pedro I. Era proprietário da famosa fazenda de Tesoureiro e pai de Antônio Luís Botelho Machado de Magalhães Mosqueira, o brigadeiro Mosqueira, administrador geral dos índios e um dos fundadores da Escola de Minas de Ouro Preto. O filho do brigadeiro Mosqueira, Francisco de Paula de Magalhães Mosqueira, casado com Celuta Bretas de Andrade, era avô de Lucas Lopes. Amaro Lanari (1886-1968), ao lado de Gil Guatimosin e Cristiano Guimarães, montou em 1917 a Companhia Siderúrgica Mineira, que, quatro anos depois, em função da associação com empresários belgas, tornou-se a Companhia Belgo Mineira. Em 1945, fundou com os filhos a siderúrgica Lanari S.A. Indústria e Comércio, com sede em Paracambi (RJ). Além da atividade empresarial, dedicou-se à política, empenhando-se no pós-30 na criação da Legião Mineira (ver nota 30) e ingressando na Ação Integralista Brasileira, onde teve importante atuação. Ver Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 82, e *DHBB*, op. cit.
16. Saturnino de Brito (1864-1929), especialista em engenharia sanitária, participou da construção de Belo Horizonte, dirigiu os estudos para melhoramentos de Vitória, participou da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo e encarregou-se dos projetos de saneamento de várias cidades do estado do Rio de Janeiro, além da cidade do Rio, então capital federal.
17. Nelson Lavenère Wanderley (1909-1985) foi ministro da Aeronáutica de 18 de abril a 14 de dezembro de 1964, no governo Castelo Branco.
18. Américo René Giannetti foi industrial ligado à fábrica de alumínio instalada em Saramenha, nas proximidades de Ouro Preto. Assinou o *Manifesto dos mineiros* em 1943 e, dois anos mais tarde, filiou-se à UDN e participou da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1947, com a eleição de Milton Campos para o governo de Minas, ocupou a Secretaria de Agricultura e deu início ao projeto de eletrificação do estado. Em 3 de outubro de 1950, quando Belo Horizonte conquistou sua autonomia política, foi eleito pela UDN prefeito da capital mineira.
19. Gustavo Capanema Filho (1900-1985) foi presença marcante na vida política e intelectual mineira e nacional a partir da década de 1930. Oficial de gabinete e secretário de Interior e Justiça de Olegário Maciel (1930-1933), participou da criação da Legião Mineira (ver nota 30) e em 1933, com a morte de Olegário, ocupou interinamente o governo de Minas. No ano seguinte foi nomeado por Vargas ministro da Educação e Saúde, cargo que exerceu até o fim do Estado Novo em 1945. A partir daí teve uma longa atuação parlamentar como deputado federal (1946-1959 e 1961-1970) e senador por Minas (1971-1979). Ver *DHBB*, op. cit.

20. Gaspar Silveira Martins (1835-1901), no fim do Segundo Reinado, chefiou na província do Rio Grande do Sul o Partido Liberal. Convidado por Pedro II a organizar o gabinete que deveria substituir o do Visconde de Ouro Preto, não chegou a tomar posse em virtude da proclamação da República por Deodoro, seu inimigo pessoal. Exilado, regressou logo depois ao Brasil e liderou no Rio Grande do Sul a malograda Revolução Federalista (1893-1895), que resultou do inconformismo do partido maragato ante o domínio ximango de Júlio de Castilhos, aliado do presidente Floriano Peixoto. Sem possibilidade de contestar o regime instituído em 15 de novembro de 1889, Silveira Martins pleiteava a implantação no país de uma república parlamentarista, opondo-se ao presidencialismo defendido por Castilhos. Ver Edgar Carone, op. cit., p. 97-144.
21. Artur da Silva Bernardes (1875-1955) nasceu em Viçosa (MG) e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1900. Em 1903 casou-se com Clélia Vaz de Melo, filha do senador Carlos Vaz de Melo, iniciando-se a partir de então sua militância política no PRM. Presidente do estado de 1918 a 1922 e presidente da República de 1922 a 1926, apoiou a Aliança Liberal em 1930, mas rompeu com o governo de Getúlio Vargas em 1932, quando se solidarizou aos revolucionários paulistas. Regressando do exílio em 1934 foi deputado federal de 1935 a 1937, assinou em 1943 o *Manifesto dos mineiros*, e em 1945 apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, mas logo depois desligou-se da UDN para criar o Partido Republicano. Eleito à Constituinte de 46, não conseguiu ser reeleger em 1950 e 1954, mas mesmo assim permaneceu na Câmara, pois seus correligionários mais votados cediam-lhe o lugar. Sua vida política foi marcada por irredutíveis convicções nacionalistas, tanto na luta contra a Itabira Iron como no apoio à Campanha do Petróleo e no combate ao acordo de internacionalização da Hiléia Amazônica. Ver *DHBB*, op. cit.
22. Trata-se de *A construção dos quartéis para o Exército*, São Paulo, s.c.p., 1931.
23. Luís Carlos Prestes (1898-1990) foi designado em 13 de setembro de 1922, ainda no posto de tenente do Exército, para a Comissão Fiscalizadora da Construção de Quartéis em Santo Angelo, Santiago do Boqueirão e São Nicolau, no Rio Grande do Sul. Insatisfeito com a falta de material necessário para fiscalizar as obras, pediu afastamento da comissão em fevereiro de 1923, só obtendo exoneração no final do ano seguinte. Sobre sua trajetória na Coluna Prestes e na liderança do movimento comunista no Brasil, ver *DHBB*, op. cit.
24. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), descendente de família preeminente no processo de independência do Brasil, nasceu em Barbacena e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891, na mesma turma de Afrânio de Melo Franco. Foi secretário de Finanças em Minas no governo Francisco Sales (1902-1906), prefeito de Belo Horizonte (1906), senador estadual e presidente da Câmara de Juiz de Fora e deputado federal pelo PRM de 1911 a 1917. Ministro da Fazenda de Venceslau Brás de 1917 a 1918, voltou ao Congresso nacional como deputado (1919-1925) e depois senador (1925-1926). Presidente de Minas a partir de 1926, ao ter sua candidatura à presidência da República vetada por Washington Luís, rompeu com o governo federal e, aliando-se aos estados do Rio Grande do Sul e Paraíba, formou em junho de 1929 a Aliança Liberal, em apoio à candidatura de Getúlio Vargas. Ao final de seu mandato, em setembro de 1930, passou o governo mineiro a Olegário Maciel. Após a vitória da Revolução de 30, fundou em Minas o Partido Progressista, com o objetivo de dar apoio político ao governo provisório de Vargas. Presidiu a Assembléia Nacional Constituinte de 1933-34 e a Câmara ordinária que se seguiu até maio de 1937, quando

- foi derrotado por Pedro Aleixo. Neste mesmo ano fundou em Minas o Partido Progressista Democrático para apoiar a candidatura presidencial de Armando Sales. Recolheu-se durante o Estado Novo, não tendo participado de nenhum movimento de resistência à ditadura. Em 1945 emitiu declaração de apoio à candidatura de Eduardo Gomes. Ver *DHBB*, op. cit.
25. Fernando de Melo Viana (1878-1954) foi presidente de Minas de 1924 a 1926 e vice-presidente da República no governo Washington Luís. Ao ser preterido pelo PRM na indicação do sucessor de Antônio Carlos em prol de Olegário Maciel, rompeu com o partido em outubro de 1929, distanciando-se assim da Aliança Liberal e formando a Concentração Conservadora, movimento encarregado da campanha de Júlio Prestes em Minas. Em 1945 foi eleito senador por Minas na legenda do PSD e presidiu a Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Permaneceu no Senado até morrer, em 1954. Ver *DHBB*, op. cit.
26. Olegário Maciel (1855-1933) foi deputado federal por Minas de 1894 a 1910, vice-presidente de Minas nos governos Raul Soares (1922-1924) e Melo Viana (1924-1926) e senador estadual de 1924 a 1930. Foi o último presidente de Minas eleito pelo PRM, tendo substituído Antônio Carlos em 7 de setembro de 1930. Em 3 de outubro seguinte deu início em Belo Horizonte às operações militares que desencadearam o movimento revolucionário que culminou, 21 dias depois, na derrubada do presidente Washington Luís. Embora o governo provisório de Vargas instalado em 3 de novembro de 1930 tivesse suprimido toda a situação política estabelecida pela República Velha, nomeando interventores nos estados, Olegário continuou no governo mineiro, fazendo questão de preservar o título de presidente estadual e de exercer em toda a sua plenitude o mandato que terminaria em setembro de 1934. Morreu um ano antes, no exercício do governo. Ver *DHBB*, op. cit.
27. Pedro Demóstenes Rache (1879-1959) formou-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1901 e exerceu várias atividades em Belo Horizonte, tanto no serviço público como na iniciativa privada. Foi deputado classista na Constituinte de 1934 e na Câmara ordinária que se seguiu, até 1937. Já no Estado Novo, foi membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, defendeu a implantação da indústria siderúrgica no país e foi favorável à proposta da Itabira Iron de assumir o monopólio do transporte ferroviário do vale do rio Doce. Foi diretor do Banco do Brasil de 1940 a 1949 e publicou várias obras ligadas às áreas de engenharia e mineração. Ver *DHBB*, op. cit.
28. Augusto Maynard Gomes (1886-1957) nasceu em Sergipe e teve intensa vida política desde a participação, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, na Revolta da Vacina em 1904, até a presença, já como oficial, nas revoltas tenentistas da década de 1920. Com a vitória da Revolução de 30, foi nomeado interventor em seu estado, cargo que ocupou até 1935 e ao qual retornou de 1942 a 1945. Foi ainda senador por Sergipe de 1947 a 1951 e de 1955 a 1957. Ver *DHBB*, op. cit.
29. Em 18 de agosto de 1931 reuniu-se em Belo Horizonte a convenção do PRM, num ambiente de generalizada hostilidade ao governo de Olegário Maciel. Um grupo de convencionais, estimulado pelo presidente do partido, Artur Bernardes, e conduzido por Bias Fortes e Virgílio de Melo Franco, resolveu desencadear uma operação visando a derrubada do presidente do estado. Sintonizados no Rio de Janeiro com o ministro da Fazenda Osvaldo Aranha e o general Góis Monteiro, os golpistas decidiram marchar sobre o palácio da Liberdade, para onde já se encaminhara o coronel Pacheco de Assis, comandante da guarnição federal local, com uma intimação a Olegário para que renunciasse. O golpe foi desarticulado pela ação do

secretário de Interior, Gustavo Capanema, que protegeu o palácio com batalhões reforçados da Força Pública. Ver *DHBB*, op. cit.

30. Logo após a vitória da Revolução de 30, os tenentes resolveram criar uma organização política de apoio ao governo revolucionário, a Legião de Outubro, que em Minas tomou o nome de Legião Mineira ou Legião Liberal Mineira. Apoiada por Olegário Maciel, a organização adquiriu caráter oficial, mas em 1933 foi incorporada pelo Partido Progressista, fundado pelo próprio Olegário e Antônio Carlos de Andrada. Ver *DHBB*, op. cit.
31. A tradução portuguesa do livro de Orison Swett Marden foi publicada em 1924 pela Casa Editora de A. Figueirinhas, Porto.

CAPÍTULO 2

Na ponta dos trilhos

As estradas de ferro mineiras

A Estrada de Ferro Oeste de Minas, onde o senhor começou a trabalhar ainda estudante, era uma empresa pública?

Todas as estradas de ferro do Brasil, com exceção da Leopoldina, da Great Western e da São Paulo Railway, eram empresas públicas, pertenciam aos estados ou à União. Algumas delas foram construídas por empresas privadas, mas logo depois caíram nas mãos de uma entidade do governo. A Estrada de Ferro Oeste de Minas, por exemplo, pertencia à União, fazia parte do sistema federal. Mas logo depois da Revolução de 30 foi transferida para o governo de Minas, juntamente com Estrada de Ferro Sul Mineira e a Estrada de Ferro Paracatu, formando a Rede Mineira de Viação. Uma das reivindicações de Minas na época da revolução foi controlar as estradas de ferro, porque fora através delas que Washington Luís havia feito uma pressão muito grande sobre os mineiros.

A história da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas é interessante. Era uma pequena estrada construída com capitais da cidade de São João del Rei, incluindo venda de ações às lavadeiras, à pequena população. Saindo de São João del Rei, a estrada tinha um ramal que ia para Barbacena e outro que seguia rumo ao vale do São Francisco. Já a rede da Sul Mineira era maior, partia de Cruzeiro e cobria toda a região sul do estado. A Paracatu foi iniciada pelo governo mineiro, mas não tinha muita importância, era só um pequeno apêndice.

Todas essas estradas eram pobres, dotadas de poucos recursos técnicos. A Oeste de Minas tinha uma bitola de 76 cm – menos de um metro –

era bastante precária. Com o tempo os ramais foram se interligando e formando uma rede, mas as condições não melhoraram. Não havia grandes linhas de penetração, exceto o tronco que fazia parte do plano inicial do Barão de Mauá, ligando o Rio de Janeiro à parte navegável do São Francisco, ou seja, Pirapora. Esse tronco era a Norte-Sul da época: a Estrada de Ferro Central do Brasil.

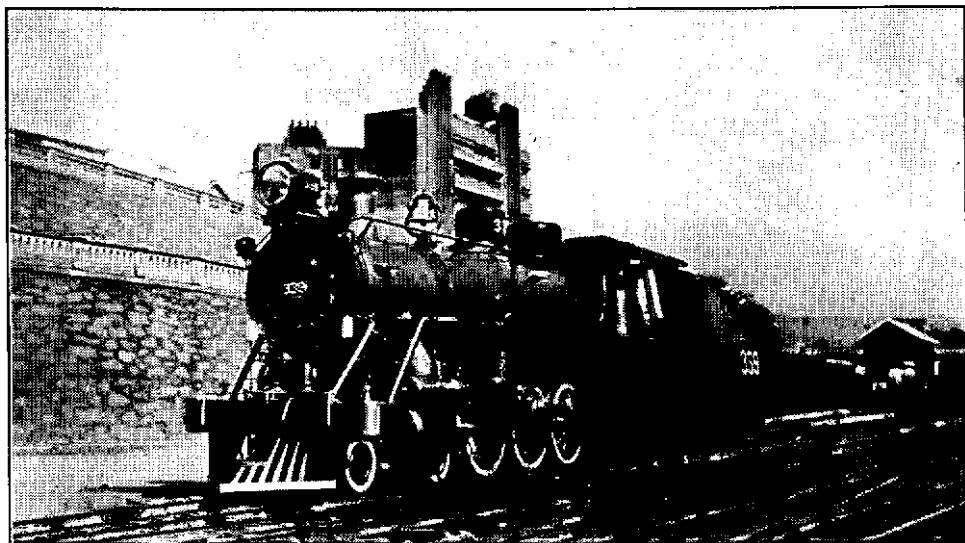
Ao serem construídas, essas pequenas estradas tinham um sentido econômico?

É claro. As estradas de ferro em Minas foram as grandes pioneiras do desbravamento de áreas para a cultura do café. As safras eram reunidas nas estações e dali transportadas para os centros mais importantes. A Oeste de Minas vinculava-se à Central do Brasil em Barra Mansa, e dali sua carga era levada para o Rio de Janeiro e Angra dos Reis.

Fazia-se também o transporte de minério de ferro?

Pouco. Antigamente a exportação de minério de ferro pelo porto do Rio de Janeiro era bastante fragmentária. A St. John del Rey Mining Company, que explorava minério no vale do Paraopeba, tentou produzir aço na Inglaterra, de modo que fazia algumas exportações, mas não em grande escala. O grande projeto de exportação surgiu com a Itabira Iron, que mais tarde se transformou na Companhia Vale do Rio Doce.¹ Na época da criação da Vale, durante a guerra, cresceu a exportação de minério e sobretudo de manganês.² E a partir daí, também, o minério passou a ser transportado regularmente para abastecer Volta Redonda.³

Logo após a Revolução de 30, foi feito em Minas um estudo importante visando criar condições para a exportação de minério pelo porto de Angra dos Reis. Foi um trabalho feito por José Bretas Bhering, pai do Mário Bhering, Juca Brandão, Gil Guatimosin e Amaro Lanari, que imaginaram um tronco ligando Lafaiete, Bom Jardim e Angra. Em escala muito menor, era o traçado da Ferrovia do Aço, que hoje está sendo construída. Lembro que participei desse projeto como desenhista, preparando mapas das regiões onde a linha deveria passar. Naquela época, o grupo que estava no poder junto com Olegário Maciel tentou construir uma usina siderúrgica em Lafaiete. Foi uma luta centralizada na Rede Mineira de Viação, que pretendia localizar a siderúrgica na área onde hoje está a Açominas. Depois de Olegário, Benedito Valadares⁴ continuou tentando instalar a usina siderúrgica em Minas, mas acabou vingando o projeto de Volta Redonda, preparado por Edmundo de Macedo Soares.



Locomotiva a vapor da Rede Mineira de Viação. Belo Horizonte, década de 1930.

A oficina de Divinópolis

Como foi sua experiência pessoal de trabalho na Oeste de Minas e em seguida na Rede Mineira de Viação?

A entrada na Oeste de Minas como desenhista diarista do Departamento de Locomoção foi uma oportunidade muito importante para mim, sobretudo porque tive como chefe imediato uma das figuras humanas mais marcantes com que lidei em minha vida, o engenheiro Aquiles Lobo. Era um homem aberto a todas as discussões, interessado em filosofia, admirador de Poincaré, que me obrigou a ler e a discutir muito. Foi realmente um orientador, um homem que abriu meu horizonte para outras leituras além daquelas da faculdade ou dos jornais da época.

Assim que me formei, Aquiles Lobo me indicou para subchefe e logo depois chefe da oficina de reparos da Rede Mineira em Divinópolis. Esta também foi uma experiência fantástica. Divinópolis era uma cidade grande para a época, mas muito pobre. E desde o primeiro dia pude verificar como é martirizante o barulho de uma oficina ferroviária para quem não está treinado. Lembro que depois desse primeiro dia voltei no fim da tarde para o hotel, que ficava defronte da praça da estação, e sentei ali no passeio para conversar. De repente ouvi um tiroteio e foi um corre-corre. Era um marido que tinha matado o amante da mulher. Aquilo me deixou realmente assustado, porque eu era um menino e no dia seguinte teria de dirigir uma oficina com seiscentos homens, sem contar os trezentos maquinistas e foguistas. Era uma oficina imensa, e eu sozinho. Foi um período de autodidatismo puro.

Que tipo de problemas o senhor teve que enfrentar?

Pertenci a uma geração que entrou para o setor ferroviário numa época em que o problema da evolução técnica das estradas de ferro se tornou muito agudo. As redes eram relativamente pobres, deficitárias, dependiam de verbas do Tesouro, mas precisavam se modernizar. E havia uma margem para a melhoria do trabalho e do rendimento que precisava ser explorada. Minha tarefa na Rede Mineira de Viação – tarefa fundamental em minha vida – foi justamente transformar uma oficina que produzia pouquíssimo numa oficina produtiva.

Logo de início fiz um programa de racionalização, de modo a trazer para Divinópolis todas as máquinas operatrizes, tornos, frezadoras, plainas, máquinas de furar etc., que estavam espalhadas em vários depósitos da Rede Mineira. Procurei em seguida fazer um plano conjunto de operação, de modo a transformar a oficina num centro de reparação pesada e de construção de locomotivas e vagões. Como na época todas as locomotivas eram a vapor, tornei-me um especialista em locomotivas a vapor, com grande pesar para mim mais tarde...

Poderia nos descrever em linhas gerais esse plano de operação da oficina que o senhor elaborou?

Primeiro, era preciso analisar os tipos de demanda de reparação que mais ocorriam. Depois, era preciso programar as reparações em função do ritmo das diversas operações. A reparação de uma locomotiva inclui o desmonte, a reparação da braçagem, das rodas etc., e cada uma dessas operações é feita por

uma seção diferente. Não se podia distribuir as ordens de serviço na medida em que a locomotiva chegava e o mecânico ia desmontando. Era preciso haver uma programação prévia. Fiz então uma espécie de regra de cálculo grande, em que as etapas de reparação de cada locomotiva eram programadas de modo a evitar a sobrecarga de ordens para uma mesma seção – não adiantava, por exemplo, pedir à oficina de fundição peças de bronze para dez locomotivas na mesma época. Foi este o mecanismo da programação. E com ele pudemos estabelecer os fluxos de seqüência das operações.

Esse trabalho que fiz na Rede Mineira foi um instrumento muito bom de formação intelectual, pois me obrigou a ler muito sobre organização racional do trabalho, a estudar como funcionavam as oficinas de reparação no mundo inteiro. Tratava-se de um setor que tinha uma projeção muito grande, pois como o automóvel não existia na escala em que existe hoje, grande parte da literatura de engenharia de transportes era relativa à construção naval e ferroviária. Eu mesmo tive a oportunidade de publicar trabalhos sobre a minha área.

Que tipo de trabalhos o senhor publicou então?

Antes é preciso dizer que as estradas de ferro paulistas, a Sorocabana, a Paulista e a Mogiana, eram na época as grandes escolas da moderna engenharia ferroviária. O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, ligado à Estrada de Ferro Sorocabana, reunia engenheiros e técnicos do Brasil inteiro para conferências periódicas em que se debatiam os problemas de recuperação e racionalização das estradas de ferro. E havia nesse centro uma grande influência do grupo que mais tarde criou o IPT – o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e o IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho.⁵ O IPT teve como grande líder o engenheiro Ari Frederico Torres, que mais tarde viria a ser presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. E o IDORT tinha o professor Mange, um suíço que ensinava organização racional do trabalho, o professor Walther, psicólogo, e Italo Bologna, que mais tarde foi um dos criadores do Senai. Eu pertencia a um grupo isolado de Minas, mas passei a ter uma ligação grande com esse grupo de São Paulo. Quando começou a circular a revista do IDORT, uma revista que exerceu enorme influência durante muito tempo, publiquei nela uns três ou quatro artigos sobre Divinópolis. Eu tinha necessidade de escrever sobre minhas atividades e publiquei uma série de trabalhos, não só na revista do IDORT, mas em vários outros lugares.

Lembro que o primeiro trabalho que publiquei foi sobre a técnica de freagem. Tenho um outro muito interessante que é o único artigo que conheço

sobre combate a acidentes numa oficina ferroviária. Fiz uma campanha contra acidentes em Divinópolis que foi um grande sucesso, porque protegi máquina por máquina para que nenhuma correia saísse, nenhuma engrenagem atingisse ninguém. Um dos últimos trabalhos que escrevi nessa época foi um estudo sobre a mecânica das molas dos veículos ferroviários. Era um estudo cheio de gráficos e equações, e foi publicado na *Revista do Clube de Engenharia* do Rio de Janeiro. Acontece que na hora de imprimir fizeram um pastel com os gráficos e equações, e nem eu mesmo consegui ler o artigo. Mas todo o mundo achou que devia ser genial! Um artigo sobre molas, que ninguém conseguia entender, só podia ser genial...

Nessa fase da Rede Mineira, portanto, o senhor se aperfeiçoou em engenharia ferroviária e em organização racional do trabalho.

Sim. Foi basicamente aí que comecei a pensar em organização racional do trabalho, na necessidade de se criar institutos de pesquisa e de se fazer planejamento. Na época, toda a minha noção de planejamento reduzia-se a planejamento físico, eu não tinha formação de economista. Foi aí que comecei a ler um pouco de economia, a comprar livros. Na época eram principalmente livros franceses, o velho Gide, Stanley Jevons, Pareto, Sismondi...⁶ Eu sentia a necessidade de uma formação em economia, mas não tinha um mestre.

Mas o senhor aplicou o taylorismo na oficina de Divinópolis.

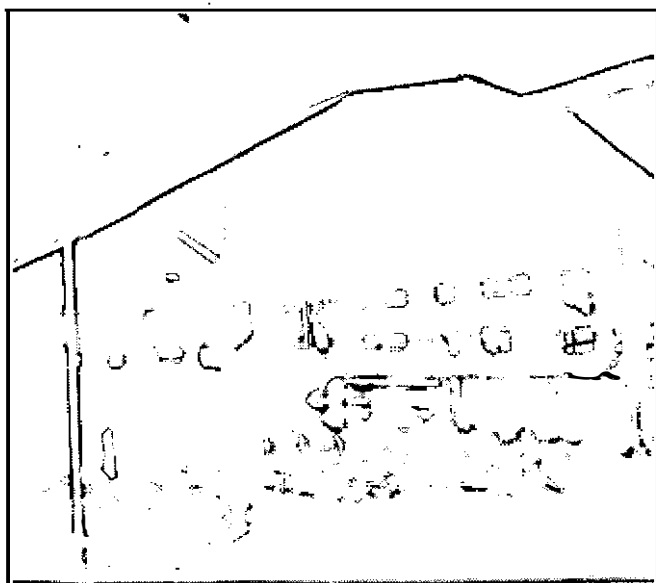
Sim. Li Taylor, li Fayol, todos eles. Praticava as teorias de Taylor, mas não as discutia. No fundo fazia uma mistura de taylorismo com fordismo. Foi Ford quem lançou a idéia da correia transportadora, do fluxo de trabalho.⁷

E o senhor considera que a experiência foi bem-sucedida?

Ah, sim. A oficina de Divinópolis era muito antiga, muito desorganizada, e com a nova programação teve sua capacidade aumentada, tornou-se altamente produtiva. Tanto que quando fui transferido de Divinópolis para a Divisão de Transportes em Lavras, estava havendo um Congresso Ferroviário em Belo Horizonte, e um grupo de ferroviários do Brasil inteiro foi visitar a oficina, que estava nova, recém-pintada e produzindo muito. Foi uma experiência muito boa, mas fui obrigado a interrompê-la porque permanecendo em Divinópolis eu

não teria possibilidade de promoção. Para ser promovido, eu precisava esperar que morresse o chefe do Departamento de Locomoção. Já em Lavras eu poderia subir na carreira.

Mais ou menos por essa época ofereci-me ao Israel Pinheiro,⁸ que era amigo do meu pai e estava como secretário de Agricultura do governo Valadares, para ajudá-lo a criar um Instituto de Pesquisa Tecnológica em Minas. Eu sentia que um dos entraves ao desenvolvimento econômico de Minas era a inexistência de um órgão de pesquisa tecnológica. Tentei fazer testes de tecnologia em Divinópolis, mas não havia no estado um órgão que realizasse estudos básicos sobre o aço, o bronze etc. Nossas escolas tinham laboratórios muito pobres: a Escola de Minas de Ouro Preto tinha um laboratório de geologia, e a Escola de Engenharia de Belo Horizonte tinha uma oficina mecânica bastante precária. Não tínhamos professores, não tínhamos técnicos, e eu tive uma visão muito clara de que Minas precisava de qualquer coisa como o IPT de São Paulo. Aconteceu depois de me ter oferecido para ajudar o Israel, surgiu a oportunidade de eu vir para o Rio de Janeiro, esqueci o assunto e ele também. Mas algum tempo depois, quando ele deixou a secretaria, sugeri ao Valadares que eu o substituisse, especialmente porque eu havia conversado muito com ele sobre o problema do desenvolvimento da tecnologia.



Galpão de reparação de truques na oficina da Rede Mineira de Viação em Divinópolis.

Os bondes da CAEEB

Que oportunidade foi essa que o senhor teve de vir trabalhar no Rio de Janeiro?

Recebi um convite para trabalhar na CAEEB, Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária da American and Foreign Power.⁹ Licenciei-me da Rede Mineira de Viação e fui contratado para fazer um estudo sobre a minha especialidade, ou seja, fazer um balanço do sistema de bondes que a companhia mantinha no Brasil inteiro: Natal, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. Visitei todas essas cidades, com a incumbência de preparar relatórios sobre a possibilidade de recuperação de algumas linhas e de avaliar o próprio destino a ser dado aos serviços de bondes, que eram altamente deficitários e representavam um ônus para as companhias de eletricidade. De modo que durante algum tempo especializei-me em bondes, o que me deixou profundamente triste, porque eu antes me havia especializado em locomotiva a vapor, que já era peça de museu, e sabia que o bonde também iria para o museu num prazo muito curto.

Que impacto teve para o senhor trocar Minas Gerais pela capital federal?

Vim para o Rio depois de um choque emocional grande. Perdi uma filha de três anos de idade de uma forma bárbara, de disenteria amebiana, numa época em que sequer existia a sulfa. Minha mulher e eu sofremos um choque tremendo e decidimos buscar um novo ambiente. Viemos então para o Rio e vivemos algum tempo aqui. Eu recebia um bom salário, morava na praia do Russel, tomava o bonde para ir para a cidade, onde tinha um escritório bonito, vivia uma vida modesta, mas estimulante. De um lado, fui obrigado a falar e a escrever relatórios em inglês, que era a língua normal da American and Foreign Power. De outro, familiarizei-me com a análise financeira de custos, o que veio completar a minha formação de engenheiro, acrescentando o lado do planejamento econômico. Essa era a parte mais importante do trabalho na American and Foreign Power.

Embora tivesse escritório no Rio, a CAEEB não tinha concessão na cidade.

Não. Eles tinham apenas uma pequena usina em Niterói, tinham a usina Alberto Torres, na saída para Belo Horizonte, que fornecia energia a poucas cidades em torno do Rio, e tinham o serviço de bondes de Petrópolis. Lembro disso porque fui visitar Petrópolis no momento em que estavam sendo retiradas suas linhas de bonde, e os veículos estavam sendo enviados para Pelotas. Como mineiro, fiquei feliz em ajudar na venda dos bondes para os gaúchos, revertendo a piada popular da época...

Na CAEEB o senhor estava ligado apenas aos serviços de bondes ou também participava do setor de energia elétrica?

Estava ligado só à área de bondes. O bonde não tinha importância no setor de energia elétrica, pois seu consumo era relativamente pequeno, muito menor do que o de outros consumidores industriais. De modo que nunca houve problemas de maior importância em relação à energia.

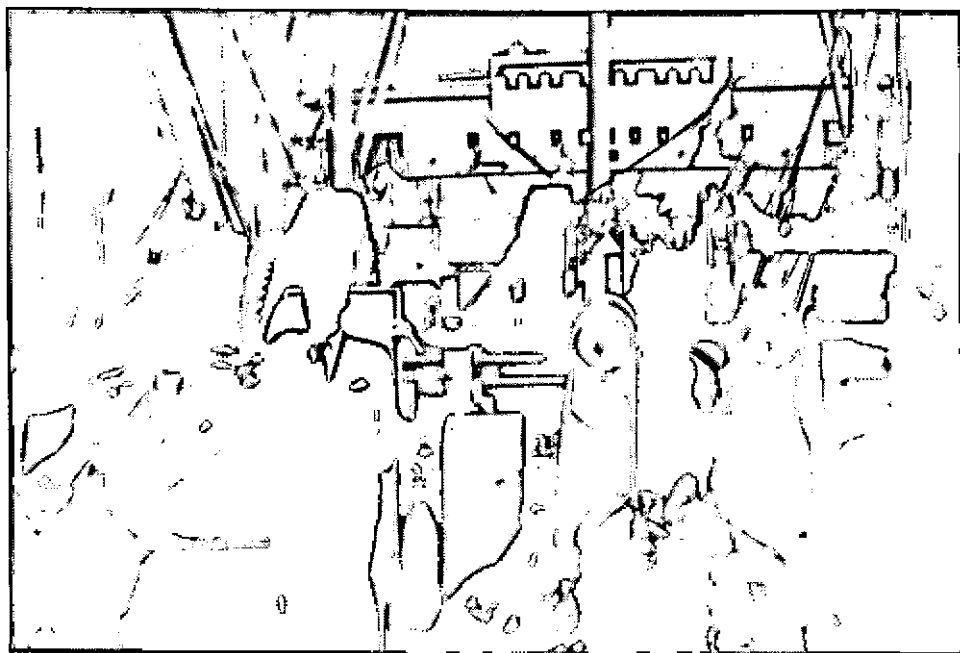
No meu setor havia muito pouca gente. Havia um brasileiro, Bill Crocker, falecido há alguns anos, e o engenheiro Edgard Fagnani. Aqui no Rio éramos praticamente só nos três. Em cada cidade havia também um encarregado, um gerente. Em Recife era Jack Romagnelli, em Salvador o Jorge Pedreira, homem defamília tradicional na Bahia. Meus contatos com os outros engenheiros da CAEEB, como John Cotrim, por exemplo, eram muito acidentais, de porta de elevador. Eles tinham uma vida muito dedicada, faziam trabalho de pesquisa, de campo, era outra linha de atividade. Não havia grande entrosamento.

O que o senhor pôde observar em relação aos sistemas de bondes nas cidades que visitou?

Quando visitei Recife, por exemplo, sentei junto do motorneiro e percorri todas as linhas de bonde da cidade. Eram cinco grandes linhas, e examinei a situação de cada uma, anotando o que seria necessário fazer para transformá-las em linhas eficientes. E minha conclusão, em todas as cidades, foi de que todas as linhas eram muito precárias. Naturalmente eu discutia com os encarregados locais como obter recursos para recuperá-las. Eles levantavam o problema das tarifas, e a conclusão a que se chegava era que, nas mãos de empresas privadas, especialmente americanas, era politicamente inviável se obter tarifas adequadas que permitissem cobrir os custos, ou seja, comprar equipamentos novos, renovar as vias permanentes, instalar sinalização.

Se as tarifas fossem majoradas, a população poderia pagá-las?

Não gostaria de pagar, mas o que aconteceu foi que acabou ficando sem os bondes. Chegou-se a um ponto em que as companhias não puderam mantê-los e retiraram os trilhos de quase todo o país. Houve um desses impasses de incapacidade governamental para manter e modernizar o sistema. Em vários lugares do mundo continuam a operar bondes excelentes, silenciosos, com tráfego muito bom. É claro que esta não é a solução para as grandes cidades brasileiras, para as grandes massas que vêm do subúrbio. Mesmo mantidos os bondes, no fim de algum tempo seria preciso caminhar para o pré-metrô, o metrô, o trem de subúrbio, estes sim capazes de transportar uma grande massa de passageiros rapidamente.



Lucas Lopes a bordo do navio Neptunia, regressando do Rio Grande do Sul após inspecionar o sistema de bondes de Porto Alegre e Pelotas.

A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia

Depois da CAEEB, para onde o senhor foi?

Devo ter trabalhado uns seis ou sete meses na CAEEB e em seguida fui para Corumbá, onde passei outros sete ou oito meses. Fui contratado pela Sotema, Sociedade Técnica de Materiais, para fazer a montagem das locomotivas e vagões para a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. Não sei como a Sotema ganhou a concorrência para o fornecimento de locomotivas para a Brasil-Bolívia, porque quando fui trabalhar lá o contrato da empreitada com a Bolívia já havia sido assinado em La Paz, e nunca tomei conhecimento dos detalhes relativos ao fornecimento de equipamentos.

A Sotema era uma *trade* de importação de equipamentos de várias naturezas. Representava no Brasil os equipamentos de construção da Allis Chalmers, que ainda é uma companhia grande, mas na época era equivalente à General Electric ou à Westinghouse. Eram fabricantes de tratores e máquinas de construção rodoviária. Embora não tivesse representação exclusiva, a Sotema também importava locomotivas da Baldwin Locomotive Company.

A Sotema era uma firma que congregava mineiros e paulistas: estavam lá Othon Barcelos, um mineiro de muito boa tradição, Roberto Simonsen Jr., filho do mestre Roberto Simonsen, e Lauro Parente, um grande engenheiro que depois deixou a Sotema para fazer a Mafersa. De início a Mafersa obteve a concessão da Budd Company para a montagem de carros, e em seguida construiu uma fábrica de vagões e carros de passageiros para o subúrbio no vale do Paraíba. Da Sotema surgiu ainda a Sofunge, uma fábrica de rodas de ferro fundido e endurecido. Esta técnica foi aliás iniciada por mim e pelo engenheiro Geraldo Albergaria, meu companheiro em Divinópolis, para substituir a roda de aço forjado, já que não tínhamos aço nem forjaria. Embora precária, ela permitiu que durante a guerra os vagões continuassem rodando. Mas a Sofunge em pouco tempo tornou-se uma grande fundidora, e quando surgiu a indústria automobilística passou a fabricar blocos de motor.

Qual foi a origem da construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia?

A Estrada de Ferro Brasil-Bolívia foi o resultado de um acordo de liquidação da dívida que o Brasil assumiu com a Bolívia quando incorporou o

território do Acre. A compensação à Bolívia através da construção da estrada foi decidida pelo Tratado de Petrópolis, e as obras se iniciaram ainda no primeiro governo Vargas. E aí ocorre um fato interessante. Trabalhei na fase inicial da construção, na ponta do trilho, em Corumbá. Os anos giraram, e um dia me vi ministro da Viação do governo Café Filho. Por essa época a estrada ficou pronta, e eu, como ministro, tive a honra de fazer o discurso de inauguração da Brasil-Bolívia em Santa Cruz de la Sierra, onde recebi a Gran Cruz del Condor de los Andes e conheci Paz Estensoro, Siles Suazo e outros jovens que haviam derrubado uma férrea ditadura militar. De modo que minha vida deu um salto: saí da ponta do trilho para alguns anos depois inaugurar a estrada de ferro ao lado do presidente Café Filho.¹⁰

Quais eram suas funções na construção da Brasil-Bolívia?

A Sotema ficou incumbida de construir uma oficina relativamente modesta ao lado da base naval de Ladário, junto a Corumbá. Nessa base, nós recebíamos os vagões e locomotivas que vinham desmontados ao longo do rio Paraguai. Eram locomotivas novas, da Baldwin Locomotive Company, e nosso trabalho era montá-las. Recorri muitas vezes ao estaleiro da Marinha em Ladário para buscar auxílio, pois as dificuldades eram grandes.

Sua permanência em Corumbá coincidiu com o início da guerra?

Sim. Fui para Corumbá num dos últimos vôos da Sindicato Condor, que mais tarde se transformou na Cruzeiro do Sul. Era o trimotor Junkers, de asas largas, que planava como se fosse uma ave. O avião era lento, mas o vôo era extremamente emocionante. Saía-se do Rio, ia-se a São Paulo, depois Bauru, Três Lagoas, Campo Grande e Corumbá. Era uma viagem de dia inteiro. Na volta já não pude vir de avião, porque veio a guerra e ficamos isolados.

Corumbá sofreu muito durante a guerra porque não tinha energia hidrelétrica, possuía apenas uma usina a diesel, e quando o diesel começou a escassear, tivemos racionamento. Tínhamos energia elétrica durante o dia para o trabalho nas empresas, mas às sete horas da noite tudo era desligado e ficávamos sem luz. Mesmo na oficina da Sotema tivemos que improvisar máquinas de soldar ligando-as a motor de automóvel com equipamento elétrico precário. Foi uma aventura muito interessante: como viver no mato durante a guerra.

A oficina da Sotema chegou a sofrer algum colapso?

Não. Mas havia muitas dificuldades, faltavam peças, faltavam parafusos, porcas, coisas desse tipo. Tinha-se que fazer um esforço muito grande para manter uma logística adequada. A Sotema foi muito bem organizada sob esse aspecto, tinha uma equipe muito boa: um grupo em São Paulo, outro em Bauru e outro em Campo Grande, além do pessoal de Corumbá. Essas equipes encarregavam-se de comprar as peças em falta e de mobilizar pessoal para levar para Corumbá. Tivemos problemas para conseguir mecânicos e soldadores.

Quem era o responsável pela construção da ferrovia?

Havia em Corumbá a Comissão Mista Brasil-Bolívia, que tinha como engenheiro-chefe Alberto Whately, uma grande figura, e como subchefe um coronel do Exército de muito boa capacidade. A Comissão era um escritório técnico de projetos. As obras de terraplenagem e construção eram feitas por empreiteiras brasileiras. A mais importante era a J. O. Machado, firma mineira que associava J. O. Machado e Amaro Lanari – o Lanari esteve lá com os filhos, trabalhando num dos trechos mais importantes da construção, em El Portón. Outra firma era a Dolabela-Portela, conhecida empreiteira de construção de estradas. Naquela época estava-se na primeira fase de mecanização da construção de estradas de ferro; até então usava-se burro, carroça e braço. Os primeiros tratores Allis Chalmers foram introduzidos pela empreiteira do Lanari e fornecidos pela Sotema.

Essa sua experiência no oeste do país alertou-o na época para a necessidade da transferência da capital para o interior, tal como iria ocorrer no governo JK?

Eu diria que naquele momento não pensei em transferência de capital. Mas a permanência naquele ponto da divisa com a Bolívia me alertou para o problema das nossas fronteiras. Sempre tive uma curiosidade geopolítica, e ali em Corumbá pude observar aspectos interessantes. O Brasil deslocou suas fronteiras até o rio Paraguai, mas, na altura da Bolívia, os portugueses não quiseram se limitar à margem esquerda do rio, que era a área do pantanal. Ocuparam, então, na margem direita, grande parte do maciço de Urucum, e aí localizaram Corumbá. Com isso, a Bolívia perdeu o acesso ao rio, ao contrário do Paraguai, que tem nele sua divisa com o Brasil. Fomos uns colonizadores muito rudes, mas também muito lúcidos.

Corumbá cresceu, é hoje uma grande cidade, e tornou-se um entreposto comercial para todo o leste da Bolívia. Hoje, esta é também uma área de distribuição de drogas e de contrabando de veículos. No meu tempo não existia isso, porque inclusive não havia rodovias até lá. Só se podia ir de trem até Porto Esperança, que era o ponto final da Estrada de Ferro Noroeste, e daí a Corumbá embarcava-se num velho navio que havia tomado parte na Guerra do Paraguai, chamado *Fernandão*. Esse navio levava correspondência, material, veículos etc. Quando saí de Corumbá, deslocado para Vitória, peguei o *Fernandão* e passei uma noite viajando até Porto Esperança para aí pegar o trem.



Amaro Lanari ladeado por Vera Lopes Lanari e Amaro Lanari Jr. durante a construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, em Corumbá.

A criação da Vale do Rio Doce

Como se deu essa nova mudança de trabalho que resultou na sua transferência para Vitória?

Fui chamado pelo Israel Pinheiro, que acabara de ser nomeado presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Ele queria inicialmente que eu assumisse uma posição na diretoria da Estrada de Ferro Vitória-Minas, pois sabia que o projeto da Vale do Rio Doce implicava a compra de um grande número de vagões e locomotivas, financiados pelo Eximbank. Convidou-me então a preparar a Vitória-Minas para receber e iniciar a montagem desses vagões.

Desloquei de Corumbá uma equipe da Sotema para um lugar ao lado de Vitória chamado Itacibá, e ali montamos uma oficina em enormes galpões de madeira para começar a trabalhar. Além da montagem, fiz também a recuperação dos vagões já existentes na Vitória-Minas, que estavam um tanto abandonados. Nessa época tive a oportunidade de fazer bons relacionamentos e também de conhecer de perto problemas como o da exportação de minério, do porto de Vitória, que era um gargalo de difícil solução. Vivi muito de perto o problema da exportação de minério.

Este foi o seu primeiro contato com a questão da exportação de minério?

Esta é uma conversa que levaria três horas... Eu já conhecia o problema da exportação de minério porque nasci em Ouro Preto, na rua Direita, e morava ao lado da casa do professor Clodomiro de Oliveira, que tinha sido secretário de Agricultura de Artur Bernardes e o mentor de sua campanha contra a exportação de minério pela Itabira Iron. Eu o conhecia de tradição, e mais tarde li seus livros sobre a Itabira. Mais tarde ainda, quando vim a estudar o problema da Hanna Mining, li o próprio contrato da Itabira e muitos outros documentos.

Minas foi durante muito tempo uma área de sonho para o minerador de minério de ferro. Em 1910 houve um Congresso Internacional de Mineração na Suécia, e um balanço das reservas de minério de ferro existentes no mundo levou à conclusão de que no século XX só existia ferro bom, em condições de ser explorado, no Brasil, e especialmente em Itabira. O resto já estava mais ou menos terminando. Houve então uma corrida de candidatos, e todos os grandes empresários vieram para cá comprar minas. Não conheço a lista completa das empresas

que vieram para o Brasil, mas é sabido que a mais importante foi a Itabira Iron, do Percival Farquhar.

Farquhar comprou a mina de Itabira e montou um esquema para reconstruir a estrada de ferro e o porto a fim de poder exportar. Não era um homem de grande fortuna, capaz de fazer tudo sozinho, mas era um grande *promoter*. Se achasse que um projeto valia a pena, conseguia recursos para ele, como aconteceu com a estrada de ferro do Acre. Foi uma das figuras mais importantes para a economia brasileira como promotor e aventureiro, um homem muito interessante. Eu o conheci velho, gastando seu último dinheirinho para construir a Acesita no Brasil. Morreu aqui, pobre, construindo a Acesita, depois de ser perseguido e xingado de uma forma tremenda. Foi uma figura controversa e ousada sobre a qual se deveria fazer um estudo mais justo e positivo.¹¹

*O contrato da Itabira causou grande polêmica no Brasil. Se havia os que o combatiam, como Bernardes e Clodomiro de Oliveira, também havia defensores, como Daniel de Carvalho.*¹²

O contrato da Itabira só não teve curso porque veio o golpe de 37. Naquela época o contrato havia sido mandado para o Congresso, onde recebeu críticas, mas foi apoiado pelo relator Daniel de Carvalho, que era favorável à sua aprovação. Com o golpe de 37 fechou-se o Congresso e nunca mais se falou no assunto. Mas com a guerra, houve uma urgência de fornecimento de minério de ferro de boa qualidade, e sobretudo de manganês, os dois grandes problemas que os Aliados enfrentavam. Surgiu então um plano de exportação, que resultou na criação da Companhia Vale do Rio Doce. O governo brasileiro fez um acordo com Farquhar, encampou as minas e recebeu financiamento do governo americano para terminar a Estrada de Ferro Vitória-Minas, reequipá-la e se preparar para exportar três milhões de toneladas de minério em poucos anos. Esse financiamento à Companhia Vale do Rio Doce foi paralelo à concessão do empréstimo à Siderúrgica de Volta Redonda. O Brasil concordou em exportar minério, mas ao mesmo tempo implantou a indústria siderúrgica. Foram contratos paralelos e politicamente vinculados um ao outro.

A Companhia Vale do Rio Doce foi portanto criada em função da economia de guerra.

Sim, para atender às necessidades geradas pela guerra. Os Estados Unidos ainda não tinham recursos disponíveis para fornecer minério americano

para a Europa. E a Europa estava sendo dominada e não tinha onde buscar minério senão do outro lado do Atlântico. Os Aliados poderiam descobrir novas minas, mas naquele momento nós éramos a alternativa mais lógica.

O projeto da Vale do Rio Doce evoluiu ao longo dos anos, e Israel Pinheiro foi um homem-chave na companhia. Quando deixei Vitória, afastei-me desses problemas e só muito tempo mais tarde é que voltei a lidar com a Vale, já como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no governo Kubitschek. Eu insistia em que a exportação de minério em grande escala devia ser um dos objetivos mais importantes do Programa de Metas. Mas isso já foi em outra época.

Ainda na fase inicial, como funcionava a Vale do Rio Doce?

A Vale do Rio Doce foi instalada no escritório da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que ficava num sobrado na rua do Rosário, no Rio de Janeiro. Era uma sobreloja, um verdadeiro pardieiro. Estavam lá Israel Pinheiro, Paulo Costa, seu companheiro da vida inteira, um diretor que era representante do estado do Espírito Santo, e ainda um americano chamado Robert Kirby West, que deveria dar o OK aos pedidos de financiamento ao Eximbank. Essa equipe começou a se formar e contratou uma porção de gente para fazer os projetos da Vale, de reconstrução da linha, de início de operação etc.

E como foi a experiência da guerra em Vitória?

Havia dificuldades de abastecimento, racionamento, tinha-se que apagar a luz porque se dizia que um submarino alemão fora visto na costa. Mais tarde fiquei sabendo que era verdade mesmo, e não apenas boato. Fiquei em Vitória um período relativamente curto, de oito ou dez meses, e em seguida fui chamado a Belo Horizonte para uma nova aventura: fui convidado para ser secretário de Agricultura de Benedito Valadares, desliguei-me do problema ferroviário e fui mexer em outra área totalmente independente.

NOTAS

1. A Itabira Iron Ore Company foi fundada em 1911 em Minas Gerais pelo inglês Ernest Cassel, que em 1919 a vendeu ao industrial norte-americano Percival Farquhar. Através de um contrato aprovado pelo Congresso Brasileiro em 1920, no governo Eptácio Pessoa, a Itabira foi autorizada a exportar minério e a construir a nova ferrovia Vitória-Minas, bem como um porto de minério e uma usina siderúrgica. Combatida por Artur Bernardes na presidência da República (1922-1926) e Raul Soares no governo de Minas, a companhia não cumpriu todas as obrigações assumidas e teve seu contrato revogado em agosto de 1939. Imediatamente Farquhar se associou a empresários brasileiros e fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, que obteve o direito de explorar e exportar minério de ferro e operar a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Pelo Decreto-Lei 4.352, de 1º de julho de 1942, o governo brasileiro encampou a companhia de Farquhar e criou a Companhia Vale do Rio Doce, “sociedade anônima destinada à exploração, transporte e exportação de minério de ferro das minas de Itabira, além da exploração do tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas”. Com a indenização recebida, Farquhar e alguns associados brasileiros criaram a empresa siderúrgica Acesita – Aços Especiais Itabira. Ver Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 91-94, e Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique - formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Editions Anthropos, 1976, p. 165-233.
2. O comportamento das exportações de minério de manganês e de ferro durante os anos da guerra foi instável: de 1938 a 1941, a exportação pulou de 136.843 ton. para 437.402 ton. de manganês e de 368.510 ton. para 420.756 ton. de minério de ferro. Contudo, no período subsequente, observa-se uma queda: em 1944 a exportação de manganês desce para 146.896 ton. e a de ferro, para 82.895 ton. Ver Mircea Buescu, *Guerra e desenvolvimento: análise da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*, Rio, Apec, 1976, p. 47.
3. A Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda (RJ), foi criada em 9 de abril de 1941 e começou a produzir aço em junho de 1946. Na direção da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico, coube a Edmundo de Macedo Soares traçar o projeto para a construção da usina. Para maiores informações sobre as negociações e a efetiva implantação da CSN, ver Werner Baer, op. cit., Luciano Martins, op. cit., e Edmundo de Macedo Soares, *Depoimento - 1986-1987*, Rio, FGV/CPDOC - História Oral.
4. Benedito Valadares (1892-1973) foi nomeado interventor em Minas em dezembro de 1933, sucedendo a Gustavo Capanema, que havia assumido interinamente o cargo após a morte de Olegário Maciel. Abrindo mão do mandato de deputado à Assembléia Nacional Constituinte, para o qual havia sido eleito em maio de 1933 na legenda do Partido Progressista, governou Minas até 29 de outubro de 1945, quando Vargas foi deposto da presidência da República por um golpe militar que pôs fim ao Estado Novo. Fundador do PSD mineiro, participou da campanha de Dutra e em dezembro de 1945 foi eleito deputado federal constituinte com o maior número de votos em seu estado. Apoiou a candidatura de José Francisco Bias Fortes ao governo mineiro, derrotada em 1947 em virtude do apoio dado pela dissidência pessedista ao candidato da UDN, Milton Campos. Na mesma ocasião, foi derrotado na eleição para o Senado por Artur Bernardes Filho, do PR. Reeleito deputado federal em 1950 e senador em 1954 e 1962, permaneceu no Senado até 1971, quando encerrou as atividades políticas. Ver *DHBB*, op. cit.

5. Em atendimento às exigências da indústria paulista de que se fundasse um instituto tecnológico destinado a orientar em bases científicas o desenvolvimento da construção civil, foi criado em 1926, junto à Escola Politécnica de São Paulo, o Laboratório de Ensaio de Materiais. Organizado por Ari Frederico Torres, o laboratório adquiriu autonomia administrativa em 1934, no governo Armando Sales, transformando-se no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), órgão anexo à Universidade de São Paulo.

Inspirada nas idéias de Taylor e Fayol (ver nota 7), e incentivada pelas conferências do professor suíço Léon Walther sobre experiências no campo da psicotécnica, a Associação Comercial de São Paulo mobilizou-se para a criação de um instituto que cuidasse da “organização científica do trabalho”. Tal iniciativa se concretizou em 23 de junho de 1931, com a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Em janeiro do ano seguinte apareceu o primeiro número de *IDORT - Revista Brasileira de Produtividade*, sob a responsabilidade do engenheiro e futuro governador Armando de Sales Oliveira. Ver Mário Guimarães Ferrie Shozo Motoyama (coord.), *História das ciências no Brasil*, São Paulo, EPU: Editora da USP, 1979, p. 339, e “IDORT: 1931-1971; 40 anos em prol da racionalização do trabalho” em *IDORT - Revista Brasileira de Produtividade*, vol. 40, nº 471-472, mai./jun. 1971.

6. A formação econômica de Lucas Lopes, além de autodidata, foi bastante eclética. Os principais autores que o influenciaram foram Charles Gide (1847-1932), um dos fundadores da Escola Corporativista, autor de *Compêndio d'economia política*; William Stanley Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910), que com seus *Princípios de economia* e *Etudes d'économie politique*, respectivamente, notabilizaram-se pela elaboração da teoria da utilidade marginal; Vilfredo Pareto (1848-1923), autor de *Manuel d'économie politique* e criador da teoria do valor, e Jean Sismondi (1773-1842), autor de *Nouveaux principes d'économie politique* e defensor da intervenção do Estado no domínio econômico. As informações sobre esses autores foram extraídas de Graham Bannock, R. E. Baxter e Ray Rees, *The Penguin dictionary of economics*, Middlesex, Penguin Books, 1978.
7. Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro norte americano, concebeu um sistema de organização científica do trabalho, o taylorismo, baseado no controle do tempo de execução das tarefas e numa política de remuneração que incentivasse o operário a produzir cada vez mais.

Henri Fayol (1841-1925), engenheiro e administrador francês, pregava a racionalização da administração das empresas, preconizando a estrutura hierárquica, a instituição de chefias em todos os escalões e o treinamento dos chefes.

Henry Ford (1863-1947), pioneiro da indústria automobilística norte-americana, lançou a idéia da construção em série, introduzindo a linha de montagem e a padronização das autopeças. Seu método industrial, o fordismo, resumia-se na redução do preço do produto e no aumento da produtividade através de uma política de aumentos salariais a serviço de um projeto de sucesso na acirrada competição capitalista. No livro *Philosophy of labor* (1929), Ford procurou demonstrar que seu sistema de organização industrial era o único a oferecer solução para a crise social.

8. Israel Pinheiro da Silva (1896-1973) nasceu em Caetés (MG) e formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto. Foi vereador em sua cidade e diretor da Companhia Cerâmica João Pinheiro,

fundada por seu pai. Durante a interventoria de Benedito Valadares foi secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas (1937-1942), cargo do qual se afastou para assumir a presidência da Companhia Vale do Rio Doce. Um dos fundadores do PSD mineiro, a partir de 1945 elegeu-se deputado federal em sucessivas legislaturas até ser nomeado, no início do governo JK, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, então criada para construir Brasília. Em 21 de abril de 1960, com a inauguração da nova capital, foi nomeado prefeito de Brasília, tendo exercido o cargo até a posse de Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1961. Em 1965, diante do veto militar à indicação do banqueiro Sebastião Pais de Almeida, foi lançado candidato ao governo de Minas pela coligação PSD-PTB. Eleito, governou o estado de 1966 a 1971. Ver *DHBB*, op. cit.

9. A *American and Foreign Power (Amforp)* foi criada pelo grupo norte-americano *Electric Bond and Share Co.* (Ebasco) em 1923 com o objetivo de ampliar sua atuação internacional. A Amforp se instalou no Brasil em 1927, com a constituição das *Empresas Elétricas Brasileiras (EEB)*, posteriormente denominadas *Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB)*. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, Rio de Janeiro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1988, p. 62.
10. Prevista pelo Tratado de Petrópolis (1903), que regulamentou a anexação do Acre ao território brasileiro, a estrada de ferro ligando o Brasil à Bolívia constituiu uma das obrigações contraídas pelos governos dos dois países em 25 de abril de 1938, quando foi assinado no Rio de Janeiro tratado sobre a saída e o aproveitamento do petróleo boliviano. O principal trecho da estrada, entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, foi entregue ao tráfego em janeiro de 1955, e ao ato de inauguração estiveram presentes os chefes dos governos brasileiro e boliviano, João Café Filho e Alberto Paz Estensoro, além do ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, Lucas Lopes.
11. Ver a biografia de Percival Farquhar (1864-1953) por Charles A. Gauld, *The last Titan; Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America* (edição especial do Relatório Hispano-Americano, Stanford University, 1964) e verbete no *DHBB*, op. cit. Farquhar é também personagem do romance de Marcio Souza, *Mad Maria* (Rio, Civilização Brasileira, 1980), sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
12. Daniel Serapião de Carvalho, antigo militante do PRM na República Velha, foi eleito deputado à Constituinte em 1933 e à Câmara ordinária em 1934. Na Constituinte, contrariando a orientação de Artur Bernardes, presidente de seu partido, sustentou a legitimidade do discutido projeto da Itabira Iron. Com a redemocratização de 1945, filiou-se ao Partido Republicano fundado por Bernardes e foi eleito, em 2 de dezembro, deputado federal à Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1946. Por indicação de sua corrente política, ocupou o Ministério da Agricultura no governo de coalizão do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Nesse período, foi o principal inspirador do Estatuto do Petróleo, que previa a participação do capital privado estrangeiro no setor e que não obteve tramitação legislativa na Câmara Federal. Ver *DHBB*, op. cit.

CAPÍTULO 3

O secretário de Estado

Valadares, Israel e Juscelino

Como o senhor compararia o interventor Benedito Valadares e seu secretário de Agricultura, Israel Pinheiro?

Valadares era um homem de origem rural, de um ramo descendente da famosa Joaquina do Pompeu. Veio para o Rio, onde completou o curso secundário, formou-se em odontologia e mais tarde diplomou-se em direito, retornando à sua origem em Pará de Minas como advogado de sucesso, chefe político, vereador e prefeito, até se eleger deputado federal. Israel era um homem de grande brilho, formado na Escola de Minas de Ouro Preto, onde obteve a medalha de melhor aluno. Valadares era um homem ponderado, equilibrado, muito seguro nas suas decisões; Israel era um desbravador, um construtor, um tocador de obras. O entendimento entre eles era bom, apesar dessas diferenças. Valadares sempre teve muita confiança no Israel. Logo que assumiu o governo, trouxe-o para um conselho, e depois para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho.

Israel Pinheiro era filho de João Pinheiro, antigo presidente de Minas, e tinha tendência a se envolver com política. Era conhecido da minha família desde o tempo de Ouro Preto, mas estreitamos contato pouco antes de eu vir para o Rio de Janeiro trabalhar na CAEEB. Passei então em seu gabinete na Secretaria de Agricultura em Belo Horizonte e expus-lhe algumas idéias que eu achava que deveriam ser postas em prática em Minas Gerais – uma delas, como já disse, era a da criação de um instituto de tecnologia industrial. Naquela época eu era muito estatizante, achava que quase tudo devia ser feito pelo governo. Talvez isso se explicasse pelo fato de eu vir de uma região que não tinha mais riquezas.

Na secretaria, em Minas, Israel teve uma idéia muito inteligente, que foi a de procurar construir escolas. Fez a fazenda-escola de Florestal, transformou a antiga Escola de Agronomia de Viçosa num centro de experimentação de alto nível, criou a escola de produtos laticínios em Cândido Tostes, trazendo técnicos e fermentos dinamarqueses que transformaram o queijo de Minas em vários tipos hoje excepcionais. Imaginou também uma escola para a produção de carnes e subprodutos no sul do estado. Israel imprimiu um dinamismo muito grande à Secretaria de Agricultura, foi seu grande organizador e responsável pelas idéias mais avançadas e de maior efeito. Minas precisava, por exemplo, de uma rádio transmissora. Ele conseguiu uma concessão e criou a Rádio Inconfidência, com potência suficiente para cobrir o estado inteiro. Nela se irradiava o programa *A hora do fazendeiro*. Foi ele também quem sugeriu a construção da Cidade Industrial junto a Belo Horizonte. Foi ele o grande estimulador da construção do Hotel de Araxá.

Israel Pinheiro esteve à frente de todos esses grandes empreendimentos em Minas. Entretanto, deu muito trabalho, porque era um criador mas deixava tudo pelo caminho, não concluía nada. Quase sempre, ao fim de algum tempo, estava mais ou menos enrascado. E tinha conflitos permanentes com Valadares quando lhe pedia verbas adicionais, porque estedia: “Já anunciamos várias vezes que a Cidade Industrial estava sendo concluída! Agora não podemos pedir mais verbas!” Era um relacionamento, não digo atritoso, mas vibrante.

Ao ser nomeado secretário, em 1943, o senhor já conhecia pessoalmente Benedito Valadares?

Não. Eu o tinha visto de longe numa exposição agropecuária, mas não o conhecia pessoalmente. Valadares era um homem muito simples, que tinha um julgamento muito bom sobre todos. Ele percebeu que eu não era um candidato a político e que tinha em mim um auxiliar técnico que o ajudava a raciocinar. E em função de vários fatores, inclusive do casamento do meu cunhado, João Pádua, com sua filha Lúcia, as famílias se aproximaram muito. No princípio Valadares me tratava como um menino de pouca experiência. Era verdade, eu não tinha trânsito no governo federal, não conhecia ninguém no mundo dos negócios. Mas ele sempre foi muito amigo e cordial, sempre me deu apoio. Tivemos um relacionamento muito bom, apesar de vivermos em universos diferentes – ele, num universo de política todas as horas do dia, e eu, no de um homem de administração pública.

Consta realmente que Benedito Valadares, a despeito de sua intensa atividade política, sabia isolar a administração da influência político-partidária.

É verdade. Quando fui para a secretaria, Valadares me disse: “Preciso que o senhor me ponha ordem nas obras de Araxá e da Cidade Industrial, porque não sei quanto ainda vamos ter que gastar. Israel também não sabe. E só abro novos créditos se for para concluí-las de fato.” Não havia bons orçamentos, as dificuldades eram grandes, mas Valadares me deixou muito à vontade para executar meu trabalho na secretaria. É claro que ele tinha um grande interesse na Cidade Industrial e em Araxá. Queria fazer de Araxá algo como Poços de Caldas, a estação hidromineral que se tornava a capital do Brasil durante as férias do presidente Vargas. Getúlio se deslocava para lá e junto iam ministros de Estado, do Supremo Tribunal, uma corte de altas autoridades. Valadares queria que Araxá tivesse condições melhores do que Poços de Caldas e se tornasse uma ponta de lança do turismo.¹

Durante seu período na Secretaria de Agricultura, Juscelino Kubitschek² era prefeito de Belo Horizonte. O senhor já o conhecia?

Conhecia mal. Passamos a ter um relacionamento exatamente nessa época. Juscelino era médico da polícia mineira e se ligou ao Valadares na Revolução de 32, quando os dois estiveram na frente do túnel da Mantiqueira.³ Ao ser nomeado interventor, Valadares levou-o como chefe da Casa Civil. Em seguida Juscelino assumiu a prefeitura de Belo Horizonte, e realmente, com seu gênio e sua capacidade criadora, foi um grande prefeito.

O governo Valadares era um governo muito tímido em termos sociais. Valadares era um homem retraído, de formação tradicional, de Pará de Minas. Juscelino era um homem aberto, que tinha visitado a Europa, falava francês e tinha muitas relações. Como prefeito, mobilizou muito a vida social de Belo Horizonte. Ao construir Pampulha, levou para lá Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Burle Marx, Portinari. Modernizou a cidade. E fez muita vida social, dava festas, era um pé-de-valsa.

A Cidade Industrial

Quais foram suas primeiras providências na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas?

Quando Israel sugeriu meu nome ao Valadares, tive uma boa oportunidade de pôr ordem na casa. Fiz na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho de Minas praticamente a mesma coisa que Juarez Távora⁴ havia feito no Ministério da Agricultura. Antes dele, o ministério era cheio de órgãos mais ou menos perdidos no espaço. Ele criou uma estrutura com departamentos e divisões, e eu o copieei, com ligeiras alterações. Criei por exemplo o Departamento de Fomento Industrial, que não havia no ministério. Através desse órgão completamos a Cidade Industrial e pude criar também o Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais, que tive a oportunidade de ver inaugurado, mas depois se perdeu.

A Cidade Industrial foi planejada por Israel Pinheiro junto com uma equipe?

A Cidade Industrial foi planejada da forma mais interessante, típica do Israel. Vou contar algo que parece anedota, mas não é. Ele não tinha a menor idéia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia qualquer e viu lá um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália,⁵ onde havia um lugar com um pentágono e um eixo no centro, dizendo “Cidade Industrial”. Mandou copiar aquele desenho, sem ter idéia da conformação do sítio disponível, e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: “Está aqui, ó. Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir e pronto.”

A Cidade Industrial foi uma idéia muito inteligente. Minas não tinha um núcleo industrial, e a idéia foi criar uma área em que estímulos especiais do governo atraíssem as indústrias. O governo desapropriou uma área grande, fez o loteamento, o arruamento, e garantiu o acesso através de desvios das linhas da Oeste de Minas e da Central do Brasil. Em seguida arrendou os terrenos a indústrias que apresentassem um projeto, se comprometessem com um determinado programa de construção. Não se vendeu terreno a ninguém. Arrendou-se por um prazo determinado, findo o qual, se a indústria não tivesse se instalado, o terreno retornaria ao estado.

O governo se comprometeu também a fornecer energia elétrica para as indústrias, e para isso iniciou a construção da usina de Gafanhoto, uma pequena usina hidrelétrica de 15.000 kW no rio Pará. ‘Quando assumi a secretaria, as obras de Gafanhoto estavam andando razoavelmente bem, mas o navio que vinha dos Estados Unidos trazendo os geradores foi afundado na guerra. Era um fornecimento, se não me engano, da General Electric. Nós tivemos a perspectiva de que todo o programa da Cidade Industrial iria ficar paralisado, pois não havia outra fonte de energia. Mas a General Electric se dispôs a fazer outra máquina e a trazê-la em tempo razoável.

Qual foi seu papel na conclusão do projeto da Cidade Industrial?

Minha função foi fazer a locação de áreas, de modo a evitar que algumas indústrias mais poluentes se aproximassem das outras. Foi uma primeira locação sem maior importância, que mais tarde deve ter sido superada. Mas o que fiz foi negociar contratos de arrendamento de terrenos. Um dos mais importantes, e que resultou num enorme sucesso, foi o da Magnesita, produtora de refratários de magnésio. Era um projeto do Antônio Mourão Guimarães e do grupo Mariani, da Bahia. Eles possuíam a melhor mina de magnesita do Brasil e resolveram fazer refratários em Belo Horizonte. Hoje são donos do mercado brasileiro de refratários, compraram inclusive a fábrica de refratários de sílica que pertencia a grupos paulistas.

Havia algum critério de prioridade para a instalação das indústrias?

Não havia prioridades exclusivistas. Fez-se um zoneamento das indústrias que normalmente poderiam se instalar na Cidade Industrial, evitando-se aquelas excessivamente pesadas. Outras empresas que se instalaram lá na minha época foram a Cimento Itaú, do Juventino Dias, uma fábrica de tecidos importante de Belo Horizonte, uma indústria Klabin de azulejos, um número grande de pequenas indústrias.

Para esse empreendimento, Benedito Valadares, Israel Pinheiro e depois o senhor mantiveram contato com órgãos representativos dos industriais?

Sim. Sempre houve um contato grande entre o governo e a Federação das Indústrias de Minas. E eles sempre apoiaram a Cidade Industrial. Minas vivia

naquele momento um complexo grave de retardamento. Estava atrasada no processo de industrialização, tinha perdido a oportunidade de instalar a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora estivesse fazendo um esforço para expandir a usina da Belgo Mineira em Monlevade, a grande industrialização ainda não estava à vista. Só se tornaria possível se surgisse um grande potencial hidrelétrico, se houvesse rodovias, estradas de ferro, em suma, eixos de transporte. Valadares já tinha consciência da necessidade de energia e transporte para a industrialização, embora isso só se tenha tornado mais claro no governo do Juscelino.

Quando Valadares deixou o governo, a usina de Gafanhoto ainda não estava pronta. Estava praticamente montada, mas faltava acabamento. Eu tive a sorte de, como secretário de Viação e Obras Públicas do governo João Beraldo,⁷ ligar a chave de transmissão da usina para a Cidade Industrial. Mas isso não impediu que durante o governo Valadares a Cidade Industrial avançasse muito. Os empresários que se decidiram a ir para lá tiveram confiança em nós e se instalaram. A Fábrica de Cimento Itaú, por exemplo, ficou pronta antes de chegar a energia elétrica e teve de permanecer alguns meses parada até começar a produzir.

A própria Cidade Industrial acabou sendo inaugurada no governo João Beraldo, e depois que tomou corpo e se transformou num núcleo importante, expandiu-se para o oeste, entrando pelo município de Contagem – hoje Betim e Contagem talvez sejam maiores do que Belo Horizonte. E aqui há um comentário curioso. Se me perguntarem qual é a origem do governador de Minas, Newton Cardoso, eu digo: ele é produto da industrialização de Minas feita através da Cidade Industrial. Newton Cardoso veio da Bahia porque tinha ligação com os proprietários das minas da Magnesita, trabalhou na Magnesita, firmou pé, tornou-se prefeito de Contagem e chegou ao governo do estado.⁸

Contagem transformou-se num foco de industrialização imenso, que atraiu uma Fiat, por exemplo, que trouxe dez mil operários. Contagem hoje nem se compara com o que sonhamos. Todas as indústrias que vão para Minas Gerais instalam-se naquela área da Cidade Industrial, pois é uma área que tem água, boas avenidas, transporte e energia abundante. A Cemig ali fornece energia a qualquer um.

A escuridão da noite mineira

Qual era a situação de Minas em relação à produção e ao fornecimento de energia elétrica na época do governo Valadares?

Minas já possuía um parque de geração. Era bastante modesto, mas existia. A Força e Luz de Minas Gerais, subsidiária da Amforp, abastecia Belo Horizonte. Já existiam a Cataguases-Leopoldina; a Mineira de Eletricidade, que abastecia Juiz de Fora; a Central Elétrica do Piau, que abastecia uma indústria de carbureto de cálcio em Santos Dumont; a Indústria Prada de Eletricidade, que abastecia Uberlândia e Araguari. O estado inteiro possuía pequenas usinas, quase todas de caráter municipal. Na verdade era uma miséria, era a iluminação da miséria do mineiro. A noite do mineiro era de uma pobreza, de uma escuridão...

A primeira usina elétrica do Brasil foi montada em Campos, no Estado do Rio, e era uma usina a vapor. A primeira hidrelétrica foi construída em Juiz de Fora, era uma pequena usina que se via da estrada para Belo Horizonte. "Eu a conheci quando já estava parada há muitos anos. Era uma das primeiras máquinas do gênero construídas no mundo, e desgraçadamente uma dessas companhias desmontou-a e vendeu-a como ferro-velho. Uma peça que deveria estar num museu de eletricidade.

Os equipamentos dessas primeiras usinas em geral vinham de que país?

De toda parte. Vinham da Europa, da Alemanha, Suécia, Inglaterra, Suíça. Os americanos tinham uma pequena participação, pois existia um problema de ciclagem. Enquanto os europeus faziam usinas com 50 ciclos, os americanos trabalhavam com 60. Esse problema de ciclagem criou dificuldades durante muito tempo, e mais tarde se refletiu na necessidade de unificação entre Rio e São Paulo, que custou uma fortuna. O Rio tinha 50 ciclos, São Paulo 60, e tivemos de transformar todos os nossos equipamentos de 50 para 60. Cada motor de elevador teve de ser substituído. No interior de Minas, de início, geralmente as usinas eram de 50 ciclos.

Como foi possível o governo do estado construir a usina de Gafanhoto para abastecer a Cidade Industrial, se a Amforp tinha concessão para o fornecimento de energia a Belo Horizonte?

É que a Cidade Industrial foi localizada através de uma manobra que Valadares fez para se liberar da concessão da Amforp. Ele fez uma redivisão territorial e criou um município novo, Betim, cuja fronteira passava a sete quilômetros do centro de Belo Horizonte. O novo município deixou assim de ser área de concessão da Amforp, que também não reclamou porque não tinha capacidade de fornecer nada além do que já fornecia a Belo Horizonte.

Conta-se que Antônio Carlos havia vendido a Companhia de Força e Luz de Minas Gerais à Amforp para obter fundos para financiar a Revolução de 30. O senhor ouviu falar nisso?

Lembro que no meu tempo de menino dizia-se isso em Belo Horizonte, mas nunca me pareceu que fosse muito lógico. Ele deve ter vendido outras coisas mais fáceis... O fato é que a Amforp, que era representante no Brasil da Electric Bond and Share, a Ebasco, comprou aqui um grande número de empresas de eletricidade no período que antecedeu o *crash* da Bolsa em 1929. Começou a ter uma grande expansão, mas logo depois do *crash* ficou a zero, sem capital. Não pôde mais se expandir, e por isso mesmo, por falta de investimento da Ebasco, Belo Horizonte ficou atrasadíssima.



Construção da usina de Gafanhoto, no rio Pará, na década de 1940.

Benedito Valadares tinha portanto consciência de que através da Amforp não resolveria o problema energético de Belo Horizonte.

Absoluta. Por isso é que ele fez a mudança da divisa dos municípios. Ele tinha conflitos permanentes com a Amforp, porque ela não fornecia energia suficiente, e Belo Horizonte vivia às escuras. Chegou-se a pôr em operação um aparelho de gás pobre, do tempo da mudança da capital, uma máquina imensa que fazia um enorme barulho. Era uma máquina tremenda que acabou sendo vendida para o ferro-velho. Nessa fase Belo Horizonte era muito pobre, mas começaram a surgir os sonhos e os objetivos mais amplos. Houve uma continuidade desse esforço, que foi iniciado por Valadares e continuado por Milton Campos¹⁰ e Juscelino.

A engenharia da usina de Gafanhoto era mineira?

Era uma engenharia das mais singelas, não teve nenhuma importância como projeto. Era uma usina pequena, de um canal lateral, do tipo clássico. Antes de se criar a grande engenharia nacional, as usinas elétricas eram quase sempre vendidas pelo fabricante do equipamento, que fornecia um gerador e uma turbina e mandava o engenheiro colocar aquilo no local. De modo que a engenharia era secundária. Quase todas as usinas antigas eram pequenas, de fio d'água, com uma pequena barragem desviando uma cachoeira. Só mais tarde é que surgiram as grandes represas e as grandes obras.

O governo Valadares desenvolveu outros projetos, além da usina de Gafanhoto?

Além de Gafanhoto, o governo Valadares construiu a usina de Pai Joaquim, para abastecer Araxá e Uberaba. Imaginávamos fazer uma cidade industrial em Montes Claros, onde se instalou uma pequena usina, e pensávamos em fazer um núcleo industrial em Governador Valadares, onde também se iniciou uma obra pequena.

Havia uma concepção interessante naquela época, que vale a pena referir. Os objetivos de suprimento para a região de Belo Horizonte, por exemplo, não contemplavam projetos hidráulicos muito distantes, pois não existiam linhas de transmissão de alta tensão cobrindo grandes distâncias. A maior linha de transmissão existente no Brasil era uma linha de 220 mil volts ao longo da Estrada de Ferro Paulista, de capacidade muito limitada. De modo geral, ficávamos

procurando na área em torno de Belo Horizonte locais com potencial hidráulico. Foi por isso que nos concentramos na possibilidade de usar uma barragem num local chamado Fecho do Funil, na Central do Brasil, para construir uma usina. Tive muito entusiasmo pelo Fecho do Funil, que foi um projeto importante, mas nunca chegou a se realizar, porque mais tarde o problema de fornecimento de energia a grandes distâncias foi completamente superado. A tecnologia da linha de transmissão mudou o quadro, e foi possível buscar energia em outras áreas. Salto Grande do Santo Antônio, por exemplo, fica a 160 quilômetros de Belo Horizonte. Itutinga fica mais longe ainda. A concepção de que se deveria produzir e transportar energia em escala maior evoluiu no governo Milton Campos, quando o secretário de Viação José Rodrigues Seabra¹¹ encomendou um Plano de Eletrificação de Minas, e se concretizou realmente no governo Juscelino, com a Cemig. O sistema Cemig incorporou todas as linhas de transmissão e hoje é um *grid*, um sistema interligado.

A Coordenação da Mobilização Econômica

Durante seu período na Secretaria de Agricultura e Indústria de Minas foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica, órgão federal encarregado de mobilizar a economia do país diante da situação de emergência trazida pela guerra.¹² Qual a sua avaliação do desempenho da Coordenação?

A Coordenação da Mobilização Econômica foi criada por um decreto amplíssimo, que lhe dava poderes para atuar no Brasil inteiro. Foi obra do João Alberto,¹³ feita naquele estilo clássico de improvisação dos tempos de guerra: “É preciso fazer alguma coisa, não podemos ficar sem fazer nada!” João Alberto mobilizou uma equipe muito boa, trazendo de São Paulo o grupo do IPT, chefiado por Ari Torres, que fez um grande esforço de substituição de importações. O grande trabalho da Coordenação da Mobilização Econômica foi mobilizar fábricas para produzir coisas que estavam em falta.

Pode-se concluir que a Coordenação representou uma aliança entre os industriais paulistas e os militares, via João Alberto?

Não, não havia uma política interna de aliança. Aliança era contra Hitler. Além do mais, João Alberto era militar por acaso. Foi um grande pioneiro,

um agitador de idéias. Conheci-o relativamente pouco, apenas em breves contatos oficiais durante o período da mobilização econômica, e verifiquei que era um homem de grande vivacidade e inteligência, sem nenhuma limitação nos seus métodos de trabalho e de ação. Ele não tinha nenhuma preocupação com o Tribunal de Contas, com as verbas disponíveis; precisava realizar projetos, eliminar as dificuldades resultantes da guerra, e fazia isso com grande capacidade. Sabia reunir boas lideranças e bons auxiliares, e de fato cercou-se de alguns dos melhores nomes da engenharia, da química e da indústria brasileiras. Não apenas técnicos, mas empresários colaboraram com ele na mobilização. Seu esforço maior foi naturalmente no setor industrial. Precisávamos substituir peças importadas, produzir no Brasil aquilo que faltava para permitir que as máquinas já existentes continuassem funcionando.

Contei há pouco que quando estava sendo construída a usina de Gafanhoto ocorreu o afundamento de um navio na costa brasileira, e os geradores se perderam. Foi preciso uma grande ação política e diplomática para conseguir que a General Electric os substituísse o mais depressa possível, e contamos com o interesse e a boa vontade de João Alberto.

São Paulo, com o IPT, contribuiu claramente para o desempenho da Coordenação da Mobilização Econômica. Qual foi a contribuição de Minas?

Minas deu uma contribuição relativamente boa através dos técnicos da Escola de Minas de Ouro Preto e outras escolas. Já o Rio de Janeiro abrigava o Instituto Nacional de Tecnologia, e também deu uma contribuição enorme. O instituto tinha alguns dos melhores técnicos em fermentação, produção de alimentos etc., e era mais voltado para a pesquisa científica. São Paulo era mais objetivo, queria descobrir como produzir parafusos mais baratos, esse tipo de coisa.

Todo o mundo participou da mobilização econômica. Acontece que os estados naquela época não tinham quase nenhuma comunicação entre si. A guerra deixou o Brasil muito isolado, pouco sabíamos do que estava acontecendo no Pará, por exemplo. Além do mais ficamos bloqueados na costa por submarinos alemães que durante meses afundaram navios brasileiros.

Como foi a atuação da Coordenação da Mobilização Econômica em Minas Gerais?

A Coordenação da Mobilização Econômica deveria distribuir no estado quotas de açúcar, gasolina, sal etc. Em alguns lugares João Alberto designou

os coordenadores, que passaram a ser os responsáveis por essa distribuição e começaram a entrar em conflito com os políticos locais. Valadares então disse: “Não, aqui em Minas, não. Podem deixar que eu me incumbo de todos os trabalhos.” E na verdade encarregou a Secretaria de Agricultura de executá-los. Assim, recebi um documento do João Alberto, cuja base legal ignoro qual seja, nomeando-me coordenador da Mobilização Econômica em Minas. A principal atividade era a alocação de quotas de produtos.

Nessa época também participamos do chamado esforço de guerra, um esforço de produção. A Secretaria de Agricultura lançou a campanha “Hortas para a vitória”, pelo programa *A hora do fazendeiro*, da Rádio Inconfidência. Quem fazia esse programa era um auxiliar muito bom, Murilo Rubião.¹⁴ A idéia era que em cada lote de Belo Horizonte — uma cidade de casas pequenas, com quintal — se plantasse uma horta, para aliviar a pressão sobre o mercado de alimentos. Foi feita uma campanha modesta, mas tenho a impressão de que deu bons resultados.



O secretário de Agricultura Lucas Lopes (3º da dir.) recebe o general Anápio Gomes, coordenador da Mobilização Econômica (5º da dir.). Em primeiro plano, à direita, Américo René Giannetti. Belo Horizonte, 1944.

A guerra e a economia mineira

A guerra trouxe alguma modificação na estrutura agrícola de Minas, como aconteceu, por exemplo, com a borracha na Amazônia?

Minas teve restrições muito grandes nas suas exportações. Éramos basicamente exportadores de café e de alguns poucos produtos para o mercado interno. O governo federal começou a estocar café e tivemos que fazer o mesmo em Minas.

E em relação à pecuária e à indústria leiteira?

Naquela época o Brasil viveu a grande aventura do zebu. O zebu foi uma raça introduzida no Triângulo Mineiro por alguns criadores aventureiros que foram à Índia e de lá trouxeram animais puros de raças locais, como o guzerá, o gir e o nelore. O gado brasileiro até então era um gado descendente das primeiras importações dos portugueses, geneticamente decadente. Não existiam experiências de importação de gado de raças mais apuradas, européias ou americanas, como o jérsei, o hertford e outras, que só mais tarde foram introduzidas aqui. O zebu então foi levado para o Triângulo Mineiro e teve uma adaptação excepcional porque é um gado muito rústico, que vive em pastos relativamente pobres, vai buscar seu alimento longe. Pôde ser criado com sucesso e no fim de alguns anos passou a ser um gado de alta produtividade em carne. Mas na parte do leite sempre foi deficiente. As raças de maior produtividade em leite são principalmente o gado holandês branco e vermelho e o jérsei.

E como ficou a indústria têxtil?

A indústria têxtil estava em seus primeiros anos de vida. Minas não era grande produtora de algodão, um produto que vinha quase todo do Nordeste. Mas nós fizemos um esforço para produzir algodão e obtivemos um sucesso razoável. Foi feita também outra campanha, menos bem-sucedida, mas muito simpática, que foi a campanha do bicho-da-seda. Incentivamos o plantio da amora e distribuimos ovos de bicho-da-seda. Queríamos produzir ainda mel de abelha. E aí encontramos no Valadares uma reação muito engraçada, anedótica. Ele tinha horror a bicho pequeno e dizia: “Eu só gosto de bicho grande: boi, burro. Esses bichos pequenos, bicho-da-seda, abelha, isso não dá dinheiro, não vai fazer a

riqueza de nenhum agricultor. Esqueçam isso.” A teoria dele era essa: bicho grande dá dinheiro, mas bicho pequeno não dá.

Durante a guerra surgiram novos grupos mineradores em Minas Gerais?

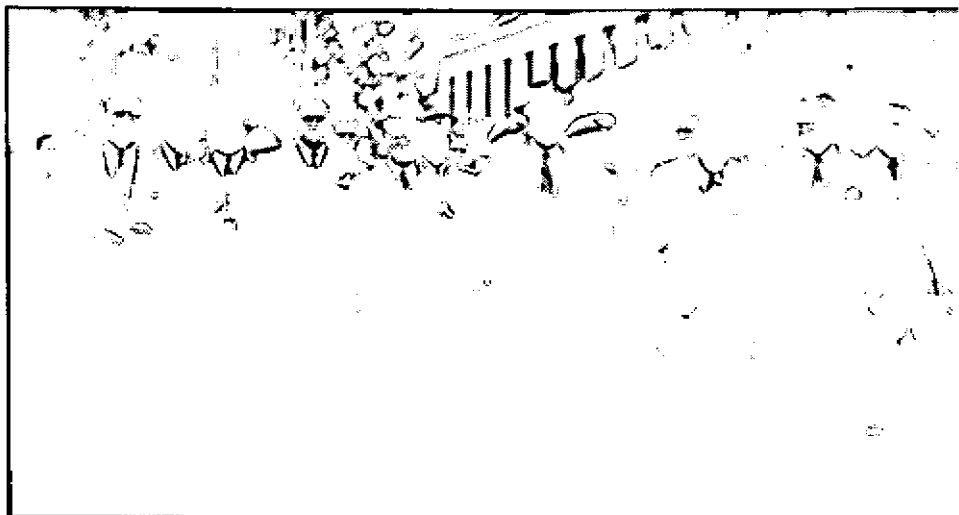
Sim. Houve pequenos grupos que naquela época começaram a produzir minério de ferro para a exportação e em seguida para o fornecimento a Volta Redonda. Esses grupos se localizaram no eixo da Central do Brasil, no vale do Paraopeba, mas como eram pequenos, não tinham vagões próprios para o transporte. A própria mineração era precária, feita com pá, picareta e dinamite. Eles carregavam pequenos caminhões com o minério, colocavam-no em plataformas construídas ao lado da linha da Central, e quando acumulavam o volume de um vagão, o trem parava e os operários faziam o carregamento. Era tudo muito precário. E nessa época só se exportava o minério rico, de alto teor, o chamado *lump ore*, a hematita compacta. Era um minério que ia diretamente para o forno de aço, trabalhava como sucata. Hoje esse minério é muito pouco usado porque é duríssimo, e o alto-forno requer um minério mais granulado, fino, mais fácil de fundir.

Quanto ao manganês, houve também grande procura e foi feito um esforço sério de produção. A maior mina de manganês que havia era a do Morro da Mina, em Lafaiete, que foi propriedade da firma alemã A. Thum e depois passou para a United States Steel, que a explorou durante anos. Essa mina veio a se esgotar há uns vinte anos, mas durante a guerra teve uma importância grande, porque o manganês é um minério relativamente nobre, que apesar de entrar em escala pequena, tem muito valor como tempero na produção de aços.

Houve também nessa época uma certa propaganda e um esforço na busca do cristal de rocha em Minas. Foi feita uma pesquisa, e houve um esforço de produção na região de Governador Valadares.

Pesquisou-se urânio?

Não. Em Minas nem se sabia o que era urânio naquela época. Houve um esforço na busca de estanho, que era um metal raro. A Sama, Sociedade Mineira de Amianto, começou a pesquisar estanho na área de São João del Rei, onde mais tarde encontrou tantalita e outros minérios nobres. Logo depois da guerra a Sama fez um contrato para receber concentrados de estanho da Bolívia e produzir o metal estanho na Estanfêra Brasileira, que existia em Volta Redonda. Foi o grupo do Galdeano que fez esse projeto.



Visita do presidente Getúlio Vargas à XI Exposição Nacional de Animais, em Belo Horizonte, em julho de 1944. Da esq., o secretário de Finanças Ovídio de Abreu (1º), Getúlio (4º), o governador Benedito Valadares (5º) e o secretário de Agricultura Lucas Lopes (7º).

Quem deve ser o agente econômico?

Podemos portanto concluir que durante a guerra foi feito um esforço para expandir a economia mineira.

Nós realmente não tínhamos muita expansão a fazer, a não ser procurar aperfeiçoar aquilo que já possuíamos. E dentro da nossa pobreza produzimos muita coisa. Houve um certo esforço, mas modesto. Minas só viu um horizonte maior mais tarde.

Tive a oportunidade, na Secretariade Agricultura, de desenvolver uma atividade muito grande num período em que Minas estava começando a acordar para o esforço de desenvolvimento econômico. Definiram-se as obras mais importantes e criou-se um clima de muito trabalho, numa fase em que ao mesmo tempo se travava uma luta política muito aguda. Tive uma atuação puramente técnica, sem nenhuma intenção política, num período extremamente político, que foram os anos que precederam a primeira queda de Vargas do poder.

No momento em que deixei a secretaria eu estava tentando elaborar uma coletânea de trabalhos, sob o título “Contribuição para o planejamento industrial de Minas Gerais”. Eram trabalhos realizados por mim e por auxiliares meus de vários setores. Cada um estava escrevendo uma memória que servisse de base, de orientação e de educação para os nossos superiores. O grande problema dos técnicos no governo nunca é obedecer aos superiores, mas procurar educá-los, encaminhá-los para o bom sentido, dar sugestões que não os levem a caminhos sem saída.

Essas “Contribuições” incluíam um plano de industrialização, um estudo sobre a eletrificação de Minas, com a análise de cada uma das empresas existentes, e o projeto das Centrais Elétricas do Fecho do Funil. Havia um plano rodoviário, feito pelo Demerval Pimenta, que era o secretário de Viação, e um estudo sobre transporte ferroviário, feito por mim. Não se tratava de planos de obras, mas de estudos de pesquisa, de sondagem. Lourenço Menicucci escreveu sobre a indústria de adubos, outros fizeram uma análise-diagnóstico dos demais setores: indústria de fungicidas, de óleos de algodão, de álcool-motor, de óleo de rícino – na época o óleo de rícino era usado nos aviões, pois não congelava a baixas temperaturas, de modo que tinha um valor enorme. Estudaram-se ainda as indústrias de açúcar, carnes, tecidos etc. Escreveu-se sobre a Cidade Industrial, prepararam-se estatísticas de custos das áreas econômicas. Fizemos também um programa de estudos do alto São Francisco.

Esse nosso trabalho foi concluído nos últimos dias do governo Valadares e não chegou a ser publicado. Mais tarde publicaram-se trechos de forma esparsa na *Folha de Minas* e outros jornais, e de qualquer maneira acredito que o que fizemos tenha servido de base para outros.¹⁵

Em 1945, ao mesmo tempo em que o senhor trabalhava nessas “Contribuições para o planejamento industrial de Minas”, houve uma polêmica famosa entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen exatamente sobre a idéia de planejamento econômico.¹⁶ Esse debate repercutiu em Minas?

Não. Esse debate hoje é importante porque está transcrito em livro, mas na época não teve tanta repercussão. Eram as teses da livre empresa, defendidas por Gudín, contra as da economia planificada, defendidas por Roberto Simonsen. Eu, pessoalmente, era muito simpático ao Roberto Simonsen, porque vivi muito a idéia de planejamento. Houve uma fase em que tive muito entusiasmo pelo planejamento do Roosevelt, do Tennessee Valley Authority.¹⁷ Mas essas idéias não

significavam o planejamento integral da economia. Eu era entusiasta do plano-obra, do plano de serviço.

A discussão entre Gudin e Simonsen foi um pouco distorcida. Roberto Simonsen não queria um planejamento macroeconômico, era um homem de formação executiva, que queria construir, fabricar, agir. Confesso que esse debate para mim é muito frustrante. Hoje se diz: "Ah, foi muito importante, porque um defendeu a tese da livre empresa, e o outro a do intervencionismo." Mas na verdade não era bem isso. Eram apenas espíritos diferentes trabalhando de formas diferentes em busca do melhor para o Brasil. Gudin era um homem de formação liberal britânica, com conhecimentos de economia matemática; foi o primeiro brasileiro a lidar com Keynes, participou de Bretton Woods.¹⁸ Roberto Simonsen não era um homem desse tipo; era um construtor, dono da Companhia Construtora de Santos, um homem de trabalho que também tinha tendência a historiador.

Confesso que o debate entre Simonsen e Gudin me atingiu muito de longe. Não participei dele, ainda não lia muito sobre o assunto, estava com a mão na massa do trabalho, de modo que não me preocupei.



*O secretário de Agricultura Lucas Lopes (4º da esq.)
e o secretário de Viação e Obras Públicas
Demerval Pimenta (5º).*

O senhor mencionou que naquela época tinha uma visão estatizante, achava que tudo devia ser feito pelo governo. De fato, o projeto de industrialização de Belo Horizonte foi feito via Estado.

Não tivemos muitas alternativas. Minas era um estado pobre, onde as diferentes áreas defendiam interesses regionais sem pensarmos conjunto. Os homens da Zona da Mata não tinham a menor idéia do que acontecia no Triângulo Mineiro, no norte ou centro do estado. Politicamente estavam todos isolados, só se reuniam para escolher o candidato a governador, e nesse momento se digladiavam. Era a turma do Olegário Maciel contra a turma do Raul Soares, do Bernardes. Minas nunca teve unidade, nunca teve um centro cultural importante. Só veio a ter depois que Belo Horizonte adquiriu projeção econômica. Mas ainda hoje Minas não é tão importante como São Paulo. A Universidade de Minas Gerais é importante, mas não tanto quanto a Universidade de São Paulo ou a de Campinas. De modo que Minas sempre sofreu dessa dispersão, e só veio a ganhar uma certa unidade com a industrialização. Daí a importância da Cemig e de Furnas. Foi isso que deu unidade ao estado.

Naquela época nós dávamos importância secundária ao problema de quem deveria ser o agente econômico. Lamentávamos muito que não existisse iniciativa privada para produzir energia elétrica em Minas, mas nem por isso cruzávamos os braços esperando que ela surgisse. Sabíamos que teríamos que ir para um processo de capitalização do Estado, em busca de formação de massa de recursos, mas nem por isso éramos socialistas. Eu não tinha nenhuma posição socializante pelo fato de estar convencido de que a energia elétrica devia ser necessariamente produzida pelo governo, ainda que com a participação de capitais privados, a fim de temperar as administrações públicas e evitar que elas ficassem desorientadas em termos das noções de lucro e benefício.

O fim do Estado Novo em Minas

Como o senhor pessoalmente acompanhou a guerra?

Nós víamos a guerra muito de longe. Todos éramos loucos para assistir aos programas da guerra, que eram os jornais de cinema. De rádio havia muito pouca coisa, praticamente não havia transmissão internacional, a não ser uma ou outra notícia da BBC. Lembro que no Rio de Janeiro havia o Cineac, que

diariamente exibia meia-hora de *flashes* da guerra. Quase todos os filmes eram de propaganda inglesa, praticamente não havia filme alemão.

O senhor chegou a acreditar na época que a Alemanha pudesse ganhar a guerra?

Nunca pensei nesse problema. Eu estava muito longe, não tinha idéia do que ocorria. A guerra sem dúvida atingiu o Brasil, mas não sofríamos diretamente. Eu já não tinha mais idade para ser mobilizado, não tinha ninguém próximo envolvido, já tinha vivido a experiência da Revolução de 30, de modo que sabia que a guerra era uma coisa muito suja. É verdade que meu irmão mais jovem, Hélio, ao formar-se em medicina, alistou-se na Marinha e serviu um bom tempo em navios que protegiam os comboios de cargueiros na costa do Brasil contra os submarinos alemães.

Houve nessa época oportunidade de muita leitura, muito estudo. A guerra, especialmente na sua fase inicial, dividiu o Brasil em extrema direita e extrema esquerda. Os integralistas entraram numa linha de apoio ao fascismo, enquanto os grupos de esquerda, para evitar que o Brasil caísse no fascismo, tentavam introduzir regimes de revolução de esquerda. Tudo isso ocorreu no Brasil com muita veemência, muito mais do que hoje se imagina. Hoje, quando leio o que ocorreu naquela época, não sinto tão de perto. Eu estava longe.

Mas o senhor estava perto de outro processo, que começou em Minas: a reação contra o Estado Novo.

Na época o problema não era propriamente o Estado Novo. O que ocorreu foi mais uma reação contra o continuísmo de Vargas. Benedito Valadares, que era um homem criado por Vargas, fiel a Vargas, num determinado momento convenceu-se de que não havia mais possibilidade de Vargas permanecer no poder e mobilizou forças para criar o PSD, o Partido Social Democrático,¹⁹ que iria abrir novos horizontes. Ele teve, nessa ocasião, um apoio muito grande do Chico Campos²⁰ e de uma elite mineira que achava que havia chegado o momento de Vargas abrir o país para o regime democrático, especialmente depois de terminada a guerra, com a volta dos pracinhas.

Quem fazia parte dessa elite?

Quando se faz uma lista dos que constituíam a elite mineira, observa-se que os nomes eram o que houve de melhor durante muitos anos. José Maria

Alkmin²¹ era um grande nome, Juscelino também, ambos de uma geração mais nova. Mas de certa forma, quase todos os antigos políticos mineiros eram de uma linha liberal – Bias Fortes, Ribeiro de Andrada, Venceslau Brás, Artur Bernardes, essa turma toda. Minas se mobilizou, se uniu em torno de uma tese de liberação, de retorno à democracia.

*Mas Minas também tinha uma elite de oposição ao Estado Novo que iria constituir a UDN.*²²

Meu depoimento sobre isso é muito fraco, pois fui um observador marginal que nem mesmo participou dos acontecimentos, que vivia lendo coisas mais vagas. Nunca participei de política, nunca tive influência, nunca fui membro de nenhum dos partidos políticos de Minas. De qualquer maneira, posso dizer que durante certo tempo houve realmente uma divisão interna em Minas – um partido apoiando Vargas e outro se opondo. Mas isso já vinha desde o tempo do Olegário Maciel. Agora, no momento da deposição, em 1945, tenho a impressão de que Vargas não teve quase nenhum apoio em Minas. Todos os políticos mineiros estavam mais ou menos contra ele. Do seu lado ficou o Capanema, ministro da Educação, que sempre foi meio poeta, tinha uma liderança intelectual mas era muito pouco ativo politicamente. Já Francisco Campos, que tinha sido ministro da Justiça e foi quem escreveu a Polaca, a Constituição do golpe de 37, mais tarde escreveu um dos textos mais violentos contra a permanência de Vargas no poder, insistindo para que ele convocasse eleições e abrisse o país para um regime mais democrático. Chico Campos era absolutamente objetivo.

Dois anos antes do fim do Estado Novo, em 1943, a parte da elite mineira que já se opunha a Vargas divulgou o Manifesto dos mineiros, pedindo a convocação de eleições. Benedito Valadares comentava esse episódio nas reuniões do secretariado?

Não. Ele nunca falava em reunião de secretariado. Há uma anedota segundo a qual Valadares sempre considerou que reunião com mais de dois é comércio... Ele trocava idéias com alguns amigos mais íntimos, em tertúlias no salão de couro do Palácio da Liberdade. Mas os homens com quem ele mais trocava idéias não participavam diretamente da ação política, como por exemplo Mário Casasanta, que era um grande professor, reitor da Universidade, Mário Matos, grande advogado e administrador. Esses foram os seus amigos da vida inteira. Chico Noronha, João Quadros...

Sempre que chegava alguém de fora, ia ao palácio jantar com Valadares e conversar sobre política. Naturalmente ele era um homem de antenas muito vivas e participava de tudo o que ocorria no universo político. Sabia de tudo o que estava ocorrendo no Rio através dos amigos que tinha aqui, que a todo instante lhe telefonavam ou mandavam recados. Vinha ao Rio muito freqüentemente e passava semanas aqui, conversando, trocando idéias. Mantinha um relacionamento muito estreito com homens-chaves como Agamenon Magalhães, Fernando Costa²³ e outros.

A mudança de atitude de Valadares é realmente curiosa. Ele foi o único dos interventores do Estado Novo que apoiou a derrubada de Vargas, divulgando no próprio dia 29 de outubro de 1945 um manifesto que causou grande sensação. Mas a solidariedade que prestou ao golpe não impediu que ele mesmo caísse junto com Getúlio e o governo mineiro fosse entregue ao Poder Judiciário. Como foi vista em Minas essa atitude de Valadares, tão diferente da dos demais interventores?

Deve-se lembrar que Valadares, com a autorização de Getúlio, foi levado a mobilizar forças que apoiassem a transição democrática. Essas forças iriam se congregar no Partido Social Democrático, o PSD. O momento crucial da formação do PSD foi a visitado Valadares a São Paulo. Ele foi para lá com Juscelino — que aliás conta o episódio em suas memórias²⁴ —, foi recebido pelo interventor Fernando Costa, instalou-se no palácio dos Campos Elísios e convocou todas as forças políticas de São Paulo para uma reunião. Nesse encontro, declarou que tinha autorização para criar um partido democrático, o PSD, independente de teses continuístas. O partido iria apoiar a candidatura Dutra, que surgiu porque a UDN teve a infelicidade de expor um espadão contra Getúlio, lançando a candidatura de Eduardo Gomes, um símbolo nacional. Valadares dizia: “Bom, contra um espadão só outro espadão.” E assim Dutra foi lançado candidato do PSD.

Quando se decidiu em São Paulo que se iria formar um partido em apoio a Dutra, e não à reeleição de Getúlio, os paulistas imediatamente se polarizaram em torno desse partido. Valadares saiu de São Paulo com o PSD polarizando o Brasil inteiro, mas nesse momento a turma em torno de Vargas começou a combatê-lo, a tentar destruir os dois, a ele e ao partido. Foi aí que começou realmente o conflito. Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, estava tentando criar o PTB, e Hugo Borghi estava mobilizando o quererismo, as agitações de rua.²⁵

Apesar disso Valadares conseguiu organizar o PSD, e levou para o partido Agamenon Magalhães, a melhor elite do Rio Grande do Sul, a melhor elite

de São Paulo. O PSD tornou-se um partido fortíssimo, tanto assim que depois da queda do Getúlio ganhou a eleição com Dutra. Na hora da eleição o voto estava todo com o Valadares. Eduardo Gomes, apesar de ser um grande nome, um símbolo, um herói, sofreu uma derrota tremenda.

A campanha do PSD mineiro

Ainda antes da queda de Getúlio, Dutra iniciou sua campanha eleitoral exatamente em Belo Horizonte. O senhor se recorda disso?

É claro. Ele fez o primeiro discurso eleitoral num palanque da Feira de Amostras, debaixo de um temporal horroroso. Teve que sair correndo e ir para o estúdio da Rádio Inconfidência para poder ler o discurso que tinha preparado. Acontece que 80% desse discurso, quem tinha escrito era eu. Era um discurso muito objetivo, dizendo o que Minas queria: estradas, isso e aquilo. Não tinha nada de ideológico. Se tinha, não era meu.

O senhor já esperava pela queda de Getúlio da forma como aconteceu?

Para mim foi uma surpresa. Eu acompanhava o processo de tensão em torno de Vargas através do que os jornais diziam, das declarações do Góis Monteiro e outros, mas no dia em que ele caiu eu não estava esperando. No dia em que tivemos a notícia de que Getúlio seria deposto, porque acabara de nomear o Bejo chefe de polícia,²⁶ eu estava do lado do Valadares, levando o cardeal de Aparecida, dom Carlos Carmelo, para visitar a Cidade Industrial. Estávamos lá quando alguém veio avisar ao Valadares que voltasse com urgência ao palácio, porque havia telefonemas do Rio muito importantes. Ele voltou, ficou sabendo que o Bejo tinha sido nomeado e pegou o trem para o Rio na mesma hora para ver o que estava acontecendo. O resultado foi que Getúlio foi deposto, e tomou posse o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Valadares também foi destituído, e ainda tentou obter que Ovídio de Abreu²⁷ ficasse como interventor em Minas, mas não conseguiu. Afinal o presidente do Tribunal de Justiça de Minas, Nísio Batista, assumiu o governo. Nísio era um homem bom, havia convivido com o Valadares durante muito tempo, de modo que não houve grandes campanhas, grande violência.

Como foi a campanha eleitoral em Minas?

Havia a campanha da UDN, que era extremamente inteligente, feita por uma rapaziada de grande valor, homens brilhantes como Bilac Pinto, José Monteiro de Castro e outros.²⁸ Mas o PSD tinha uma boa organização partidária, tinha bases em todos os municípios e contava quase sempre com chefes importantes e responsáveis. A UDN havia ficado com a parte mais fraca, que o Valadares havia deixado de lado, de modo que eles tiveram que improvisar.

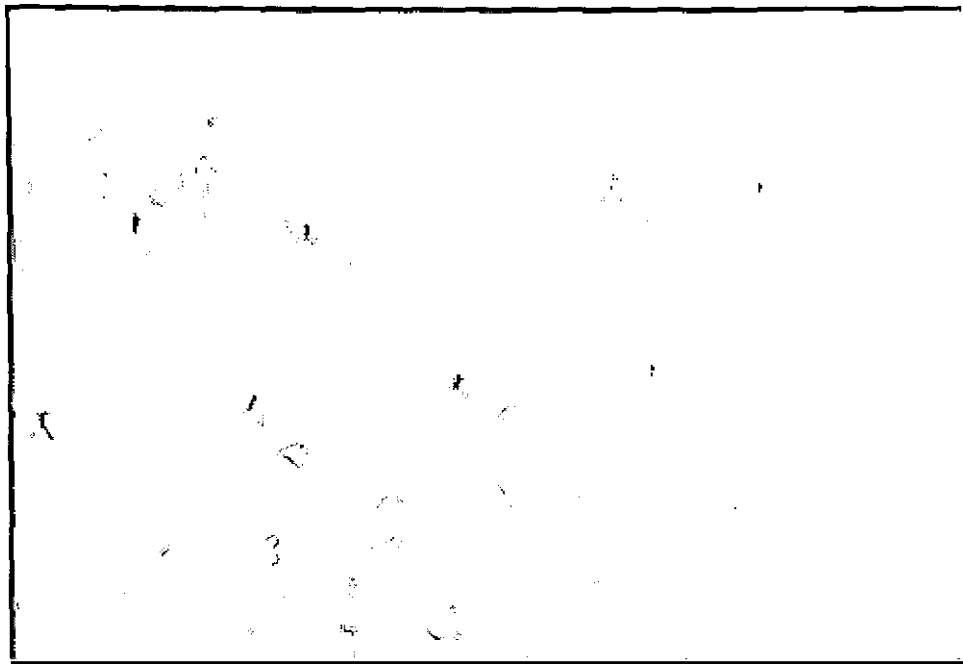
Minas era um estado que não tinha telefone em todos os lugares, onde a política sempre foi feita ao pé do ouvido, com os políticos indo e voltando de Belo Horizonte aos municípios. E Valadares saiu pelo estado de trem. Eu o acompanhei numa viagem pelo sul de Minas em que ele fazia o trem parar de estação em estação. Às vezes fazia um discurso numa extremidade da cidade e outro na outra, porque havia duas facções querendo apoiá-lo, e só depois ele ia decidir com quem ficava.

Mas o momento mais interessante da campanha, a meu ver, foi quando a UDN resolveu lançar o comício final. Esse comício estava programado para ser uma lavagem completa de roupa suja, uma análise destruidora da obra de Valadares. Eles imaginaram apresentar grandes gráficos estatísticos de dois metros por três, que iriam ser discutidos por políticos e especialistas. Fizeram de fato o comício e mostraram um gráfico inicial, com os dizeres “Minas é um estado empobrecido, os mineiros estão esmagados por impostos”. Aparecia um mineirozinho com um saquinho nas costas, depois outro mineiro com um saco maior, e assim por diante até chegar a um sacão enorme. E aí diziam: “Foi isso o que aconteceu no governo Valadares! Pagávamos pouco imposto e agora estamos pagando esse imenso volume!” E várias outras coisas: “Minas não tem escolas, Araxá é uma aventura etc.”

Eu vi aquilo e senti logo que eles não tinham nenhuma vivência real dos problemas da administração, não sabiam do que estavam falando. Resolvemos então fazer um contra-ataque. E isso foi feito através de um programa na Rádio Inconfidência. Eu e Laborne Tavares, que tinha sido secretário de Educação do Valadares, resolvemos fazer um texto a que demos o nome de “Desmascarando embustes”. Era um diálogo entre dois *speakers*, Brandão Reis e um outro. Um falava, e o outro respondia: “Não é verdade que Minas esteja na desgraça. Se os mineiros antigamente pagavam pouco imposto e hoje pagam mais, é porque enriqueceram, e não porque empobreceram.” Os udenistas realmente não tinham a menor capacidade de interpretar os fenômenos econômicos, e nós os arrasamos.

Depois eles passaram a distribuir aqueles gráficos numa folha dentro de jornais. No dia seguinte passamos a distribuir o “Desmascarando embustes”

no mesmo estilo. Mandamos para cada município, além de um pacote de cédulas, os nossos próprios gráficos, de modo que Minas inteira recebeu aquilo. Enquanto os udenistas falavam mal do Valadares, nós já os estávamos desmascarando: “Araxá não é uma aventura, é um núcleo de turismo. O turismo traz para a Europa tanto por cento de renda.” Íamos desmascarando os embustes da UDN, e eles não tiveram tempo de nos contraditar.



João Beraldo (sentado, ao centro), interventor federal em Minas no início do governo Dutra, e seu secretariado. Da esq., de pé, Lucas Lopes (1º), João Pimenta da Veiga (2º), João Albino (4º), coronel Pascoal (5º) e Pedro Laborne (6º); sentados, Jair Negrão de Lima (1º), Luís Martins Soares (2º), Olinto Orsimi (4º) e Álvaro Cardoso (5º).

Já no período Dutra, o senhor foi secretário de Viação e Obras Públicas do governo João Beraldo, de março a agosto de 1946. Houve tempo para fazer alguma coisa?

Houve tempo para fazer coisas de pouca importância, mas que tiveram repercussão futura. Naquela época tive a oportunidade de criar o Departamento

Estadual de Estradas de Rodagem, como consequência da reestruturação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem pela lei Joppert, aprovada ainda no governo Linhares.²⁹ E criei o departamento de Minas com idéias próprias, entrando em conflito com o DNER, mas no fim vencendo a parada.

Na verdade, esse conflito era o mesmo que sempre opôs os mineiros ao governo federal. Sempre tivemos muita resistência em aceitar a aplicação do dinheiro público de Minas Gerais por decisões tomadas no Rio de Janeiro. Insistíamos em que os recursos mineiros fossem aplicados em Minas de acordo com decisões tomadas por nós. O DNER era um órgão que planejava as rodovias no Brasil inteiro, e nós insistíamos em que as obras relativas a Minas, ainda que se enquadrassem num plano nacional, deviam ser decididas em Minas. Foi esse o motivo do conflito que tive ao redigir os estatutos do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas. Vim ao Rio de Janeiro, tive uma reunião no DNER, fui veemente em minha defesa e acabei convencendo a maioria. Venci o presidente do DNER, o Camargo, um paulista muito intransigente que queria fazer um departamento onde tudo dependesse da sua vontade lá em cima. Havia ainda um espírito ditatorial muito grande naquela época. Tenho guardada uma carta do professor Jorge Kafuri felicitando-me pela forma como defendi meu ponto de vista e venci.

Qual era a situação do transporte ferroviário e rodoviário em Minas no ano de 1946?

O transporte ferroviário estava em plena decadência, porque a guerra tornou impossível o reequipamento. Durante a guerra as estradas de ferro empobreceram, e mal conseguíamos fazer funcionar a Rede Mineira de Viação e a Central do Brasil. As estradas de rodagem estavam começando a surgir, mas havia uma grande precariedade de pavimentação e dificuldades de transporte por incapacidade de importarmos veículos em número suficiente. Enquanto não fabricou veículos pesados, o Brasil teve grande dificuldade para importá-los.

NOTAS

1. A Estância Hidromineral de Araxá, constituída de um conjunto arquitetônico que incluía hotel, termas, cassino e campos de esporte, foi inaugurada em 23 de abril de 1944 com a presença de Getúlio Vargas e Benedito Valadares.
2. Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) nasceu em Diamantina (MG) e formou-se pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte em 1927. Em 1930 seguiu para Paris, onde se especializou em urologia. Em 1931 casou-se com Sara Gomes de Lemos e, por influência de

seu conchunhado Gabriel Passos, foi nomeado médico da Força Pública mineira. Ao ter início a Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, foi para o túnel da Mantiqueira para defender o governo provisório de Vargas e aí conheceu Benedito Valadares. Em 1933, quando Valadares foi nomeado interventor em Minas, tornou-se seu chefe de gabinete. Em 1934 foi eleito deputado federal na legenda do Partido Progressista, mas com o golpe de 1937 voltou à medicina. Nomeado por Valadares prefeito de Belo Horizonte em 1940, remodelou a cidade e construiu o moderno conjunto arquitetônico da Pampulha. Após a queda do Estado Novo, em dezembro de 1945, elegeu-se deputado constituinte na legenda do PSD, tendo sido o terceiro mais votado no estado. Abertos os debates em torno da sucessão de Milton Campos em Minas em 1950, foi indicado candidato do PSD e venceu as eleições realizadas em outubro, derrotando Gabriel Passos, da UDN. Seu governo, iniciado em 31 de janeiro de 1951, foi marcado pelo binômio energia e transportes, com a criação da Cemig e a construção de ampla rede rodoviária. Indicado candidato do PSD à presidência da República em 1955, em fins de março desse ano deixou o governo para desincompatibilizar-se, transferindo-o ao vice-governador Clóvis Salgado.

Sua campanha presidencial foi cheia de tropeços. Além do veto militar transmitido à nação pelo presidente Café Filho, enfrentou a oposição liderada pela UDN, que procurou criar-lhe embaraços. Mesmo depois de eleito, em outubro de 1955, seus problemas não cessaram. As suspeitas de uma conspiração contra sua posse levaram ao movimento do 11 de Novembro, chefiado pelo general Henrique Lott, que destituiu o presidente em exercício Carlos Luz e colocou Nereu Ramos no governo até 31 de janeiro de 1956. Nesse dia teve início o governo JK, que procurou pôr em prática um arrojado Plano de Metas visando o desenvolvimento do país.

Em 31 de janeiro de 1961 JK passou a faixa presidencial a Jânio Quadros e em junho seguinte, com a abertura de uma vaga no Senado em consequência da renúncia de Tacião Melo, foi eleito senador por Goiás com o apoio de uma aliança liderada pela UDN e composta pelo PSD, PSP, PDC, PR, PL e PSB. Após a renúncia de Jânio em agosto de 1961 defendeu a posse de João Goulart, e em março de 1964 procurou evitar sua deposição, exortando-o a restabelecer a hierarquia nas Forças Armadas e a conter o radicalismo sindical. Uma vez consumada a queda de Goulart, votou no marechal Castelo Branco na eleição indireta feita pelo Congresso, contra a promessa de que o calendário eleitoral seria mantido, já que em fevereiro havia sido indicado candidato do PSD às eleições presidenciais marcadas para outubro de 1965. No entanto, ainda em 1964, no dia 8 de junho, teve seu mandato cassado, vindo-se forçado a partir para longa temporada no exílio, na Europa e nos Estados Unidos. Ao lado de Goulart, também exilado, aceitou participar da Frente Ampla, anunciada por Carlos Lacerda em setembro de 1966 como um movimento destinado a formar um grande partido capaz de restabelecer as liberdades democráticas no país. Em 19 de novembro seguinte emitiu junto com Lacerda um comunicado conhecido como “Declaração de Lisboa”, defendendo os princípios formulados pela Frente Ampla, que no entanto seria fechada pelo presidente Costa e Silva em abril de 1968. De volta ao Brasil em 1967, após a extinção da Frente Ampla abandonou a política e dedicou-se à iniciativa privada. Em 22 de agosto de 1976, morreu vítima de um desastre de automóvel na rodovia Presidente Dutra que gerou várias interpretações, inclusive a de que tivesse sido um atentado. Foi enterrado em Brasília com grande acompanhamento popular. Ver *DHBB*, op. cit., e Juscelino Kubitschek, *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1974-1978, 3 vol.

3. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Benedito Valadares foi nomeado chefe de

polícia do Destacamento Cristóvão Barcelos, que defendia as posições do governo provisório de Vargas na divisa de Minas com São Paulo, junto ao túnel ferroviário que varava a serra da Mantiqueira. Juscelino atuava na mesma frente de combate, na qualidade de oficial-médico da Força Pública de Minas, hoje Polícia Militar. Ver Benedito Valadares, *Tempos idos e vividos: memórias*, Rio, Civilização Brasileira, 1966, p. 8.

4. Juarez Távora (1898-1975), militar cearense, participou dos levantes tenentistas da década de 1920 e tomou parte na marcha da Coluna Prestes até seu internamento na Bolívia. Regressando clandestinamente ao Brasil, articulou a Revolução de 30 no Nordeste e participou das operações militares, tomando o estado de Pernambuco. Após a vitória do movimento, foi delegado militar junto às interventorias do Nordeste, lutou contra os constitucionalistas na frente mineira em 1932 e em dezembro desse ano tornou-se ministro da Agricultura. Embora fosse partidário da continuidade do regime ditatorial, participou como ministro da elaboração da Constituição de 1934, tendo introduzido modificações profundas na legislação do subsolo com a criação do Código de Minas e do Código de Águas. Demitido a pedido em 24 de julho de 1934, retornou à vida militar. Apoiou a candidatura de Eduardo Gomes em 1945, e nos anos seguintes, quando teve início a Campanha do Petróleo, manifestou-se contra o monopólio estatal. No segundo governo Vargas comandou a Escola Superior de Guerra e uniu-se aos militares que pouco antes do suicídio do presidente pediam sua renúncia. Foi chefe do Gabinete Militar de Café Filho, candidato presidencial da UDN derrotado por JK em 1955, deputado federal pelo PDC da Guanabara de 1962 a 1964 e ministro da Viação e Obras Públicas do governo Castelo Branco de abril de 1964 a março de 1967. Ver *DHBB*, op. cit.
5. Camberra foi criada por decreto em 1913. Planejada pelo arquiteto norte-americano Walter Burley Griffin, foi oficialmente inaugurada em 1927.
6. A construção da usina de Gafanhoto teve início em 1940.
7. João Tavares Correia Beraldo (1891-1960), membro da comissão executiva do PSD mineiro, foi nomeado interventor federal em Minas pelo presidente Dutra em fevereiro de 1946. Permaneceu no cargo até agosto daquele ano, quando seu partido foi afetado por divergências internas geradas pela escolha do candidato ao governo do estado nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Ver *DHBB*, op. cit.
8. Newton Cardoso foi prefeito de Contagem de 1973 a 1977 e de 1983 a 1986. Em novembro desse último ano foi eleito governador do estado na legenda do PMDB, para um mandato de quatro anos.
9. A instalação da termelétrica que forneceu serviços de iluminação pública em Campos data de junho de 1883. A primeira hidrelétrica brasileira, a usina de Marmelos-O, começou a operar em Juiz de Fora em 1889. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, op. cit., p. 62.
10. Milton Soares Campos (1900-1972) nasceu em Ponte Nova (MG) e formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1922. Desde cedo iniciou a atividade política, defendendo a candidatura presidencial de Nilo Peçanha contra Artur Bernardes. Participou da campanha da Aliança Liberal em 1930, filiou-se em seguida à Legião Liberal Mineira e em 1934 foi eleito deputado estadual pelo Partido Progressista. Durante o Estado Novo foi chefe do contencioso da Caixa Econômica em Minas, posição que perdeu em janeiro de 1944 por ter sido redator e signatário do Manifesto dos mineiros. Filiado à UDN, foi eleito deputado constituinte em 1945

- e governador de Minas em janeiro de 1947, nesse caso com o apoio do PR, PTN, PCB, PRP e da dissidência do PSD. Governou o estado até janeiro de 1951, quando cedeu o lugar a Juscelino Kubitschek, e voltou à Câmara de 1955 a 1959, quando iniciou mandato no Senado. Nas eleições presidenciais de 1955 e 1960 disputou a vice-presidência da República, tendo sido derrotado nas duas ocasiões por João Goulart. Após o movimento político-militar de 1964, foi nomeado ministro da Justiça do governo Castelo Branco, mas pediu exoneração em outubro de 1965, segundo afirmou, por discordar do Ato Institucional nº 2, que entre outras coisas dissolveu os partidos políticos criados em 1945. Foi substituído por Juraci Magalhães. Ver *DHBB*, op. cit.
11. José Rodrigues Seabra nasceu em 1896, formou-se engenheiro eletricitista pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá em 1917 e assumiu a direção dessa escola em 1924. Militou na política mineira e em 1945 foi eleito deputado federal constituinte na legenda do PSD. Fez parte da dissidência pessedista que apoiou a candidatura de Milton Campos ao governo de Minas em 1947, tendo ocupado a Secretaria de Viação do estado até 1950. Sempre na legenda do PSD, voltou à Câmara nos períodos 1950-1955 e 1957-1958. Ver *DHBB*, op. cit.
 12. A Coordenação da Mobilização Econômica foi criada pelo Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, e extinta pelo Decreto-Lei nº 8.400, de 19 de dezembro de 1945. Concentrada na figura do coordenador, que assumia todos os encargos, a Coordenação atuou principalmente no abastecimento do mercado interno e no controle de preços. Em sua curta existência, o órgão teve três coordenadores — João Alberto Lins de Barros, João Carlos Vital e o general Anápio Gomes — e reuniu em seu conselho consultivo, entre outros, João Neves da Fontoura, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Ver *DHBB*, op. cit., e Mircea Buescu, *Guerra e desenvolvimento: análise da economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*, Rio, Apec, 1976, p. 115-117.
 13. João Alberto Lins de Barros (1897-1955), no posto de tenente do Exército, foi ativo participante das revoltas tenentistas da década de 1920 e um dos líderes da Coluna Prestes. Membro do comando da Revolução de 30, logo após a vitória do movimento foi nomeado interventor em São Paulo, enfrentando a hostilidade dos paulistas. Com o início da Revolução Constitucionalista em 1932, foi substituído pelo capitão Dulcídio Espírito Santo Cardoso, que permaneceu no cargo até a derrota do movimento, no mês de outubro. Foi chefe de polícia do Distrito Federal em 1933 e constituinte pelo PSD pernambucano em 1934. Depois de chefiar a Comissão de Defesa da Economia Nacional (1939-1940), foi nomeado em 1942 coordenador da Mobilização Econômica. Foi ainda chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (1945); vereador pelo PTB no Distrito Federal (1947); representante do Brasil na reunião do GATT (1953-54); diretor superintendente da Rádio Mayrink-Veiga, e fundador e primeiro presidente do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Ver *DHBB*, op. cit.
 14. Além de ter tido marcante atuação no jornalismo mineiro (*Folha de Minas*, *Minas Gerais* e revista *Belo Horizonte*), o escritor Murilo Rubião publicou vários livros, entre os quais *O ex-mágico* (contos, 1947), *A estrela vermelha* (contos, 1953) e *Os dragões e outros contos* (1965).
 15. Além da *Folha de Minas*, a *Revista Comercial de Minas Gerais* de dezembro de 1945, no artigo “Introdução ao planejamento industrial de Minas Gerais”, publicou parte desse trabalho.
 16. Eugênio Gudín (1886-1986) formou-se em engenharia e teve importante atuação na área econômica a partir da década de 1930. Participou da Comissão Mista de Reforma Econômica

- e Financeira (1935), do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937) e da criação da primeira escola de economia do Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (1938), da qual foi professor por duas décadas. Delegado brasileiro à Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods (1944), criou em seguida o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, do qual se originaram o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE (1951) e a Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE (1966). Sua carreira de economista foi coroada com a indicação para o Ministério da Fazenda no governo Café Filho (1954-55). O famoso debate Gudin-Simonsen está em *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*, Rio, IPEA, 1977.
17. Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), presidente dos EUA de 1933 a 1945, para combater a depressão que dominava o país no início de seu governo, adotou a política do New Deal, de intervenção do Estado na economia. Enfrentando a oposição da comunidade empresarial, mas obtendo a autorização do Congresso, criou várias agências federais como a Tennessee Valley Authority (TVA), que congregou sete estados do sul na produção de energia barata para a eletrificação do campo, irrigação, proteção do solo, produção de nitratos, prevenção de enchentes e melhoria da navegação fluvial. Ver Florence Elliot, *A Dictionary of Politics*, Middlesex, Penguin Books, 1975, p. 457.
 18. Entre 1 e 22 de julho de 1944, reuniram-se na pequena cidade de Bretton Woods, no Estado norte-americano de New Hampshire, cerca de 750 delegados de 45 países para discutir como seria regida a economia mundial no pós-guerra. Durante a Conferência de Bretton Woods foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Para mais informações, ver J. Keith Horsefield, *The International Monetary Fund, 1945-1965: twenty years of international monetary cooperation*, Washington, International Monetary Fund, 1969, vol. 1.
 19. O PSD foi criado em 17 de julho de 1945, na convenção nacional que homologou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Sobre o partido, ver Lucia Hippolito, *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*, Rio, Paz e Terra, 1985, e Lucia Lippi Oliveira, *O Partido Social Democrático*, Rio, IUPERJ, 1973 (tese de mestrado).
 20. Francisco Campos (1891-1968) foi deputado federal pelo PRM em 1921 e secretário do Interior do governo Antônio Carlos de 1926 a 1930. Um dos articuladores em Minas da campanha da Aliança Liberal e do movimento revolucionário de 1930, com a investidura de Getúlio Vargas e a criação do Ministério da Educação e Saúde, foi titular da pasta de dezembro de 1930 a agosto de 1931. Incumbido pelo governo provisório de desmontar a máquina bernardista em Minas, fundou, junto com Amaro Lanari e Gustavo Capanema, a Legião Liberal Mineira. Foi o autor da Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, razão pela qual foi empossado no Ministério da Justiça do Estado Novo, em substituição ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Afastado da pasta em julho de 1942 diante da perspectiva, logo depois confirmada, da entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, em 1945 deu entrevista criticando o Estado Novo que ajudara a construir e apoiou a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República. Foi ainda o autor do Ato Institucional nº 1 editado pelo Comando Supremo da Revolução que em março de 1964 derrubou o governo João Goulart. Ver *DHBB*, op. cit.
 21. José Maria Alkmin (1901-1975) nasceu em Bocaiúva (MG) e formou-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1929. Em 1933 foi eleito deputado constituinte, e em 1934,

- deputado federal pelo Partido Progressista, mas renunciou ao mandato em 1935 para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas de Minas. Deixou esse posto para chefiar a Secretaria do Interior e Justiça de Benedito Valadares, tendo modernizado o sistema carcerário do estado. Trabalhava no contencioso do Banco de Crédito Real de Minas Gerais quando, em abril de 1945, foi convocado por Valadares para ajudá-lo a fundar o PSD mineiro. Constituinte de 1946, em 1951 assumiu a Secretaria de Finanças do governo Juscelino em Minas. De outubro de 1953 a agosto de 1954 foi diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e em outubro seguinte conquistou novo mandato de deputado federal. Defendeu arduamente a candidatura JK à presidência, tanto na Câmara como diante de seus opositores militares, e já após a eleição conseguiu unir as principais chefias militares em torno do general Lott no movimento do 11 de novembro de 1955. Nomeado ministro da Fazenda por JK em janeiro de 1956, concentrou seus esforços na luta contra a reforma cambial e a favor da política de proteção ao café. Passou a pasta a Lucas Lopes em junho de 1958, e em outubro reelegeu-se deputado federal. Opôs-se à candidatura de Tancredo Neves ao governo de Minas em 1960, cindindo o PSD e concorrendo a vice-governador na chapa de Ribeiro Pena, que foi apoiada pelo Partido Democrata Cristão e derrotada pelo udenista Magalhães Pinto. Foi favorável à posse de Goulart e ao parlamentarismo em 1961, mas a partir de 1963 assumiu a defesa dos proprietários de terras de Minas, que se opunham aos projetos de reforma agrária anunciados pelo governo, e tomou parte ativa na conspiração que em 1964 instituiu no país o regime militar. Em seguida foi eleito indiretamente vice-presidente da República ao lado do presidente Castelo Branco. Ver *DHBB*, op. cit.
22. Criada em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional (UDN) lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à sucessão do presidente Vargas. Sobre o partido, ver Maria Vitória Benevides, *A UDN e o udenismo; ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
 23. Agamenon Magalhães e Fernando Costa eram respectivamente interventores em Pernambuco (1937-1945) e São Paulo (1941-1945).
 24. Ver Juscelino Kubitschek, *Meu caminho para Brasília*, op. cit. vol. 3.
 25. Queremismo foi o movimento que surgiu em 1945, pouco antes da queda do Estado Novo, a partir do slogan “Queremos a Constituinte com Getúlio!”, pregando, portanto, o continuismo do presidente. A proposta, defendida pelos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, foi no entanto recusada pelas Forças Armadas, que em 29 de outubro de 1945 depuseram Vargas e garantiram a realização das eleições para a Constituinte e para a presidência da República em 2 de dezembro daquele ano. Ver Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo, Vértice; Rio, IUPERJ, 1988, e Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio, Saga, 1969.
 26. A nomeação de Benjamim Dornelles Vargas (Bejo), irmão do presidente Vargas, para a chefia de polícia do Distrito Federal em 28 de outubro de 1945 foi interpretada pelas lideranças militares como mais um passo no sentido do continuismo do governo e por isso mesmo detonou sua derrubada no dia seguinte. Ver Thomas Skidmore, op. cit.
 27. Ovídio Xavier de Abreu nasceu em Pará de Minas (MG) em 1898. Ingressou por concurso no Banco do Brasil em 1919 e em 1933 tornou-se chefe de gabinete do interventor Benedito Valadares. Em 1934 assumiu a Secretaria de Finanças de Minas, onde permaneceu até 1941, quando foi transferido para a Secretaria do Interior e Justiça. Foi presidente do Departamento Nacional de Café (mais tarde Instituto Brasileiro do Café) em 1944, diretor da Carteira de

Redesconto do Banco do Brasil em 1946, ministro interino da Fazenda de setembro a dezembro de 1948 e presidente do Banco do Brasil de 1949 a 1950. Deputado federal pelo PSD de 1951 a 1967, voltou à Secretaria da Fazenda de Minas de 1967 a 1970, no governo Israel Pinheiro. Ver *DHBB*, op. cit.

28. Olavo Bilac Pinto (1908-1985), membro de primeira hora da UDN, foi deputado federal por Minas de 1951 a 1961 e de 1962 a 1966, embaixador do Brasil na França de 1966 a 1970 e ministro do STF de 1970 a 1978. José Monteiro de Castro, nascido em 1909, também foi constituinte em 1946 e deputado federal da UDN até 1950. Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, assumiu a chefia do Gabinete Civil do presidente Café Filho, na qual passou a conspirar contra a eleição e a posse de Juscelino Kubitschek. Voltou à Câmara de 1958 a 1963, foi secretário de Finanças e a seguir de Segurança Pública do governo Magalhães Pinto e tomou parte ativa no movimento político-militar que derrubou João Goulart em 1964. Seu último período na Câmara foi de 1966 a 1970, já na legenda da Arena. Ver *DHBB*, op. cit.
29. O DNER foi criado pela Lei nº 467, de 31 de julho de 1937. Em 27 de dezembro de 1945, através da Lei nº 8.463, Maurício Joppert, ministro da Viação e Obras Públicas do governo José Linhares (outubro de 1945 a janeiro de 1946), reestruturou o órgão, transformando-o em autarquia com autonomia administrativa.

CAPÍTULO 4

O engenheiro planejador

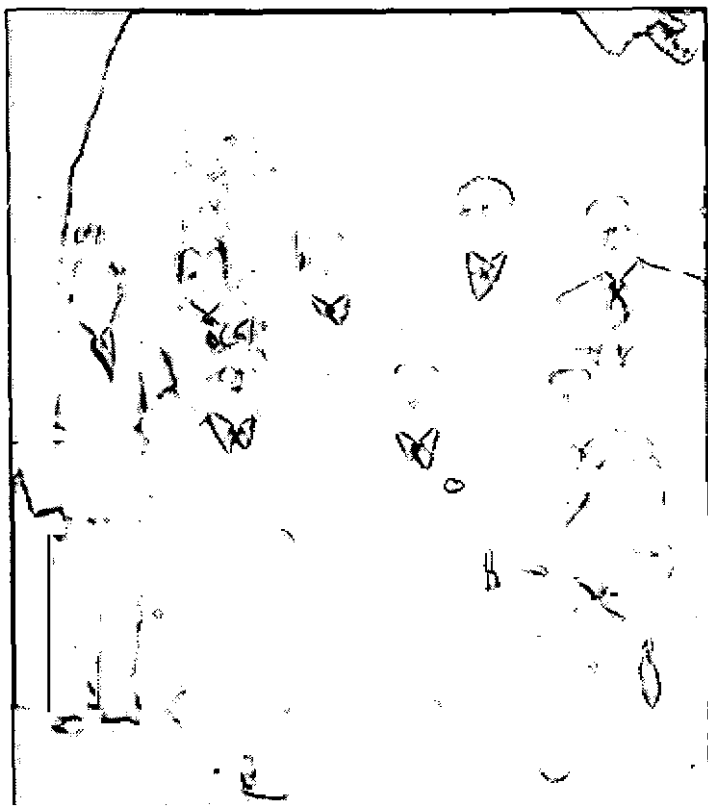
A geografia econômica e a Comissão Poli Coelho

Quais foram suas atividades após o término do governo João Beraldo?

O único emprego público que eu possuía era o de engenheiro da Rede Mineira de Viação, de modo que terminado o governo Beraldo, reassumi-o. Mas como eu havia sido secretário de Estado, um cargo de certa importância, o diretor da Rede, Temístocles Barcelos, que era irmão do Othon Barcelos, diretor da Sotema em São Paulo, e era muito meu amigo, não quis me dar nenhuma função executiva e me deixou como seu assistente. Eu tinha relativamente pouca coisa a fazer, a não ser preparar alguns relatórios, e então aceitei o convite para lecionar na Faculdade de Ciências Econômicas, que eu havia ajudado a criar anos antes junto com um grupo de mineiros. Aceitei a cadeira de geografia econômica e me entusiasmei por essa matéria, li muito, tanto que hoje tenho uma biblioteca de geografia econômica de fazer inveja. Sempre fui bom bibliófilo, de modo que todo o dinheiro que tinha gastava em livros. Durante dois anos fiz um cursinho bastante bom, apesar de a escola ser modesta, sem grandes vãos de pesquisa. De toda forma gostei muito, porque tive a oportunidade de estudar, mais para meu uso próprio do que para lecionar. Li Ratzel, *Geografia dell'uomo*, em italiano, li livros de geopolítica, o que veio resultar na minha participação ativa na discussão sobre a localização da nova capital. Foi um período de tranquilidade, em que eu morava em Belo Horizonte com a família organizada, sem grandes objetivos financeiros, já que a faculdade não tinha dinheiro para pagar os professores. Mas a Rede Mineira pagava razoavelmente, e eu vivia uma vida modesta.

Nessa época o senhor também estudou teoria econômica?

Naturalmente o estudo da geografia econômica implicava o estudo da economia. Mesmo antes, a Secretaria de Agricultura, com a política de fixação de preços, com a política de racionamento, era uma atividade de economia prática, aplicada. Mais tarde os problemas de energia elétrica também me forçaram ao estudo da economia. Mas sempre estudei economia de uma forma muito autodidata e primitiva. Foram estudos muito parciais.



A Comissão Poli Coelho, encarregada de estudar a localização da nova capital. Da esq., de pé, Luís Vieira (2º), Coimbra Bueno (3º), general Poli Coelho (4º) e Francisco de Sousa (5º); sentados, Antônio Carlos Cardoso (1º), Lucas Lopes (2º) e Cristóvão Leite de Castro (3º).

Nas Disposições Transitórias da Constituição de 1946, estabeleceu-se que a capital do país deveria ser transferida para o interior, e para tanto determinou-se a instalação de uma Comissão de Localização da Nova Capital, da qual o senhor fez parte.¹ Como foi essa experiência?

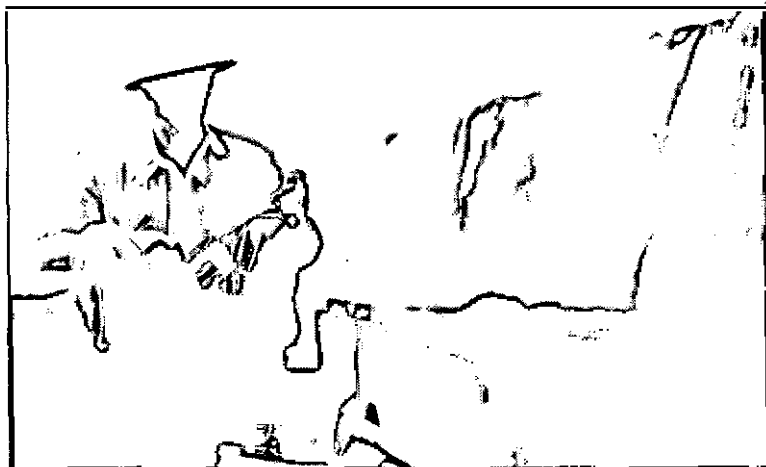
A mudança da capital para o interior, prevista nas Constituições de 1891 e 1934, havia desaparecido da Constituição de 1937 por circunstâncias que desconheço. Vargas não gostou da idéia e a retirou da Carta de 37 – provavelmente foi Chico Campos quem a suprimiu. Na época da Constituinte de 46, ocorreu-me que uma das dificuldades da mudança era a distância excessiva e a pobreza do local anteriormente indicado, um chapadão árido no Brasil Central, com dificuldades de água e clima diferente. Talvez a localização numa área mais adequada fosse a solução, e por isso tive a idéia de sugerir que Minas cedesse a pontado nariz, ou seja, o Triângulo Mineiro, para que ali fosse localizada a nova capital. Fiz então um pequeno trabalho, um projeto de emenda à Constituição que estava em elaboração. Juscelino Kubitschek, que na época era deputado constituinte, entusiasmou-se pela idéia e a propôs à Assembléia. Na hora da votação, porém, a proposta foi derrotada por meia dúzia de votos, e voltou-se à antiga área do Brasil Central.²

Em seguida foi criada a Comissão de Localização da Nova Capital, presidida pelo general Djalma Poli Coelho, da qual fiz parte. Apaixonei-me pelo assunto, estudei muito, desenvolvi minha defesa do Triângulo Mineiro, mas Poli Coelho foi muito arbitrário e preparou um relatório totalmente fantasioso, indicando uma área indefinida no Brasil Central. Eu infernizei a vida dele com minhas questões. Poli Coelho era um positivista, um sujeito inteligente, mas muito pouco preparado para os debates políticos.

Que credenciais tinha o general Poli Coelho para presidir a comissão?

Ele era um homem de alto padrão, diretor do Observatório Nacional, e havia feito um enorme trabalho de levantamento da carta brasileira, de todo o litoral norte. Era um especialista em geodésia, mas não ia muito além da técnica de medição de paralelos e meridianos, de definição das coordenadas geográficas. Defendia a localização da capital no Planalto Central pelas mesmas razões pelas quais já o havia feito Luís Cruls, que era astrônomo. Aliás, o Relatório Cruls foi excelente, porque reuniu uma série de cientistas jovens que fizeram trabalhos muito bons sobre aquela área : Moritz, o general Tasso Fragoso e outros.³

Mas não havia nada que justificasse a localização da capital no Brasil Central. Aquela área foi escolhida por motivos puramente emocionais, que



Lucas Lopes estudando a localização da nova capital. Cachoeira Dourada, rio Paranaíba.

começaram com a sugestão de Varnhagen, de que a capital do Brasil fosse localizada no ponto de convergência das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata, num local de onde, a um tiro de fuzil, se atingisse as águas dessas três bacias.⁴ Eu já dou uma interpretação um pouco mais lógica para a escolha daquele local. A idéia de levar a capital para lá, para aquela altitude, tinha uma justificativa mais profunda, que era fugir das regiões baixas e pantanosas do litoral, infectadas de febre amarela e malária. A idéia de construir a nova capital num local onde não existisse mosquito, como existia aqui no Rio de Janeiro, estava na mentalidade dos homens que pensaram no Brasil Central.

Ao lado disso, havia os que tinham uma visão global, de que o importante era que a capital ficasse não no interior de Goiás, mas num ponto que dominasse politicamente o Brasil Central. Todo o meu interesse em levar a capital para o Triângulo Mineiro foi de caráter político. Eu sentia que a capital no Triângulo Mineiro seria capaz de conquistar o Brasil Central porque aquela região tinha bases econômicas boas e estava ligada ao que eu chamava de *core area*, a área medular do Brasil econômico. Todo o efeito econômico do Triângulo Mineiro poderia ser projetado sobre a bacia amazônica, o Tocantins etc. Além disso, era uma área próxima às fronteiras do sul do Brasil, que eram as fronteiras mais tensas. Uma das teses mais complicadas do meu voto na Comissão Poli Coelho era essa teoria da localização da capital junto às fronteiras. Houve cinco votos a favor do Triângulo Mineiro e sete a favor de uma área indefinida no Brasil Central.⁵ O voto do Jorge

Burlamaqui, por exemplo, dizia assim: “Acho que a capital não deve mudar, mas se algum dia mudar deve ir para perto de não-sei-onde, Niquelândia, bem longe.” Poli Coelho considerou isso como um voto contra o Triângulo Mineiro e, numa atitude da mais absoluta arbitrariedade, misturou todos os votos num só, insistindo no Planalto Central.

O Relatório Poli Coelho foi apresentado ainda ao presidente Dutra, e mais tarde foi escolhida outra comissão, presidida, creio, pelo general José Pessoa.⁶ Essa segunda comissão foi incumbida de, dentro daquele relatório vago, indefinido e inseqüente do Poli Coelho, demarcar o local da nova capital. Finalmente foi indicado aquele quadrilátero de Goiás. Mais tarde, quando Juscelino decidiu construir Brasília, não havia mais o que discutir a respeito do local.

Minha participação nessa discussão me deu muito orgulho, porque briguei por minhas idéias. Mas também me deu muita decepção, por ver que tinha feito um esforço inútil, que não valeu para coisa alguma.

O São Francisco, os políticos e os técnicos

Também nas Disposições Transitórias da Constituição de 1946, ficou estabelecido que durante vinte anos pelo menos 1% da renda tributária federal seria aplicado na preparação e execução de um plano de aproveitamento do vale do São Francisco. Essa iniciativa, na qual se envolveu o deputado baiano Manuel Novais, parecia de início ter um caráter político, mas acabou gerando uma experiência de planejamento de alto nível técnico. O senhor concorda com esta avaliação?

O aproveitamento do vale do São Francisco era um objetivo que vinha sendo cultivado por gerações anteriores desde o tempo do Império, quando foi contratado o levantamento do rio pelo engenheiro Halfeld e o astrônomo francês Liais.⁷ Desde essa época se imaginava que o São Francisco poderia ser a espinha dorsal do desenvolvimento interno do Brasil. O vale do São Francisco atraiu vários homens de grande cultura, que escreveram trabalhos muito bons. Um deles, por exemplo, foi Vicente Licínio Cardoso, que escreveu um clássico sobre ‘o rio da unidade nacional’⁸, sobre aquilo que o São Francisco havia representado durante o período da unificação territorial brasileira, que não se fez pela costa, e sim pelo interior. Todo o deslocamento das populações do Nordeste para o Sul se fez ao

longo dos currais do vale do São Francisco, pois a navegação costeira era pequena e pouco atraente.

O São Francisco, portanto, era um polarizador de populações, pois atravessava uma região relativamente árida trazendo abundância de água e possibilidade de cultura. Essa função que o São Francisco sempre teve resultou afinal numa sugestão para que se desse mais atenção ao vale, transformando e modernizando o rio para um tráfego fluvial mais intenso e para um maior desenvolvimento regional. Essa sugestão partiu provavelmente de deputados do Nordeste – tenho a impressão de que foi feita realmente por Manuel Novais, grande líder político do interior do São Francisco – e foi aprovada por quase todo o mundo. Isso teve uma excelente consequência, porque se estabeleceu que o presidente da República nomearia uma comissão para fazer um projeto de desenvolvimento do vale. Essa comissão, da qual fiz parte – a Comissão do Vale do São Francisco – foi inicialmente criada com certa pompa. Não era uma comissão técnica comum, ligada a um ministério, mas um órgão autônomo, com um diretor superintendente, um diretor de Planos e Obras e outro de Produção e Assistência. A comissão realizou um trabalho muito bom e apresentou um programa coerente que foi em grande parte executado ao longo dos anos.⁹



O vale do São Francisco, estendendo-se por cinco estados, compreendia em 1949 cem municípios mineiros, 40 baianos, 32 pernambucanos, 14 alagoanos e 12 sergipanos.

Como o senhor foi designado para a Comissão do Vale do São Francisco?

Criada a comissão, havia três vagas a serem preenchidas. Para a de diretor superintendente normalmente deveria ser indicado um baiano, e foi escolhido o engenheiro Paulo Peltier de Queirós, que era o chefe do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais no vale do São Francisco, responsável pelos pequenos serviços que já se faziam ao longo do rio. Para a Diretoria de Produção e Assistência foi nomeado Oscar Espínola Guedes, agrônomo do Ministério da Agricultura. A vaga restante, na Diretoria de Planos e Obras, estava sendo disputada entre o PSD e a UDN, e acabei sendo eu o indicado. Naquela época eu estava mais ou menos disponível como professor de geografia econômica, já era conhecido como engenheiro, de modo que fui nomeado. Deixei Belo Horizonte e vim para o Rio de Janeiro.

Antes de ser criada a comissão, fazia-se um uso político do São Francisco? Ou seja, reivindicava-se a construção de obras, de barragens, para fins políticos?

Anteriormente, a aplicação de verbas no São Francisco fazia-se por dotações orçamentárias. A partir da Constituição de 46, quando se criou a obrigação de aplicar no vale 1% da renda da União e se estabeleceu a instrução de que se deveria elaborar um plano de desenvolvimento, decidiu-se também que, aprovado esse plano, todas as obras deveriam nele se enquadrar. Daí para diante, não haveria mais aquela facilidade de um deputado chegar e dizer: “Quero duzentos mil cruzeiros para fazer um porto em minha cidade.” Na verdade, ele queria fazer o conserto de uma avenida, pôr umas lâmpadas na beira do rio. Não havia porto algum. Havia um desperdício muito grande de obras no São Francisco antes da Comissão do Vale.

No momento da sua criação, a Comissão do Vale do São Francisco recebeu uma dotação de oito milhões de cruzeiros sob a forma de crédito especial, pois o orçamento de 1949 já estava pronto. Mais adiante, ainda em 1949, nova dotação foi aprovada, de 124 milhões de cruzeiros, para a implementação de um plano de emergência.¹⁰ De onde vinham esses recursos?

Do orçamento da União, como determinava a própria Constituição. Essas verbas de emergência, no entanto, eram mais um orçamento de recursos políticos, para atender às crises provocadas pela seca ou pelas enchentes. A equipe

de técnicos que trabalhava na Comissão do Vale não teve participação nisso. A Comissão do Vale teve uma influência maior no projeto de recuperação futura do que nos programas de emergência.

Os objetivos da Comissão do Vale do São Francisco

Quais eram as diretrizes do Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, a ser elaborado pela Comissão do Vale?

Sempre houve, na Comissão do Vale do São Francisco, uma visão dupla e complementar. Não se pretendia fazer apenas obras de engenharia, construir barragens e abrir o rio à navegação. Tínhamos também de promover o desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do Brasil, o que implicava fazer saneamento, construir escolas etc. Havia uma justa solicitação de obras sociais que foi atendida. Houve um bom esforço de expansão agrícola no vale, com a criação de núcleos de pesquisa, de distribuição de sementes. A comissão elaborou o primeiro plano mais ou menos coordenado de desenvolvimento de uma bacia hidrográfica no Brasil. Procuramos nos inspirar em outras experiências feitas no mundo, no vale do Tennessee, na Índia, no México e em outros lugares. Assim, todas as obras que propusemos eram de *multiple purpose*, visavam gerar energia, reter as enchentes, melhorar a navegação, preparar as margens para a irrigação. Foi uma grande experiência que deu resultados muito bons. O São Francisco hoje está muito melhor, a região de Paulo Afonso é uma área de muito progresso, a região de Montes Claros é um exemplo. O médio São Francisco é que ainda é um pouco pobre, é uma região de difícil acesso.

Que atividades foram desenvolvidas na Diretoria de Planos e Obras?

Nosso objetivo principal era transformar o vale do São Francisco num lugar habitável. O rio São Francisco, durante as enchentes, transbordava de tal forma que as margens ficavam completamente inundadas e inutilizadas durante um certo período do ano. A primeira tarefa, portanto, era controlar as enchentes. Ao fazer esse controle, através da construção de barragens, criar-se-iam ao mesmo tempo condições para a geração de energia elétrica. Nossa primeira preocupação foi assim procurar um local adequado onde se pudesse fazer uma obra de retenção e regularização do São Francisco. Escolhemos o local e fizemos o projeto de Três Marias, que mais tarde, ao ser construído, reteve realmente parte da enchente que

transbordava ao longo do rio. Antes da construção da barragem de Três Marias, todo ano, no período da cheia, *A Hora do Brasil* dava um noticiário: “A quota de enchente em Pirapora é de tantos metros; a quota de enchente em Barra, de outros tantos.” A quota em cada ponto do rio crescia na medida em que a enchente ia entrando, de modo que se dava um “aviso aos navegantes”, e as populações se preparavam para a inundação.

A Comissão do Vale do São Francisco funcionou muito bem sob o ponto de vista da coordenação. Produziu um ótimo trabalho que foi todo ele cumprido. Paulo Afonso era uma obra em curso, a que demos a ênfase devida, mostrando que era importante construir outras. Eliminamos fantasias de obras pequenas em toda parte, apontamos a necessidade de Três Marias, mostramos que era preciso caminhar para mais tarde fazer o reservatório de Sobradinho. E a realidade veio demonstrar que pelo simples fato de Três Marias ter regularizado o São Francisco, ter aumentado o volume de água disponível no rio, Paulo Afonso dobrou sua capacidade. Antes, no período da seca, Paulo Afonso operava a fio d’água e tinha sua capacidade reduzida ao mínimo.

Qual era a relação entre a Comissão do Vale do São Francisco e a CHESF, responsável pela construção da usina de Paulo Afonso?

A Comissão do Vale do São Francisco não tinha jurisdição sobre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que era subordinada ao ministro da Agricultura e ao presidente da República. A construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso foi iniciada pouco depois da criação da Comissão do Vale, e era uma obra tão importante que teve uma independência completa. Toda a política do Nordeste se uniu em torno dela e deu apoio para que fosse concluída rapidamente. E Paulo Afonso foi uma usina de enorme repercussão, que teve um enorme sucesso como obra de engenharia. Foi a obra em que o dr. Marcondes Ferraz se revelou, na minha opinião, o maior engenheiro da sua geração. Ele enfrentou uma obra extremamente complexa, fez o desvio do rio São Francisco antes da cachoeira de Paulo Afonso e construiu usinas subterrâneas no *canyon*, com dificuldades enormes de transporte para aquela distância. Foi um homem que trabalhou sozinho, não quis saber de nenhuma assessoria técnica, de nenhuma empresa estrangeira, foi o desenhista, o copista, fez tudo. Foi um homem completo como engenheiro.¹¹

A regularização do São Francisco com a construção de Três Marias no governo presidencial de JK, além de beneficiar Paulo Afonso, trouxe melhorias à navegação no rio?

Houve alguma melhoria. Na medida em que o rio teve as enchentes controladas, os cais passaram a ser cais, e não apenas muros de proteção das cidades. Mas a navegação no São Francisco é modesta, até hoje não tem grande volume, principalmente porque não se pode ir pelo rio do interior até o mar. O conjunto de quedas de Paulo Afonso interrompe o São Francisco. É sempre preciso contar com o transbordo para outros meios de transporte em vários pontos. O São Francisco não tem uma navegação ligada a um porto de mar como o Mississipi e outros rios internos americanos.

Sob o meu ponto de vista, o São Francisco perdeu um pouco a finalidade de navegação. Infelizmente não temos vocação para a navegação interior, fomos mal-orientados de início. O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais nunca fez um trabalho bem-feito; ao contrário, cometeu erros. Fez obras de eclusas que no dia seguinte, quando o rio crescia, passava por trás das ombreiras e lavava a eclusa.

E quanto ao projeto de saneamento do vale? Foi bem-sucedido?

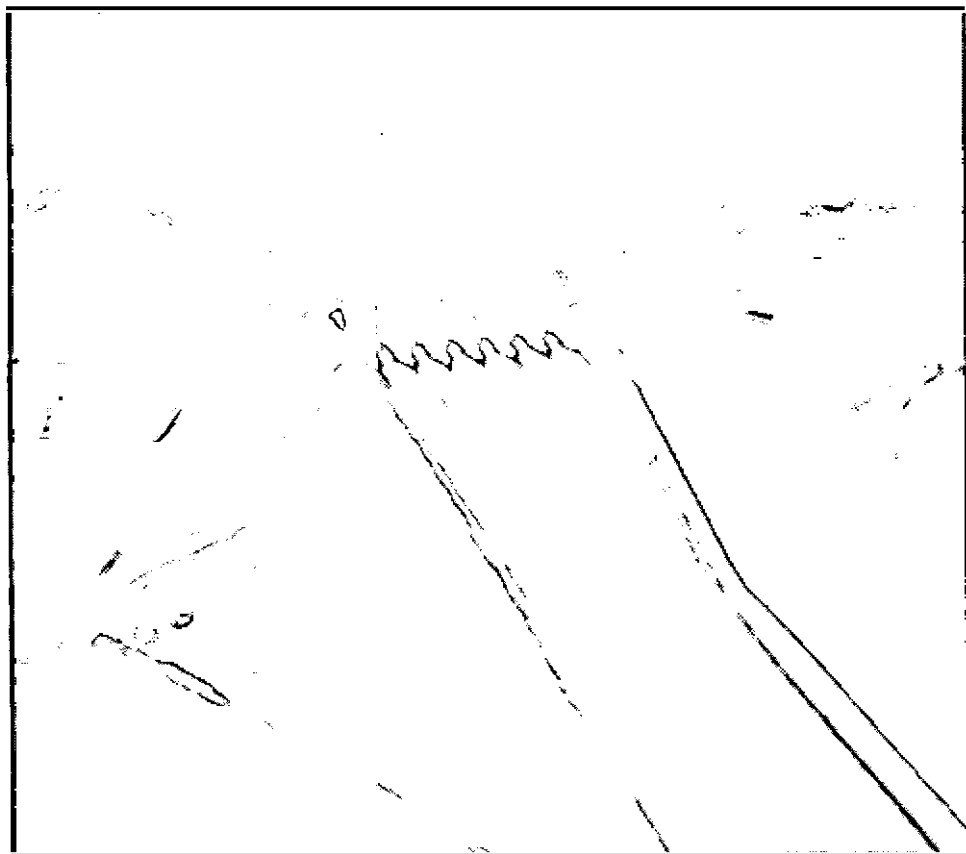
Participei da fase de estudos da Comissão do Vale, mas na fase de execução já estava saindo para outras áreas. Nessa fase de estudos, ficou muito claro que era preciso fazer um esforço maior de concentração de recursos em determinadas áreas. E desde aquele momento já se fez combate à malária, às endemias locais, em convênio com o Ministério da Educação e Saúde. Mas não havia grande determinação em matéria de saúde senão em termos gerais.

O projeto de Três Marias

Quando se começou a pensar em Três Marias na Comissão do Vale do São Francisco?

Desde o primeiro momento. Três Marias foi o projeto que a comissão definiu como sendo a obra-chave para regular o São Francisco, ou seja, para reter a onda de enchentes e melhorar a vazão nos períodos de seca. E esse projeto foi concebido de uma forma muito interessante. Inicialmente, consistiu apenas num estudo de hidrometria, em que foram traçadas as curvas de vazão do rio. Por sorte existiam duas réguas de nível no São Francisco, uma em Pirapora e outra em

Sobradinho, que tinham perto de cinquenta anos de observação. Foi possível então levantar os períodos em que o rio subia, e quantos metros subia, ao longo dos anos, e fazer um estudo, grosseiro que fosse, de onde se formavam as grandes massas d'água que se deslocavam pelo vale. Verificou-se que a grande enchente era formada basicamente pelos afluentes mineiros. Os rios que criavam o caudal eram o próprio São Francisco, um rio longo que vinha desde a serra da Canastra, o Paraopeba e o rio das Velhas, que desemboca abaixo de Pirapora. Mas as águas que formavam a onda de enchentes deviam ser retidas seguramente acima de Pirapora, porque até aí o São Francisco é um rio mais ou menos encaixado dentro do chapadão, e a partir daí forma corredeiras e se espria de tal forma que fica muito difícil construir uma barragem – tanto isso é verdade que só foi possível construir outra barragem em Sobradinho, um acidente muito mais abaixo.



Vista de Três Marias em 1961.

O problema, portanto, era indicar qual a melhor localização para uma obra acima de Pirapora e abaixo da foz do Paraopeba. Era um trecho pequeno, que foi bem focalizado por fotografias aéreas, encomendadas à Cruzeiro do Sul. Estudamos a hidrologia da área, calculamos ano a ano as possibilidades de vazão e definimos sobre as fotografias dez ou doze eixos possíveis. Esses eixos foram tecnicamente pesquisados, sondados, e deles selecionamos três. Fizemos vôos de teco-teco sobre esses pontos – eu mesmo participei de um – e resolvemos mandar geólogos e topógrafos pesquisá-los. Nenhum deles era um acidente geográfico importante, um *canyon* ou uma queda d'água de grande porte. Eram três corredeiras insignificantes, a dos Casados, a de Três Marias e a de Borrachudo. E aí aconteceu uma coisa curiosa. O local escolhido foi Borrachudo, mas o nome era tão ruim que eu disse: “Borrachudo é um nome horroroso, vamos chamar de Três Marias.” E passamos a chamar de Três Marias, embora não fosse. De modo que houve um truque geográfico no nome de Três Marias.

O senhor esteve em Três Marias?

Sim. Desci o São Francisco de canoa, saindo de Morada Nova, uma verdadeira aventura porque havia corredeiras bastante fortes. Tenho uma lembrança interessante dessa visita ao acampamento de Três Marias. Chegando lá, encontrei um amigo, o topógrafo Davidoff Lessa, que não nos esperava, pois não havia rádio para avisar que estávamos a caminho. Ele estava comendo uma comidinha bem ruinzinha e nos ofereceu um pouco de angu e carne. Ele também tinha um radinho, de modo que ficamos ouvindo o jogo Brasil e Espanha da Copa do Mundo. Esta foi a minha experiência na beirada do São Francisco: eu e Domicio Murta presos naquela barranca ouvindo o jogo do Brasil na Copa de 50.

O senhor foi com frequência ao São Francisco?

Não. Fui umas três vezes. De saída fui a Paulo Afonso. Fui para a Bahia, de lá peguei um automóvel e visitei Paulo Afonso na fase inicial da construção. Aliás, foi uma experiência desagradável, porque de Paulo Afonso fui para Petrolândia, uma cidadezinha onde se estava construindo uma estação de agricultura que Apolônio Sales havia patrocinado.¹² Naquela época existia uma linha área Rio-Fortaleza, que só tinha um avião e ia pelo vale do São Francisco pingando de cidade em cidade. Era um daqueles DC-3 que sobraram da guerra. Aquilo pertencia ao João Alberto, que era mesmo um aventureiro danado. O avião devia parar em Petrolândia, mas, não sei por quê, não apareceu, e eu tive que dormir

lá mesmo. Quinze dias depois de ter chegado ao Rio, vinha da cidade com minha mulher, guiando o meu Citroenzinho, e tenho um ataque de malária tremendo. Em uma noite que passei em Petrolândia peguei malária, por sorte uma malária brava, que facilmente se domina com o Aralen. Já existia o Aralen, de modo que me curei rapidamente e nunca mais tive nada.

Depois, em outra ocasião, fui visitar Sobradinho. Sobrevoei aquela região, porque em certas áreas não adiantava descer pelo rio, não se via nada. Fui a Barra conhecer o santuário, estive em Santana de Vitória. Já conhecia a parte de Minas, Pirapora, Corinto. Mas não fui muito ao São Francisco, não tinha muita coisa para ver lá. Era mais importante ter os números, ter os dados do que ver paisagens. E é preciso dizer que esse trabalho inicial da Comissão do Vale foi um trabalho preliminar, de indicações muito globais, sem detalhes definitivos. Localizamos a barragem de Três Marias, mas o desenho contratado pela Comissão do Vale depois foi revisto pela Cemig.

Forma-se uma equipe

O senhor participou da Comissão do Vale do São Francisco no mesmo período em que trabalhou na CBE, Companhia Brasileira de Engenharia?

Sim. Trabalhei simultaneamente na Comissão do Vale e na CBE, em regime de *part-time*. A CBE era filiada a uma companhia de construção civil que formou uma equipe para atender a um projeto específico. Fomos contratados pelo governo de Minas – na época era o Milton Campos – através da Secretaria de Viação – na época chefiada pelo José Rodrigues Seabra – para preparar o Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Esse projeto foi encomendado à CBE através do general Bernardino de Matos, que era formado em eletrotécnica em Itajubá. Digase de passagem que o Instituto de Eletrotécnica de Itajubá formou um bom número de militares que depois se tornaram importantes, como o general Berenhauer, que foi diretor de Paulo Afonso.

A CBE foi o primeiro núcleo que conheci de formação de uma equipe de engenheiros ecléticos, de várias origens. Paulo de Assis Ribeiro foi levado para lá, César Cantanhede, que é o homem da organização racional do trabalho, um elemento de primeira ordem, também estava lá. Colaboraram conosco, entre outros, Francisco Pereira Pinto, Fábio Bastos, Ranulfo Schetino, Moreira Fischer, Do-

mício Figueiredo Murta, Salomão Serebenik, Mauro Thibau. Esses dois últimos também trabalharam na Comissão do Vale do São Francisco.

Da lista de seus colaboradores na Comissão do Vale constam, além de Mauro Thibau e Salomão Serebenik, os nomes de John Cotrim, Galdino Mendes Filho, Afonso Henrique Portugal, Hans Heizelmann, Jorge Maynard, Antônio Teixeira Mendes, Oséas Osiovici, José Barreto de Andrade e Percy Pinheiro.¹³ Como o senhor formou essa equipe?

Essa equipe se formou principalmente por um processo de aglutinação. Eu não conhecia todo o mundo, mas conhecia alguém que trouxe alguém, e assim formou-se uma equipe muito boa. John Cotrim, por exemplo, havia sido meu companheiro na CAEEB. Convidei-o, ele aceitou, mas em regime de *part-time*, pois continuava na CAEEB e não podia dar tempo integral. Mas ele me disse que sabia que Mauro Thibau havia saído da CAEEB porque achava que não tinha futuro lá e estava vendendo correias e máquinas da Goodyear aqui no Rio de Janeiro. Convidei o Thibau, e ele veio trabalhar na Comissão do Vale e na CBE. A Comissão funcionava na avenida Roosevelt e a CBE na avenida Churchill, a uns cento e poucos metros de distância, de modo que trabalhávamos de manhã na Churchill e depois do almoço íamos para a Roosevelt. Nos dois lugares estávamos vivendo problemas semelhantes.

Vocês falaram no Maynard, que depois foi senador por Sergipe, uma grande figura. Galdino Mendes mais tarde foi designado fiscal da construção de Três Marias, acabou morando em Belo Horizonte e até hoje vive lá. Outro que não ficou muito conhecido, mas teve um trabalho enorme e morreu jovem foi Hans Heizelmann. Era um dos engenheiros-chefes da Servix, dava *part-time* na comissão e era o mais maduro de todos nós. Deu uma grande contribuição. A grande maioria dos outros eram rapazes que estavam em formação. Serebenik era especialista em geografia, em climatologia, e até hoje é um cientista. Foi uma turma muito boa que se formou.

Houve assistência técnica estrangeira?

Na Comissão do Vale, não. Que eu me lembre, tivemos apenas um professor alemão, chamado Vagler, que trabalhava no IBGE e era especialista em solos tropicais. Era uma figura muito interessante, e conseguimos mobilizá-lo para fazer um estudo sobre o São Francisco.

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais

Em que consistiu o trabalho que o senhor desenvolveu na CBE?

A CBE contratou a mim e aos demais membros da equipe com base numa proposta elaborada por Paulo de Assis Ribeiro. Era um roteiro um pouco ambicioso em matéria de geografia econômica, cujo princípio básico era que a definição de um plano de eletrificação para Minas devia ter como premissa o conhecimento do balanço energético do estado: o quanto se consumia de energia, como se consumia, de onde vinha a energia, quais as possibilidades energéticas etc. Depois, seria necessário fazer uma análise dos mercados possíveis – onde surgiam esses mercados e que regiões poderiam se industrializar.

O Plano de Eletrificação de Minas Gerais consistiu assim numa série de estudos técnicos globais sobre os potenciais e as demandas disponíveis, e sobre o ritmo de construção das usinas necessárias. Não tínhamos orçamentos prefixados, de modo que trabalhávamos com resultados ideais. Mais tarde o governo teria de buscar recursos onde pudesse.

Qual foi seu papel na elaboração desse plano?

A proposta inicial, feita pelo Paulo de Assis Ribeiro, consistia na definição de um índice de trabalhos a serem realizados. O Paulo teve pouco tempo, estava envolvido com outras atividades, de modo que subdividimos as tarefas na CBE. E eu tive um pouco a função de coordenador do projeto, pois já tinha alguma experiência de lidar com o problema da energia elétrica em Minas. Mas fiz questão, quando publicamos o plano, de que todos os trabalhos sássem assinados por seus autores.

O plano foi publicado por iniciativa do Seabra, antes de deixar a Secretaria de Viação de Minas. Eu nunca teria mandado publicar dessa maneira, uma edição rica, com uma quantidade enorme de gráficos coloridos. Custou uma fortuna! Mas é interessante, porque há mapas indicando os centros mais importantes, as zonas que deveriam se industrializar e onde se deveriam desenvolver potenciais, construir usinas. Concluímos que a base do desenvolvimento deveria se localizar em torno de Belo Horizonte, uma zona que passou a ser chamada de “ameba central”, por causa da forma. Todos os demais gráficos foram feitos em função dessa região centro-industrial de Minas, que se estendia de São João del Rei

a Coronel Fabriciano – hoje é a área da Usiminas. Era essa a área que naturalmente iria crescer, em função da existência de Belo Horizonte, e o potencial hidrelétrico dessa região tinha que ser tratado com prioridade.

Mas além dessa área em torno de Belo Horizonte, outras áreas foram definidas?

Sim. Tínhamos uma visão global, prevendo grandes áreas de industrialização não só em Minas, mas no Brasil inteiro. Consideramos também a região Centro-Sul, São Paulo, o vale do Paraíba, a auréola do Rio de Janeiro, o eixo da Zona da Mata. Consideramos pontos isolados em Minas onde havia condições especiais de industrialização, como o vale do rio Doce, Governador Valadares. Fizemos uma previsão preliminar, baseada em informações estatísticas e em conhecimento pessoal.

O Plano de Eletrificação, além dos estudos de definição de áreas e das análises econômicas, tinha ainda uma parte que consistia no estudo da alternativa política a ser adotada na gestão do setor de energia elétrica em Minas – dever-se-ia fazer uma autarquia ou uma *holding* de várias companhias? Foi feita uma série de análises dessas alternativas, a pedido do Seabra. Ele não queria uma indicação



O vice-presidente da Companhia Brasileira de Engenharia, general Bernardino de Matos Neto (2º da esq. em primeiro plano), entrega ao governador Milton Campos (3º da dir.) os volumes do Plano de Eletrificação de Minas Gerais.

única, e pediu que estudássemos várias possibilidades, pois a decisão final seria de caráter político, e não puramente técnico.

Essa fase foi o início de um processo de crescimento em Minas que não iria parar mais. Enquanto estávamos fazendo o Plano de Eletrificação, já havia projetos em construção, como a usina de Salto Grande do Santo Antônio, iniciada em 1948 por Américo Giannetti, secretário de Agricultura de Milton Campos. Havia vários grupos de projetos sendo estudados. No rio Grande, por exemplo, a usina de Marimbondo já havia sido estudada pela Amforp – John Cotrim trabalhou muitos anos em Marimbondo, fazendo medição. Mauro Thibau trabalhou na usina de Ponte dos Peixotos, fazendo medição e projetos hidráulicos.¹⁴

Pode-se dizer que a Comissão do Vale do São Francisco trouxe uma contribuição para o Plano de Eletrificação de Minas, que por sua vez contribuiu para a formação da Cemig?

Ah, como não! Foi a partir da Comissão do Vale do São Francisco, e desse projeto da CBE, que se tornou claro que estávamos preparados para definir e fazer projetos importantes. Só foi possível convencer os políticos mineiros, Juscelino e os demais, de que tínhamos um programa importante na mão porque eles olhavam para os cinco volumes do Plano de Eletrificação e não sabiam como contraditar. Aliás, esta foi uma técnica, eu não diria diabólica, mas sabida. “Vamos fazer um volume tão grande de trabalhos e de estudos que nenhum palpiteiro possa chegar e dizer: – Não, prefiro fazer a usina acima da cachoeira.” De certa forma, reunimos um exagero de informações com a preocupação de liquidar debates inócuos, sempre frequentes nos clubes de engenharia e associações de classe. De modo que, se eles não quisessem fazer o que propúnhamos, diríamos: “Está muito bem, então tragam cinco volumes iguais a estes, que poderemos debater.”

A influência do New Deal

Tanto na Comissão do Vale do São Francisco, como na Companhia Brasileira de Engenharia, o senhor participou da elaboração de planos de desenvolvimento regional. Antes disso, na Secretaria de Agricultura de Minas, o senhor já havia coordenado uma tentativa de planejamento industrial para o estado. Podemos ver aí uma vocação de planejador?

Sim, mas acho interessante chamar a atenção para um problema de semântica. Li realmente muito sobre planejamento e escrevi um livro intitulado *O vale do São Francisco*, que foi publicado pelo Ministério da Viação em 1955 — esse livro era uma análise cultural daquilo que outros engenheiros e eu havíamos proposto no Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Quando revejo esse trabalho, anos depois, verifico o seguinte: eu não tinha a menor idéia de planejamento econômico no estilo moderno, implicando decisões macroeconômicas e monetárias. O planejamento no período em que trabalhei como planejador era o planejamento do Roosevelt, do Lilienthal,¹⁵ planejamento de obras e construções.

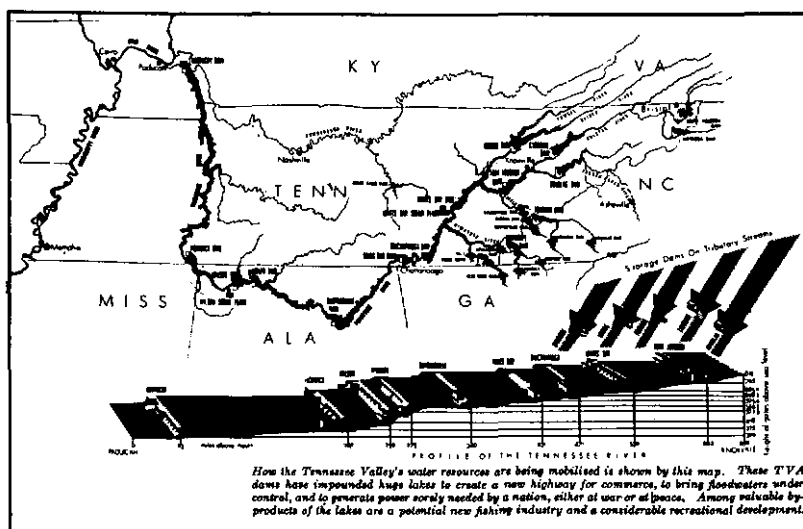
Os capítulos desse livro que mencionei são interessantes: “Idéias gerais sobre planejamento” — eu lembrava aí as idéias básicas do Fayol, para quem é preciso “investigar, prever, planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar”; “Plano e *scientific management*” — o que era o taylorismo; “Planejamento urbano e de áreas metropolitanas” — as idéias de Lewis Mumford em *A cultura das cidades*; “Planos de utilização e conservação dos recursos naturais” — as idéias do Vogt em *Road to survival*, que é hoje o primeiro livro dos verdes; “Planos de desenvolvimento de áreas retardadas” — uma análise das regiões inteiramente retardadas a serem recuperadas, como a Índia; “Planejamento e determinismo geográfico”. Há ainda outro capítulo interessante, chamado “O Nilo e o São Francisco”, uma comparação entre os dois rios em que menciono o trabalho feito com muito brilho por Geraldo Rocha em seu livro sobre o São Francisco.¹⁶ Examino também “A experiência do Níger”, “A experiência do Tennessee”.

Tratava-se muito mais de um planejamento geográfico do que de um planejamento econômico ou político, determinando quem faz ou quem não faz. Era um planejamento de quantidade, do que fazer, por exemplo, para melhorar a navegação no São Francisco. Qual era o problema da navegação no São Francisco? Era o rio ter um calado mínimo. Como se obtém esse calado mínimo? Construindo canais, construindo barragens.

O senhor parece ter tido uma grande admiração pelo New Deal de Roosevelt.

Sim, pelo New Deal, por tudo o que estava sendo feito naquela época. Tenho quase todos os livros do Tennessee Valley Authority, do projeto do Boulder Dam, do Hoover Dam.¹⁷ Minha formação de planejador foi muito orientada pelo New Deal e também pelas idéias dos planejadores russos. Foi com entusiasmo que conheci o plano russo de eletrificação apresentado ao Congresso Mundial de Energia realizado em Washington depois da guerra. Foi a primeira grande revelação

da tecnologia russa, com dados sobre o tamanho das usinas e das linhas de transmissão que eles estavam construindo. O impacto foi grande na época. Esse plano russo foi traduzido e muito bem resumido pelo engenheiro Antônio José Alves de Sousa num dos boletins do Departamento de Produção Mineral.



Mapa das barragens do Tennessee Valley Authority, agência federal norte-americana criada no governo Roosevelt para promover o desenvolvimento do vale do Tennessee. O projeto do TVA serviu de modelo ao plano elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco.

Um especialista em energia elétrica

O senhor deixou a Comissão do Vale do São Francisco e a CBE para dirigir a Cemig, ou houve um intervalo?

Aí há uma fase que é muito importante na minha vida. O Plano de Eletrificação de Minas que preparamos na CBE funcionava como uma espécie de *show-case* para a companhia. O general Bernardino de Matos era um homem que tinha uma enorme capacidade de *marketing*, sabia vender projetos de engenharia, de modo que, na medida em que os mapas e os planos iam se definindo, começaram a levar possíveis clientes ao escritório para nos visitar. Levava deputados, sena-

dores, governadores, e sentava com eles ao redor de uma mesa para mostrar o que era o Plano de Eletrificação de Minas Gerais. Com isso, houve uma propaganda grande do nosso trabalho.

Naquela época, o Brasil começou a se preparar para a IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que seria realizada em Washington em março de 1951. O ministro Raul Fernandes havia iniciado as negociações para a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, mas o novo ministro João Neves da Fontoura era quem deveria ir a Washington para concluí-las.¹⁸ O Itamarati precisava preparar um documento básico sobre alguns aspectos da economia brasileira para levar para essa reunião, mas, como seu Departamento Econômico não tinha informações especializadas sobre energia elétrica no Brasil, fui convidado a escrever um *paper* sobre o assunto. Esse meu *paper* foi encaminhado, e algum tempo depois fui surpreendido com a notícia de que tinha sido criada a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para a qual haviam sido designados, como presidente, Ari Torres, e como membros, Valentim Bouças, Roberto Campos, Glycon de Paiva¹⁹ e Lucas Lopes. Fui chamado lá e me disseram: “Você foi nomeado para a Comissão Mista.”

Em que consistia esse documento que o senhor preparou para o Itamarati?

Esse memorando que preparei para o Itamarati foi em grande parte resultado do fato de eu ter feito um trabalho muito detalhado na CBE, e, dentro do horizonte do Plano de Eletrificação de Minas, ter estudado o panorama geral da energia elétrica no Brasil. Pude assim escrever um documento sobre o quadro geral energético do país, um trabalho pouco pretensioso, de sete ou oito páginas, com dados e informações factuais: taxas de crescimento, demandas existentes, necessidades de expansão e de recursos. Naquela época a implicação era que o Brasil precisava de recursos externos, porque boa parte dos equipamentos da indústria de eletricidade não era fabricada no país e teria que ser importada.

Nesse memorando eu cito alguns dos projetos mais importantes, como Paulo Afonso, os projetos do rio Grande em Minas, e forneço dados muito gerais. É um documento sem maior significação, que para mim tem mais um valor emocional, na medida em que atesta minha participação num grupo inicial que pôs em marcha o trabalho de criação da Comissão Mista e, conseqüentemente, em todos os programas que vieram depois. Acabei envolvido no setor de energia elétrica muito mais do que merecia, sem estar devidamente preparado. De formação, continuava sendo um engenheiro ferroviário.

Mas naquele momento o senhor era provavelmente a pessoa que mais conhecia o setor de energia elétrica no Brasil!

Eu havia participado realmente de dois grandes estudos de planejamento envolvendo energia elétrica. Tínhamos trabalhado muito na busca de informações, e por isso a contribuição que me foi pedida pelo Itamarati tinha sua razão de ser. Meu trabalho era conhecido, e isso me credenciou para fazer esse pequeno memorando, que não tem nada de valor senão a indicação de fatos gerais sobre energia elétrica. E foi certamente esse documento que gerou a sugestão para que eu viesse a participar da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, quando esta foi criada. Tornei-me, na comissão, informalmente responsável pelo setor de energia elétrica, mas na realidade fui responsável por quase tudo o que lá se estudou nessa área. Quando não tive participação direta, ao menos tive conhecimento.

O senhor também foi convidado a escrever um documento sobre energia elétrica que foi utilizado na elaboração da mensagem presidencial enviada por Vargas ao Congresso em 1951.²⁰

Realmente, participei de uma reunião convocada no Catete. Um número grande de pessoas participou da redação da primeira mensagem de Vargas. Como se sabe, ao assumir, Vargas teve um prazo muito curto para enviá-la, de modo que ela foi muito mais um documento programático, inspirado na série de discursos que ele havia feito pelo Brasil numa campanha memorável. Esses discursos constam de livros sobre a campanha de Vargas e são muito bons. Coincidiam com os pontos de vista prevalentes naquele grupo que foi chamado a trabalhar na elaboração da mensagem, de modo que não houve dificuldade. Rômulo Almeida,²¹ que era um dos rapazes mais brilhantes daquela época e tinha um enorme prestígio, foi o responsável pela coordenação das diversas contribuições e fez um trabalho muito bom. Não sei o que ele usou do meu texto, mas outro dia, mexendo nos meus papéis velhos, encontrei uma carta do Lourival Fontes, que era secretário do presidente, agradecendo-me pela contribuição que eu havia prestado na elaboração da Mensagem de 1951.

Na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

A Comissão Mista foi criada em julho de 1951, no início do segundo período Vargas na presidência da República e do governo Juscelino em Minas. Àquela altura o senhor já estava convidado para dirigir a Cemig?

Sim. Eu tinha acabado de aceitar ir para Belo Horizonte dirigir a Cemig, que ainda não estava organizada, estava em fase de elaboração de leis. E Juscelino criou um problema: “Você não pode abandonar o projeto de eletrificação de Minas! Foi você quem o elaborou quase todo! É em torno de você que está formada a equipe! Vamos ter que arranjar uma solução.” E aí surgiu a sugestão para que eu participasse das duas, da Cemig e da Comissão Mista. A participação na Comissão Mista não era remunerada, e os outros membros também trabalhavam em outros lugares. Eu não seria obrigado a dar tempo integral, daria o tempo que fosse possível. Naquele momento a Cemig era apenas uma sala na antiga Secretaria de Agricultura, em Belo Horizonte, que me cederam para eu começar a convocar as pessoas que iriam trabalhar comigo. E a Comissão Mista operava numa mesa redonda de dois metros de diâmetro na sala do Valentim Bouças, no Ministério da Fazenda — depois, o ministro Horácio Lafer²² cedeu o salão nobre do ministério, no décimo andar. De modo que durante um certo período vivi na estratosfera, pois nem a Comissão Mista nem a Cemig haviam-se materializado.

Como se iniciaram os trabalhos da Comissão Mista? Quem compunha a comissão do lado americano?

A Comissão Mista não chegou a ser muito formalizada do lado americano. Do lado brasileiro foram nomeados cinco membros, mas do lado americano ficou um pouco fluido. O primeiro representante americano designado para a comissão foi Francis Adam Truslow, um grande nome, um homem de alto padrão e grande prestígio, mas que morreu de enfarte durante a viagem de navio, quando vinha dos Estados Unidos para o Brasil. Eles tiveram de improvisar um segundo representante, e designaram o embaixador Merwin Bohan, que não estava preparado. Só mais tarde mandaram para cá o Burke Knapp. O fato é que o Bohan assumiu como representante americano, e eles ficaram durante algum tempo desorganizados na formação da equipe. Recorreram à contratação individual de pessoas, ligadas tanto a firmas privadas como ao próprio governo americano. Chamaram, por exemplo, um engenheiro do Exército para tratar de navegação

fluvial e portos, e contrataram o Hassiliev, que era engenheiro da Gibbs and Hill, uma firma importante, para se ocupar de energia elétrica. Leonid Hassiliev era descendente de russos, foi um excelente companheiro e fez um trabalho muito bom aqui no Brasil.

A Comissão Mista nunca realizou reuniões formais, exceto quando havia um problema sério a ser discutido, como por exemplo a decisão sobre a participação ou não da comissão num esforço para a educação. Linhas muito gerais eram debatidas, e a comissão dava apenas o *background* para as decisões, que eram tomadas em nível de embaixador.

O senhor tinha contato permanente com os demais membros brasileiros da Comissão Mista, ou cada um trabalhava isoladamente?

Toda vez que eu vinha ao Rio, chegava aqui de madrugada, num trem da Vera Cruz ou de avião, e embarcava de volta no último trem à tarde. Passava o dia inteiro na comissão, onde tinha uma sala junto ao Hassiliev, com quem eu convivía mais, mas participava também a todo instante junto com Roberto Campos e a turma brasileira nos estudos que ali surgiam. Como já disse, não se faziam muitas reuniões formais. Naturalmente, quando era preciso pedir ao ministro da Fazenda uma decisão sobre algum assunto, havia um certo formalismo, que era muito conduzido pelo Ari Torres, o presidente da comissão. Nisso Ari Torres foi um grande líder. Era amigo do Horácio Lafer, tão próximo que o ministro o recebia e o atendia melhor do que a qualquer outra pessoa. Ari Torres foi a grande figura da Comissão Mista.

Particpei da comissão indo e voltando de Belo Horizonte ao Rio, com grande sacrifício pessoal, e fiquei incumbido de lidar com os projetos de eletricidade. Sem dúvida os mais importantes eram os da Cemig, mas havia outros : a duplicação de Paulo Afonso, o projeto do Parapanema, em São Paulo, o projeto de eletrificação do Rio Grande do Sul. Eu não tinha atividade de campo e dei uma contribuição maior nos últimos momentos, na redação dos relatórios finais. Supervisionava aquilo que era feito por engenheiros como o Sousa Lima, de São Paulo, ou o Fernando Lavrador, do Estado do Rio. Havia um grupo grande de engenheiros que estudava os projetos e os levava para a comissão tomar as decisões mais ou menos finais. A comissão não entrava em muitos detalhes, apenas fazia uma análise global de cada projeto, julgava se estava suficientemente bem-estudado, se deviam ser feitas novas pesquisas, e o recomendava ou não em função da rentabilidade e dos valores envolvidos.

A Comissão Mista nunca teve recursos próprios, a não ser para manter o escritório. Ela estudava os projetos, que depois eram apresentados ao Eximbank para financiamento. E entre os primeiros projetos levados à comissão estavam os de Salto Grande do Santo Antônio e Itutinga, da Cemig. Já estávamos trabalhando nessas obras, de modo que foi fácil adaptar nossa apresentação aos esquemas que a comissão tentou desenvolver. Fazíamos nossos projetos com cronogramas de gastos, considerando a influência da inflação, com definição do fluxo de caixa necessário para a execução da obra, com garantia de origem de fundos. Mais tarde tudo isto se consolidou como técnica de planejamento no Brasil, mas naquela época não existia. Antigamente, se havia uma verba no orçamento começava-se a obra, e quando a verba acabava pedia-se mais. Essa era a estrutura de trabalho dos grandes projetos brasileiros. A Comissão Mista começou a pôr ordem nos projetos, e demorou alguns meses até consegui-lo.

Havia algum tipo de ideologia envolvida na apreciação dos projetos pela Comissão Mista?

Não! A Comissão Mista foi incumbida de estudar projetos e recomendá-los para financiamento externo. Ela sabia que teria muito mais facilidade de obter financiamento para empresas economicamente bem organizadas, sem preocupação de política municipalista, eleitoreira. A Comissão Mista sempre pensou em termos de projetos específicos, foi totalmente independente de filosofia ou de ideologia. Quase todos os seus membros eram de orientação liberal, favoráveis ao livre mercado. Havia um americano que talvez fosse mais socialista do que nós todos – na verdade ele era mais rooseveltiano, achava que as soluções do Tennessee é que eram boas. Havia de tudo, mas nunca houve discussão ideológica dentro da Comissão Mista.

O senhor permaneceu na Comissão Mista até sua dissolução, em 1953?

Sim. Mas antes disso, em 1952, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e tornei-me membro do seu conselho de administração. Foi a Comissão Mista quem propôs a criação do BNDE, que foi feita pelo ministro Horácio Lafer. Guilherme Arinos era o homem que coordenava, no gabinete do Lafer, a montagem dos estatutos. O objetivo do banco era levantar a contrapartida em cruzeiros aos financiamentos estrangeiros para a realização dos projetos aprovados pela Comissão Mista. Sem essa contrapartida, não haveria

financiamentos externos. Essa foi a a razão de ser da criação do BNDE e da formulação de toda a sua política.²³

Quando a Comissão Mista desapareceu, o BNDE ficou com a obrigação de fazer tudo, de ir buscar financiamento onde pudesse ou tratar apenas dos projetos que tivessem recursos em moeda nacional. Houve então uma fase de vazio, porque os financiamentos em moeda estrangeira cessaram ou ficaram pendentes. Alguns financiamentos de *suppliers' credit* poderiam estar ocorrendo, principalmente com fornecedores de equipamentos europeus, mas os grandes projetos da Comissão Mista, que eram os de eletricidade, o da Rede Ferroviária Federal, o de reequipamento do DNER, do Departamento de Portos, todos esses ficaram suspensos.

Já que a Comissão Mista apreciava entre outros os projetos da Cemig, podemos supor que o senhor tenha feito lá dentro um lobby mineiro?

Foi um *lobby* total! Só permaneci na Comissão Mista porque podia fazer *lobby* a favor dos projetos mineiros. Modéstia à parte, eram os projetos que me pareciam melhores para o Brasil.

NOTAS

1. O artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946 estabelecia que a capital federal deveria ser transferida para “um ponto central do Brasil” e determinava ainda que no prazo de 60 dias fosse criada a Comissão de Localização da Nova Capital. Em 19 de novembro seguinte, o presidente Dutra empossou a comissão, presidida pelo general Poli Coelho e composta pelos engenheiros Luís Augusto da Silva Vieira, Antônio Carlos Cardoso, Artur Eugênio Magarinos Torres Filho, Cristóvão Leite de Castro, Francisco Xavier Rodrigues de Sousa, Jerônimo Coimbra Bueno, Jorge Leal Burlamaqui, Lucas Lopes, Luís Anhaia Melo, Odorico Rodrigues de Albuquerque e Geraldo H. de Paula e Sousa. Ver *Brasília, história de uma idéia*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960, p. 132 (Coleção Brasília III-A).
2. Em 20 de maio de 1946 o deputado Juscelino Kubitschek pronunciou discurso no plenário da Constituinte pedindo a transcrição nos Anais do trabalho de autoria do engenheiro Lucas Lopes em defesa da localização da nova capital no Triângulo Mineiro. No dia 10 de setembro, no entanto, o plenário aprovou, por 108 votos contra 102, o destaque do deputado Henrique Novais indicando o Planalto Central. Ver *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 20/5/1946 e 10/9/1946.
3. O engenheiro Luís Cruls (1848-1908), diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, foi nomeado em 1892 presidente da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, criada

pelo marechal Floriano Peixoto através de mensagem enviada ao Congresso Nacional em 12 de maio daquele ano. A comissão tinha a incumbência de demarcar, no Planalto Central, a área onde deveria ser erguida a futura capital. Nos dois relatórios que remeteu ao presidente da República, em 1893 e 1894, Cruls defendeu a mudança para o Planalto Central, confirmando assim as diretrizes da mensagem presidencial. Ver Juscelino Kubitschek, *Por que construí Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1975, p. 21.

4. Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), historiador, manifestou-se seguidamente pela transferência da capital do Rio de Janeiro para uma região no Planalto Central. Em 1877 fez uma viagem a Goiás para investigar a local mais propícia. Nesse mesmo ano escreveu o opúsculo *A questão da capital: marítima ou interior?*. Ver *Brasília, história de uma idéia*, op. cit., p. 58.
5. Lucas Lopes, com o apoio do engenheiro Luís Anhaia Melo, insistindo na conveniência da localização da nova capital no sítio de Tupaciguara, no Triângulo Mineiro, observou em 22 de julho de 1947 que “a transferência sugerida para regiões que hoje constituem desertos demográficos, não oferecendo tampouco grandes possibilidades econômicas nem vantagens políticas – como o retângulo demarcado pela Comissão Cruls ou áreas mais ao norte – apresentaria inconvenientes tão graves que melhor seria manter-se a sede do governo no Rio de Janeiro”. Ver *Brasília, história de uma idéia*, op. cit.
6. Em 27 de julho de 1948, o general Poli Coelho concluiu seu relatório e o apresentou ao presidente Dutra, que em 21 de agosto, através da Mensagem nº 293, o remeteu ao Congresso Nacional. A mensagem ficou parada durante cinco anos nas comissões técnicas da Câmara, até que o presidente Vargas, através do Decreto nº 32.976, de 8 de junho de 1953, criou nova Comissão de Localização sob a presidência de seu chefe do Gabinete Militar, general Aginaldo Caiado de Castro. Com os acontecimentos de 24 de agosto de 1954, que determinaram o advento do governo Café Filho, a Comissão de Localização passou a ser presidida pelo general José Pessoa. Com base no relatório preparado pela firma norte-americana Donald J. Belcher, a 15 de abril de 1955 foi escolhido o lugar definitivo da nova capital. Ver Juscelino Kubitschek, op. cit., p. 24-27.
7. Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1873), engenheiro naturalizado brasileiro, chegou ao Brasil em 1835 e no ano seguinte já ocupava o cargo de engenheiro-chefe da província de Minas Gerais. Encarregado pelo governo imperial de explorar o rio São Francisco, percorreu-o desde Pirapora até o oceano Atlântico, ao longo de quatro anos. Deixou minucioso relatório sobre as condições de navegabilidade do rio com a definição das áreas inundadas pelas enchentes.

Emmanuel Liais (1826-1900), astrônomo e geógrafo francês, chegou ao Rio de Janeiro em 1858 com a missão de observar um eclipse total do sol. Tornou-se diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro em 1871. Dedicou-se paralelamente a pesquisas geográficas, viajando pelo interior do Brasil. Suas observações sobre o rio São Francisco estão em *Hidrografia do alto São Francisco e do rio das Velhas*, onde se encontram mapas excelentes baseados em triangulação e nivelamento de precisão.
8. Ver “Rio São Francisco – rio sem história” e “O rio São Francisco – base física da unidade do Império” em Vicente Licínio Cardoso, *À margem da história do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938 (Brasiliana, vol. 13).

9. O projeto de lei criando a Comissão do Vale do São Francisco foi apresentado ao Congresso em 2 de janeiro de 1947 e aprovado em 9 de dezembro de 1948. Com a sanção presidencial, transformou-se na Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948. Poucos dias depois foram empossados os membros da comissão, entre os quais Lucas Lopes, e iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco. Apresentado ao Congresso pelo presidente Dutra em dezembro de 1950, com uma previsão orçamentária de 1.743 bilhões de cruzeiros para o quinquênio 1952-1956, o plano enfrentou longa tramitação legislativa até ser aprovado, já no governo Café Filho, pela Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955. O segundo quinquênio do plano, de 1956 a 1960, foi marcado pela construção de Três Marias, e o terceiro, de 1961 a 1965, pelo envolvimento da Comissão do Vale do São Francisco com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959.

A Comissão do Vale do São Francisco foi extinta pelo Decreto-Lei nº 292, de 27 de fevereiro de 1967, que criou a Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale). Esta, por sua vez, foi substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974. Ver *DHBB*, op. cit., e Presidência da República, Comissão do Vale do São Francisco, *Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale de São Francisco*, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
10. Ver Mensagem do Presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso, 1949, reproduzida em *Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco*, op. cit., p. 23.
11. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), foi criada em outubro de 1945 e efetivamente instalada em 15 de março de 1948. As obras de construção da hidrelétrica de Paulo Afonso se iniciaram em fevereiro de 1949, sob a direção do engenheiro Otávio Marcondes Ferraz, diretor técnico da CHESF. A primeira unidade da usina foi oficialmente inaugurada em janeiro de 1955.

Sobre o engenheiro Marcondes Ferraz e a construção de Paulo Afonso, ver *Octavio Marcondes Ferraz: um pioneiro da engenharia nacional* (no prelo).
12. Apolônio Sales, ministro da Agricultura de 1942 a 1945, no início de sua gestão criou o Núcleo Agroindustrial de Petrolândia (PE), primeiro núcleo de colonização apoiado na agricultura e na indústria. Ver *DHBB*, op. cit.
13. Ver *Plano Geral para o Aproveitamento do Vale do São Francisco*, op. cit.
14. Ao longo da década de 1940 a Amforp, através da CAEEB, promoveu um trabalho pioneiro de uniformização de frequências e interligação de pequenas usinas, entre as quais a de Marimbondo, inaugurada em 1929 com 8.000 kW de potência. A usina de Ponte dos Peixotos, longamente estudada, só seria inaugurada em 1957 pela Companhia Paulista de Força e Luz, do grupo CAEEB. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, op. cit., p. 106-107 e 154-155.
15. David Lilienthal foi presidente do Tennessee Valley Authority e escreveu *TVA - Democracy on the march*, New York, Pocket Books, 1945.
16. Geraldo Rocha (1881-1959) foi diretor-proprietário do jornal *A Noite* e fundador de *A Nota e O Mundo*. Escreveu o livro *O rio São Francisco, fator preçptuo da existência do Brasil* (1940).

17. A represa de Boulder (Boulder Dam), situada na *canyon* do rio Colorado, junto a Las Vegas, na fronteira dos estados de Nevada e Arizona, foi concluída em 1936, no governo Roosevelt, passando posteriormente a chamar-se Hoover Dam.
18. Nos primeiros meses de 1950, ainda no governo Dutra, iniciaram-se contatos oficiais entre autoridades brasileiras e norte-americanas para definir fontes de financiamento para setores de infra-estrutura no Brasil. A partir de entendimentos feitos durante a conferência de embaixadores dos países americanos realizada no Rio de Janeiro em abril de 1950, o ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes solicitou a criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico. Eleito em outubro de 1950, mesmo antes de tomar posse em 31 de janeiro de 1951 Getúlio Vargas escolheu João Neves da Fontoura para suceder a Raul Fernandes e incumbiu-o de apressar as negociações, tendo em vista a IV Reunião de Consultados Chanceleres Americanos, a ser realizada em março de 1951 em Washington. As conversações mantidas durante o encontro resultaram na instalação da Comissão Mista em julho de 1951. Para mais informações, ver Pedro Malan et al., *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*, IPEA/ANPES, 1977, p. 60-84.
19. Ari Frederico Torres, engenheiro nascido em 1900, foi diretor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo em 1926, secretário de Viação do estado de São Paulo de 1937 a 1938 e vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional de 1941 a 1942, com passagem ainda pela Coordenação da Mobilização Econômica e pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim). Foi o primeiro presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Valentim Fernandes Bouças (1891-1964), empresário, fundou em 1936 a revista *O Observador Econômico e Financeiro* e no ano seguinte foi indicado para a secretaria técnica do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Firme partidário de uma política pró-Estados Unidos, teve presença atuante nos órgãos de planejamento econômico durante a Segunda Guerra Mundial. Integrou a delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods em 1944 e participou da Missão Abbink, em 1948-49.

Roberto de Oliveira Campos, diplomata, economista e político nascido em 1917, também esteve presente à Conferência de Bretton Woods. Participou da primeira diretoria econômica do BNDE, dirigiu ao lado de Lucas Lopes a equipe encarregada de formular o programa econômico do governo JK e participou do Conselho do Desenvolvimento. Presidente do BNDE de 1958 a 1959 e embaixador em Washington de 1961 a 1963, foi ainda ministro do Planejamento do governo Castelo Branco (1964-67). Em 1982 foi eleito senador pelo Mato Grosso, na legenda do PDS, e em 1990, deputado federal, pelo Rio de Janeiro.

Glycon de Paiva Teixeira, engenheiro de minas nascido em 1902, trabalhou no Departamento Nacional de Produção Mineral e participou de várias comissões que, dentro e fora do país, estiveram ligadas à política mineral. Além de membro da Comissão Mista, foi diretor da Companhia Vale do Rio Doce e diretor e presidente do BNDE (1955-56). Dirigiu o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES-Rio) de 1961 a 1967 e foi um ativo participante do movimento de 1964 que derrotou o governo João Goulart. Ver *DHBB*, op. cit.

20. Lucas Lopes redigiu a seção "Planos regionais" da Mensagem de 1951, onde tratou da Amazônia, das secas do Nordeste, do vale do São Francisco, da bacia do rio Doce e da Baixada Fluminense.

21. Rômulo Barreto de Almeida (1941-1989) nasceu na Bahia. Advogado, assessorou a Comissão de Investigação Econômica da Constituinte de 1946 e participou da Missão Abbink, de 1948 a 1949. Foi também assessor dos industriais Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi na Confederação Nacional da Indústria, tendo auxiliado a liderança industrial na formulação de um plano de ação para o período do pós-guerra. Em 1951 tornou-se oficial de gabinete do Gabinete Civil do governo Vargas, recebendo deste a incumbência de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República, destinada a estudar a situação da economia nacional e a elaborar uma política energética para o país. Ver *DHBB*, op. cit.; Rômulo Almeida, *Depoimento - 1980*, Rio, FGV/CPDOC - História Oral e *Depoimento - 1988*, Rio, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - FGV/CPDOC. Ver também Maria Antonieta Leopoldi, *Industrial associations and politics in contemporary Brazil*, Oxford University, 1984 (tese de doutorado).
22. Horácio Lafer (1900-1965), industrial paulista, foi um dos criadores da FIESP e da CNI. Deputado classista à Constituinte de 1934, exerceu mandato ordinário de 1935 a 1937, eleito pelo Partido Constitucionalista, e de 1946 a 1951, eleito pelo PSD, ocasião em que foi líder da maioria do governo Dutra. Designado por Vargas ministro da Fazenda em 1951, foi responsável pelo Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, conhecido como Plano Lafer, tentativa de planificação econômica para orientar racionalmente investimentos nos setores prioritários, como energia e transportes. O Plano Lafer não conseguiu ser implementado, e a reforma ministerial de 1953 afastou Lafer e trouxe Osvaldo Aranha para a pasta da Fazenda. Ver *DHBB*, op. cit.
23. Sobre a criação do BNDE, ver Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Ed. Anthropos, 1976, p. 359-368, e Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, *A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico*, Rio, CPDOC, s/d (mimeo).

CAPÍTULO 5

Energia para o Brasil

A Cemig se instala

Em 1950 Juscelino Kubitschek foi eleito governador de Minas, após uma campanha que enfatizou o binômio energia e transporte. O convite que o senhor recebeu para criar e dirigir a Cemig resultou de algum tipo de assessoria técnica dada a JK durante a campanha?

Não. Durante o período em que Juscelino fez sua campanha em Minas eu estava trabalhando no Rio, na Comissão do Vale do São Francisco e na CBE, de modo que não participei. Mas logo após a eleição Juscelino me convidou para elaborar o programa da Cemig. Ele conhecia boa parte dos trabalhos que eu havia feito como secretário de Agricultura em Minas, pois naquela época era prefeito de Belo Horizonte e tínhamos um convívio estreito, conhecia o projeto da Comissão do Vale, o Plano de Eletrificação que havíamos feito na CBE, de modo que para ele nada mais natural indicar alguém que, além de ser seu amigo, estava com a mão na massa.

Quando me convocou para a Cemig, Juscelino realmente me deu a oportunidade que eu desejava, de criar uma organização daquele tipo e contar com liberdade de ação. Mas em minha conversa com ele, impus uma condição: só iria trabalhar em Minas se tivesse a garantia de que haveria fundos adequados no ritmo certo. Ir para Belo Horizonte para ficar pedindo verbas na Assembléia e disputar recursos pobres com vários deputados não interessava, ele deveria desistir, pois não era essa a nossa tarefa.

Juscelino dispunha de um recurso muito importante: por iniciativa do Giannetti, que foi secretário de Agricultura de Milton Campos, havia sido criado um Fundo de Eletrificação do Estado, que poderia ser vinculado à formação do

capital de empresas de eletricidade.¹ Eu achava que esse fundo era suficiente para a fase inicial da Cemig e insistia em que fosse vinculado à criação do seu capital, mas nesse ponto encontrava uma oposição grande do Alkmin, que era secretário de Finanças do Juscelino. Alkmin me conhecia bem, do tempo em que eu era secretário e ele era político, e não queria que eu fizesse a vinculação. Durante algum tempo Juscelino teve dificuldade de convencê-lo, e enquanto isso fiquei tentando esboçar os estatutos da Cemig.

Aconteceu então que Alkmin teve que ir à Europa para ver o que fazia com uns tratores da Impex que o governo Milton Campos havia comprado na última hora, um negócio muito malfeito, um verdadeiro abacaxi. Quando Alkmin viajou para Paris, fiquei muito feliz, porque nesse meio tempo trabalhei na Assembléia com o auxílio do Tancredo Neves, que era líder do governo,² preparando o projeto da Cemig exatamente como eu queria. Estabeleci que houvesse uma vinculação à Cemig dos recursos do Fundo de Eletrificação, e que esses recursos fossem depositados diretamente na conta bancária da Cemig sem passar pela Secretaria de Finanças. Isso criou um problema, Alkmin ameaçou se demitir, mas acabou ficando.

*No Plano de Eletrificação contratado por Rodrigues Seabra, haviam sido estudadas várias alternativas para a criação de uma companhia estadual de energia elétrica. Por que razão, na criação da Cemig, a idéia de empresa holding prevaleceu sobre a idéia de autarquia?*³

Para falar a verdade, os problemas que enfrentávamos naquela época eram muito mais de engenharia do que de filosofia empresarial. O problema era saber como poderíamos realizar nossos projetos com mais facilidade e eficiência. Não tínhamos realmente uma preocupação ideológica em favor da autarquia ou da sociedade anônima.

Eu, pessoalmente, era favorável à sociedade anônima e deixei isso claro desde o primeiro momento, quando sugeri a *holding*. Conhecia os estudos feitos desde o tempo do primeiro relatório da Conferência Mundial de Energia em Washington, tinha lido alguma coisa sobre Samuel Insull e conhecia a estrutura empresarial do setor de energia elétrica. É verdade que as grandes empresas de eletricidade norte-americanas não eram *holdings*. A grande *holding* foi a de Samuel Insull, que fez uma piramidação de empresas em Chicago e acabou estourando com o maior escândalo daquele período do *crash* – essa história está contada de maneira muito interessante num grande livro de John dos Passos, chamado *The Big Money*.⁴ Mas a idéia da *holding* me parecia muito prática para um estado como Minas, que

tinha grupos que não se associariam, e sim lutariam para ter usinas próprias. A Cataguases-Leopoldina, por exemplo, gostaria de uma usina adicional, e as outras empresas fariam o mesmo. Ao passo que, se a *holding* fosse adotada, eu teria a possibilidade de contar com recursos financeiros locais. Eu não era favorável ao Estado cem por cento proprietário, sempre achei que deveria haver uma participação acionária do consumidor. E a Cemig adotou essa política, que mais tarde mostrou ser da maior importância: ela só fazia ligações novas para cidades que comprassem suas ações. O resultado é que hoje as ações da Cemig estão amplamente distribuídas por toda Minas Gerais. De todos os inventários e distribuições de bens fazem parte ações da Cemig.

Como foi estruturada a Cemig do ponto de vista organizacional?

A Cemig se estruturou segundo o modelo empresarial. Era uma empresa com características de uma sociedade de economia mista, procurando operar o mais possível dentro das regras da sociedade anônima privada, com um conselho fiscal, um conselho consultivo e uma série de diretorias executivas.⁵ Desde o princípio, insistimos para que esses conselhos fossem operacionais e tivessem realmente conhecimento do que ocorria. Os conselhos da Cemig sempre contaram com a participação do empresariado brasileiro. Em todas as subsidiárias sempre havia um representante da Federação das Indústrias, da Federação do Comércio e até políticos. Um dos melhores homens que tivemos foi João Lima Guimarães, que foi senador pelo PTB. Não era ligado ao Juscelino, mas foi um bom companheiro, um homem que lutou por nossas idéias no Congresso. Pedro Laborne era outro político que trabalhou conosco. Renato Falci, da Associação Comercial, também era conselheiro da Cemig.

Esses homens formavam os conselhos consultivos, que debatiam com o núcleo técnico, relativamente mais homogêneo, do qual faziam parte inicialmente John Cotrim, Mário Bhering, Mauro Thibau e eu. Mas nós não operávamos sem que esse grupo participasse das decisões. Sempre fazíamos questão de levá-los para visitar obras, de trazê-los para reuniões. Quando tínhamos que ir a um banqueiro pedir dinheiro emprestado, solicitávamos seu auxílio. Estávamos sempre procurando fazer com que os empresários tivessem convivência com a Cemig, e isso nos ajudou muito. Tive um grande apoio de empresários mineiros, que em diversas ocasiões saíram em defesa da Cemig, como por exemplo Antônio Mourão Guimarães, banqueiro e presidente da Magnesita, e Cristiano Guimarães, presidente do Banco Comércio e Indústria. Todos eles foram nossos companheiros em várias lutas.

Como o senhor formou a equipe técnica da Cemig?

A Cemig começou comigo e com Humberto Baroni, que era contador da Secretaria de Finanças, sentados numa sala da antiga Secretaria de Agricultura em Belo Horizonte – o Baroni era quem tinha que abrir a conta bancária da Cemig. Como eu já tinha a experiência da Comissão do Vale do São Francisco, comecei então a “cantar” meus velhos companheiros para virem trabalhar comigo. Mauro Thibau veio facilmente, John Cotrim levou algum tempo, mas finalmente aceitou vir. Sofrendo muito, abandonou sua posição nas Empresas Elétricas no Rio de Janeiro e veio para Belo Horizonte. Veio também o Mário Bhering, que tinha acabado de sair de uma experiência de treinamento nos Estados Unidos para ser vendedor de equipamentos da Serva Ribeiro, que era representante da Allis Chalmers no Brasil. Ele entrou na concorrência de venda de equipamento para Paulo Afonso, não foi feliz e estava meio perturbado no Rio de Janeiro, sem horizonte para a experiência que tinha, de modo que concordou em participar da Cemig. Mário Bhering era filho de Minas, filho do meu velho amigo, meu chefe na Rede Mineira de Viação, José Bretas Bhering. Outro que veio nos auxiliar foi Maurício Bicalho, com quem encontrei no trem da Vera Cruz regressando a Minas no momento em que deixava importante função no Banco do Brasil.

Quando John Cotrim chegou, logo depois trouxe um amigo com pouco tempo de formado, pouca experiência de trabalho. Era Flávio Lira da Silva, que se revelou um excelente engenheiro e se tornou o homem-chave dos nossos projetos. Flávio Lira foi o braço direito do Cotrim, no sentido de que era o homem que pegava o teco-teco, ia para o campo, olhava e sabia o que fazer. Enfim, foi havendo uma polarização, uns foram trazendo outros, e assim se formou a equipe.

O fato de Mauro Thibau e depois John Cotrim terem deixado a CAEEB não era um sinal de que empresas como aquela não eram mais o caminho para os engenheiros ligados à eletricidade no Brasil?

Não. As Empresas Elétricas continuaram e mantiveram por muitos anos uma excelente equipe. Um dos melhores elementos do grupo da Eletrobrás, Léo Pena, veio das Empresas Elétricas há pouco tempo. Léo Pena era um dos melhores engenheiros de eletrotécnica no Brasil e trabalhou a vida inteira nas Empresas Elétricas, até a encampação.⁶

Foram também recrutados engenheiros mineiros?

Sim. Havia um número razoável de engenheiros formados em Belo Horizonte, mas no primeiro momento quase todos vieram do Rio de Janeiro ou então do Instituto de Eletrotécnica de Itajubá. Nos primeiros tempos, roubamos gente de toda parte. Um dos melhores homens que tivemos, Arquimedes Viola, roubamos do Rio Grande do Sul. Do Estado do Rio roubamos Fernando Lavrador, um excelente engenheiro que passou algum tempo em Minas Gerais. A experiência desses homens que vieram de fora foi muito importante para a formação dos jovens que trabalhavam nas obras e no campo, sujando as mãos. Criamos um mecanismo de formação interna de pessoal, e quase todos fizeram estágios em obras, foram ao estrangeiro, visitaram o Tennessee Valley Authority. Formamos uma elite em que se destacaram técnicos como Camilo Pena, Francisco Noronha, Luís Cláudio Magalhães, Licínio Seabra, Paulo Mafra, Guy Vilela e outros.

A Cemig teve um núcleo pequeno de empregados próprios, pois trabalhou muito com empreiteiros. De modo que não tivemos grandes problemas sindicais, não precisamos lidar com uma massa enorme de empregados.⁷ Naquela fase inicial, o esforço de formação de pessoal foi muito grande. Fazíamos o possível para dar escola, para mandar os melhores rapazes treinarem fora. Dizíamos que as usinas da Cemig eram operadas por duas categorias de pessoas: os velhos aposentados da Light e os jovens empregados da Cemig, que iam para a Light assistir à operação das máquinas. Tínhamos que fazer um intercâmbio, porque não existia em Minas quem soubesse operar um gerador de mais de 30.000 kW. Era preciso criar essa gente do nada, e este foi um trabalho demorado.

Os projetos da Cemig

Desde o tempo de Benedito Valadares o governo de Minas havia construído as usinas de Gafanhoto e Pai Joaquim. Pode-se dizer que esse foi o ponto de partida da Cemig?

Essas eram usinas pequenas, marginais, ninguém se preocupava muito com elas. A usina de Gafanhoto, que abastecia a Cidade Industrial, tinha uma estrutura muito local. Pai Joaquim abastecia apenas o Hotel de Araxá. Eram usinas que não tinham grande importância para a definição da política da Cemig.

A usina mais importante naquela época era a de Salto Grande do Santo Antônio, que tinha sido iniciada pelo Giannetti no governo Milton Campos. Esse

era um projeto grande, mas que foi elaborado por um grupo muito pouco experiente. Quando assumi a Cemig, tive um problema muito grave, que poderia ter se transformado num problema político se não tivesse sido tratado com muito cuidado.

Eu sabia que o projeto de Salto Grande continha um erro, pois estava prevista a construção de um túnel ligando um braço a outro do rio Santo Antônio no pé da barragem, quando isso deveria ser feito no alto, pois assim se aumentaria um braço de barragem. Se o projeto fosse construído tal como estava previsto, haveria um grande problema técnico, pois o volume de água que iria descer pelo túnel seria tão grande que teríamos de fazer um canal revestido, aumentando enormemente os custos.

Afinal tivemos uma contribuição muito importante para resolver esse caso. Ao contratar a compra de equipamentos, o Giannetti havia contratado também uma firma italiana, a Techint, para construir as linhas de transmissão. A Techint tinha um departamento, a Techint-Hydro, que mandou um homem nos visitar,



O governador Juscelino Kubitschek cumprimenta Lucas Lopes, presidente da Cemig, no centro do túnel de Guanhães, durante a construção da usina de Salto Grande do Santo Antônio.

conhecer a obra, e esse homem, o professor De Sanctis, nos impressionou enormemente. Era um excelente engenheiro hidráulico, de grande capacidade humana, e chegamos à conclusão de que ele poderia, com uma visão completamente isenta, dizer se o projeto elaborado pela equipe do Giannetti estava correto ou não, devia ser revisto ou não. Ele foi visitar as obras da usina e voltou de lá convencido de que se devia rever o projeto. Achava que, como estava, seria de construção muito mais difícil e iria demorar muito a ser concluído.

Nesse momento, resolvi fazer uma coisa mais importante ainda: trouxe como consultor, para decidir a parada, o engenheiro Marcondes Ferraz, o homem que construiu Paulo Afonso. Ele também fez um relatório sobre o projeto, e, com base nessas duas opiniões, chegamos à conclusão de que deveríamos procurar usar as máquinas compradas pelo Giannetti, mas refazer o projeto. Isso ocorreu nos primeiros dias da Cemig, deu bastante trabalho e provocou debates na Assembléia. Mas nós fizemos tudo com tal limpidez, com tal clareza, que acabamos com as discussões maliciosas. O projeto revisto foi realizado, e os primeiros 50.000 kW de Salto Grande do Santo Antônio entraram na época própria, ainda no governo do Juscelino.⁸

A formação da Cemig vem dessa fase em que trouxemos esse grupo da Techint para nos dar uma assessoria. Depois veio o grupo da Internacional de Engenharia, para nos ajudar a rever o projeto de Itutinga, o projeto de Três Marias, a fazer o projeto de Furnas. A Internacional de Engenharia era ligada à International Engineering Company de São Francisco, uma das maiores firmas de engenharia dos Estados Unidos. Eles tinham terminado o projeto de Ponte Coberta, da Light, e foram nossos consultores em vários anteprojetos.

A usina de Itutinga foi iniciada logo nos primeiros tempos da Cemig?

Sim. Quando chegamos na Cemig já existia um relatório muito bom sobre Itutinga, antigo projeto da Rede Mineira de Viação que havia sido desenvolvido pela Servix. Itutinga ficava no rio Grande, perto de São João del Rei, e sua energia chegou a Belo Horizonte antes mesmo da de Salto Grande.⁹

Mas o primeiro projeto da Cemig que Juscelino viu, e pelo qual teve o maior entusiasmo, foi o da barragem de Cajuru. Existia a usina de Gafanhoto, baseada na vazão de rios relativamente pequenos, e nós estudamos a possibilidade de fazer um reservatório que retivesse grande quantidade de água de modo a aumentar substancialmente a capacidade de Gafanhoto. Ao fazer esse estudo, verificamos que a central de concreto que iríamos importar para construir a usina

de Itutinga iria chegar alguns meses antes do resto do equipamento e que poderíamos instalar essa central num local chamado Cajuru, onde pretendíamos construir a barragem que iria ampliar Gafanhoto. Assim foi feito. Tratava-se de uma central de concreto grande, com uma bomba Rex que jogava o concreto dentro de uma tubulação e o expelia num jato no local onde estava sendo construída a barragem. Um dia levamos Juscelino para ver a obra. Quando ele viu aquela central cuspir concreto dentro das formas, ficou na maior alegria: “Mas não é possível! Pensei que tudo isso fosse feito na enxada, na pá! É uma maravilha!” O grande entusiasmo de Juscelino pela Cemig veio na barragem de Cajuru, que foi iniciada no primeiro ano de seu governo.¹⁰



Revestimento do túnel de Guanhões durante a construção da usina de Salto Grande do Santo Antônio.



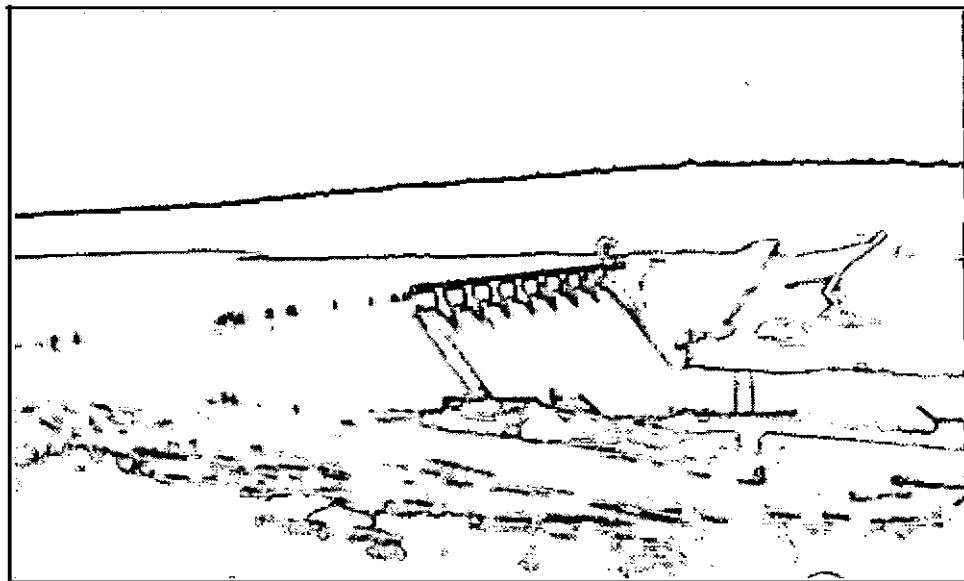
Vista aérea da usina de Itutinga em janeiro de 1955.

Com que recursos foram feitas essas primeiras obras da Cemig?

Os projetos da Cemig foram todos financiados pelo Banco Mundial e pelo Eximbank. Mas algumas obras foram iniciadas com financiamento do tipo *suppliers' credit*, que é o crédito do fornecedor. O Giannetti, por exemplo, comprou 50.000 kW de máquinas da General Electric para Salto Grande com *suppliers'* de cinco anos, e nós conseguimos financiamento com o Eximbank para instalar mais 50.000. Também fizemos um contrato inicial com a Westinghouse para construir Itutinga, que mais tarde foi transformado num projeto financiado pelo Banco Mundial.¹¹

Havia empreiteiras brasileiras trabalhando nessas primeiras obras?

As primeiras grandes empreiteiras brasileiras surgiram justamente dos projetos hidrelétricos. Mas de início a Cemig teve grande dificuldade para selecionar empreiteiras, pois não tínhamos experiência de contratar obras, nem



Vista da barragem de Cajuru pouco antes de sua inauguração em 1955

havia em Minas firmas de engenharia realmente capazes. Salto Grande do Santo Antônio, por exemplo, foi feita por um consórcio contratado pelo Giannetti que era muito fraco. Só quando levamos para lá os italianos da Techint foi que Salto Grande adquiriu gente com visão, com capacidade de programação. As outras obras em geral foram feitas pela Morrison-Knudsen do Brasil.¹²

Na construção dessas usinas, que tipo de equipamento foi utilizado?

Variava muito. Naquela época quase todos os equipamentos eram importados. Hoje tudo se fabrica no Brasil, não há mais necessidade de importar.

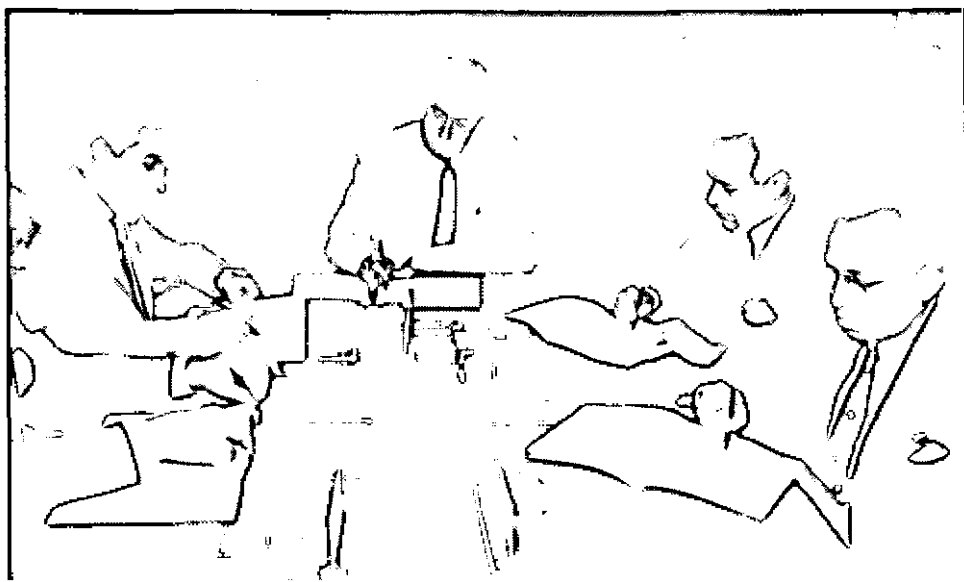
A própria Cemig teria incentivado a indústria nacional de equipamentos? Como gosta de dizer Roberto Campos, teria tido um "efeito germinador"?

É claro. A Cemig teve uma importância grande nesse ponto porque foi uma consumidora muito estável. A característica da Cemig e de todas as empresas de eletricidade é que, como são obrigadas a planejar por prazos longos — uma usina

leva perto de três anos para ser projetada e perto de cinco para ser construída —, elas dão aos fornecedores um horizonte muito bom. Não é difícil para os fabricantes de cimento, ferro etc. terem um horizonte claro na frente, terem segurança quanto a futuras encomendas.

O senhor mencionou que a Cemig reviu o projeto de Três Marias e fez o projeto de Furnas, obras essas que só teriam início no governo presidencial de Juscelino. Desde o começo a Cemig se preocupou com projetos para o futuro?

Sem dúvida. A Cemig adquiriu uma grande capacidade de elaborar estudos e projetos e teve o grande mérito de formar uma equipe com uma visão muito boa de futuro. Não estávamos ali apenas para fazer as obras que Juscelino havia prometido. Sabíamos que no dia seguinte precisaríamos continuar a fazer outras. Nunca tivemos a preocupação de fazer projetos para candidatos políticos, de saber quem vinha depois. Os projetos surgiam em função da realidade geográfica e energética. Um dos projetos que foram feitos logo no começo foi o do reservatório



Assinatura do contrato de financiamento do Banco Mundial à Cemig para a construção da usina de Itutinga. Da esq., Walter Moreira Sales, embaixador do Brasil em Washington, Eugene R. Black, presidente do Banco Mundial, Lucas Lopes, presidente da Cemig, e Mário Câmara, representante do Ministério da Fazenda em Nova York.

de Camargos. A montante de Itutinga, no rio Grande, havia a possibilidade de se fazer uma barragem, um reservatório substancial de água, que dobraria a capacidade da usina. Projetamos esse reservatório e já construímos Itutinga com locais para máquinas que seriam usadas pela usina de Camargos. A essa altura já começamos a trabalhar com muito mais sofisticação. Esse projeto de Camargos é um projetinho simples, que depois foi realizado e teve um efeito muito bom. Foi feito também pela Internacional de Engenharia, pela mesma equipe que estava fazendo o projeto de Furnas e revendo Três Marias.

A experiência foi se acumulando de tal maneira que a Cemig passou a ser uma máquina de fazer projetos bons. Procuramos assessores capazes, tivemos muito pouca pretensão e muita humildade. Com isso formamos muita gente boa e não perdemos tempo. Isso é que é importante: Minas fez um grande trabalho.

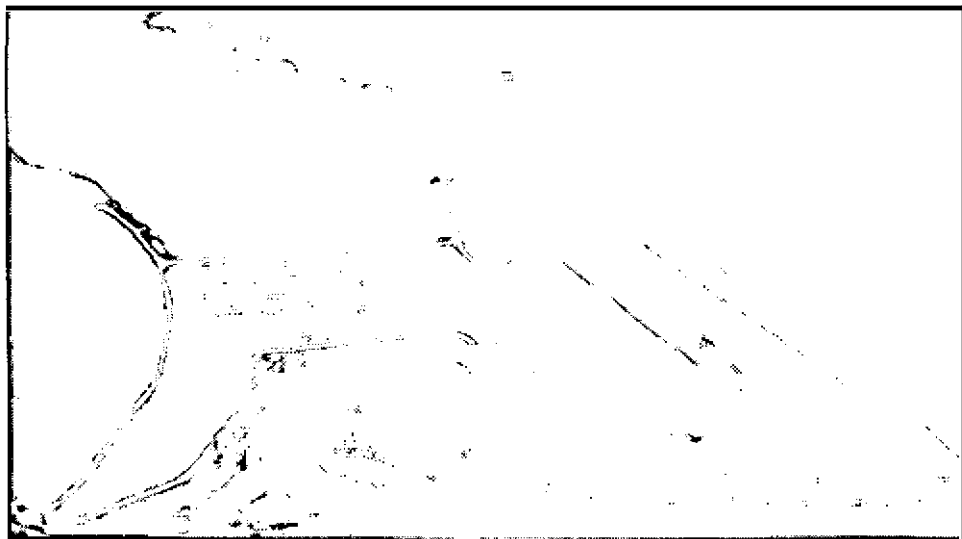
Furnas: além das fronteiras de Minas

Essa visão de futuro que a Cemig tinha implicava também uma visão global, no sentido de que era preciso pensar não apenas em Minas, mas no país inteiro?

É claro. A Cemig começou com o objetivo muito específico de abastecer Minas Gerais. Inicialmente, nosso objetivo era selecionar áreas onde pudesse surgir um potencial industrial grande, e isso com muita consciência das limitações de recursos. Minas era um estado pobre que não tinha capacidade de sair para grandes projetos. Mas a Cemig teve uma influência importante pelo fato de ter reunido em torno dela uma elite de engenheiros de muito boa qualidade, muita capacidade de imaginação e previsão. Esse grupo de engenheiros teve a visão de pensar a Cemig além das fronteiras de Minas, isto é, de criar projetos como o de Furnas, os projetos do rio Grande, que iriam transformar aquele núcleo central de Minas na base do sistema interligado brasileiro de energia elétrica. A Cemig formou uma elite capaz de ver a indústria de eletricidade no Brasil em termos de sistema global, unificado, interligado, em termos de tarifas uniformes. Com a Cemig, desapareceu a noção de construir uma usina para abastecer um município ou uma indústria. Foi lá que surgiu a visão global.

Vejam o caso de Três Marias, por exemplo. A função inicial de Três Marias, de regulação do São Francisco, independia do projeto global de energia elétrica. Mas o fato é que Três Marias iria gerar uma massa grande de energia, que iria abastecer Belo Horizonte. Minas não precisaria fazer Furnas para obter energia.

Se Minas se contentasse com Três Marias, ficaria egoisticamente muito bem abastecida. Deixava que São Paulo, Rio e outras áreas se arrebatassem, procurassem outras soluções. Havia outras soluções, e houve debates de caráter técnico nos institutos de engenharia contra Furnas, em favor de outros projetos. O mais importante deles, um projeto que foi investigado com seriedade, mas se mostrou menos conveniente do que Furnas, foi o de Caraguatatuba. O projeto de Caraguatatuba foi estudado pela equipe do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, uma equipe muito boa de engenheiros e técnicos, mas que tinha o defeito de perder muito tempo discutindo as tarifas da Light e pouco tempo estudando novas usinas. Caraguatatuba tinha basicamente a mesma concepção do projeto que o Billings fez em São Paulo, na serra de Santos.¹³ Era barrar o rio Paraíba lá no alto, com uma ou duas barragens, e atirá-lo no oceano, criando uma queda artificial de quinhentos ou setecentos metros. Apesar dos méritos do projeto, havia esse grande demérito: retirava-se uma quantidade enorme de água do rio, o que teria um efeito negativo grande para o desenvolvimento da economia do vale do Paraíba. O projeto de Caraguatatuba foi muito debatido e em determinado momento chegou a ser formulado. Acredito que politicamente, se JK tivesse perdido a eleição para presidente, em vez de Furnas teria saído Caraguatatuba. Se em vez de JK tivesse ganhado Ademar de Barros, teria sido diferente.



Projeto da barragem de Furnas para a instalação de 1.200.000 kW.

Furnas era uma barragem de cem metros de altura, com capacidade de um milhão de quilowatts. E esse projeto foi concebido porque uma visão global do que estava acontecendo no Brasil impunha que se pensasse em grande escala. Poder-se-ia dizer que estávamos prevendo que o projeto de Furnas seria uma credencial para Juscelino como candidato à presidência da República, mas naquele momento não pensávamos nisso. Sabíamos que ele estava lutando para ser candidato, mas não era esse o nosso objetivo. Todos nós sabíamos que era indispensável uma política energética de longo prazo e lutávamos para que isso fosse feito no Brasil.

Furnas foi o grande projeto da Cemig, que nos colocou como ponto-chave para a interligação de todo o sistema da região Centro-Sul do Brasil. Nós iríamos de início abastecer Belo Horizonte, toda Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e mais tarde nos ligaríamos a todo o sistema elétrico que estava sendo esboçado no Triângulo Mineiro. Tínhamos uma visão muito clara de que Furnas iria se interligar a Sete Quedas, que era a usina prevista na época — ainda não se falava em Itaipu. Sabíamos que um dia ela iria se interligar ao sistema do Triângulo Mineiro.

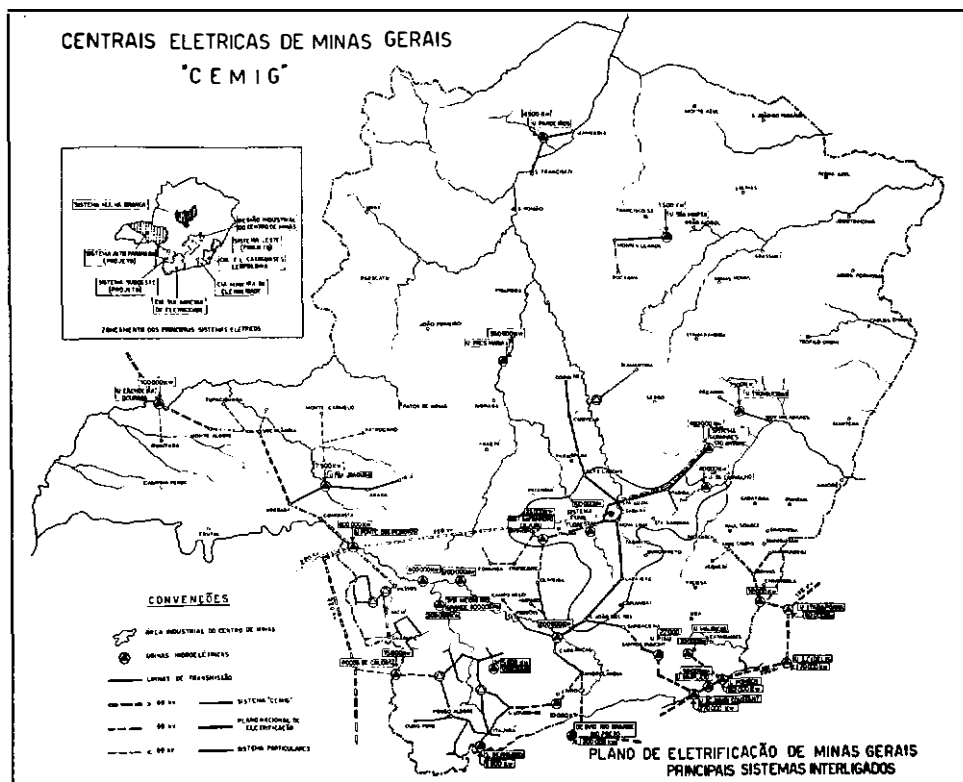
John Cotrim tem um artigo que foi publicado no *Observador Econômico e Financeiro* descrevendo todos os projetos do rio Grande e do rio Paranaíba.¹⁴ Toda essa corrente de projetos já foi visualizada desde aquela ocasião. Cotrim já havia trabalhado como engenheiro das Empresas Elétricas em Marimbondo, no rio Grande. As Empresas Elétricas já haviam construído a usina de Ponte dos Peixotos, também no rio Grande. Já havia um cordão de usinas que faziam um arco em torno da região de São Paulo. Mais cedo ou mais tarde, aquele sistema seria todo interligado.

A decisão de Furnas na época foi importante, porque ela deu à região Centro-Sul a tranquilidade de que não haveria crise econômica a partir do momento em que a usina entrasse em funcionamento. Furnas só foi inaugurada no governo Castelo Branco,¹⁵ mas nós tínhamos a visão clara de que se Furnas não entrasse em funcionamento naquela época, como entrou, com aquele potencial de energia, a região Rio-São Paulo estaria caminhando para um racionamento grave, que iria tornar inviável a indústria automobilística, o *boom* industrial que surgiu a partir do governo JK e no princípio da década de 60. Furnas foi a usina que veio exatamente na hora em que o Brasil precisou de um milhão de quilowatts para dar um grande salto na sua expansão. Naturalmente, com Furnas, criou-se toda uma experiência de construir usinas grandes. Em São Paulo havia um corpo¹ de engenheiros de primeira ordem, que se lançou a construir Urubupungá.¹⁶ De modo que Furnas tem esse aspecto importante: representou num determinado momento uma visão técnica

nova, por seu tamanho e capacidade, e uma visão política nova, interessada em integrar o sistema, esquecendo quem era concessionário e quem não era.

Como foi feito o projeto de Furnas?

O projeto inicial de Furnas foi orientado por John Cotrim, e partiu da identificação de um local no rio Grande onde seria possível construir uma barragem capaz de reter um volume substancial de água. Tratava-se de uma obra de grande porte, e logo caracterizou-se que seria possível construir vários tipos de projetos. Incumbimos a Internacional de Engenharia de estudar as alternativas, e eles fizeram um estudo com anteprojetos bastante detalhados, caracterizando as diferentes possibilidades: uma barragem no rio Sapucaí, outra no rio Grande etc. Temíamos



Plano publicado em O Observador Econômico e Financeiro de maio de 1955.

que o grande projeto de Furnas, não sendo patrocinado pelo governo federal, não sendo considerado uma obra nacional, tampouco fosse uma obra para o fôlego financeiro da Cemig. A Cemig então teria que subdividir a obra em vários projetos menores que viessem a se completar. Afinal, desse conjunto de anteprojetos, um foi considerado o melhor: era a barragem mais alta, localizada no *canyon* de Furnas.¹⁷

O canyon foi descoberto nessa época?

Foi descoberto quando estávamos construindo Itutinga. Depois de Itutinga o rio Grande segue em frente, há um trecho de corredeiras, e em seguida vem o rio Sapucaí. Foi nessa confluência do Grande com o Sapucaí que apareceu o *canyon*. O rio Grande e o Sapucaí eram dois rios importantes que poderiam ser utilizados de forma isolada ou em conjunto. Preferimos localizar a barragem abaixo da confluência para usar num único reservatório a água dos dois rios. O anteprojeto de Furnas foi tão bem-feito que passou a ser uma credencial para se discutir a viabilidade da obra. Todo o mundo que depois veio participar de Furnas, inclusive o Banco Mundial, encontrou nesse estudo um elemento informativo bastante completo. Não tínhamos a experiência de uma Internacional de Engenharia para fazer um anteprojeto daqueles, não achamos justo que fôssemos aprender à custa do Estado, de modo que foi com muita alegria que incorporamos sua colaboração.

A Cemig e a política

Qual foi a reação da UDN mineira à Cemig?

A UDN teve vários grupos que entendiam bem que a Cemig ia realizar coisas importantes. No primeiro momento ninguém acreditava na Cemig, nas minhas idéias e nos meus planos, achavam que eu era apenas um sujeito que tinha trabalhado com o Valadares, de credibilidade relativa. Mas na medida em que o tempo foi passando, e as fórmulas foram se definindo, a UDN teve uma atitude bastante cooperativa. Existiam, é verdade, críticas individuais. Dnar Mendes, por exemplo, que era deputado da zona do Último de Carvalho¹⁸ e não gostava dele, dizia: “Não vai dar certo, é tudo mentira.” Durante algum tempo a UDN ficou querendo fazer uma aposta com Juscelino: “Não vão terminar os duzentos mil quilowatts, não vão concluir tantos quilômetros de estradas.” Juscelino estava pouco ligando para isso. Se fosse eleito presidente da República, ninguém iria lá

medir os quilômetros. A UDN se perdeu um pouco nessa formulação fantasiosa de que não iríamos ter êxito. Na verdade, o povo mineiro viu que estávamos fazendo muito mais do que se imaginava.

O senhor nos contou que na época da criação da Cemig, teve problemas com José Maria Alkmin. Surgiram outras dificuldades no decorrer do governo Juscelino?

De vez em quando havia problemas, porque a situação do Alkmin na Secretaria de Finanças não era realmente muito fácil. Vou contar um episódio que define bem quem era o Alkmin. Ele arrecadava os fundos da Cemig, e, de acordo com a lei que o Tancredo havia ajudado a passar, depositava-os na conta da Cemig nos três bancos do estado. Como eu tinha recursos de informação na Coletoria Geral do Estado, um dia verifiquei que uma parte dessa arrecadação não estava sendo entregue à Cemig. O que acontecia era que o Alkmin tinha um pagamento grande a fazer num determinado local — por exemplo, precisava pagar a Força Pública de Uberaba —, havia uma arrecadação grande da Cemig ali por perto, e ele usava o dinheiro da Cemig para cobrir aquela despesa. Percebi que ele estava começando a não cumprir o dispositivo legal e fiz um trabalho muito singelo.

Eu tinha um cronograma de todas as obras da Cemig, um volume de vinte páginas de gráficos detalhadíssimos. Procurei Alkmin e disse: “Ô Alkmin, nós dois somos amigos do Juscelino e queremos que ele tenha sucesso na campanha para a presidência da República. Mas com essas dificuldades que você está tendo — você está sendo obrigado a desviar o dinheiro da Cemig em algumas coletorias para pagar contas — nós vamos ter um fracasso. Vou propor ao Juscelino o seguinte: em vez de fazermos essas cinco obras que estão em marcha acelerada,¹⁹ vamos nos concentrar em quatro e suspender uma. Assim talvez o dinheiro dê, porque se insistirmos nas cinco, nenhuma vai ficar pronta.” Alkmin disse: “Não diga! Deixe eu ver o seu gráfico.” Estudou os cronogramas e concluiu: “Lucas, não vai faltar dinheiro para as suas obras. Vou mandar os três bancos do estado porem à sua disposição 15 milhões de cruzeiros para capital de giro, e vou tomar providências para que nenhuma coletoria faça qualquer desvio.”

Eu fiquei felicíssimo: fui reclamar, e ainda recebi 15 milhões que não esperava. Quando ia saindo, ele disse: “Deixe esses gráficos aqui, que eu vou estudar.” Dias depois entrou lá o Celso Murta, do Departamento de Estradas de Rodagem: “Vou parar as obras, vocês não me dão dinheiro para eu pagar os empreiteiros!” E o Alkmin: “Vocês é que são incapazes! Porque vocês não fazem uma programação igual a essa da Cemig que o Lucas me trouxe? Não vai faltar um tostão para eles, porque sei dia a dia quanto vou gastar. Vocês não me dão um

programa, como é que eu vou prever?" Ele usou o meu argumento em cima dos outros! Era um gênio de habilidade política.

O senhor também, não?

Eu tinha que usar malícia, porque sabia que se fosse lá xingar, brigar com o Alkmin, Juscelino ia achar que era uma briga pessoal, que eu estava querendo destruir o Alkmin. O problema era prático. Levei os gráficos, mostrei que suspendendo uma obra sobraria dinheiro para as outras, mas não suspendendo, faltaria para todas. Com isso nós convivemos num ambiente de agradável disputa. Mas eu nunca dava muito fôlego de manobra ao Alkmin, porque sabia que ele vivia em dificuldade. Eu o ajudava, mas sem sacrificar demais os nossos planos.

Em entrevista concedida à Cemig,²⁰ o senhor mencionou o papel de Júlio Soares, cunhado de Juscelino, como articulador entre o governo de Minas e a Cemig. Que papel foi esse?

Júlio Soares era um homem excepcionalmente capaz, um grande cirurgião, e a vida toda ajudou o Juscelino. Foi ele quem levou Juscelino para Paris e fez dele um cirurgião. Tinha uma grande capacidade humana, era um homem rico, que enriqueceu ainda mais com o zebu, e dedicou grande parte de seu tempo a auxiliar Juscelino quando este foi para o governo. Insisti para que ficasse ao meu lado na Cemig quando Juscelino me convocou. Júlio tinha na cabeça apenas um objetivo, que era a construção da usina de Tronqueiras, em Governador Valadares. Essa obra era algo de que se falava muito, e Júlio era o pai da usina de Tronqueiras. E então nós prometemos: "Tronqueiras faz parte do nosso programa, mas você vai trabalhar aqui e nos ajudar em tudo."²¹

Júlio Soares ia diariamente ao nosso escritório e freqüentemente participava das nossas reuniões. Era um homem uns vinte anos mais velho do que nós, eu, o Cotrim e os outros, e tinha naturalidade para entrar na casa do Juscelino, sentar na cama dele e desmanchar as intrigas. Eu dizia: "Você vai desmanchar as intrigas da véspera no dia seguinte de manhã. Tudo o que se falar, você vai explicar ao Juscelino o que é verdade e o que não é." De modo que ele participou muito dessa nossa convivência com Juscelino. Ia atrás dos bancos mineiros arranjar dinheiro emprestado para capital de giro da Cemig, para ajudar a alojar todo o mundo. Participou muito pessoalmente da vida da Cemig. Era um homem excepcionalmente bom, muito amigo do Juscelino, e ajudou muito. Juscelino tinha muita

confiança nele como articulador de amigos. Não era propriamente um político, mas era muito vinculado aos políticos.

No Congresso Nacional a Cemig contava com deputados para defendê-la?

Sim. Tínhamos muito bons amigos. Alguns inclusive se entusiasmaram, porque havia projetos na sua área em Minas. Tancredo Neves foi um deles, sempre esteve a meu lado, ajudando a obter recursos. Há até um episódio interessante nesse meu relacionamento com Tancredo. Num determinado momento, as obras da Cemig estavam em marcha, e tive uma dificuldade burocrática: precisava de um documento qualquer, uma licença para importação ou um registro, que estava retido na mesa do Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda. Recorri ao Tancredo, que a essa altura já estava como ministro da Justiça: “Preciso desse documento, dele depende a liberação de uma verba — se não me engano era uma verba do Eximbank — e quero a sua ajuda.” Ele respondeu: “Você venha aqui ao Rio de Janeiro, e vamos conversar com o Aranha.” Vim de Belo Horizonte para o Rio, fui para o Hotel Serrador, dormi tranquilamente, e de manhã cedo, quando liguei o rádio, ouvi que Getúlio tinha se matado. Fiquei um poucotonto e voltei para Belo Horizonte, pois não havia mais nada a fazer em relação ao tal papel, a não ser esperar. O mundo gira de tal forma que uma semana depois eu era ministro da Viação do Café Filho, estava sentado no centro do poder e pude procurar o tal documento da Cemig. Mas o Tancredo havia chegado a dizer: “Vou com você ao Aranha e vamos arrancar dele esse documento! Isto não pode ficar assim!”

Getúlio e Juscelino

Os documentos de época, as fotos, notícias de jornal etc. dão a impressão de que desde o início Getúlio distinguia Juscelino entre os demais governadores. Como era o relacionamento entre o presidente da República e o governador de Minas?

Tenho a impressão de que provavelmente existia um relacionamento íntimo entre os dois. Getúlio e Juscelino eram amigos de fato, e não apenas por conveniência política. Getúlio conhecia Juscelino havia muito tempo. Durante o Estado Novo ia freqüentemente passar as férias em Poços de Caldas, e Juscelino, que era prefeito de Belo Horizonte, seguramente o conheceu nessa época, ou até antes. Sei que o relacionamento deles foi muito estreito e que Juscelino teve um carinho muito grande por Vargas em todos os momentos da sua vida. Convidou-

o a assistir à grande Exposição Agropecuária em Belo Horizonte, e mesmo no momento mais crítico da vida de Vargas, em que ele estava sofrendo uma enorme pressão política, fez questão de levá-lo para a inauguração da Mannesmann.²² Proporcionou-lhe dois dias de muito carinho e muito relaxamento.

O senhor acompanhou o processo de instalação da Mannesmann em Minas?

Sim. Esse é um episódio complexo, e até engraçado, do meu anedotário. A história começou, ao que sei, com a presença no Rio de Janeiro de um grupo da Mannesmann, que tinha como representante no Brasil o Segismundo Weiss. Eles estavam tentando construir uma usina siderúrgica de ferro-esponja na baía de Sepetiba, e foram conversar com Getúlio para pedir apoio. Ao lado do Getúlio estava um mineiro, Geraldo Mascarenhas, que fez o seguinte comentário: “Ô presidente, o senhor podia encaminhar esses alemães para Minas Gerais, porque depois que o senhor tirou a siderúrgica dos mineiros e pôs aqui em Volta Redonda, no Estado do Rio, o seu prestígio em Minas está muito baixo. Quem sabe o senhor dá a Minas a chance de ter uma siderúrgica nova?” Minas já tinha a Belgo Mineira, mas era bastante modesta.

Getúlio então mandou que Geraldo Mascarenhas telefonasse ao Juscelino, e este me pediu que eu viesse ao Rio encontrar os alemães no Conselho de Minas e Metalurgia, um órgão de certa importância que existia na época, do qual faziam parte Macedo Soares, Othon Leonardos, Glycon de Paiva e outros.²³ Eles chegaram à conclusão de que talvez fosse mesmo oportuno Minas ter uma siderurgia de ferro-esponja, que não exigia grande massa de carvão. Convidei os alemães a irem a Belo Horizonte discutir as possibilidades, e eles se propuseram construir na Cidade Industrial, ao invés de uma usina de ferro-esponja, uma usina de fornos elétricos, que iria consumir 50.000 kW. Naquela época estávamos construindo Salto Grande do Santo Antônio, que tinha 50.000 kW de máquinas compradas no local, e iria comprar mais 50.000.

Iniciou-se então um período de negociação dos mais complexos e difíceis, porque eu, como presidente da Cemig, me neguei a dar garantia de que forneceria os 50.000 kW no prazo que a Mannesmann queria. Juscelino dizia: “Como governador, eu assumo a responsabilidade. Se quiserem brigar, eles vão brigar comigo, com o governador, e não com a Cemig.” A negociação foi difícil, mas eles compreenderam que naquela hora não tínhamos todos os 50.000 kW que desejavam, e sim apenas uma parte. Decidiram-se a ir e instalaram-se em Belo Horizonte. Hoje a Mannesmann é uma empresa enorme, que passou a trabalhar, além do forno elétrico, com forno de carvão de madeira. Foi um grande sucesso.

A Cemig deve ter sido favorecida por esse bom relacionamento entre Vargas e Juscelino.

Não tenho dúvida de que Juscelino encontrou no presidente Vargas apoio total. Juscelino poderia ter tido problemas com alguns ministros ou algumas correntes individuais, mas não teve. Era um homem muito brando e fácil de lidar, sabia conquistar amigos. Quanto à Cemig, ela não dependeu muito de relacionamentos políticos, pois na época estava recém-criada, era uma menina de poucos dias. Mas desde o início a Cemig soube tirar partido do relacionamento dos dois governos para apresentar pedidos de financiamento adequados, no momento em que começaram a funcionar as organizações que encaminhavam esses pedidos. A Cemig foi uma das primeiras a apresentar projetos para aprovação pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Obteve financiamentos, mas nada aconteceu fora da rotina. Não houve decisões políticas especiais.

Nesse bom relacionamento entre Vargas e JK talvez pesasse também uma certa afinidade em termos de visão de desenvolvimento.

Seguramente. Juscelino era um político que complementava Vargas na sua formação. Vargas era um homem de espírito social, que dava prioridade ao problema político e social, enquanto Juscelino era mais um formulador e executor de programas de desenvolvimento. Mas Juscelino dava todo apoio à política social de Vargas, no sentido de dar maior participação ao trabalhador, de criar mais empregos. A orientação de Juscelino seria mais desenvolvimentista, como mais tarde ficou caracterizado, mas ele não teve nenhuma dificuldade de convivência com Vargas. Na formulação de prioridades para o Plano Rodoviário Nacional, os entendimentos do governo de Minas com o DNER foram perfeitos. Minas pedia muito pouca coisa ao governo federal. Era um estado pobre e não tinha muita coisa a pedir, a não ser uma quota maior de açúcar do Nordeste, pequenas coisas que nunca chegaram a ser motivo de conflito ou de grandes gestos de gratidão, porque eram rotina. Minas não exigiu muito do governo Vargas.

Rio e São Paulo: a Light

Desde o final do Estado Novo, em Minas Gerais, observava-se uma tendência do Estado em interferir diretamente no setor de energia elétrica: Benedito Valadares construiu usinas, Milton Campos encomendou um Plano de Eletrificação, Juscelino criou a Cemig. O que estava acontecendo nessa época em São Paulo e no Rio de Janeiro em termos de planejamento hidrelétrico?

O estado de São Paulo tinha a sorte de ter na Grande São Paulo uma área de grande desenvolvimento industrial que era abastecida pela Light.²⁴ A Light tinha todos os ônus de uma empresa estrangeira, mas era uma excelente prestadora de serviços públicos. Foi capaz de manter São Paulo abastecido por muitos anos e de se antecipar às demandas que surgiam. Quando a Light construiu, por exemplo, o reservatório Billings no alto da serra e lançou as águas da bacia do Tietê para Santos, para Cubatão, deu provas de um desenvolvimento tecnológico que não havia ainda sido pensado pelos engenheiros brasileiros. A Light fez a mesma coisa no Rio de Janeiro. Depois de aproveitar uma série de usinas, fez o desvio do rio Paraíba para Ribeirão das Lajes e construiu a usina subterrânea de Ponte Coberta. A Light era uma grande empresa, tecnicamente preparada para essas grandes obras.

Já em Minas, havia várias empresas que não tinham grande capacidade financeira nem estavam localizadas em áreas de grande demanda. E havia um problema: como sair da escala de uma usina que abastece Juiz de Fora para um sistema que abastecesse Minas Gerais? Havia um problema de escala, era necessário fazer usinas que abastecessem o estado inteiro, e não construir mais uma usina para Juiz de Fora ou para Barbacena. Esta foi a mudança tecnológica que ocorreu principalmente em função da Cemig. A Cemig aplicou no Brasil aquilo que ela aprendeu vendo o que ocorria no Tennessee, no Columbia Valley e em outras áreas do mundo. Houve um salto tecnológico e intelectual com a adoção da concepção de grandes sistemas interligados. A Cemig teve a ousadia de partir para um projeto básico em Furnas capaz de interligar todo o sistema Centro-Sul do Brasil.

Mas antes do salto qualitativo que iria ocorrer com Furnas já havia uma diferença entre os governos de Minas e São Paulo na forma de tratar a política energética. Em Minas, o Estado não apenas se preocupou em planejar uma política energética, mas em implementá-la. Como o senhor vê essa diferença?

É preciso lembrar que São Paulo teve a sorte de atrair grandes capitais para construir seus projetos iniciais na região São Paulo-Campinas-Santos, que era a região fundamental de desenvolvimento industrial. Outros projetos surgiram depois em Sorocaba, outros lugares, mas já como consequência da demonstração que a Light havia dado na capital. A mesma coisa pode ser dita do Rio de Janeiro, que era a capital da República e tinha todos os elementos.

O problema que existia em São Paulo não era ter ou não ter um suprimento firme e permanente, e sim ter tarifas mais baixas. Desde o primeiro momento, o grande problema de São Paulo era que uma grande parte dos engenheiros perdia um tempo enorme a discutir que tarifa deveria ser cobrada pela Light. Minas não precisava discutir tarifas porque não tinha energia. Nós queríamos energia, mas não havia capitais disponíveis, pois éramos um estado pobre, que começou seu desenvolvimento industrial depois da guerra. Nos anos 40 já não havia capitais privados disponíveis no mundo para serem investidos em Minas. Os investimentos em eletricidade que se faziam lá eram vinculados à Belgo Mineira, que fazia uma usina só para abastecer a siderúrgica em Monlevade. Não tínhamos indústrias de eletricidade com a visão de prestação de serviços públicos. Nosso problema, portanto, era muito diferente: tínhamos que criar do nada os sistemas elétricos e praticamente suprir energia com total incapacidade financeira.

Mas a despeito do bom desempenho da Light, nos anos 50 São Paulo e Rio foram muito atingidos por racionamentos de energia.

Sim. Assim como a Amforp, a Light viveu fases de impossibilidade de obtenção de recursos, porque o mercado de capitais desapareceu com o *crash* da Bolsa de Nova York e com outras dificuldades financeiras gerais. A partir de certo momento, a capitalização da Light foi feita com recursos próprios ou através de empréstimos externos, do Banco Mundial ou do Eximbank. A Light sofreu os efeitos da erosão do universo financeiro em que ela tinha vivido, e muitas vezes não conseguiu gerar os recursos necessários para fazer tudo o que precisava. Ela não teve recursos, por exemplo, para fazer a unificação de frequência entre Rio e São Paulo. Viveu realmente um período de falta de recursos para expandir e atualizar seu sistema de suprimento na proporção que lhe exigia o desenvolvimento econômico da região Rio-São Paulo, da qual era concessionária.²⁵

O Brasil, nos anos 50, estava caminhando para um impasse. A criação do Fundo Federal de Eletrificação²⁶ e a decisão do governo federal de entrar no setor de energia elétrica representaram o reconhecimento deste fato: era preciso haver recursos públicos para fortalecer o setor, porque ele não tinha capacidade de gerar

recursos próprios dentro da estrutura econômica e tarifária vigente. Não existia mercado de capitais para a venda de ações, para as empresas se expandirem no Brasil. Foi indispensável a intervenção do Estado para criar as grandes empresas de suprimento.

As várias equipes técnicas

Por tudo quanto foi dito até agora, pode-se detectar no segundo governo Vargas quatro grupos de técnicos ligados à energia elétrica. De um lado, os engenheiros da Light, que estavam mais preocupados com as tarifas; de outro, o grupo da Cemig, oriundo da Comissão do Vale do São Francisco e da CBE, que o senhor chefiava, empenhado na expansão energética; o terceiro grupo estaria na Comissão Mista, procurando captar recursos externos para investimentos em energia no Brasil; finalmente, o quarto grupo estaria na Assessoria Econômica do presidente Vargas, traçando uma política energética de cunho nacionalista.²⁷ O senhor concorda com esta classificação?

Naturalmente os pesquisadores e historiadores sentem uma certa necessidade de classificar as pessoas em grupos, quando na verdade existe uma unidade de problemas que se entrelaçam e são comuns. Quando eu digo que os técnicos da Light se preocupavam mais com o problema das tarifas, quero dizer que esse tema era apresentado como o mais importante por aqueles que vinham a público, publicando e apresentando teses. Isso não significa que eles não estivessem também muito interessados na evolução técnica de seu setor ou em obter recursos.

Quanto ao grupo de técnicos que se formou em torno da Assessoria Econômica do presidente Vargas, tratava-se de um grupo *ad hoc*. Foi um grupo que surgiu, creio eu, como um apêndice do Conselho Nacional de Economia, do qual participavam alguns técnicos. Mas sua caracterização é um tanto fluida, pois não houve realmente um grupo formal e bem estruturado em termos de identidade destinado especificamente ao planejamento na assessoria de Vargas. Eles tinham que trabalhar em tudo lá dentro. Tanto trabalhavam em energia elétrica, como na política do açúcar, como na defesa de problemas momentâneos do governo. É verdade que alguns líderes trabalharam na elaboração de projetos que se tornaram conhecidos, como o do Fundo Federal de Eletrificação. E esses trabalhos resultaram de estudos anteriores, que vinham sendo desenvolvidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral através da Divisão de Águas.

É difícil caracterizar se houve grupos associados ou conflitantes. Havia grupos que trabalhavam em várias áreas. Na época da Comissão do Vale do São Francisco, por um mero acidente formou-se um grupo de pessoas com atividades específicas, pagas para estudar determinados problemas, como o desenvolvimento do vale. A preocupação com a energia elétrica foi uma consequência desse estudo. O mesmo ocorreu com o plano da CBE, que foi um contrato técnico de assessoria para estudar um plano de eletrificação para o estado de Minas. Em função disso foram se reunindo engenheiros, técnicos e engenheiros eletricitas que procuravam definir de forma correta seu trabalho.

Vários grupos existiam paralelamente, e não há possibilidade de classificá-los como animais diferentes no quadro geral. Em muitos casos, eram formados pelas mesmas pessoas. Os membros da Comissão do Vale do São Francisco e da CBE vieram mais tarde para a Cemig, para a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para o BNDE. O Brasil sempre teve uma elite muito pequena de técnicos preparados, que falavam em energia elétrica em termos mais positivos, menos fantasiosos. Naquela época desapareceram os discursos gongóricos sobre energia elétrica no Brasil, sobre a riqueza de Paulo Afonso e de Sete Quedas. Começou-se a falar no aproveitamento de Itutinga, na construção de obras específicas. Foi uma fase em que a economia e a própria situação política forçaram a engenharia a evoluir em busca de uma objetividade maior, em termos, primeiro, da definição de soluções técnicas para os sistemas elétricos, e segundo, da organização desses sistemas, da definição de uma política tarifária e da formação de empresas.

Não há dúvida de que estava ocorrendo naquela época uma revolução energética: não era mais possível continuar com o antigo sistema de geração e distribuição de energia elétrica, e era necessário fazer grandes investimentos, tanto externos quanto do Estado. Mas essa mudança de mentalidade devia envolver um grupo de técnicos pró e outro contra, ou pelo menos alienado dessa questão. O senhor não concorda?

Creio que não houve realmente uma alienação. O que houve foi um grupo de técnicos mais preparado para formular projetos, arregaçar as mangas e trabalhar. Esse grupo formou a Cemig, mais tarde formou a Centrais Elétricas de Furnas, a Eletrobrás. Havia outros grupos que tinham por missão dar assessoria ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ao Congresso, a entidades cuja finalidade era formular políticas, definir regras, e não construir. Havia um grupo formulador de idéias gerais sobre eletricidade e outro grupo que tinha que produzir usinas, produzir energia. Esses grupos se entendiam dentro de certas faixas, em

algumas outras não. Nesse ponto houve, não digo conflito, mas pelo menos divergência de *approach*.

Certamente havia uma grande diferença de approach entre o grupo da Cemig e a Assessoria Econômica de Vargas.

Nunca estudei comparativamente os dois grupos, mas o que eu me lembro é que a assessoria do presidente Vargas teve a preocupação de formular um conjunto de projetos para energia elétrica, criar recursos para o setor e formar uma empresa estatal de grande porte. Eles pensavam em desenvolver energia em termos muito filosóficos. A assessoria de Vargas não tinha experiência de projetos e de obras, de administração de empresas de eletricidade, de modo que ficou muito *in vitro*, fez um trabalho, eu diria, muito superficial.

O senhor considera que o grupo mais dinâmico do setor de energia elétrica nos anos 50 estava na Cemig e na Comissão Mista?

Não só na Cemig e na Comissão Mista, como no Rio Grande do Sul, como em São Paulo, como em Paulo Afonso. Houve vários núcleos de execução, e a Cemig foi apenas um deles. Paulo Afonso, por exemplo, que foi a maior usina construída no seu tempo, foi um núcleo excelente de formação de pessoal. Paulo Afonso foi iniciada no governo Dutra e nunca parou de ser ampliada. É um projeto que permite várias usinas subterrâneas paralelas, e até hoje está em fase de construção com a usina de Xingó, que será provavelmente a última.

De modo que existiam vários núcleos com boa formação técnica. O Rio de Janeiro tinha um pequeno núcleo junto a Macabu. A usina de Salto, no rio Paraíba, perto de Resende, foi muito bem estudada durante anos.²⁸ Até hoje existe a barragem de Salto, que é uma obra relativamente modesta, mas é uma beleza de engenharia. Esses núcleos todos estavam trabalhando de forma dispersa, pois o Estado do Rio não tinha uma Comissão de Eletricidade. Já o Espírito Santo tinha. Bahia e Pernambuco, no Nordeste, ao que sei, sempre procuraram apoiar Paulo Afonso, que era o grande projeto.

E quanto a São Paulo?

Ao mesmotempo em que a Cemig se organizou e começou a produzir, São Paulo trabalhou intensamente na formação de equipes. E essas equipes paulistas, de Salto Grande do Paranapanema e Jurumirim, eram muito ligadas a nós,

da Cemig. O grupo liderado por Mário Lopes Leão, por exemplo, tinha muito contato conosco. Mário Lopes Leão também era membro do conselho administrativo do BNDE e acompanhou *pari passu* os nossos projetos. Trabalhamos juntos para obter financiamento do Banco Mundial para Jurumirim e para os projetos do Paranapanema.

Outro grupo técnico de São Paulo – que tem uma riqueza enorme de engenheiros e empreiteiros – foi o que saiu para os grandes projetos de Urubupungá. Nesse momento eles foram muito além dos objetivos que a Cemig tinha. Saíram para projetos maiores, enquanto a Cemig ainda estava desenvolvendo os projetos dos rios Grande e Paranaíba, que eram mais simples, mais normais.

Esse desenvolvimento das equipes paulistas ocorreu no governo de Lucas Garcez, que era engenheiro especializado em energia elétrica.²⁹ O senhor o conheceu?

Sim. Pessoalmente, eu era muito amigo do governador Lucas Garcez. Nessa época fui a São Paulo visitá-lo, numa reunião que ele convocou para a criação da Comissão da Bacia do Paraguai e Uruguai. Era uma espécie de Comissão do Vale do São Francisco que nunca foi além de duas reuniões de governadores, de caráter mais político, uma em São Paulo e outra em Porto Alegre. Depois, no dia em que fui nomeado ministro da Viação de Café Filho, o primeiro homem que me cumprimentou foi o governador Garcez, que estava no palácio do Catete naquele momento. A partir de então acompanhei mais de longe o desenvolvimento do setor de energia elétrica em São Paulo, mas posso assegurar que eles tinham uma equipe muito boa.

A equipe do Rio Grande do Sul também era competente?

Era. Mas o Rio Grande criou um problema que me deixou muito magoado. O Rio Grande do Sul tinha um plano de eletrificação, e logo no início da Comissão Mista, o governo americano, num gesto de amizade, mandou preparar um financiamento de 25 milhões de dólares para a execução do plano gaúcho. Acontece que havia no Rio Grande um engenheiro muito bom, rapaz de muito valor, mas um homem de uma cabeça dura impossível de se permear, chamado Noé de Freitas. E o Noé tinha uma mania diferente, achava que não se devia tomar dinheiro emprestado. Achava que na hora de pagar, o dólar estaria mais caro, e além disso não queria ficar devendo dinheiro aos americanos, pois não os tolerava. Fiz tudo para que o Noé entendesse o que eram 25 milhões de dólares àquela altura para fazer a eletrificação do Rio Grande do Sul, levei-o para ver nossos projetos em Minas,

discuti horas com ele, e nada. Eu tinha um problema sentimental, pois meu pai era gaúcho, e eu me achava na obrigação de fazer um *lobbyzinho* para o Rio Grande. Além disso gostava muito do Noé, que era um sujeito honesto, com qualidades, mas tinha aquela mentalidade retrógrada.

O tempo passou e não consegui convencer o Noé. Ele fez uma distorção aritmética mostrando que se aceitasse o empréstimo teria que pagar muito mais em cruzeiros, e vinculado a isso, agiu com muita emotividade. Saiu logo para campanhas políticas, dizendo: “Estão combatendo o Rio Grande! Prefiro máquinas alemãs, não quero saber de máquinas americanas!” Numa dessas campanhas cheguei a ser xingado no Rio Grande, com faixas “Abaixo Lucas Lopes! Traidor!” Fiquei muito magoado. Um dia escrevi um texto para *O Globo* contando toda a verdade, apesar de penalizado por ver que o Noé era um homem fracassado. Na minha opinião, ele atrasou o Rio Grande do Sul uns 25 anos com essa brincadeira de não querer usar o empréstimo para fazer energia elétrica.

O que foi feito com o dinheiro?

O Banco Mundial recorreu ao Marcondes Ferraz, que depois se tornou ministro da Viação, para que ele desse uma solução ao caso. Pela primeira vez na história do banco um empréstimo foi cancelado. Ildo Meneghetti, na época governador do Rio Grande, devolveu o empréstimo.³⁰ E o fato é que no Rio Grande eles construíram pequenas usinas, uma usina térmica aqui, outra a diesel ali, outra a carvão acolá, em vez de fazer um projeto razoável de interligação. Só mais tarde é que outros companheiros, que mudaram completamente de idéia, vieram a entender que era preciso interligar o Rio Grande do Sul aos grandes sistemas elétricos.

O Plano Nacional de Eletrificação

Em abril de 1954, Vargas enviou ao Congresso mais dois projetos relativos ao setor de energia elétrica, preparados por sua Assessoria Econômica: o Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da Eletrobrás. Que avaliação o senhor faz do Plano Nacional de Eletrificação?

O plano continha uma listagem de projetos, alguns com realismo, outros sem realismo algum, outros inteiramente superados. Esses projetos foram

arrolados pelo Jesus Soares Pereira, pelo Kruger, por aquela rapaziada que estava na Assessoria Econômica e não tinha vivência do setor elétrico. E essa listagem, sendo parte de um plano que deveria ser aprovado em lei, nos deixava em pânico: “O que vamos fazer com todos esses projetos? Usina de Santa Bárbara, usina de Cornélio, e por aí fora?” Os projetos para essas obras não estavam feitos, não existia engenharia, não existia sequer estudo do local. Eram propostas formuladas em termos muito preliminares pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura. Esse plano, como destino da Eletrobrás, nos deixava apavorados. Se a Eletrobrás tivesse sido aprovada para executá-lo, teria se esfacelado entre uma multidão de pequenos projetos e haveria uma briga de faca para conseguir verbas.

Como o senhor compara esse Plano Nacional com o plano mineiro feito pela CBE?

Eram completamente diferentes. O plano da CBE não chegou a fazer a discriminação detalhada dos projetos, obra por obra, foi um plano de conceitos gerais. A definição de um plano de obras a ser realizado num período x foi um erro que veio da era daspiã, quando se dizia: “Temos que fazer um plano rodoviário para ser realizado em tantos governos.” E foi isso o que aconteceu com o Plano Nacional de Eletrificação, que previa um certo número de obras preferenciais a serem executadas em um ou dois decênios, obras essas em grande parte fantasiosas. Previa-se, por exemplo, a usina de Simplício – agora é que se está falando na usina de Simplício aqui no Estado do Rio; usina de São Fidélis – agora é que se está falando nisso; ampliação da usina dos Peixotos – esta é uma usina secundária; usinas de Ribeira e Caraguatubá – este era o grande projeto paulista, com algum estudo de engenharia, mas que foi abandonado porque seria preciso deslocar as águas do rio Paraíba para a vertente do Atlântico, e isso causava polêmica. Havia ainda a usina Anta-Benjamin Constant – até hoje não foi feita; usinas do Paranapanema e do rio Grande – estas foram feitas. Mas havia uma porção de coisas sem o menor realismo, como por exemplo a usina Florestal, em Minas. Eles souberam que as Empresas Elétricas tinham estudado a usina Florestal e a meteram no plano, quando já havia sido abandonada. A usina de Fecho do Funil em Minas também já havia sido abandonada por nós como inexecutável naquela época, mas eles a puseram no plano. O mais engraçado era a influência do Rômulo Almeida: havia uma página inteira de usinas na Bahia! Cabiam usinas em todos os riachos baianos.

Em resumo, havia uma quantidade enorme de pequenas usinas que eram lançadas no mapa sem qualquer pesquisa de campo, sem qualquer realismo político. Era um plano que não tinha sentido algum como base para um programa

de desenvolvimento. Poderia ser publicado para ser abandonado no dia seguinte. A nossa tese era diferente: é preciso fazer um plano de eletrificação que se ja revisto constantemente. Não há necessidade de se fazer um plano rígido, há necessidade de programas periódicos com recursos alocados. O plano de eletrificação vai ser conseqüência do mercado, da evolução. Planinho de eletrificação no estilo de plano rodoviário não tem sentido.

Quando o Plano Nacional de Eletrificação foi encaminhado ao Congresso, Rômulo Almeida esteve em Minas para tratar de divergências com a Cemig. Na ocasião, foram-lhe explicados esses problemas?

Não lembro com detalhes, pois tenho a impressão de que Juscelino me poupou. Não tive discussões sérias com o Rômulo explicando que estava tudo errado porque ele inclusive não era técnico em energia elétrica. Apenas mostrei o que estávamos fazendo, o que havíamos pensado, e disse-lhe com toda a franqueza que não era favorável a qualquer programa transformado em lei. Essa era a tese em que havia um conflito básico. Transformar projeto em lei é querer ter essa lei discutida todos os anos, com os deputados a barganhar uma verbinha aqui, outra acolá. O plano tinha que ser resultado de análise, de estudos técnicos que seriam oferecidos ao Congresso como um todo: este é o caminho para se fazer determinadas obras. Mas não indicar uma obrinha aqui, outra ali, como eles fizeram.

O Plano Nacional de Eletrificação tinha ainda outro inconveniente: estava prevista a criação da Comissão Executiva do Plano, que seria subordinada diretamente ao presidente da República e seria composta de uma diretoria e um conselho consultivo. Isso é puro Jesus Soares Pereira! Ele seria certamente o secretário desse conselho. Nós queríamos que houvesse uma Eletrobrás, uma *holding*, e não um conselho consultivo! Já existia o Conselho de Águas e Energia Elétrica, um órgão normativo, que fez o Código de Águas e fiscalizava as empresas, para que criar uma Comissão Executiva do Plano Nacional? A Comissão Executiva do plano *era* a Eletrobrás!

Na mensagem de Vargas, dizia-se, por exemplo, que o conselho consultivo deveria pronunciar-se sobre todos os assuntos relacionados com a execução do plano que exigissem decisões do governo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Logo, as decisões dos municípios deveriam ir lá para cima, para o conselho do Jesus! Digo conselho do Jesus por causa da personalidade de quem fez o projeto. A concepção do projeto era totalmente centralizadora e autárquica. Competia à Comissão Executiva do Plano fazer tudo, mas o que era ela senão a Eletrobrás?

O senhor portanto não concordava com o plano, mas era favorável ao Fundo Federal de Eletrificação e à Eletrobrás.

Sem dúvida. E Juscelino também, tanto que em sua campanha para a presidência ele se declarou favorável às idéias-mestras do governo Vargas, que havia proposto ao Congresso estabelecer o Fundo Federal de Eletrificação e criar a Eletrobrás.

NOTAS

1. A Lei nº 510, promulgada em novembro de 1949, destinava 3% da receita tributária estadual, durante quinze anos, ao Fundo de Eletrificação do Estado. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, op. cit., p. 157.
2. Tancredo de Almeida Neves (1910-1985), depois de uma curta experiência como vereador em São João del Rei (1935-37), foi eleito deputado estadual pelo PSD em 1947 e quatro anos depois iniciou seu primeiro mandato como deputado federal. De 1951 a 1953 ocupou a liderança da bancada mineira do PSD na Câmara Federal. Foi Ministro da Justiça de Vargas (1953-1954); diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1956 -1958); secretário de Finanças de Minas Gerais (1958-1960); presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1960); primeiro-ministro do governo parlamentarista de João Goulart (1961-1962); deputado federal (1963-1979); senador (1979-1983) e governador de Minas Gerais (1983-1984). Em 1985 foi eleito indiretamente presidente da República, mas não chegou a tomar posse, falecendo em 21 de abril desse mesmo ano. Ver *DHBB*, op. cit.
3. A Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A., Cemig, foi constituída em 22 de maio de 1952 como sociedade de economia mista por ações, com participação majoritária do estado de Minas Gerais. Concluídos os atos legais de sua constituição, em 30 de maio de 1952 a Cemig incorporou as ações que o estado de Minas possuía nas seguintes empresas: Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce, Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande e Centrais Elétricas do Piau S.A. Devido a este tipo de constituição, a Cemig foi identificada como *holding*, figura do direito norte-americano. Ver *Boletim Cemig*, ano 1, nº1, e ano 2, nº3, set. 1953.
4. Estelivro, publicado em 1936, faz parte da trilogia *U.S.A.*, que compreende ainda *42nd Parallel* (1930) e *1919* (1932). Cada volume é composto de uma seqüência de textos narrativos sobre personagens fictícias, entremeados de notícias de jornais, notas de caráter subjetivo e biografias de personagens reais, como políticos, sindicalistas e industriais. Entre estas biografias consta a de Samuel Insull, magnata que atrelou inúmeras companhias a uma *holding* e construiu um amplo monopólio nas áreas de eletricidade, gás e carvão. Perseguido pelo governo Roosevelt, Insull acabou sendo submetido a julgamento por suas ações desonestas.

Carreiras rápidas como esta, baseadas no poder do dinheiro para comprar leis e políticos, levaram à identificação entre monopólio e operações desonestas. No Brasil, a idéia de *holdings* e monopólios privados foi bastante combatida na década de 1950 pelos nacionalistas, que viam

na ação de empresas como a Amforp e a Light um exemplo de abuso do poder econômico na área dos serviços públicos.

5. No momento de sua criação a Cemig contava com quatro diretores: Pedro Laborne, John Cotrim, Mário Bhering e Mauro Thibau. O conselho consultivo era formado por Renato Falci, Nilton Antônio da Silva Pereira, Nelson César Pereira da Silva, Caetano Vasconcelos e Emilio Curtiss Lima. Do conselho fiscal faziam parte Alvaro Cardoso, Edison Alvares da Silva e João Everton Quadros.
6. Sobre as carreiras de Mauro Thibau, John Cotrim, Mário Bhering e Léo Pena, ver os depoimentos por eles concedidos ao CPDOC dentro do projeto “Memória do setor de energia elétrica no Brasil”, realizado em convênio com o Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Ver também Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, *Programa de história oral da memória da eletricidade: catálogo de depoimentos*, Rio de Janeiro, CMEB, 1990.
7. No fim de 1954, o quadro de funcionários da Cemig e companhias associadas somava 511 empregados, enquanto as empreiteiras mantinham, incluindo horistas e mensalistas, um contingente que oscilava de 3.500 a 4.620. Ver “Relatório da Diretoria - 1954”, *Boletim Cemig*, ano 4, nº 7, março 1955 (separata da *Revista Mineira de Engenharia*, nº 64, março 1955).
8. As duas primeiras unidades de Salto Grande do Santo Antônio foram montadas no início de 1955, mas a usina só foi oficialmente inaugurada em dezembro daquele ano.
9. A idéia do aproveitamento da cachoeira de Itutinga data de 1921, quando o engenheiro Antônio Melo e Silva, da Rede Mineira de Viação, realizou os primeiros estudos. Em 1949, a firma Servix Engenharia elaborou um anteprojeto por encomenda da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, então chefiada por José Rodrigues Seabra. O contrato para a execução da obra foi assinado em 8 de abril de 1952 com a Morrison-Knudsen do Brasil S.A. A usina foi inaugurada em 3 de fevereiro de 1955. Ver *Boletim Cemig*, ano 1, nº 2, 1952 (separata da *Revista Mineira de Engenharia*, nº 58, nov. 1952).
10. A construção da barragem de Cajuru teve início em 1952. Como se tratava de obra que interessava ao plano de regularização do regime fluvial da bacia do São Francisco, cerca de 50% dos recursos necessários foram fornecidos pela Comissão do Vale do São Francisco. Projetada pela Servix Engenharia e construída pela Morrison-Knudsen do Brasil S.A., Cajuru foi inaugurada em 1º de fevereiro de 1954. Ver *Boletim Cemig*, ano 2, nº 3, 1953 (separata da *Revista Mineira de Engenharia*, nº 59, set./out. 1953).
11. O Banco Mundial concedeu um empréstimo de 7.300.000 dólares para a construção da usina de Itutinga, e o Eximbank deu um financiamento de 15.916.000 dólares para Salto Grande do Santo Antônio. Ver “KW – símbolo da presença de Minas Gerais na era industrial”, *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XX, nº 231, mai. 1955, p. 19-20.
12. Pode-se citar ainda as firmas Sit-Mantiqueira e Cavalcanti, Junqueira S.A., responsáveis, respectivamente, pela construção das usinas de Tronqueiras e Piau.
13. A serviço da Light, o engenheiro Asa W. K. Billings projetou e dirigiu a construção, em 1933, do reservatório do Rio Grande, posteriormente chamado de reservatório Billings, com o objetivo de aumentar a potência da usina de Cubatão. Concebeu igualmente o desvio Paraíba-Pirai visando a ampliação do reservatório de Ribeirão das Lajes, obra concluída em março de 1952. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), op. cit., p. 102-103 e 175.

14. John Cotrim, "Solução para um problema crucial", *O Observador Econômico e Financeiro*, ano XX, nº 236, out. 1955.
15. Em janeiro de 1963, ainda no governo João Goulart, foi concluída a barragem da usina de Furnas, e em setembro do mesmo ano entrou em funcionamento a primeira unidade geradora. Até julho de 1965 mais cinco unidades entraram em operação. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), op. cit., p. 238.
16. Em janeiro de 1951, o governo de São Paulo criou a Centrais Elétricas de Urubupungá S.A., que foi encarregada de explorar o potencial hidráulico do salto do Urubupungá, no rio Paraná, entre São Paulo e Mato Grosso. O projeto previa a instalação de duas usinas: a de Jupuíá, iniciada em 1962 e inaugurada em 1969, e a de Ilha Solteira, iniciada em 1965 e concluída por etapas ao longo da década de 1970. O complexo hidráulico Ilha Solteira-Jupuíá é um dos maiores do mundo em potência instalada. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), op. cit., p. 163 e 259.
17. Para mais detalhes sobre a escolha do *canyon* de Furnas, ver John Cotrim, *Depoimento-1988*, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - FGV/CPDOC.
18. Durante o governo JK em Minas, Dnair Mendes e Último de Carvalho eram deputados estaduais, o primeiro da UDN e o segundo do PSD, e tinham como base eleitoral a cidade de Rio Pomba, situada na Zona da Mata.
19. Tratava-se das usinas de Salto Grande do Santo Antônio, Itutinga, Tronqueiras, Piau e Cajuru.
20. Ver Cemig, Centro de Representação Empresarial, Projeto Memória, *Memória da Cemig: depoimento de história oral - Lucas Lopes, 1986* (entrevistadores: Bernardo Mata Machado e Jussara Frizzera).
21. Júlio Soares foi nomeado presidente da Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce, encarregada de construir a usina de Tronqueiras.
22. Vargas compareceu à inauguração da Mannesmann, em Belo Horizonte, em 14 de agosto de 1954, dez dias antes de suicidar-se. Sobre a instalação da Mannesmann no Brasil, ver Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
23. O Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, criado pelo Decreto-Lei nº 2.666, de 3 de outubro de 1940, como órgão subordinado à Presidência da República, incumbia-se, entre outras atribuições, de estudar os problemas relativos às indústrias de mineração e metalurgia, propor medidas que regulassem o funcionamento das empresas de mineração e avaliar os preços de vendidos produtos minerais. Em 1960, o Conselho foi incorporado ao recém-criado Ministério das Minas e Energia. Ver *DHBB*, op. cit.
24. A entrada do grupo Light no Brasil ocorreu em julho de 1899, com o estabelecimento da São Paulo Light and Power. Em 1905 começou a funcionar a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, e em 1911 foi criada a São Paulo Electric Company, para atender o interior do estado. Em 1912 foi constituída a Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltda, *holding* canadense que reuniu as três companhias. Controlando a partir de 1930 o fornecimento de energia elétrica no vale do Paraíba fluminense e paulista, além das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a Light chegou a representar mais da metade da capacidade instalada no país, com 53,7% em 1940 e 52,1% em 1950. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), op. cit., p. 36-42, 60, 172-176.
25. Entre 1949 e 1954 a Light recebeu vultosos financiamentos do Eximbank (40 milhões de

dólares) e do Banco Mundial (108.709.000 dólares), conforme atesta o documento *Brazil: Loan Administration Report*, do International Bank for Reconstruction and Development (1954), mas ainda assim em 1953 Rio e São Paulo sofreram racionamentos de energia. Com a suspensão dos financiamentos entre 1955 e 1957, a Light passou a alegar crescentes dificuldades financeiras que a impediam de atender à demanda de energia elétrica no eixo Rio-São Paulo, como o demonstra a carta de seu diretor Henry Borden a Juscelino Kubitschek em 14 de março de 1956, conservada no arquivo de Lucas Lopes.

26. O projeto de criação do Fundo Federal de Eletrificação foi elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência da República e encaminhado ao Congresso através da Mensagem Presidencial nº219, de 25 de maio de 1953. Seus recursos seriam provenientes da arrecadação do Imposto Único sobre Energia Elétrica, cuja instituição estava prevista no artigo 15 da Constituição de 1946. Tanto o Fundo Federal de Eletrificação quanto o Imposto Único foram instituídos pela Lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, promulgada já no governo Café Filho, poucos dias após o suicídio de Vargas. Em 8 de novembro de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº2.544, estabelecendo que até regulamentação posterior, as aplicações do Fundo Federal de Eletrificação seriam de responsabilidade do BNDE. Com a criação da Eletrobrás em 1962, o fundo passou para o controle da nova empresa estatal. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *op.cit.*, p. 133.
27. A Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão da Secretaria da Presidência criado por Vargas em 1951, foi responsável pela formulação e implementação de diversos projetos de desenvolvimento econômico (energia elétrica, petróleo, indústria automobilística, Banco do Nordeste, entre outros). À sua frente estavam Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, Tomás Pompeu Acióli Borges e Cleanto de Paiva Leite. Ver Maria Celina Soares D'Araújo, *O segundo governo Vargas: 1951-1954; democracia, partidos e crise política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 136-137.
28. Por iniciativa do governo fluminense, em 1939 foi iniciada a construção da usina de Macabu, mas a primeira etapa dos trabalhos só foi concluída em 1950. A barragem de Salto foi construída pela Light em 1908-1909 para permitir o abastecimento de água necessário à operação da usina de Fontes. Já a usina de Salto, projetada para atender às necessidades de energia da Estrada de Ferro Central do Brasil, que desejava ter uma usina própria, foi combatida pela Light, que a partir de 1936 passou a atender às demandas da ferrovia. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *op. cit.*, p. 39, 105 e 167.
29. Formado em engenharia civil, Lucas Garcez atuou no setor de energia elétrica como superintendente da usina hidrelétrica de Avanhadava, no rio Tietê, de 1940 a 1941. Governou o estado de São Paulo de 1951 a 1955. Ver *DHBB*, *op. cit.*
30. O empréstimo de 25 milhões de dólares do Banco Mundial à Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE) foi autorizado em junho de 1952. O engenheiro nacionalista Noé de Freitas, autoridade no estado no setor de energia elétrica e presidente da CEEE no governo Ildo Meneghetti, desde o início se opôs a esse empréstimo, que não chegou a ser desembolsado pelo Banco Mundial e acabou por ser cancelado durante a gestão de Marcondes Ferraz no Ministério da Viação (abril a novembro de 1955). Ver IBRD, *Brazil Loan Administration Report*, out. 1954, e Renato Feliciano Dias (coord.), *op. cit.*

CAPÍTULO 6

Metas para o desenvolvimento

O ministério Café Filho e a candidatura JK

Como foi feita sua nomeação para o Ministério da Viação e Obras Públicas do governo Café Filho?

Três dias após o suicídio de Vargas, fui nomeado ministro da Viação por força de circunstâncias políticas totalmente à margem dos meus desejos. Tornei-me ministro porque o presidente Café Filho insistia em ter um representante do PSD no ministério, a fim de que seu governo não fosse cem por cento udenista. Como ele queria alguém que não fosse político, não tivesse ambições políticas, não viesse a trazer problemas, e como eu era um técnico disponível, fui nomeado.¹

Como foram suas relações com Café Filho? No ministério, o senhor carregou recursos para Minas?

Devo dizer que tive um relacionamento muito bom, muito simpático e leal com Café Filho. Ele sabia que eu era um homem de Minas, que tinha os meus problemas, mas não tinha nada de importante a lhe pedir. De modo que nunca houve qualquer atrito entre nós, nem qualquer interrupção na relação do governo com Minas Gerais.

Mas há uma história interessante que merece ser contada. Um dia houve um acidente, uma grande inundação, e rompeu-se uma barragem na Pampulha. Foi uma tristeza para Belo Horizonte, porque a Pampulha, com o projeto do Niemeyer, era a sala de visitas da cidade. Verifiquei que havia disponibilidade de recursos no Departamento Nacional de Obras e Saneamento para ajudar Minas

a reconstruir a barragem, e procurei o Café: “Presidente, Belo Horizonte está sofrendo um trauma danado, a Pampulha ficou com uma cratera horrorosa, e todo o mundo que desce no aeroporto vê aquilo. Acho que o senhor faria um gesto muito simpático se oferecesse um auxílio do Departamento Nacional de Obras e Saneamento para ajudar na reconstrução da barragem. O departamento dispõe de verbas para serem usadas nessas situações no Brasil inteiro.” Ele respondeu: “Então está bem. Mas vamos fazer uma barganha: você refaz a Pampulha, mas fica também obrigado a mandar fazer o derrocamento da pedra do Picão, na entrada do porto de Natal.” Havia uma imensa rocha que impedia a entrada dos navios, e havia anos Café Filho vinha pelejando para arranjar verbas para poder destruí-la. Eu disse: “Assumo o compromisso de dar todo o meu apoio à eliminação do Picão em troca da Pampulha!” Nem sei se o Picão foi eliminado ou não, porque depois saí do ministério. Mas esta foi a única barganha que fiz em favor de Minas.

Café Filho sempre foi muito limpo em matéria de política na minha área, nunca permitiu interferências políticas na administração. Logo de início eu lhe fiz uma sugestão: “O Ministério da Viação e Obras Públicas tem uma porção de órgãos extremamente politizados, como por exemplo o Departamento de Correios e Telégrafos. Aí, como em outros departamentos, há um empreguismo muito grande. Vou encaminhar todos os expedientes desses departamentos por intermédio do José Monteiro de Castro — era o meu amigo udenista da Casa Civil —, mas aqueles que eu achar que devem ser tratados seriamente, sem intervenção política, encaminharei por intermédio da Casa Militar.” De modo que eu sempre despachava diretamente com Café ou com a Casa Militar, que encaminhava os meus expedientes para decisão. Deixei José Monteiro um pouco livre naquela área de politicalha, de que eu não tomava conhecimento, nem a favor nem contra. Ele, aliás, naquela correria do governo, tampouco tinha tempo para fazer política.

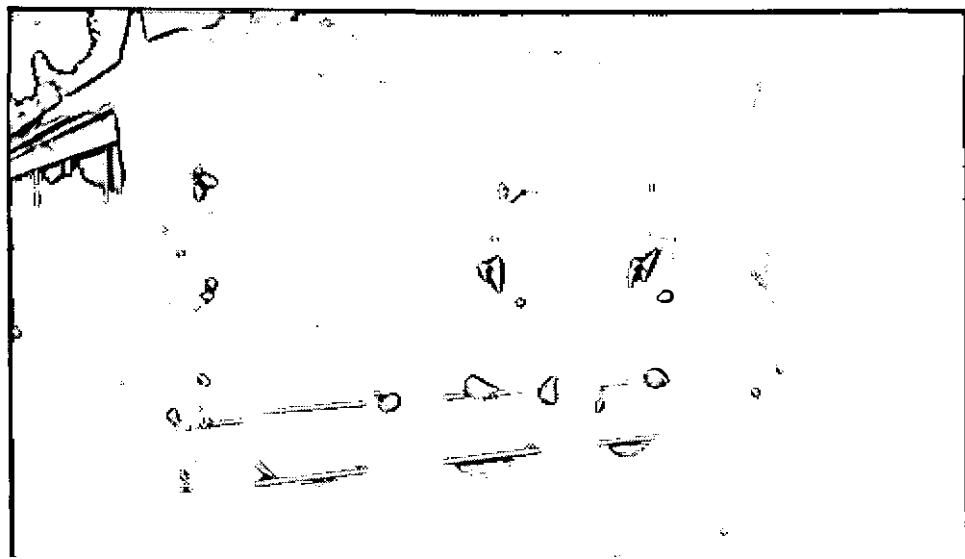
O governo Café Filho foi curto, mas sua permanência no ministério foi mais curta ainda. A que se deveu sua saída?

Minha saída do Ministério da Viação foi mais ou menos automática, em consequência da posição que Café Filho tomou, apoiando o manifesto de um grupo de generais que desaconselhava a candidatura de Juscelino à presidência sob a alegação de que ela poderia vir a criar distúrbios e dificuldades políticas. Como um homem que tinha sido nomeado ministro exclusivamente por designação do Juscelino, achei que não tinha o direito de permanecer no ministério no momento em que o presidente concordou em vetar sua candidatura. Transmiti ao Café meu pedido de demissão, que foi reconhecido por ele como perfeitamente justo, e nos

despedimos em muito bom relacionamento.²Eu me havia tornado grande amigo de toda a Casa Militar do Café, e seu subchefe, Rodrigo Otávio, fez tudo para eu continuar. Mas eu saí, e Rodrigo Otávio acabou sendo designado ministro da Viação.³

A candidatura de Juscelino não sofreu oposição apenas de militares. Dentro do próprio PSD houve uma dissidência, e outros nomes foram indicados, entre os quais Etelvino Lins, Nereu Ramos e Lucas Lopes. Como o senhor recebeu essa indicação?

Esse episódio foi uma manobra pré-eleitoral que aconteceu no momento em que Juscelino estava se preparando para a convenção do PSD. Ele tinha a seu lado a maioria esmagadora do partido, mas também enfrentava alguma oposição, liderada mais diretamente por Etelvino Lins, de Pernambuco. Havia ainda Peracchi Barcelos, do Rio Grande do Sul, e Nereu Ramos, de Santa Catarina,⁴ que era um candidato nato mas nunca tinha tido a oportunidade de se candidatar porque os mineiros sempre se opunham. Nereu achava que os mineiros eram contra ele, mas não era bem isso, os mineiros queriam a presidência para seu grupo.



O presidente Café Filho e o ministro Lucas Lopes na inauguração da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, em janeiro de 1955.

A sugestão do meu nome surgiu quando eu ainda era ministro do Café. Eu me havia tornado um elemento ligado ao governo Café Filho, especialmente aos militares do governo, como Juarez Távora e Rodrigo Otávio, e minha indicação foi uma tentativa de dividir as forças do Juscelino. Telefonaram-me perguntando se eu podia passar na casa do Amaral Peixoto,⁵ na avenida Rui Barbosa, para conversar com ele e com o próprio Juscelino. Saí do ministério, passei lá, e eles me disseram: “Esta sugestão da sua candidatura tem consistência. Está sendo trabalhada por um grupo importante, com o apoio da UDN. O que você acha disso?” Respondi: “Ora, Juscelino, você acha que eu vou sair candidato traindo você, que me trouxe para o ministério? No dia seguinte me tiram o tapete debaixo dos pés e eu fico esborrachado no chão! Não sou candidato em hipótese alguma!”

Outro nome citado nessa ocasião era o do Capanema, que tinha um bom ambiente no Congresso. Era líder do PSD, mas também era amigo da UDN. E foi até engraçado, porque estávamos na sala do Amaral Peixoto quando Capanema chegou e foi informado: “Seu nome está citado para eventual candidato numa composição nacional.” Ele levou um choque e começou a andar de um lado para outro: “Bem, o Brasil está realmente vivendo um momento perigoso, temos que ter muito cuidado... Amanhã darei minha opinião.” Não disse logo que não queria ser candidato. Ficou a noite inteira deixando a possível candidatura no espaço, a mosca azul zunindo em seus ouvidos...



O ministro Lucas Lopes visita o Tronco Principal Sul do sistema ferroviário em companhia do general Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

Essa manobra do Etelvino e outros para criar um racha no PSD foi levada até a convenção. Na convenção Etelvino propôs o meu nome, o do Capanema e o dele próprio. Não lembro de detalhes, mas sei que isso foi fato. Apenas, essas indicações não tinham qualquer consistência. Eu não tinha qualquer prestígio político para ser candidato, não levaria um voto em Minas Gerais além do meu próprio. Nunca tive participação política eleitoral em lugar algum. De modo que este foi apenas um episódio de manobra dentro do PSD para permitir o rompimento de uma parte do partido, que se afastou do Juscelino. A mim não me causou nenhuma emoção, pois eu já estava muito maduro.

A campanha de JK e o esboço do Plano de Metas

Em que momento o senhor se engajou efetivamente na campanha presidencial de Juscelino e começou a colaborar em seu Plano de Metas?

Ao ser nomeado ministro da Viação do governo Café Filho, após a morte do presidente Getúlio Vargas, a campanha de Juscelino para presidente já estava em marcha. Havia sido criado um pequeno núcleo de trabalho em Belo Horizonte, tentando reunir informações e dados que ajudassem Juscelino a definir seu programa de governo. Era um grupo pequeno, fluido, sem uma atividade permanente. Trabalhando em caráter permanente estávamos eu, que era presidente da Cemig – um posto-chave, pois todo o mundo sabia onde era o meu escritório – e Júlio Soares.

Começamos a tentar reunir algumas idéias que eram normalmente definidas pelos programas de governo anteriores, programas clássicos da burguesia local. Esse trabalho foi sendo realizado, datilografado duas, três vezes, e quase sempre uma parte era entregue ao Juscelino. Ele recebia esses documentos ao pegar o avião para o Rio, voltava e esquecia de nos devolver, mas dizia que estava muito bem. Nós prosseguíamos, mas ainda sem muita consistência.

Quando vim para o Ministério da Viação, fiquei numa posição de mais destaque, porque era o único mineiro com função ministerial. À minha volta começaram a aglomerar-se alguns bons elementos que procuravam influir na formulação de políticas. Naturalmente o PSD era um partido forte, que se reunia sempre, mas não tinha a preocupação de estar propondo programas de governo. Por seu lado, Juscelino, que sempre teve uma vida muito ativa, tinha um grande número

de amigos e auxiliares que lhe forneciam sugestões, chamavam-lhe a atenção para os problemas nacionais e procuravam levá-lo a pensar sobre esses problemas. Isso tudo foi se aglutinando em torno de algumas idéias, e, no período em que deixei o governo Café Filho e voltei para Belo Horizonte, resolvi pôr no papel uma formulação básica de programa de governo, para que Juscelino pudesse discuti-la.

Esse trabalho chegou a ser publicado?

Sim. Chamava-se *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*, e era assinado por Juscelino. A primeira edição, de mil exemplares, foi paga por mim, Júlio Soares e Sebastião Dayrell de Lima, pai desse rapaz do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima. Esgotou-se rapidamente, e o sr. Oscar Nicolai, um editor de Belo Horizonte, resolveu fazer uma segunda edição.

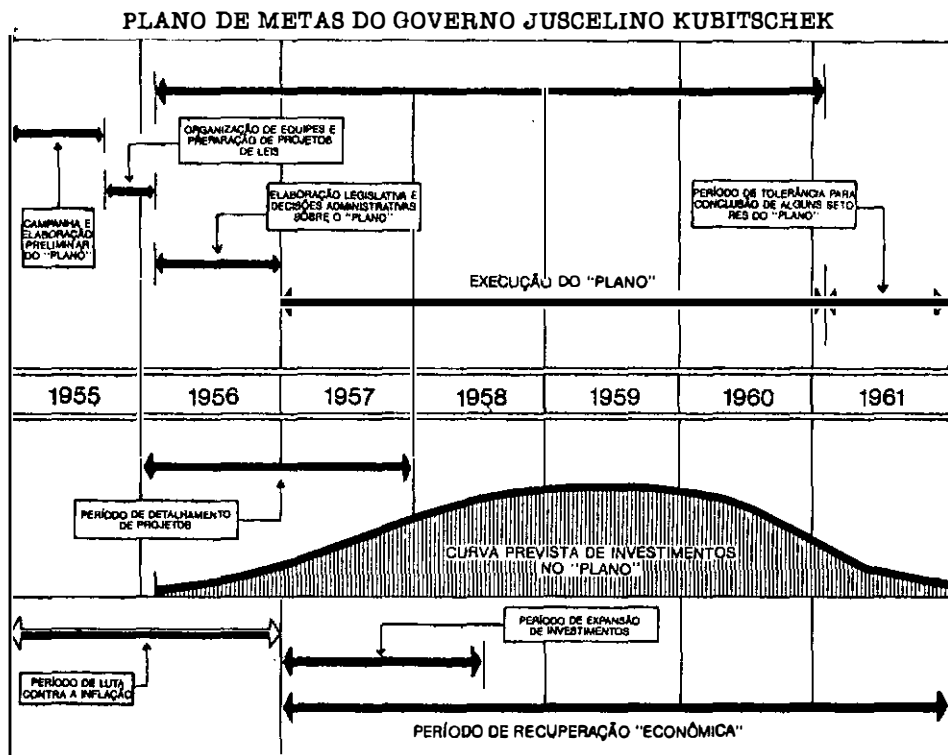


Gráfico do Plano de Metas publicado em 1955 no livro *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*.

Esse livrinho não era um documento que pudesse ser levado à praça pública, não tinha qualquer sabor demagógico ou educativo para o povo. Era um programa de governo para governantes. Começava com um gráfico muito interessante, que mostrava como havia sido concebido o programa. Previa-se que no ano de 1955 se desenrolaria a campanha e se procederia à elaboração preliminar do Plano de Metas, até se atingir o momento da eleição. A partir da eleição, formar-se-iam as equipes para a elaboração de projetos de leis. Em 1956, já empossado, Juscelino deveria em primeiro lugar continuar o combate à inflação que vinha sendo desenvolvido pelo governo Café Filho, e dar início a um período de planejamento de detalhe dos projetos. A execução real dos grandes projetos deveria se iniciar no princípio de 1957, para terminar no último ano de governo.

Esse gráfico tinha a intenção de mostrar que o governo sabia que iria ter de desenvolver gradativamente a sua atividade, sem fazer grandes gastos de uma só vez. Havia uma curva prevista de investimentos no Plano de Metas, com um período de expansão de investimentos externos. A experiência da Comissão Mista e do BNDE havia mostrado que não se deveria sair num atropelo de projetos, e sim fazer uma gradação das atividades. Isso de certa forma foi seguido, mas foi um pouco atropelado pela angústia do Juscelino de querer fazer tudo o mais depressa possível. Ele ficava angustiado de não ver as obras começarem imediatamente e percorria o Brasil prometendo isso e aquilo, sem muita preocupação com o que estaria ou não dentro do quadro geral.

Esse programa inicial não continha portanto a definição específica de grandes projetos — alguns eram referidos de forma sintética, mas muito poucos, porque ainda não havia estudos detalhados. Havia alguma coisa sobre estradas, e, no setor de energia, havia indicações gerais sobre a conclusão das obras da Cemig, do Rio Grande do Sul, de Paulo Afonso. Juscelino foi muito precavido quanto à definição de obras nessa fase em que ainda era candidato, mas sempre defendeu o prosseguimento do programa de eletrificação proposto por Vargas.

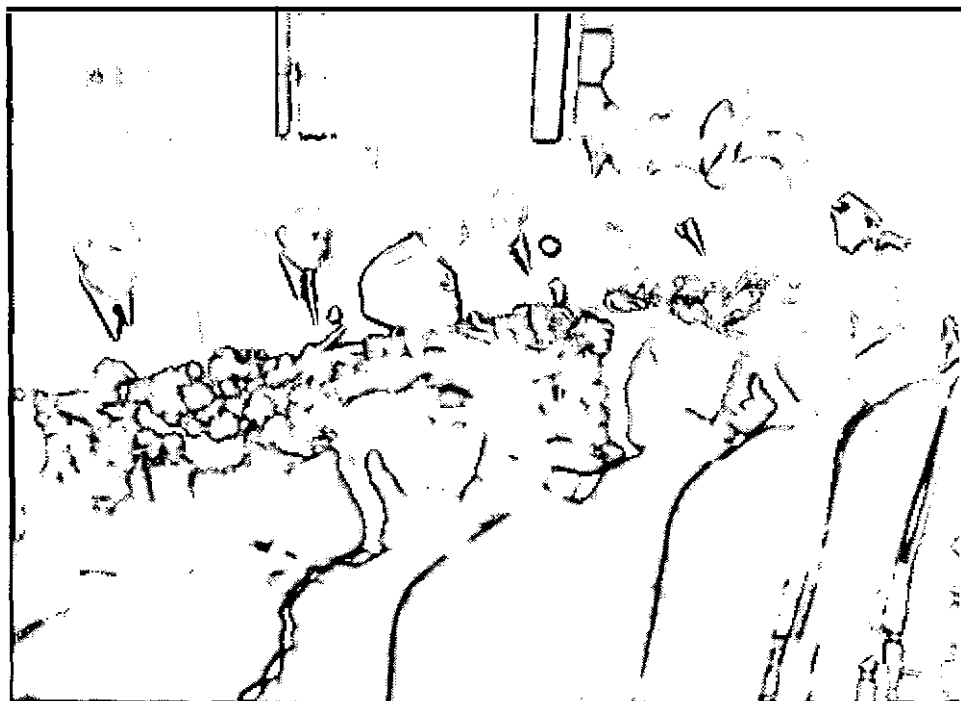
Ainda que não contivessem projetos detalhados, as Diretrizes deviam apontar os objetivos principais do Plano Nacional de Desenvolvimento. Quais eram eles?

Em primeiro lugar, expansão dos serviços básicos de energia e transportes. Em seguida, industrialização de base, racionalização da agricultura, valorização do trabalhador, educação para o desenvolvimento e planejamento regional e urbano.

O senhor contou com a colaboração de uma equipe na preparação dessas Diretrizes?

Não existiu uma equipe, existiu um dossiê de papéis que a meu pedido me eram entregues, e dos quais eu retirava um resumo que depois submetia aos autores. Esse programa era muito sintético, não teve qualquer valor em si, a não ser o de ter representado uma ordenação de idéias num determinado rumo. Foi a base de um esforço subsequente que foi muito mais importante.

Eleito Juscelino, nós tivemos um período, entre a eleição e a posse, para elaborar projetos e planos mais precisos. Nessa época fui novamente nomeado ministro da Viação do governo Nereu Ramos,⁶ já estava convidado a participar do governo Juscelino que vinha pela frente, e mobilizei uma equipe no BNDE, que era a minha casa, para atualizar as possíveis metas, quantificar aquilo que havíamos



Em almoço comemorativo, o ministro da Viação Lucas Lopes (2º da esq.), o ministro da Marinha almirante Antônio Alves Câmara (3º), o presidente Nereu Ramos (4º) e o ministro da Guerra Henrique Lott (5º).

imaginado que pudesse ser meta. Foi feito então um balanço de tudo o que se conhecia no BNDE sobre indústrias de cimento, álcalis, construção naval etc., e as metas foram sendo caracterizadas. No fim de um mês e tanto de trabalho, praticamente na época da posse de JK, tivemos algumas reuniões e definimos quais seriam realmente as metas a serem atacadas. Indicamos trinta metas, às quais mais tarde veio se somar a meta-síntese, que era Brasília.⁷

Tanto as *Diretrizes gerais do Plano* como essa definição das metas, que mais tarde seria publicada como o Documento nº3 do Conselho do Desenvolvimento, representavam um programa de governo sem qualquer análise macroeconômica, sem qualquer preocupação com índices etc. A formulação macroeconômica estava sendo feita por Celso Furtado, em acordo com a CEPAL.⁸ Esse trabalho do Celso Furtado era de conhecimento da maior parte dos economistas, mas não do meu conhecimento, pois nunca fui macroeconomista, sempre fui engenheiro. Era um trabalho paralelo, que não tinha influência na elaboração específica do Programa de Metas. Mais tarde, na medida em que foram se desenvolvendo as várias metas, cada programa se baseou em projeções e naturalmente foi buscar seus índices nas projeções econométricas da CEPAL.

Há um documento do ISEB que também foi encaminhado a Juscelino antes da posse, contendo diretrizes para seu governo.⁹ O senhor o conhecia?

Só conheci esse documento do ISEB, que era um projeto para o discurso inaugural do presidente, através do próprio Juscelino, depois que este o submeteu ao general Mourão Filho, que era seu amigo e fez uma crítica bastante severa. Esse documento não era um programa de governo, com metas a serem alcançadas. Continha muito mais uma definição de filosofias ou políticas a serem seguidas, como o ISEB sempre fez. O ISEB sempre foi mais doutrinador do que planejador, era uma instituição formada por filósofos e sociólogos, que não planejavam no estilo de engenheiro. De modo que o ISEB ficou um pouco à margem da execução do Programa de Metas.

O Conselho do Desenvolvimento e o BNDE

Como se iniciou o processo de detalhamento do Plano de Metas?

No dia seguinte ao da posse, Juscelino convocou às sete horas da manhã uma reunião que ficou célebre, para apresentar seu programa de governo. Reuniu todo o ministério, alguns convidados, e leu um texto que escrevi com muita precisão, dentro da minha linha ideológica, indicando as trinta metas, ainda sem falar em Brasília. Nessa reunião foi criado o Conselho do Desenvolvimento, que iria coordenar o detalhamento e a execução do Programa de Metas.¹⁰ O Conselho do Desenvolvimento era formado por todos os ministros, os chefes das Casas Civil e Militar, o presidente do Banco do Brasil e o presidente do BNDE, que era o secretário nato do órgão. O conselho não teve presidente nem vice-presidente, e sim um secretário executivo, que foi incumbido de tocar para a frente o Programa de Metas. Como fui nomeado presidente do BNDE, tornei-me automaticamente secretário do Conselho do Desenvolvimento.

Por que foi necessário, para implementar o Programa de Metas, criar o Conselho do Desenvolvimento?

A idéia foi criar um conselho de nível ministerial para tomar as decisões básicas, que não fosse semelhante ao Conselho de Segurança Nacional ou ao Conselho Nacional de Economia, que se reuniam uma vez por mês para fazer discursos. Era preciso haver um conselho capaz de dar beneplácitos, de aceitar ou não as decisões fundamentais, com uma secretaria executiva capaz de formular programas objetivos que seriam levados ao presidente. E o presidente poderia então recorrer aos membros do conselho na proporção em que precisasse do apoio de cada um deles. E foi isso o que foi feito: quando Juscelino precisava discutir uma meta ligada ao setor de transportes, trabalhava com Lúcio Meira, que era o ministro da Viação; quando se tratava de agricultura, trabalhava com Ernesto Dornelles, ministro da Agricultura.¹¹

O Conselho do Desenvolvimento seria portanto o órgão central de planejamento do governo.

Seria para quem tivesse uma visão estatizante do país, coisa que Juscelino não tinha. Ele queria um conselho que fosse uma plataforma onde se

discutissem algumas coisas que depois seriam postas em execução diretamente. Juscelino nunca teve a preocupação de fazer do Conselho do Desenvolvimento algo semelhante aos conselhos clássicos dos regimes fascistas ou comunistas. O Conselho do Desenvolvimento nunca teve uma estrutura muito grande. Foi chamado de Conselho, assim como poderia ter sido chamado de Comitê do Plano. Através dele, Juscelino quis centralizar algumas decisões sem atingir, ou sem chocar os seus ministros. Muitas vezes, quando avançava uma idéia ou um programa, Juscelino poderia estar atropelando um ministro qualquer, se não agisse de uma forma elegante. E ele resolvia o problema através de um mecanismo de consulta ao Conselho do Desenvolvimento, que reunia todos os ministros. Convidava o ministro, seus assistentes, o Conselho do Desenvolvimento e o BNDE para trabalharem juntos. Desse modo, o conselho não teve formalismo. Não existem sequer atas de reuniões do conselho, a não ser da primeira, que foi mais um *press release*.

O senhor atribui isso à personalidade de JK?

À personalidade, à visão e ao objetivo que ele tinha em mira, de fazer um governo com uma certa participação de seus auxiliares, mas com uma grande concentração de decisões fundamentais. O governo JK não deixou os ministros livres para fazerem o que bem quisessem. Juscelino participou muito, através desses mecanismos de conselhos e de apresentação de documentos de trabalho.

De toda forma, como secretário executivo do Conselho do Desenvolvimento, o senhor parece ter exercido a função de ministro do Planejamento.

Graças a Deus não existia isso ainda. Eu tinha sido ministro, era chamado de ministro pelos porteiros, mas não tinha função ministerial, o que era muito bom. Na verdade, o Ministério do Planejamento é uma pasta muito difícil de ser exercida por quem quer que seja. Ao menos, tem sido uma desgraça para quase todos os ministros, que passam lá algum tempo e nunca conseguem fazer muita coisa. Celso Furtado foi um excelente ministro e não conseguiu pôr em prática seu Plano Trienal, pois quando chegou no segundo ano o governo Goulart tinha acabado.¹² A idéia de Ministério do Planejamento me parece um pouco distorcida. Tem que existir junto ao presidente da República um órgão de cúpula, que tome decisões fundamentais e dê orientação geral, mas não sei se seria um Ministério do Planejamento.

Como transcorreram os trabalhos do Conselho do Desenvolvimento?

O Conselho do Desenvolvimento teve uma ou duas reuniões no palácio do Catete, e depois passou a se reunir no edifício do BNDE. Consegui alugar um andar a mais no prédio da ruada Quitanda, esquina de 7 de Setembro, que diziam pertencer aos garçons e *maitres* da Colombo, ali nos instalamos e começamos a formar as equipes que iriam trabalhar no detalhamento do Programa de Metas. O conselho não teve equipes grandes, mas teve o BNDE trabalhando a seu lado: as secretárias eram requisitadas ao BNDE para fazer serviços de datilografia ou de pesquisa, o conselho pedia ao BNDE que contratasse estatísticos para fazer levantamentos, e assim por diante. O BNDE naquela época ainda estava numa fase inicial, não tinha muito dinheiro para aplicar, não tinha muitos projetos a fazer, de modo que houve uma fusão interessante: o BNDE e o Conselho do Desenvolvimento formaram uma unidade.

A estrutura do Conselho do Desenvolvimento, como já disse, era muito informal. Inicialmente organizaram-se grupos de estudo — esta era a expressão usada —, cada um com seu coordenador. Para as metas que se referiam ao setor de transportes, ou seja, as metas ferroviária, rodoviária e de marinha mercante, conseguimos uma aquisição muito boa, que foi Lúcio Meira, ministro da Viação. Ele ficou responsável pela coordenação dessas metas e mais tarde, como tinha interesse na indústria automobilística, coordenou também o grupo de trabalho ligado a ela. Na área agrícola, tivemos uma certa colaboração do Dornelles, que levou para lá um rapaz para ser o elemento de ligação. Os grupos de estudo variaram de tamanho. Alguns foram relativamente simples, reuniram um número pequeno de pessoas que detinham os elementos de informação, outros foram mais amplos, pois tratavam de áreas que exigiam decisões de várias entidades. Em alguns casos, quando se definiam os programas, os grupos desapareciam. Em outros, não podiam ser desmembrados porque era necessário que exercessem funções normativas. Esse foi o caso do grupo da indústria automobilística, que se transformou em grupo executivo.¹³

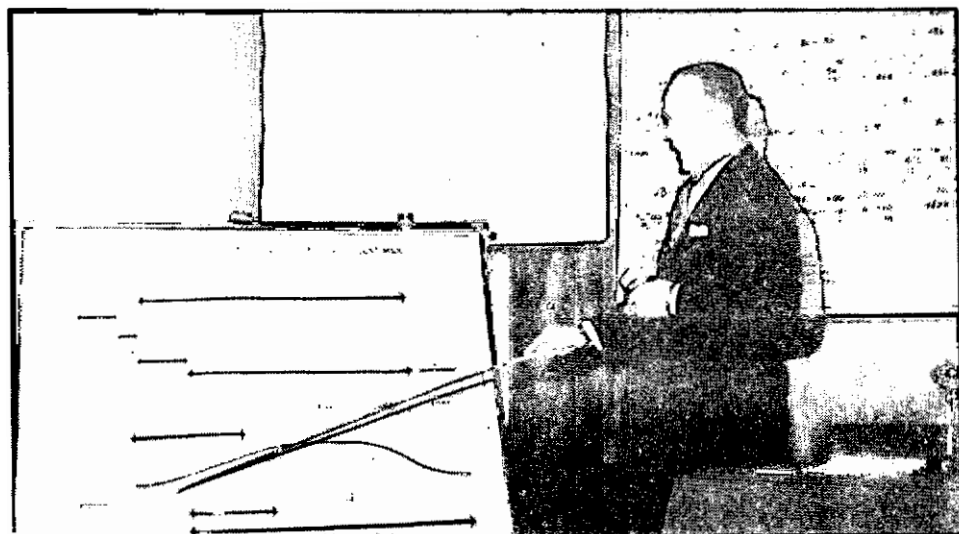
Desde os primeiros meses de trabalho conseguimos montar uma equipe de economistas que foram sendo trazidos da Sumoc, da Cacex,¹⁴ da estrutura financeira do governo. Em relação àquelas metas que tinham maior interesse de execução e dependiam de determinados órgãos do governo, procuramos colocar em cada grupo de estudo um representante desses órgãos. Assim, todas as metas que dependessem de câmbio e exportação tinham em seu grupo de estudo um representante da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Foi assim com a indústria automobilística, com a indústria siderúrgica, que contaram com a participação de

elementos da Cacex, da Carteira de Câmbio, da Sumoc. Esses elementos traziam das repartições a que pertenciam uma contribuição fundamental. Cito entre eles Casimiro Ribeiro, Dênio Nogueira, Paulo Pooch Correia, que mais tarde foram diretores e presidentes do Banco Central.¹⁵ Eram rapazes de formação executiva, que contribuíram muito para a definição mais específica de cada estágio do Programa de Metas.

Houve também um grupo de colaboradores que veio do Itamarati, como por exemplo João Batista Pinheiro, que além da formação diplomática tinha uma boa formação de economista. Veio também Otávio Dias Carneiro, que ficou como principal coordenador da meta de energia nuclear. Vieram ainda Miguel Osório de Almeida, uma das melhores cabeças que o Brasil já teve, e Lindemberg Sette, que depois se tornou grande embaixador. Toda essa turma trabalhou muito no Conselho do Desenvolvimento e no BNDE.¹⁶

Essas pessoas do Itamarati foram recrutadas diretamente pelo senhor?

Não diretamente por mim. Muitos deles, sobretudo os que estavam trabalhando no exterior, eu não conhecia. Roberto Campos trouxe alguns, Miguel Osório trouxe outros, e assim foi indo. Quando assumi a presidência do BNDE,



Lucas Lopes, presidente do BNDE e secretário do Conselho do Desenvolvimento, expõe o Plano de Metas do governo JK.

Roberto Campos tornou-se superintendente do banco. Pelo estatuto do banco, o superintendente tinha poder decisório até um certo limite de financiamento. A partir daí, as decisões teriam que ser levadas a conselho. Havia na verdade três degraus: um em que o superintendente podia decidir sem discutir com ninguém; outro em que ele convocava a diretoria para decidir, e um terceiro, em que o presidente do banco era consultado. A função de gerir e comandar a casa ficou muito em cima do Roberto Campos, que era quem recebia todos os que iam pedir recursos.

Estando no Conselho do Desenvolvimento e no BNDE, podemos supor que o senhor tinha o poder tanto de planejar as metas quanto de executá-las.

Sim. Nós sempre tivemos uma preocupação grande de somar forças. A experiência de ter sido ministro por duas vezes me ensinou que não se fazia nada no Brasil sem ter a colaboração de muitos órgãos. Na própria experiência como presidente do BNDE tive um momento importante, quando precisei ir ao Congresso para pedir o prolongamento da vida do banco. Fomos submetidos a uma sabatina tremenda para explicar que o BNDE era necessário, tinha feito tais e tais coisas e precisava de tanto. Comparecemos perante a Comissão de Economia da Câmara, presidida por Daniel Faraco,¹⁷ e os informamos sobre tudo o que queriam saber. Isso deu ao BNDE mais prestígio ainda, porque permitiu a mim, a Roberto Campos, Dias Carneiro, João Batista Pinheiro e a uma porção de pessoas sentar no banco dos réus e esclarecer. Geralmente, quando eu ia ao Congresso, levava uma equipe, ia com dois ou três do meu lado. Os deputados ficavam fazendo perguntas, e nós respondendo. Em toda essa fase Juscelino teve muita confiança na nossa equipe. O BNDE e o Conselho do Desenvolvimento formaram uma equipe muito boa, que deu muita tranqüilidade ao Juscelino.

O senhor se inspirou no Plano Monnet¹⁸ para desenvolver o Programa de Metas?

Conheci o plano francês quando passei em Paris em certa época. Sua característica mais importante, além de definir metas a serem cumpridas em prazos específicos, era abrir o debate para a participação dos empresários e das pessoas interessadas. Monnet reunia o empresariado francês para que eles elaborassem o programa de governo junto com o governo. Na medida do possível, nós também trouxemos empresários expressivos para participar da definição das metas. Trouxemos o Luís Dumont Vilarés, o representante da Belgo Mineira, para discutir o setor siderúrgico, trouxemos o pessoal da Alcan para tratar de alumínio e assim por diante.

Os diferentes grupos de estudo do Conselho do Desenvolvimento certamente produziram trabalhos e documentos. Em algum momento esses trabalhos foram sistematizados?

Não. Mas aqui vou fazer uma intriga contra dois amigos meus, Lúcio Meira e Cleantode Paiva Leite,¹⁹ que tentaram fazer um programa paralelo ao Plano de Metas. Na medida em que nós íamos trabalhando no BNDE e no Conselho do Desenvolvimento, eles publicavam no Ministério da Viação um folheto chamado *Um plano em marcha*. Ora, aquele folheto era o Plano de Metas! Num determinado momento esse trabalho que eles faziam perdeu substância, porque no BNDE nós estávamos ocupados não apenas em definir metas, mas em buscar dinheiro emprestado, alocar fundos, definir participações e negociar com entidades. A função do BNDE e do Conselho do Desenvolvimento era executar o programa, num trabalho de todo dia. Não importava o que estava sendo escrito. Pecamos muito em não ter um escritor ao nosso lado, escrevendo dia-a-dia o que se estava fazendo. De toda forma havia grandes contribuições intelectuais, que eram os documentos mais importantes do conselho, preparados por homens como Otávio Dias Carneiro, João Batista Pinheiro e outros, que gostavam de escrever. Devo dar aqui um destaque especial à excelente colaboração do jovem advogado do BNDE, José Luís Bulhões Pedreira,²⁰ que deu forma jurídica aos nossos documentos e contribuiu com o brilho de sua imaginação em quase todos os nossos trabalhos.

O BNDE sempre foi o banco do Ministério da Viação, pois nós é que íamos bancar os projetos que o ministério iria realizar. De modo que tínhamos um relacionamento muito bom, mas um dia, quando vimos aquele folheto *Um plano em marcha*, ficamos espantados. Eu disse: “Isso é uma brincadeira! É um documento para fins de propaganda, e não vou fazer questão. Não vou me aborrecer por isso.” Na verdade, foi uma tentativa de buscar paternidade para aqueles programas que não tinham dono. Nunca assinamos nenhum documento do Programa de Metas. Ninguém procurou ser dono do programa.

Existe um relatório interno, que foi publicado em 1959 e descreve em que pé estavam as metas até o ano de 1958. Vítor Silva foi quem coordenou a preparação desses documentos, que foram escritos pelos responsáveis por cada uma das metas. Naquela época o Programa de Metas já estava bastante maduro, de modo que esse relatório está próximo da realidade e descreve o que de fato se realizou.²¹

A retomada dos financiamentos externos

É sabido que na implementação do seu Programa de Metas Juscelino contou com recursos públicos externos, sobretudo norte-americanos. No entanto, como o senhor mesmo nos contou, três anos antes do início do governo JK, na época da dissolução da Comissão Mista, os empréstimos americanos ao Brasil haviam sido suspensos. E tudo isso aconteceu no início do governo de Eisenhower nos Estados Unidos.²²

O governo de Eisenhower realmente se iniciou com a mensagem *Mandate for change*, que significa “mandato para mudar” – aliás, este é o título da sua biografia. Eisenhower foi eleito pelos republicanos para acabar com o New Deal, para eliminar os investimentos estatais dos democratas nos governos Roosevelt e Truman, para restabelecer a velhadoutrina da economia de livre empresa. Esta era a tese do Partido Republicano, como até hoje é. Logo de início, Eisenhower quis fechar o Eximbank. O Eximbank só não foi fechado porque John Foster Dulles,²³ que era o secretário das Relações Exteriores, percebeu que aquele era um instrumento importante para fazer política nos países subdesenvolvidos e insistiu na sua sobrevivência.

O Eximbank também era importante para vender os produtos industriais dos Estados Unidos.

Naquele momento isso era secundário. Os Estados Unidos naquela época eram o único país que não vendia, e sim dava de presente. Era a fase da reconstrução, do Plano Marshall,²⁴ de modo que o problema não era vender, e sim aplicar bem. É bem verdade que no primeiro momento, o Eximbank teve interesse em financiar importações e exportações, mas pouca coisa financiou de exportação, a não ser aviões pequenos e outros equipamentos. Para os projetos da Comissão Mista o Eximbank foi importante, porque estávamos precisando de equipamentos americanos, os únicos que havia no mercado, já que a Europa tinha se desmantelado durante a guerra. Os europeus não tinham capacidade para competir com o Catterpillar, o trator americano básico. Os americanos tinham maior capacidade de competição, e o Eximbank foi o instrumento de financiamento para que pudéssemos comprar esses equipamentos de construção.

E o Banco Mundial?

O Banco Mundial estava na fase inicial de estruturação, e teria interesse em tratar dos problemas brasileiros na proporção em que o Brasil apresentasse projetos adequados. Na época o Banco Mundial ainda não tinha um grande mercado de operação. Foi o sucessor do Plano Marshall e das aplicações à *fond perdu* que haviam sido feitas na Europa.

Mas o fato é que mesmo tendo sido mantido o Eximbank, a Comissão Mista se dissolveu em 1953 e os financiamentos cessaram.

Sim. Tenho a impressão de que a Comissão Mista realmente começou a cair, a se desmanchar, no momento em que surgiu uma onda muito forte de nacionalismo no Brasil. Surgiram acusações, publicaram-se informações de que as empresas estrangeiras no Brasil faziam grandes remessas de lucros, e com isso criou-se um mal-estar grande. Quem de certa forma capitalizou politicamente essa situação foi José Soares Maciel Filho,²⁵ que era um homem de grande poder pessoal junto ao Getúlio, era seu comensal. Maciel Filho era um jornalista brilhante, que insistiu em ser superintendente do BNDE quando este foi criado, contra inclusive a opinião do ministro Horácio Lafer e de Ari Torres, que foi o primeiro presidente do banco. Maciel Filho foi o elemento de discórdia. Uma ocasião ouvi numa roda pequena um balanço do poder que ele detinha: era o dono da Superintendência da Moeda e do Crédito, era o dono da Cacex, era o dono do BNDE, era o dono da economia inteira. Os outros falavam, mas quem mandava mesmo era ele. Isso pode ser uma mera anedota, mas dá idéia do clima que se criou. Tenho a impressão de que a ida do Maciel para o BNDE criou o elemento de conflito, e em pouco tempo forçou Roberto Campos e Glycon de Paiva a pedirem demissão. O BNDE perdeu a capacidade de negociar empréstimos externos e teve uma fase de decadência muito grande.

É interessante essa sua informação, porque há estudos históricos sobre o período 1953-1954 que tendem a enfatizar a interferência da mudança de governo nos Estados Unidos no colapso da Comissão Mista.²⁶

Foram duas coisas simultâneas. Houve também uma mudança política no Brasil. Na hora em que o Lafer saiu do Ministério da Fazenda e entrou Osvaldo Aranha, mudou o lado brasileiro.²⁷ Mas também é certo que o governo Eisenhower começou com um mandato para mudar. E no Brasil, na época, não se compreendeu bem isso. Quando Gudin foi aos Estados Unidos como ministro da Fazenda do

governo Café Filho, encontrou a situação completamente mudada. Verificou que não havia mais o clima anterior, que havia sido prometido ao João Neves da Fontoura, de se criar um segundo Plano Marshall para o Brasil, pois essa idéia havia sido superada nas urnas.

Mas no início do governo Juscelino essa situação mudou novamente, já que os financiamentos foram retomados.

Sim. Logo depois de eleito, Juscelino fez uma viagem fantasticamente eficiente aos Estados Unidos e à Europa. Visitou Eisenhower, que estava em Kay West, e depois foi para a Inglaterra, Holanda e França para discutir seus planos. Quando Juscelino tomou posse, Eisenhower, numa demonstração de carinho e confiança, mandou para cá uma missão chefiada pelo vice-presidente Nixon. Naquele momento, nós já estávamos com um grupo no BNDE trabalhando no Programa de Metas, preparando uma listagem de projetos que iríamos negociar logo de início com o governo americano em busca de recursos. Durante essa visita de Nixon, Juscelino, numa conversa qualquer, disse que gostaria que ele tomasse conhecimento dos objetivos do Brasil em termos de associação para projetos de desenvolvimento econômico. Nixon tinha na agenda uma visita a Volta Redonda para inaugurar uma expansão, Juscelino levou-o até lá no DC-3, acompanhei-os, e durante a cerimônia Nixon fez um discurso dizendo que o governo americano estaria sempre apoiando o governo brasileiro em projetos importantes como aquele.

Durante as festividades da posse que estavam ocorrendo aqui, bailes etc., tentamos promover um encontro entre o Alkmin, que era o ministro da Fazenda, e o presidente do Eximbank. Afinal esse encontro não se realizou, mas nós preparamos um memorando com todos os recursos e financiamentos que tínhamos em mira obter, e esses documentos foram entregues pelo Alkmin ao sr. Henry Holland, que assessorava Nixon e os levou para os Estados Unidos. O passo seguinte foi a visita do vice-presidente João Goulart²⁸ aos Estados Unidos. Goulart foi convidado a fazer uma visita de cortesia, de contato pessoal, e foi extremamente bem recebido. E teve como assistente nessa viagem o diplomata, depois embaixador, João Batista Pinheiro, que preparou um relatório muito interessante sobre as conversações mantidas.²⁹

Naquele momento, os americanos estavam com um problema, porque Eisenhower havia sofrido um enfarte do miocárdio e estava em processo de recuperação. Goulart teve uma longa entrevista inicial com o secretário Foster Dulles e o subsecretário assistente para Assuntos Americanos, sr. Holland, e em seguida foi recebido por Eisenhower. A entrevista com Eisenhower foi de pura

cortesia e simpatia, e não se chegou a tratar de nenhum problema específico. Isto levou o sr. Holland a procurar Goulart e João Batista Pinheiro para agradecer-lhes por não ter sido levantado nenhum problema técnico que pudesse agravar o estado de tensão que Eisenhower vivia naquele momento. Nessa visita, o sr. Holland disse também que o governo americano estava pronto para iniciar negociações de financiamento com o Brasil e solicitou que João Batista Pinheiro permanecesse em Washington para dar mais informações.

Como já estava trabalhando no Conselho do Desenvolvimento, João Batista Pinheiro estava inteiramente a par dessas informações. Permaneceu portanto nos Estados Unidos, teve longas conferências com o sr. Holland e foi encaminhado ao Eximbank. Os documentos que haviam sido entregues durante a visita de Nixon para a posse de JK estavam sendo estudados pelos vários órgãos do governo americano, e o Eximbank havia assumido uma posição de liderança nesses estudos. De modo que na reunião do Eximbank, houve uma ampla troca de informações. João Batista Pinheiro trabalhou especialmente com o vice-presidente executivo do banco, o sr. Sauer, que era um grande conhecedor dos problemas brasileiros e chegou à conclusão de que eles estavam preparados para começar a



O presidente do BNDE Lucas Lopes entre o embaixador norte-americano no Brasil, Ellis Briggs, e o presidente do Eximbank, Samuel Waugh, em almoço realizado no Clube da Aeronáutica pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1957.

financiar o Brasil. Dependiam entretanto da luz verde de um órgão que eles chamavam de National Advisory Council, que deveria dar as diretrizes gerais para os financiamentos. Outra informação interessante do relatório de João Batista Pinheiro é que o Eximbank também considerava que havia chegado o momento de o Banco Mundial retomar os projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O relatório de João Batista Pinheiro continha evidentemente suas impressões pessoais, mas era uma interpretação muito correta do recado que o Eximbank estava dando informalmente ao negociador brasileiro que acompanhava o vice-presidente. A escolha de João Batista Pinheiro para acompanhar Goulart foi excelente, especialmente por sua capacidade de expor o que estava acontecendo. Ele era um dos homens da equipe central do Conselho do Desenvolvimento, estava a par do Programa de Metas e mais tarde foi secretário executivo da meta de exportação de minério de ferro. Foi um excelente colaborador, extremamente prático, extremamente objetivo. E esse seu relatório mostra realmente o início da retomada dos contatos com o Eximbank, que vieram dar motivação também ao Banco Mundial.

Como prosseguiram as negociações?

Depois dessa visita de Goulart e João Batista Pinheiro, o Eximbank solicitou que o Brasil enviasse aos Estados Unidos um grupo de representantes credenciados para abrir de fato as negociações. Nesse momento, eu, como presidente do BNDE, fui incumbido de chefiar o grupo que negociou com o Eximbank a reabertura dos financiamentos.

Quem mais fazia parte desse grupo?

Roberto Campos, que era o superintendente do BNDE, Otávio Dias Carneiro, João Batista Pinheiro e alguns outros. Éramos cinco ou seis.

E que resultados foram obtidos?

Chegando lá, sentamos à mesa com a turma do Eximbank, que na época já era presidido pelo Samuel Waugh, um excelente banqueiro, um homem do Oeste, que não tinha politicalha na cabeça. O outro negociador era o Hawthorne Arey, representante democrata no governo republicano, um técnico muito bom.

Tivemos alguns dias de negociação e colocamos o problema de forma muito simples: “Não temos nada a apresentar além dos projetos que os senhores já conhecem, encaminhados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O que queremos é uma decisão: vocês vão financiar os projetos aprovados pela Comissão Mista? Depois nós apresentaremos outros.” Eles ficaram realmente encurralados, porque não poderiam dizer que não conheciam aqueles projetos, se já os haviam estudado. Um dos projetos mais importantes era a dieselização das estradas de ferro, a substituição das maria-fumaças por locomotivas a diesel. Além desse da Rede Ferroviária Federal, havia os projetos de Paulo Afonso e outros tantos.

Essa negociação com o Eximbank teve uma repercussão muito grande. Estávamos realmente preparados e demos um *show*. Fizemos um *press release*, um comunicado oficial, assinado por mim e pelo Samuel Waugh, extremamente objetivo, explicando as metas do governo brasileiro. Avancei minhas posições de forma muito rígida. E o efeito foi muito salutar para que as pessoas entendessem o que era o Brasil depois da posse de JK.

Quer dizer que no governo JK foram retomados os projetos da Comissão Mista?

Sim. A partir daquele momento foram todos financiados. Nossa estratégia foi singela: “Temos muita coisa a pedir emprestada aos senhores, mas no momento, o que temos pronto e acabado, em condições de financiamento imediato, são os projetos da Comissão Mista, que os senhores já discutiram durante anos.” Eles não puderam fugir à negociação e anunciaram a aprovação, com a condição de que nada fosse anunciado antes do término da Conferência do Panamá.³⁰ Lá estariam todos os presidentes americanos, e Juscelino ia ser o único a receber uns tantos milhões de dólares de financiamento, enquanto os outros iam ficar de pires na mão. Eu fui ao Panamá também, a pedido do Juscelino. Ele convidou o grupo que havia negociado com o Eximbank para acompanhá-lo, lá fizemos uma festança e depois voltamos, numa linda viagem, no primeiro avião Super Constellation da Varig. Voamos sobre a cordilheira dos Andes, deixando os presidentes do Equador, Peru, Chile e Uruguai; o da Argentina estava com uma revolução e não foi.³¹ Foi aí que se fechou, de certa forma, o financiamento da Comissão Mista.

Em toda essa história da reabertura das negociações com o Eximbank há uma contradição interessante. O governo Café Filho, que por sua própria composição era simpático aos Estados Unidos, não conseguiu nada em matéria de empréstimos

e financiamentos. Já o governo JK, que para muitos era a restauração do governo Vargas, conseguiu. Isso tem uma explicação especial?

Isso tem muitas explicações, e a mais importante está na personalidade dos dois presidentes. O governo Café Filho foi marcado por um choque traumático grave que o Brasil sofreu. Durante algum tempo houve dúvidas, no Brasil e no mundo, sobre o que seria o país após a morte de Vargas. A ascensão de Café Filho trouxe uma certa tranquilidade, pois era um homem brando e equilibrado, ou ao menos o foi até o momento das crises militares, com o discurso do Mamede, a tentativa de golpe etc. Mas isso não alterou em nada a linha de trabalho de Juscelino, que tratou de fazer seu programa para a presidência da República sem se preocupar com problemas externos.

Juscelino significou de fato a esperança de um processo de renovação da economia brasileira, porque ele estava sabendo formular programas objetivos, isentos de tendências extremistas, nacionalistas, xenófobas. Era um homem que queria construir, fazer, e estava demonstrando isso no seu trabalho em Minas Gerais. Quando ele fez a Cemig, quando atraiu a Mannesmann para Minas, mostrou aos empresários que ia lutar pelo desenvolvimento econômico, sem se preocupar com decretos e políticas ideológicas. Juscelino era um grande promotor, tinha idéias claras de economia de livre empresa, com o governo intervindo apenas dentro dos limites que fossem necessários.

E foi isso que o tornou confiável?

Certamente. Era um homem que defendia a economia de mercado e o respeito à lei, à estrutura constitucional vigente. Tinha feito uma campanha altamente liberal, em busca de novos recursos, novas empresas, convocando os empresários à luta. Não tinha sido demagógico, não tinha feito política nacionalista contrária a este ou àquele setor. Juscelino era um líder empresarial mais do que qualquer outra coisa. Era um homem que mobilizava confiança nos projetos que fazia.

Mas há ainda um outro paradoxo: àquela altura, muitos opositores de JK no Brasil já tachavam seu Programa de Metas de inflacionário.³² No entanto, os organismos internacionais de crédito, como o Eximbank, sempre tão sensíveis ao problema da inflação, não parecem ter levado esse perigo em consideração.

No Brasil se dizia que o programa de Juscelino seria inflacionário de uma forma um pouco primária. Havia uma idéia pré-concebida sobre Juscelino, de que ele seria o grande “fomentador” – para usar a expressão do livro de Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, no capítulo sobre Goethe. Havia uma expectativa de que ele iria assumir o poder e iniciar imediatamente um volume grande de obras, e que isso traria o agravamento de um processo inflacionário que o Brasil já vivia. Existia realmente esse sentimento em homens da oposição e possivelmente em outras categorias, como as classes produtoras. Havia desconfiança de que ele não estivesse preparado para, em seu governo, realizar um esforço de desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo levar em conta o problema do controle da inflação. Daí todo o trabalho que eu pessoalmente fiz ao desenhar aquele gráfico, sobre o qual já falamos, que está na primeira página das *Diretrizes do Plano*. Esse gráfico mostra que haveria uma gradação de atividades, e foi feito para responder às pessoas que achavam que JK logo no primeiro ano iria fazer investimentos altíssimos. Nós sabíamos que não seria assim, e transmitimos isso aos banqueiros, a todo o mundo. Creio que nos Estados Unidos não havia dificuldade em imaginar que o Brasil poderia sair da crise inflacionária que vivia naquele momento, e que a colaboração de capitais externos de longo prazo seria um auxílio para se fazer um esforço de desenvolvimento que não iria se basear na emissão pura e simples de papel moeda.

Tenho a impressão de que nossa missão nos Estados Unidos junto ao Eximbank foi muito mais importante do que se noticiou aqui na época. O noticiário do acordo que fizemos foi muito contraditório. Alguns jornais disseram que tínhamos ido de pires na mão e só havíamos trazido alguns poucos milhões de dólares. E na verdade, o sentido dessa negociação foi que um banco sério, de alta responsabilidade, examinou os projetos brasileiros e chegou à conclusão de que eram parte de um programa exequível. Logo que se caracterizou que o Brasil era bancável, assim que o Eximbank deu a luz verde para o acordo, o Banco Mundial começou a se mexer e pouco depois estava financiando Furnas. De modo que não houve lá nenhuma preocupação de que o programa de Juscelino pudesse ser descontrolado ou inflacionário. Eles tiveram uma visão objetiva, e nós apresentamos projetos que não eram mirabolantes ou fantasiosos. Durante as negociações, declaramos com a maior insistência e a maior clareza que o governo iria fazer um esforço para manter o equilíbrio da moeda, para evitar o processo inflacionário, para regularizar a política cambial, que reconhecíamos estar distorcida.

O *press release* que fizemos, eu e Samuel Waugh, era extremamente positivo. Naquele comunicado assumimos realmente uma série de posições que eram aquelas que achávamos que o Brasil devia tomar. Talvez até pudéssemos ser

acusados por termos falado em nome do Brasil sem ter procuração em cartório. Mas na verdade representávamos um grupo de *policy makers*, éramos nós que estávamos traçando a política de investimentos. Éramos o grupo do BNDE, que vinha desde a Comissão Mista, e nós é que estávamos tomando as decisões fundamentais de política econômica.

Os demais países da América Latina tinham equipes de policy makers tão competentes quanto a brasileira?

Não. Nessa época nós tivemos um avanço substancial sobre os outros países. A Argentina, por exemplo, estava saindo do peronismo, estava totalmente afastada do mundo internacional. Não lembro qual era a situação do México, mas sei que o Brasil assumiu a dianteira. Pouco mais tarde Juscelino sugeriu a Operação Pan-Americana, que depois foi transformada por Kennedy na Aliança para o Progresso, uma continuação do esforço de financiamento para o desenvolvimento econômico da América Latina.³³

E quanto aos investimentos externos privados feitos no Brasil no governo JK? Qual a sua origem?

Como acabei de contar, logo depois de eleito Juscelino fez uma viagem muito eficiente aos Estados Unidos e à Europa. Levou com ele Roberto Campos e Edmundo Barbosa da Silva,³⁴ que era chefe do Departamento Econômico do Itamarati e coordenou a preparação de um documento chamado *Position Papers*. Era um documento que continha a posição do Brasil em relação a várias questões, a temas de eventuais conversações ou negociações com vários países. Foi uma viagem muito bem preparada, e além disso havia o charme pessoal de Juscelino. Ele viu que o momento psicológico era bom, teve uma grande capacidade de expor seus pontos de vista não só a governantes como a empresários, e convidou pessoalmente estes últimos a virem ao Brasil. Um deles foi Carlos Schneider, o grande metalurgista francês, que depois se transformou em grande amigo nosso. Juscelino encontrou-o numa recepção em Paris, e Schneider veio para o Brasil fazer indústria pesada.

Juscelino teve uma ação pessoal grande junto a banqueiros e empresários, americanos e europeus. Os americanos já vinham para cá diretamente, porque conheciam bastante o Brasil, mas os europeus não, pois ainda estavam terminando sua reconstrução. E Juscelino tinha contatos. Não era desconhecido na Alemanha, porque a Mannesmann já estava em Belo Horizonte. Os belgas também

estavam na Belgo Mineira. Juscelino soube polarizar muita gente, criou uma espécie de desafio entre os investidores. Insistiu para que os franceses viessem montar uma fábrica de automóveis, dizendo que os americanos também vinham. Convidou a Simca, que de fato veio, durante alguns anos produziu automóveis aqui, mas depois quebrou. Os únicos que tentamos atrair e não conseguimos foram os espanhóis. Tentamos trazer um estaleiro espanhol, mas não deu em nada. Franco não deu oportunidade às empresas espanholas de virem para o Brasil.³⁵

O setor de energia

Pode-se considerar que em relação à energia elétrica houve uma continuidade entre o segundo governo Vargas e as metas do governo JK?

A indústria de eletricidade tem uma característica única: ela terá sempre continuidade. É uma indústria que não pode parar para pensar, tem sempre que estar criando novas fontes de geração, novas redes de distribuição. Não pode, como a indústria siderúrgica, parar num determinado momento enquanto o mercado absorve a produção. A indústria elétrica é uma indústria cumulativa, que cresce mais ou menos conforme a disponibilidade de recursos e de demanda, mas não pode ser programada em degraus. Tem que ter continuidade e tem que estar à frente do consumo.

Mas ao lado disso, pode haver políticas energéticas diferentes: o senhor mesmo disse que se em vez de JK, Ademar de Barros tivesse ganhado a eleição, os caminhos teriam sido outros.

Ele iria provavelmente caminhar para a construção de usinas menores, com acúmulo de dificuldades, até perceber que as grandes usinas seriam fundamentais. Estamos vivendo hoje uma situação relativamente parecida: estamos com medo da usina nuclear. Mas o problema é que o Brasil ainda tem um potencial hidrelétrico suficiente para mais vinte ou trinta anos, quando se poderá buscar energia na bacia amazônica, no rio Tapajós, e depois acabou, pois há um limite físico. A energia nuclear, ao lado do carvão, é a única que parece até agora não ter limite físico. Não temos a felicidade de possuir carvão em grande escala, mas se amanhã aparecerem reservas mais ricas e mais fáceis de usar, talvez possamos avançar sem precisar da energia nuclear. Talvez possamos recorrer à energia solar, à energia do mar, mas o

certo é que está na hora de se pensar em outras soluções, pois a energia hidrelétrica tem um limite.

O Fundo Federal de Eletrificação, sancionado em 1954 poucos dias após o suicídio do presidente Vargas, até ser criada a Eletrobrás, em 1962, foi gerido pelo BNDE. Como era aplicado esse fundo no período em que o senhor era presidente do banco?

O mecanismo do Fundo Federal de Eletrificação era o seguinte: o Banco do Brasil arrecadava os impostos sobre energia elétrica e, em vez de depositá-los na conta geral do Tesouro, depositava-os numa conta especial do Fundo de Eletrificação. Esses recursos depois eram transferidos para o BNDE na proporção em que este os solicitava para aplicação em projetos específicos. Na época em que fui presidente do BNDE, nenhum recurso do Fundo Federal de Eletrificação era alocado sem a prévia aprovação de um projeto, que se fazia segundo a rotina do banco: os órgãos competentes examinavam o dossiê completo dos projetos, com previsão de custos, e só então o aprovavam, em alguns casos depois de consulta ao presidente da República.

O BNDE criou uma mentalidade técnica, baseada no exame de projeto por projeto, e com isso se libertou daquela mentalidade bancária que o Banco do Brasil havia implantado ao longo de sua história, baseada no crédito pessoal. É certo que o Banco do Brasil continuou a financiar, mas não no estilo do BNDE, que exigia a definição de projetos e a discriminação da origem de fundos. No Banco do Brasil, bastava ser amigo lá dentro ou ter o apoio de órgãos importantes como a FIESP para ter acesso a financiamentos.

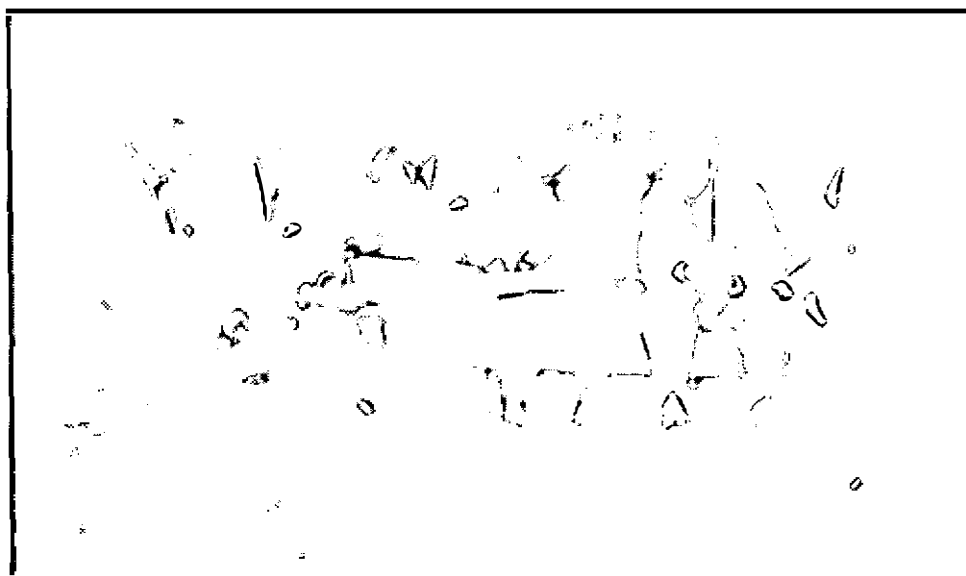
Mas não havia nenhuma ingerência política na alocação dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação pelo BNDE?

Se houve, não teve bom resultado, porque o essencial, que era executar os projetos fundamentais do Plano de Metas, foi atingido.³⁶ Nós olhávamos, por exemplo, para aquele Plano Nacional de Eletrificação que estava no Congresso e dizíamos: ampliação de Paulo Afonso – muito bem, é um projeto fantástico, vamos fazer. Furnas era a obra capaz de salvar a região Centro-Sul de uma crise decisiva – lutamos para que a maior parte dos recursos do fundo fosse alocada ao projeto. Sabíamos que, enquanto o Plano Nacional de Eletrificação estava dormindo na Câmara, com os deputados lutando por verbinhas aqui, verbinhas ali, estávamos fazendo aplicações muito corretas e satisfatórias, no sentido de que não tinham

implicações regionalistas. Fiz um esforço enorme para dar a essas aplicações um caráter nacional.

Pode-se dizer portanto que até a criação da Eletrobrás era o BNDE quem executava a política de energia elétrica do país?

Sim. Mas vamos ser objetivos: o BNDE não executava a seu bel-prazer. Através da Cemig já tínhamos estabelecido um estreito relacionamento com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, e mantínhamos com ele contato permanente. E nunca tivemos conflitos graves, a não ser com a Comissão de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, do Catulo Branco.³⁷ Era o grupo mais à esquerda da política paulista de eletricidade, que queria fazer Caraguatatuba e perdia um tempo enorme discutindo política tarifária. Os grandes trabalhos deles eram volumes e mais volumes sobre como fazer uma política tarifária para a Light. Pouco me incomodava naquele momento a tarifa da Light, eu precisava que ela não parasse, que existisse energia! Pode parecer estranho o meu modo de falar, mas quero que com isso vocês sintam minha honestidade. Eu não tinha vinculação



Lucas Lopes apresenta a JK a primeira diretoria da Centrais Elétricas de Furnas. Da esq., João Monteiro, Lucas Lopes, Juscelino, John Cotrim, Flávio Lira e Benedito Dutra.

alguma com a Light, não estava interessado em saber se ela tinha ou não tinha lucro, o que eu precisava era apenas que ela não parasse de distribuir energia aos consumidores.

O Programa de Metas também se preocupou com a distribuição de energia elétrica, ou apenas com a expansão da produção?

Tenho a impressão de que não havia recursos previstos no programa de governo para a distribuição. Esses recursos viriam das empresas existentes, enquanto nós concentraríamos os nossos nas usinas. Nossa grande sorte foi aquele Plano Nacional de Eletrificação ter ficado encaixado na Câmara. Foi isso o que nos deu tempo para concentrarmos uma boa dose de recursos em projetos de grande respeitabilidade.

O fato de a Eletrobrás também ter ficado tanto tempo parada no Congresso não prejudicou o avanço da indústria de energia elétrica no Brasil?

Acho até que ajudou! Como já disse anteriormente, o BNDE não era contra a Eletrobrás, mas também não tinha o menor interesse em apressar o Congresso para aprová-la enquanto não houvesse condições realmente adequadas. Tínhamos muito medo de que o Fundo Federal de Eletrificação fosse entregue a uma organização despreparada em termos de administração e pudesse ser pulverizado devido a pressões políticas entre projetos para o Triângulo Mineiro, para a Bahia, Pernambuco ou Maranhão. Temíamos que nada pudesse segurar a distribuição de recursos pela Eletrobrás se ela não tivesse desde o início um corpo firme. Quando concentramos nossos recursos em muito poucos projetos, até esgotá-los, não demos chance aos políticos de apresentar outros. Nisso talvez tenha havido um pouco de malícia política de nossa parte.

Com que recursos foi iniciada em 1957 a construção de Três Marias?

Três Marias foi construída através de uma combinação muito interessante, não digo maliciosa, mas engenhosa, da qual participei de perto. A Comissão do Vale do São Francisco, desde o tempo do governo Dutra, tinha interesse em construir a barragem para reter as enchentes do São Francisco. Por seu lado, a Cemig sabia que Três Marias iria gerar energia, mas não queria construir a usina sozinha, porque era caro demais. Combinou-se então uma montagem: a barragem seria construída com recursos da Comissão do Vale, enquanto a Cemig construiria a casa

de força no pé da barragem, compraria as máquinas e ficaria dona da energia. Depois acertaria com o governo federal a amortização do valor da barragem. Digo “acertaria”, porque nunca acertou. A barragem acabou sendo incorporada à Cemig, e nunca ninguém cobrou nada. Foi mais ou menos assim!

Três Marias foi uma obra realizada em condições muito boas, porque o rio apresentava facilidades para a construção. Interligou-se ao anel em torno de Belo Horizonte, que já contava com as usinas de Salto Grande, Sá Carvalho e Itutinga, e ao qual iria se acrescentar Furnas. Três Marias permitiu que a energia de Furnas chegasse a São Paulo e Rio sem nenhum problema para Minas.

Também em 1957 foi criada a Central Elétrica de Furnas S.A., que no ano seguinte deu início à construção da usina. O controle acionário da empresa era exercido pelo governo federal, os governos estaduais de Minas e São Paulo, a Light, a Amforp...

E mais Lucas Lopes, Maurício Bicalho, John Cotrim e alguns outros. Éramos sete acionistas adicionais, porque a Lei das Sociedades Anônimas assim o exigia. Lembro que um dia ficamos felicíssimos, porque saiu uma manchete enorme num jornal dizendo: “Poucas vezes pessoas tão pobres foram donas de riqueza tão grande – com uma ação cada, Lucas Lopes, John Cotrim e outros são sócios de Furnas.” Até hoje sou sócio de Furnas e tenho uma procuração permanente na mão do presidente da companhia, porque não participo do detalhe. Somos os sócios “dormentes” de Furnas.

Na época da criação da Central Elétrica de Furnas, como presidente do BNDE, fui realmente o articulador na busca dos associados. Pessoalmente sempre fui muito favorável a que Furnas tivesse como associados, além do governo federal, os governos de Minas e São Paulo, e também a Light, que seria indiretamente beneficiada por não precisar fazer projetos novos para abastecer seus consumidores. Insistimos muito em que a Light participasse, e assim foi feito. Eu via nessa participação um simbolismo: “É indispensável que este seja um projeto coletivo, não um projeto para Minas, para São Paulo ou para o Rio, mas para toda a região Centro-Sul.” E foi entendido desta forma.

Como foi organizada a empresa?

Furnas foi uma empresa que não teve uma assembléia geral ordinária de criação, foi uma sociedade criada em cartório. Inicialmente, havia um conselho

de administração, que era chefiado pelo presidente da companhia -- o primeiro foi John Cotrim, e um conselho consultivo, chefiado pelo presidente do BNDE -- eu. Mas logo depois achei que, com as mudanças de governo que iriam ocorrer, era importante que o presidente da companhia fosse também presidente do conselho consultivo, para evitar possíveis conflitos. O presidente do conselho consultivo era uma figura decorativa, mas ainda assim o presidente da companhia, que tinha grandes responsabilidades, devia prestar-lhe contas. Acabamos com essa dualidade, e esta foi uma mecânica boa, que evitou o que hoje está ocorrendo em grande escala nessas brigas das empresas estatais.

O conselho de administração de Furnas era formado por representantes dos acionistas. Marcondes Ferraz representava São Paulo, Cândido Holanda Lima, que foi meu sucessor na Cemig quando vim para o Ministério da Viação, representava Minas. Pessoas muito significativas representavam os vários consumidores. Mas há um outro aspecto desses primeiros tempos de Furnas que pouca gente conhece e é da maior importância, pois constitui a razão de ser da tranquilidade e da eficiência dos sistemas elétricos que existem hoje: John Cotrim percebeu que precisava criar uma elite de engenheiros com experiência de operação de sistemas elétricos de alta capacidade, o que era uma coisa totalmente nova no Brasil, e fez um excelente trabalho. Formou dois grupos de cinquenta engenheiros e mandou-os fazer dois anos de estágio nos Estados Unidos e na Europa, em dois tipos de organização, uma universitária e outra empresarial. Essa equipe que o Cotrim formou -- e que hoje já perdeu boa parte de seus engenheiros, roubados pela iniciativa privada -- é que está fazendo funcionar Furnas de forma precisa. John Cotrim teve a visão de promover a formação maciça de técnicos para operar e preparou uma das melhores equipes do mundo. Não era possível pensar que iríamos sair da experiência do operador da usina de Ponte Queimada, da Light, para Itaipu...

A construção de Furnas foi financiada pelo Banco Mundial?

Em parte pelo Banco Mundial, em parte pelo Fundo Federal de Eletrificação. Mas o primeiro recurso importante que veio dar força e impulso a Furnas foi realmente o apoio espontâneo e carinhoso do Burke Knapp, que veio ao Rio para medizer que o Banco Mundial, do qual na época era vice-presidente, abria novamente as portas ao Brasil e, como demonstração de confiança, escolhia o projeto de Furnas.

Howe empreiteiros brasileiros em Furnas?

Furnas contava com recursos externos de financiamento, de modo que tinha que ser apresentada como uma obra de alto padrão técnico, a ser executada por uma firma credenciada internacionalmente em obras daquele tipo. Abrimos então uma concorrência para escolher o grande empreiteiro de Furnas, em que exigimos firmas ou consórcios estrangeiros credenciados, que deveriam se associar a firmas ou consórcios brasileiros, a quem transfeririam sua experiência e tecnologia.

Essa concorrência foi das mais interessantes já havidas, pelo número de firmas que compareceram. Quem ganhou foi uma firma inglesa, a George Wimpey, que tinha um grande currículo de obras hidráulicas na África, de obras no aeroporto de Londres etc. Eles ganharam limpamente e tiveram como associada a Construtora Nacional, que era uma firma pequena e boa, mas infelizmente não soube crescer – quando acabou Furnas, ela também desapareceu.

Mas a George Wimpey tampouco se fixou no Brasil. Eles acabaram se revelando muito ruins, muito pouco preparados, e deram algum trabalho. Em determinado momento teve-se que tomar providências e retirar parte das obras deles e entregá-las a outras empreiteiras brasileiras. Foi quando surgiu a Mendes Junior, que então começou a trabalhar em grande escala, com equipamentos pesados. Foram José e Murilo Mendes Junior que fizeram um esforço e salvaram o prazo de construção de Furnas.

Em determinado momento, houve um temor de que Furnas atrasasse muito, e ao mesmo tempo uma preocupação de vincular JK àquele projeto. Cotrim então inventou de fazer uma operação que é muito bonita, que também foi feita em Itaipu e foi transmitida pela televisão: o desvio do rio para que a barragem possa ser construída. Juscelino foi convidado a assistir à operação, ficou no maior entusiasmo e foi de véspera com a família. Foi um espetáculo do qual se fez muita propaganda, pois a televisão mostrou, o rádio transmitiu etc. Ali não era apenas conversa fiada, era o rio Grande sendo deslocado do seu leito natural para dois túneis pelos quais iria passar durante a construção da barragem.

Ainda na área de energia, o que foi feito em relação à energia nuclear no governo JK?

Tenho um folheto muito bonito, do primeiro projeto de usina atômica no Brasil, que foi apresentado ao governo de São Paulo. Era uma adaptação das usinas inglesas, que trabalhavam com urânio natural, um projeto pequeno, de cerca de 40.000kW, mas muito bem apresentado, com desenhos coloridos. Juscelino vibrou quando viu aquilo: “É uma maravilha, construir isso será como comprar um Cadillac para o meu governo!” Fui eu quem jogou água fria nele, pois já tínhamos

estudos sobre o assunto e não éramos simpáticos à idéia fazer uma usina nuclear. Aliás, quem teve a idéia de estudar isto foi Roberto Campos. Ele decidiu trazer para o Conselho do Desenvolvimento Otávio Dias Carneiro, que servia como secretário na nossa embaixada em Londres, e pediu que ele estudasse a situação da energia nuclear na Inglaterra. Dias Carneiro fez uma pesquisa, visitou várias entidades e fez um relatório em que descrevia os diferentes tipos de usinas e apontava a inconsistência dos projetos em curso, a falta de consolidação de uma tecnologia própria. Deixou-nos muito reticentes.

Além desse relatório do Dias Carneiro, pedi a John Cotrim, que ia aos Estados Unidos para tratar do projeto de Furnas, que visitasse as firmas de energia que estavam desenbando usinas nucleares, e também as fábricas de equipamentos. E a conclusão foi que não deveríamos tentar coisa alguma até que o resto do mundo desenvolvesse a tecnologia. Eles que quebrassem a cabeça para descobrir como se fazia o motor do Cadillac.

Notem bem que estou falando em energia nuclear para fins de geração de eletricidade. Mas fez-se também naquele época um esforço grande para a produção de minerais atômicos. Havia acélebre Orquima, organizada por um grupo de amigos de Augusto Frederico Schmidt,³⁸ que produzia terras raras. Houve uma certa vinculação entre a idéia de radioatividade em Araxá e Poços de Caldas e a possibilidade de produção de recursos atômicos. Poços de Caldas foi o local onde se fez a primeira pesquisa, e hoje é o lugar onde mais se produz urânio em escala industrial no Brasil.

Trens, automóveis e navios

Um dos primeiros financiamentos concedidos pelo Eximbank ao governo JK destinava-se à dieselização da Rede Ferroviária Federal.³⁹ Como o senhor via o conflito existente na época entre os defensores da dieselização e os adeptos da eletrificação?

Isso me faz lembrar um dos primeiros conflitos que tive em minha vida de engenheiro, quando ainda estava na Rede Mineira de Viação. Entre Angra dos Reis e Lavras havia um sistema elétrico de linhas relativamente leves, de capacidade limitada de geração, mas que apesar disso funcionava. Devido a várias circunstâncias, entramos numa grande discussão para saber se deveríamos ou não

misturar energias diferentes – o trem elétrico e o trem a vapor – para completar o sistema existente. Interessei-me pelo assunto, comecei a estudar, e preocupei-me muito com o problema do dimensionamento de tráfego que torna possível ou justificável a tração elétrica. O investimento é alto, e só se justifica construir uma linha de transmissão com subestações para um tráfego acima de um certo limite. Não tem sentido eletrificar uma linha singela de tráfego pequeno.

No tempo da Rede Mineira, a discussão era, como nós dizíamos, entre “eletrofênicos” e “vaporófilos”. As locomotivas a diesel ainda não tinham adquirido importância, o que só foi acontecer depois da guerra, quando se construiu uma quantidade enorme delas. Quando se comparava o custo de uma locomotiva elétrica mais um sistema de transmissão com o custo do diesel, este último tornava-se realmente menos expressivo. Até hoje, em qualquer lugar do mundo, a tração elétrica só tem significado quando existe uma densidade de tráfego suficientemente grande para manter usinas elétricas com demandas mais ou menos constantes. No tempo do JK, mesmo que o Brasil não produzisse diesel, os custos comparativos mostravam que, para fazer progredir nosso sistema ferroviário, não era viável esperar que se construíssem linhas de transmissão. Até hoje a eletrificação não tem sido muito atrativa. É um problema de economia.

De toda forma, o transporte ferroviário não parece ter sido prioritário no governo JK. Juscelino parece ter optado claramente pelas rodovias.

Mas isso já vinha de longe. Ainda em seu primeiro governo, Vargas havia criado o DNER para pôr ordem nos planos rodoviários. Todo o programa de expansão rodoviária foi feito naquela época, quando passou a haver maior disponibilidade de recursos em função do Fundo Rodoviário. Ao assumir o governo de Minas em 51, Juscelino viu com clareza que era o momento de fazer a integração do estado através do sistema rodoviário. Não tinha possibilidade de fazê-lo através do sistema ferroviário, pois todas as estradas de ferro estavam decadentes, já que não haviam recomposto seu material rodante nem reconstruído suas linhas desde a guerra. A verdade é que a mentalidade era rodoviária, já naquela época como hoje. Estamos hoje com uma economia completamente distorcida em termos da relação entre transporte rodoviário e ferroviário. Estão sendo transportadas em rodovias massas que normalmente deveriam ser transportadas em ferrovias, apenas porque a mentalidade é rodoviária.

Portanto, desde seu governo em Minas JK havia preferido as rodovias porque não tinha o que fazer em matéria de ferrovia. Desde aquela época ele também deu uma certa ênfase ao transporte aéreo. Tinha uma mentalidade aeronáutica, de

modo que procurou construir campos de aviação em vários lugares de Minas. Era o usuário nº 1 desses campos, pois tinha um pequeno teco-teco e com ele circulava pelo estado inteiro. Deu apoio também aos contratos das companhias de aviação que tinham linhas para Belo Horizonte, Poços de Caldas, Araxá, Montes Claros.

Como ficou o transporte aéreo no período presidencial de JK?

Uma das decisões que tomamos no BNDE foi a de financiar a importação de aviões, o que na época era um tabu. Achava-se que o banco não devia financiar avião porque avião cai. Mas nós estudamos o assunto e consideramos boas as informações que nos foram dadas pela Varig, a primeira companhia que nos pediu financiamento. Eu mesmo tive uma participação grande na decisão de financiar os primeiros Constellations para a Varig, uma decisão importante, porque a partir daí o financiamento de aviões se tornou rotina, como acontece até hoje.

No caso dos automóveis, o objetivo não era importar e sim nacionalizar gradativamente a produção de modo a fortalecer a indústria automobilística. Como foi feito isso?

Realmente, discutimos muito o problema da substituição das importações, pois em geral os automóveis vinham para o Brasil CKD, ou seja, *completely knocked down* – vinham em peças que eram montadas aqui. Como se criou um mecanismo de incremento à importação para aqueles que se comprometessem a nacionalizar gradativamente o automóvel, e como era preciso haver um controle sobre esse processo de nacionalização, o grupo que estudou a meta da indústria automobilística logo transformou-se em grupo executivo. Lúcio Meira presidiu o GEIA, deu-lhe grande prestígio e teve também um auxiliar excepcional que quase nunca é lembrado, chamado Eros Orozco, um grande metalurgista do Instituto Nacional de Tecnologia. Foi ele quem elaborou toda a substituição de peças da indústria automobilística, foi ele quem negociou um por um os programas de nacionalização gradativa das indústrias, pois era o único que conhecia o assunto, sabia o volume de peças necessário. Infelizmente, um dia o *Time Magazine* publicou um artigo com uma foto do Eros Orozco dizendo: “O czar da indústria automobilística no Brasil”. Dias depois Lúcio Meira mandou-o embora. Sem comentários. Eros Orozco foi vitimado por um artigo do *Time*. Depois disso ele trabalhou como consultor independente e morreu jovem, muito magoado. É pouco lembrado, mas é um homem que merece uma grande homenagem de minha parte.

E quanto à indústria de construção naval?

Um dos objetivos sempre presentes entre as autoridades brasileiras foi a recuperação da frota naval, que foi muito abandonada, destruída, e praticamente não existia depois da Segunda Guerra. Houve um esforço para a obtenção de navios americanos, e em decorrência de um contrato sugerido pela Comissão Mista, foram postos à disposição do governo brasileiro, por um preço nominal, doze navios Cimavi, que passaram a fazer transporte cargueiro em nossa costa. Outros esforços foram feitos, mais no sentido de reequipar a frota do que de construir navios no Brasil. Essa idéia só ganhou maior consistência no decorrer do Programa de Metas, na medida em que surgiram possibilidades de produção de chapas largas e apareceram indústrias que se propuseram a fazer navios aqui. Participei de uma dessas negociações de forma muito direta, quando, em viagem ao Japão, entrei em contato com a Ishikawagima.

Qual a razão de sua viagem ao Japão?

Fui convidado a ir ao Japão para visitar as empresas que iriam participar do projeto siderúrgico da Usiminas, que foi o projeto mais importante dos japoneses no Brasil. Essa história da Usiminas está hoje muito bem contada não só no livro de Demerval Pimenta, como no livro de Magalhães Gomes, da Editora Itatiaia.⁴⁰ Resumindo, toda a siderurgia japonesa havia sido reconstruída depois da guerra com equipamentos americanos, mas por volta de 1956-57 eles já estavam construindo equipamentos próprios em grande estilo e estavam decididos a mostrar ao mundo que eram capazes de fazer grandes projetos industriais. Mandaram então uma missão ao Brasil, com a intenção de fazer um investimento siderúrgico que servisse de *test-case*, pois não tinham credenciais conhecidas. Essa missão, constituída de líderes empresariais de grandes fábricas de equipamentos, e apoiada pelo governo japonês, foi muito mal recebida em São Paulo, onde havia o projeto da Cosipa.⁴¹ Talvez tenham achado que já havia japoneses demais em São Paulo, e mandaram-nos para o Rio de Janeiro.

Nesse momento, o embaixador japonês me procurou dizendo que não se tratava de um grupo de vendedores de máquinas, mas de uma missão de alto nível interessada em financiar no Brasil uma grande indústria siderúrgica. Pedi-lhe que me desse um tempo, falei com JK, telefonei ao Bias Fortes⁴² e perguntei-lhe se estava disposto a receber os japoneses em Minas, onde havia sido lançada a semente da Usiminas, que iria competir com a Cosipa. O fato é que a missão foi a Belo Horizonte, foi bem recebida, e a partir dessa visita nós nos dispusemos a mandar

um grupo brasileiro ao Japão para conhecer as empresas que participariam do *pool*. Nesse momento, eu trouxe para liderar tecnicamente as negociações meu cunhado Amaro Lanari Jr., que era professor da Universidade de São Paulo, um dos nossos melhores siderurgistas. O grupo brasileiro foi ao Japão levando o secretário de Finanças de Minas, Tristão da Cunha, que falava alemão, e fez um enorme sucesso.

Essa missão esclareceu bastante qual era a idéia dos japoneses, mas assim mesmo insistimos em que eles estudassem melhor e fizessem uma proposta concreta. Veio uma segunda missão japonesa, já com mais capacidade de trabalho, nós dissemos que o BNDE estava disposto a financiar a parte brasileira do projeto, e demos a eles liberdade para escolher a localização da usina. Eles escolheram o local no vale do rio Doce onde hoje está a Usiminas, e depois de algumas idas e vindas, apresentaram um projeto bastante detalhado. Estudamos o projeto no BNDE, com a colaboração de Lanari e Eros Orozco, e disso resultou um acordo formal, que pôs em marcha o empreendimento.

Nesse momento, surgiu a oportunidade de uma visita minha ao Japão. Como secretário do Conselho do Desenvolvimento, que era um órgão com *status* ministerial, fui convidado a conhecer de perto as empresas que iriam participar do projeto da Usiminas. Embarquei no final de março de 1958 e fiz uma viagem extraordinária, visitei junto com minha mulher o Imperador e a Imperatriz, visitei o primeiro-ministro, tive várias reuniões de alto padrão. Durante essa viagem, praticamente fechei negócio para que a Ishikawagima viesse para o Brasil.



*Lucas Lopes e dona Ester ao lado do presidente da Ishikawagima, sr. Doko (dir.).
Tóquio, abril de 1958.*

Como foi feito esse contato com a Ishikawagima?

A Ishikawagima estava construindo três navios hidrográficos para a Marinha brasileira, havia lá um grupo de oficiais da Marinha, fui visitá-los e até batizei um dos navios, o *Canopus*. Tive então a oportunidade de ter uma conversa muito agradável e muito interessante com o Doko, o presidente da empresa, que havia reconstruído a Ishikawagima depois da guerra e iria se tornar um dos homens mais célebres do Japão como presidente do Keidanren por quarenta anos.⁴³ O Doko já tinha feito estudos individuais, tinha contatos com grupos brasileiros que mais tarde foram seus sócios, e desejava instalar um estaleiro para a construção de navios no Brasil, desde que algumas condições fossem atendidas. Insistia em que o estaleiro fosse localizado na ponta do Caju, na extremidade do porto do Rio de Janeiro, queria energia elétrica e um ramal ferroviário. Eu sabia que a área do Caju não era área de preferência para a expansão do porto, sabia que poderíamos fornecer energia e acesso ferroviário, sabia que a Usiminas iria fornecer chapas largas, de modo que achei que tinha base para dizer que eles podiam vir ao Brasil para negociarmos. Marcamos uma data, o Doko veio ao Brasil e em pouco tempo fez-se o acordo, com o BNDE financiando a parte brasileira que entrou em associação com a Ishikawagima.

Ainda nessa viagem ao Japão visitei outras empresas, como a Toyota, e insisti em que estava na hora de eles virem para o Brasil. Mas eles estavam atrasados em matéria de automóveis, não tinham ainda o automóvel que hoje têm para competir com os Estados Unidos, e não se interessaram em vir. Visitei também uma indústria de tecidos, Kanebo, que depois veio para cá. Quando saí de Tóquio ainda fui a Nova Delhi, pois estava interessado em conhecer o planejamento quinquenal da Índia. Estive com o ministro das Finanças, que era sobrinho do Nehru, e tive a oportunidade de conhecer a economia hindu, que vivia uma situação muito difícil.

Minha viagem ao Japão foi da maior importância, porque coincidiu com os cinquenta anos do início da imigração japonesa para o Brasil. Eles ficaram muito entusiasmados com minha visita, pois o Brasil tinha sido o primeiro país a abrir seu território à imigração japonesa, o primeiro a reatar relações diplomáticas depois da guerra, e eu era a primeira autoridade de nível ministerial a visitar o país também depois da guerra. Eles estavam se preparando para mandar para cá o príncipe Mikasa como representante do Imperador nos festejos dos cinquenta anos de imigração. Quando o príncipe veio, eu já era ministro da Fazenda e houve um banquete no Itamarati em que ocorreu um episódio muito engraçado. Ele fez um discurso em japonês que ninguém entendia, mas de repente dizia "Lucas Lopes".

Foi a única expressão que foi entendida! Ele estava se referindo à importância da minha visita ao Japão como presidente do BNDE.

A exportação de minério de ferro

A exportação de minério de ferro foi outra meta do governo JK com a qual o senhor se envolveu pessoalmente. Como foi esse processo?

A meta de exportação de minério de ferro foi uma das mais bem elaboradas, pois resultou de uma longa experiência de debates sobre o tema: o Brasil já tinha vivido anos e anos de discussões sobre a conveniência ou não de exportar minério através do Farquhar e da Vale do Rio Doce, sobre a participação ou não do capital estrangeiro, de modo que era um debate antigo. Em vista disso, propus ao Juscelino que se criasse um grupo de estudo de mais alto nível para definir a política a ser adotada. Também por sugestão minha, esse grupo foi presidido pelo Alkmin. Não participei do dia-a-dia dos trabalhos, mas sei que foram feitos estudos importantes, nos quais colaboraram Casper de Sousa, Mário Pinto, José Guilherme de Carvalho, Oscar de Oliveira, Dorr e outros. Entre os colaboradores talvez se encontre também pela primeira vez o nome de Augusto de Azevedo Antunes,⁴⁴ como representante do sindicato de mineradores. Antunes estava começando a vender minério do Pico para a Companhia Siderúrgica Nacional, foi convocado e foi um dos autores dos primeiros documentos de trabalho.

O relatório final do grupo de estudo, que deveria trazer as conclusões para a definição de uma política de minério de ferro, foi preparado e levado ao conhecimento dos interessados por Sidney Lattini.⁴⁵ Como eu tinha uma velha tradição de conhecimento da questão do minério, discordei completamente, pois o Lattini fugia dos problemas, não era conclusivo e mostrava-se extremamente nacionalista. Ele assumia um tom muito pouco realista em face das possibilidades efetivas de exportar minério através da participação de empresas estrangeiras que já estavam aqui em grande número e precisavam exportar.

Resolvi então escrever eu mesmo o relatório final sobre exportação de minério, que constitui o Documento 18 do Conselho do Desenvolvimento. Eu tinha amadurecido muito o que já havia estudado, tinha nas mãos todos os trabalhos anteriores do Mário Pinto, do Casper de Sousa e de vários técnicos, de modo que

fiz um relatório muito preciso e firme a favor de uma política aberta para a exportação, com princípios gerais muito liberais. Encaminhei esse relatório ao Alkmin em julho de 1957, e ele em seguida apresentou ao Juscelino uma exposição de motivos, possivelmente redigida por mim, propondo a criação de um grupo executivo ligado à exportação do minério de ferro. Eu achava que o problema do minério de ferro tinha tal importância que sugeri o Decreto 42.022, de 10 de agosto de 1957, que criou o Grupo de Exportação de Minério de Ferro, o GEMF. Dele faziam parte o próprio ministro da Fazenda, como presidente, o secretário do Conselho de Segurança Nacional, o secretário do Conselho do Desenvolvimento, os diretores da Cacex e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, o diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, um diretor da Rede Ferroviária Federal e um diretor do BNDE. Insisti que houvesse um representante do BNDE, e o escolhido foi João Batista Pinheiro.

Que propostas concretas eram apresentadas no Documento 18 do Conselho do Desenvolvimento?

Eu dava prioridade absoluta à modernização e à ampliação da Vale do Rio Doce e recomendava que fossem concedidas verbas substanciais à companhia para que se chegasse a uma exportação de vinte a trinta milhões de toneladas. Insistia também que houvesse outras alternativas de exportação, especialmente pelo eixo da Central do Brasil, e recomendava que fossem dados recursos à Rede Ferroviária Federal para a compra de 25 locomotivas. Propunha ainda que se estudasse o projeto da ferrovia Vale do Paraopeba-Angra dos Reis, que era o velho sonho da Rede Mineira de Viação, desde o tempo de José Bretas Bhering.

Outro dado importante desse meu relatório é que eu considerava que a iniciativa privada também devia participar da exportação de minério, mas afirmava isso em termos muito gerais, pois não havia a indicação de nenhuma empresa ou projeto específico. Os jornais falavam, evidentemente, nos projetos de exportação do grupo Jafet,⁴⁶ de grupos alemães, de vários outros grupos, mas nós não tínhamos nenhuma formalização de projetos. Apenas dizíamos: “Vamos deixar que exporte quem tiver dinheiro para exportar e para executar grandes projetos, e, fundamentalmente, quem tiver mercado.” Àquela altura, o mercado mundial de minério de ferro já estava se caracterizando por um estilo de comércio especial: o minério era todo comercializado entre as grandes mineradoras e os grandes consumidores, que faziam contratos de participação. O grande projeto do Labrador, no Canadá, por exemplo, foi feito pela Hanna Mining, uma companhia

de mineração que em vez de trabalhar sozinha trouxe sócios consumidores. Cada um deles participou do financiamento da construção de uma estrada de ferro de setecentos quilômetros e de um porto, e fez um contrato para a compra do minério quando as obras estivessem concluídas. Essa vinculação de sócios consumidores era o que estava em moda na época.

Essa sua atitude liberal em relação à empresa privada causou polêmica?

Muita! A polêmica ocasionada por essa atitude foi um pouco mais profunda e mais longa, e se acirrou quando realizei um trabalho de consultoria para a Hanna Mining na Consultec, já depois de ter deixado o Ministério da Fazenda. Aliás, o meu verbete no *Dicionário histórico-biográfico* do CPDOC está errado nesse ponto, porque diz que trabalhei a favor da Hanna quando ainda estava no governo. Eu sequer conhecia a Hanna quando estava no governo!

Na época, seu relatório sofreu objeções dentro do próprio governo?

Sim. Não as tenho por escrito, mas lembro que na reunião em que meu relatório foi discutido, o representante do Conselho de Segurança Nacional achou que o assunto precisava ser examinado por eles. E no Conselho de Segurança Nacional nunca mais se discutiu o assunto. Não se tomou nenhuma decisão importante, e o assunto não teve evolução.

Mas aconteceu o seguinte: diante dessa definição de política, as empresas começaram a trabalhar em projetos de exportação de minério aqui no Brasil. A Hanna, por exemplo – hoje sei disso – começou a trabalhar em seu projeto, pesquisou toda a costa brasileira estudando a localização de um porto e acabou por se fixar em Sepetiba. O Antunes começou a tentar montar um acordo com a United States Steel e a Bethlehem Steel. Jafet pretendia exportar por Itacuruçá, os alemães queriam exportar pelo Rio de Janeiro. Pelo porto de Vitória só surgiram grandes interesses no momento em que a Vale do Rio Doce sofreu uma revolução humana, adquiriu uma equipe nova e capaz de percorrer o mundo e ver o que se estava fazendo aí fora. Porque a grande tragédia foi que no tempo do Juscelino a Vale era dirigida pelo Sá Lessa e outros administradores fracos que não viam o futuro da empresa. Só no governo Jânio é que João Agripino nomeou Elieser Batista diretor da Vale, e as coisas mudaram.⁴⁷ A Vale tinha uma estrada de ferro com um lindo perfil de exportação, era uma estrada que só tinha rampas no sentido de saída, com um traçado ruim mas facilmente melhorável. Tinha também o porto de Vitória, um porto insignificante, em que não cabiam navios. Era preciso

abandoná-lo e construir outro lá fora. Elieser Batista e sua equipe retificaram a linha e construíram Tubarão, e daí veio o sucesso da Vale.

O fato é que nós insistimos em que era a hora de o Brasil entrar no mercado mundial de ferro, e hoje tenho a felicidade de ver que o minério é um dos itens de exportação mais importantes. Em 1989 exportamos 115 milhões de toneladas de minério de ferro! A Vale do Rio Doce se modernizou e trouxe como sócios para suas usinas de peletização japoneses, italianos e vários outros. Basicamente, nossas sugestões foram cumpridas, e alguns projetos foram realizados. Fala-se muito na Hanna, mas o Antunes também foi muito importante. Um dos projetos mais importantes, mas muito pouco conhecido, é o de exportação pelo porto de Ubu, no Espírito Santo, feito por um grupo americano em associação com um grupo brasileiro, a Samarco. Eles retiram o minério da mina, o pulverizam e o colocam num minerioduto que segue até o porto. É um dos maiores mineriodutos do mundo, construído pela Bechtell Corporation, que ainda hoje é uma das maiores firmas de engenharia americanas.

Balanço do Plano de Metas

A meta de educação, embora aparecesse no Plano de Metas, na verdade praticamente inexistiu.

Essa meta não existiu nem nos primeiros momentos, mas na véspera da divulgação do plano, Clóvis Salgado,⁴⁸ que era muito amigo nosso, amigo do Juscelino, e havia sido escolhido ministro da Educação, insistiu: “Não é possível que não haja uma meta de educação!” Nós respondemos: “Então, Clóvis, escreva a meta de educação, porque estamos esgotados.” Não sabíamos o que fazer com a meta de educação, não tínhamos preparo para isso. E ele fez um trabalho literário, escreveu dois volumes de literatura.

É claro que tínhamos preocupação em ter uma meta de formação humana, sabíamos que a formação era necessária, muito mais no nível técnico, de preparação de mão-de-obra, e menos no nível de pesquisadores sofisticados, de PhD. Mas é preciso ver que o Plano de Metas não foi um programa integral de salvação nacional. Ele deixou algumas áreas a cargo de seus respectivos ministérios. Não tratamos, por exemplo de saúde pública. Não tratamos do combate à malária, que era uma das coisas mais importantes a serem feitas naquela época.

Em seu trabalho sobre o Plano de Metas, Celso Lafer diz que a única meta que não deu certo foi a do trigo, incluída no setor de alimentação.⁴⁹ Segundo Celso Lafer, isto aconteceu por má-ingerência administrativa. Mas em nossa opinião, esta meta não deu certo porque o Acordo do Trigo não estimulava a substituição da importação pela produção nacional.⁵⁰

Acredito que as duas coisas tenham ocorrido, mas não creio que o Acordo do Trigo tenha sido mais importante, porque mesmo hoje, após o fim da vigência do acordo, e com grandes incentivos fiscais, o trigo continua a ser uma área muito negativa dentro da economia nacional. Não conseguimos ainda produzir trigo a preços realmente competitivos no mercado mundial, e isto é função de condições ecológicas, econômicas e sociais, e também de uma estrutura de subsídios e auxílios do governo que distorcem completamente a tricultura no Brasil.

Só para dar uma idéia de como era descontrolado esse problema do trigo, certa ocasião o dono de um dos maiores moinhos do Brasil foi ao Juscelino dizer que estava quebrado porque eu tinha baixado uma instrução normal – aí eu já era ministro da Fazenda – fixando a mecânica de pagamento das importações. Ele tinha uma simples vantagem: pagava o trigo que importava com 90 dias de prazo e vendia seu produto à vista, de modo que tinha um enorme capital de giro. Quando insisti para que o pagamento das importações fosse feito à vista, ele achou que ia quebrar. Parece que até hoje existe esse mecanismo de subsídios. A compra é feita pela Cacex, que transfere aos moinhos com prazo para o reembolso. O moinho vende à vista para o padeiro, mas compra a prazo. Esta era e é uma das distorções do trigo.

Nunca me ocorreu examinar o que aconteceu com a meta do trigo. Celso Lafer acha que ela foi ruim, não atingiu o limite previsto, mas tenho a impressão de que ele é otimista. Várias metas não chegaram a ser totalmente realizadas. De qualquer maneira há uma certa dificuldade em dizer se uma meta foi ou não realizada, porque algumas implicavam obras que ultrapassavam o quinquênio. É o caso de Três Marias, que só foi inaugurada mais tarde. Furnas também só foi inaugurada pelo presidente Castelo Branco, mas as duas sempre figuraram como obras do Plano de Metas.

O Programa de Metas parece também ter se concentrado muito mais no desenvolvimento da região Centro-Sul do que no resto do país. O senhor concorda?

Não necessariamente. Estávamos preocupados com áreas onde exis-

tia potencial para o surgimento de atividades industriais, e fizemos também um esforço grande para criar indústrias em torno de Paulo Afonso. Mas Paulo Afonso estava vivendo ainda aquele complexo que marcou mal a região Nordeste durante certa época. Houve um caso típico, que pode até magoar alguém, mas que vou contar porque estamos fazendo história. Quando Paulo Afonso estava sendo construída, uma das maiores empresas de alumínio do mundo tentou montar o projeto de uma fábrica utilizando a energia da usina. O general Berenhauser até escreveu um livro mostrando a importância de se fazer uma indústria de alumínio na região, pela possibilidade de gerar empregos e atividades secundárias.⁵¹ Mas a Bahia tomou a frente de uma campanha violenta contra a construção da fábrica de alumínio em Paulo Afonso.

*Quem tomou a frente da campanha foi Clemente Mariani, que julgava que esse projeto iria consumir quase inteiramente a energia de Paulo Afonso, impedindo a instalação de outras indústrias.*⁵²

Mas a mesma coisa foi alegada em Minas, quando insistimos em levar a Mannesmann para Belo Horizonte! E ainda que não concordássemos em ceder metade da capacidade da usina de Salto Grande do Santo Antônio a um único consumidor, nosso raciocínio foi: se conseguirmos vender a energia de Salto Grande nos primeiros cinco anos, vamos dobrar a usina nos anos seguintes. A mesma coisa se aplicava a Paulo Afonso. Na época ainda havia uma visão limitada de Paulo Afonso, que Três Marias, mais tarde, alargou muito mais. Não foi propriamente uma visão mesquinha, mas uma visão pouco atualizada da expansão do sistema elétrico. Na medida em que um sistema caminha para o esgotamento, torna-se mais fácil sua ampliação, porque há recursos e pode-se obter novos financiamentos. Um sistema é mau tomador quando não há mercado, mas quando o mercado é ultra-abundante, ele pode buscar novos recursos.

O fato é que Paulo Afonso perdeu a indústria de alumínio. Hoje a situação mudou, a Alcan está produzindo em Paulo Afonso, a Alcoa tem uma fábrica grande de produtos acabados em Recife. Mas uma grande produção de alumínio naquela época teria sido um instrumento de vida para o Nordeste. Infelizmente, não se conseguiu. Além da falta de iniciativa, havia lutas locais. Era aqui no Rio que eles combatiam Paulo Afonso, não lá na Bahia.

O Programa de Metas privilegiou claramente a industrialização em detrimento da agricultura. Juscelino algum dia fez uma autocrítica nesse sentido?

Não. Juscelino tinha uma consciência muito clara, como eu tenho, de que era preciso quebrar o tabu de que o Brasil era um país agrícola, condenado a sê-lo indefinidamente, e não tinha capacidade para desenvolver um processo de industrialização progressivo. O erro, ou seja, a decisão arriscada que tomamos conscientemente, foi a de acelerar o processo de industrialização para demonstrar que o Brasil tinha capacidade de crescer. O processo de expansão agrícola seria muito bonito, mas não teria qualquer efeito demonstrativo antes de trinta ou quarenta anos. Já uma indústria mecânica, uma indústria automobilística, uma indústria siderúrgica teriam um efeito demonstrativo imediato. De modo que nós conscientemente demos ênfase a esses setores que tinham um poder de demonstração rápido para marcar um *take-off*, o início de um processo cumulativo. Naquela época lemos muito Rostow, de modo que sofremos sua influência.⁵³

Como o senhor se colocou diante de Brasília, a meta-síntese que foi acrescentada ao Plano de Metas?

Tenho uma conferência que fiz no Memorial JK sobre o Programa de Metas, e ali faço uma análise bastante detalhada da minha participação no problema da mudança da capital. Sempre fui muito favorável à mudança. Lancei a idéia do Triângulo Mineiro, participei da Comissão Poli Coelho, e sempre considerei que a mudança da capital era algo que o Brasil precisava fazer, para fugir um pouco da rua do Ouvidor e do Jockey Club do Rio de Janeiro, onde se faziam todas as futricas da política nacional. Sempre tive uma visão geopolítica, sempre olhei para o interior, pois sentia que ali havia um mundo novo a ser conquistado.

Quando Juscelino decidiu construir Brasília, disse-lhe que considerava um erro, pelo qual ele iria pagar caro, tentar realizar em cinco anos um projeto que a meu ver deveria ser feito em 15, mas que cabia a ele a decisão. Ele entendeu e de certa forma me poupou, pois nunca pediu dinheiro ao BNDE para Brasília. Quando me convidou para o Ministério da Fazenda, Juscelino me fez um apelo: “Lucas, você sabe que estou empenhado na mudança da capital e tenho a obrigação de completar as obras. Espero que você me ajude a obter recursos para isso.” Respondi: “Juscelino, essa é uma obra irreversível, não há mais nada a fazer. Mesmo que você mude para uma barraca, tem que ir para lá.” Mas fiz uma sugestão: “Por que você não muda em etapas? Primeiro vai o Judiciário, depois o Legislativo, depois o Executivo. Faz uma alteração no esquema!” E ele me disse uma coisa muito singela: “A lei que me obriga a mudar a capital em 21 de abril de 1960 foi aprovada por unanimidade de votos no Senado e na Câmara.⁵⁴ Se eu hoje fosse ao Congresso pedir para alterar isso, eles iam adiar para 1980, também por unanimidade.

Não tenho alternativa. Vamos fazer como está previsto na lei.” A UDN tinha aprovado a lei porque achava que Juscelino não conseguiria cumpri-la. Para desafiar o Juscelino, a UDN tinha aprovado uma data absurda para a mudança da capital.

NOTAS

1. O vice-presidente da República João Café Filho assumiu a presidência em 24 de agosto de 1954 em virtude do suicídio de Getúlio Vargas. Seu ministério ficou assim formado: Raul Fernandes (Relações Exteriores) e José Monteiro de Castro (Gabinete Civil), da UDN; Eugênio Gudin (Fazenda) e Juarez Távora (Gabinete Militar), identificados com a UDN; Miguel Seabra Fagundes (Justiça), José Costa Porto (Agricultura) e Lucas Lopes (Viação e Obras Públicas), indicados pelo PSD; Aramis Ataíde (Saúde), do PSD; Cândido Mota Filho (Educação), do PR; Napoleão Alencastro Guimarães (Trabalho), dissidente do PTB. As pastas da Aeronáutica e Marinha foram entregues a adversários de Vargas, o brigadeiro Eduardo Gomes e o almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, e a da Guerra ao general Henrique Teixeira Lott, desvinculado das correntes políticas do Exército. Ver *DHBB*, op. cit.
2. Os chefes militares que integravam o governo Café Filho, em sua maioria vinculados ao dispositivo de forças que ocasionou o suicídio de Vargas, decidiram reagir contra a candidatura de JK à presidência da República e para tanto redigiram um pronunciamento que virtualmente a impugnava, incumbindo o próprio presidente de divulgá-lo. Café Filho cumpriu a missão, lendo na noite de 29 de janeiro de 1955, diante de ampla cadeia de rádio e televisão, o manifesto assinado pelo almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, ministro da Marinha; general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra; brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica; marechal Mascarenhas de Moraes, ainda na ativa pelo fato de ter comandado a FEB na Itália; general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas; general Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado Maior do Exército; almirante Salalino Coelho, chefe do Estado-Maior da Armada; brigadeiro Gervásio Duncan, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; e general Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar. Solidário com Juscelino, Lucas Lopes pediu demissão no dia seguinte. Ver Bento Munhoz da Rocha, *Radiografia de novembro*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961, p.125.
3. Rodrigo Otávio Jordão Ramos (1910-1980), militar e engenheiro, marcou sua curta passagem pelo Ministério da Viação – de janeiro a abril de 1955 – com o projeto de criação da Rede Ferroviária Federal, convertido em lei em 1957. Foi ainda comandante militar da Amazônia (1968), dirigiu a Escola Superior de Guerra (1971) e foi ministro do Superior Tribunal Militar (1973-1979). Ver *DHBB*, op. cit.
4. Nereu Ramos (1888-1958), depois de governar Santa Catarina de 1935 a 1945, fundou o PSD, participou da Constituinte de 46 como senador e foi por esta eleito vice-presidente da República do governo Dutra. Teve sua candidatura à presidência cogitada nas sucessões de Dutra e de Vargas. Na qualidade de vice-presidente do Senado, assumiu a presidência da República em 11 de novembro de 1955, sucedendo a Carlos Luz, que por sua vez exercia interinamente o cargo

durante a ausência de Café Filho, afastado por motivo de saúde. Sua investidura foi consequência do movimento político-militar deflagrado naquela data, sob a liderança do general Henrique Lott, com o objetivo de assegurar a posse do presidente eleito em 3 de outubro, Juscelino Kubitschek. Com o impedimento de Café Filho, decretado pelo Congresso Nacional, Nereu Ramos exerceu o governo até 31 de janeiro de 1956, quando o transmitiu a JK. Ver *DHBB*, op. cit.

5. Ernani do Amaral Peixoto (1905-1989), interventor (1937-1945) e governador (1951-1955) do Estado do Rio, foi presidente nacional do PSD de 1951 até a extinção do partido, em 1965. Um dos sustentáculos da candidatura JK, tem minucioso depoimento sobre a convenção do PSD que a homologou em *Artes da política; diálogo com Amaral Peixoto*, Aspásia Camargo et. al., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 389-398.
6. Lucas Lopes foi ministro da Viação e Obras Públicas do governo Nereu Ramos de 14 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.
7. As trinta metas previstas no Plano de Metas abrangiam os seguintes setores:
 - Setor de energia (43,4% do investimento inicialmente planejado): 1 - energia elétrica; 2 - energia nuclear; 3 - carvão mineral; 4 - petróleo (produção); 5 - petróleo (refino);
 - Setor de transportes (29,6% do investimento): 6 - ferrovias (reaparelhamento); 7 - ferrovias (construção); 8 - rodovias (pavimentação); 9 - rodovias (construção); 10 - serviço portuário e de dragagem; 11 - marinha mercante; 12 - transportes aeroviários;
 - Alimentação (3,2% do investimento): 13 - trigo; 14 - armazéns e silos; 15 - armazéns frigoríficos; 16 - matadouros industriais; 17 - mecanização da agricultura; 18 - fertilizantes;
 - Indústrias de base (20,4% do investimento): 19 - siderurgia; 20 - alumínio; 21 - metais não-ferrosos; 22 - cimento; 23 - álcalis; 24 - celulose e papel; 25 - borracha; 26 - exportação de minério de ferro; 27 - indústria automobilística; 28 - indústria de construção naval; 29 - indústria mecânica e de material elétrico pesado;
 - Educação (3,4% do investimento): 30 - formação de pessoal técnico.

Ver Celso Lafer, "O planejamento no Brasil - observações sobre o Plano de Metas (1956-1961)", em Betty Mindlin Lafer, *Planejamento no Brasil*, São Paulo, Perspectiva, 1984, p. 43-48.

8. Celso Furtado, nascido em 1920, advogado e economista, ingressou em 1949 na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo das Nações Unidas criado em 1948 em Santiago do Chile e conhecido por seus estudos sobre o desenvolvimento econômico latino-americano. A partir de convênio firmado no início de 1953 entre a CEPAL e o BNDE, constituiu-se o Grupo Misto de Estudos BNDE-CEPAL, sob a presidência de Furtado. O plano de trabalho do grupo compreendia um "diagnóstico" da situação econômica do país, um "prognóstico" das tendências e uma série de projeções baseadas em decisões a serem tomadas pelo governo. As projeções e os trabalhos do grupo BNDE-CEPAL, publicados em 1955, serviram de base à elaboração do Plano de Metas. Ver Celso Lafer, *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan (1956-1961)*, Cornell University, 1970, p. 57-58 (tese de doutorado) e Celso Furtado, *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 155 e 170.
9. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, criado pelo Decreto 37.608, de 14 de julho

de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura, destinava-se ao estudo, ensino e divulgação das ciências sociais visando a compreensão da realidade brasileira e a elaboração de instrumentos teóricos que orientassem o desenvolvimento nacional. Durante a campanha de JK, o ISEB encaminhou-lhe o documento intitulado "Proposta do grupo do ISEB para a plataforma de Juscelino Kubitschek" (1955), conservado no arquivo de Lucas Lopes. Já no governo Juscelino, o ISEB adquiriu grande projeção, prestigiado pelo ministro Clóvis Salgado e pelo movimento nacionalista. Embora tenha sofrido uma cisão interna em 1958, formou uma geração de intelectuais, publicando livros e realizando cursos e conferências. Foi fechado em abril de 1964 e submetido a Inquérito Policial Militar que incriminou, entre outros, o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Ver Alzira Alves de Abreu, *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*, Paris, Universidade de Paris, 1975 (tese de doutorado); Nelson Werneck Sodré, *A verdade sobre o ISEB*, Rio de Janeiro, Avenir, 1978; Caio Toledo, *ISEB, fábrica de ideologias*, São Paulo, Ática, 1977; e Frank Bonilla, "A national ideology for development: Brazil" em Kalman Hirsch Silvert (ed.), *Expectant people; nationalism and development*, New York, Random House, 1963.

10. Criado pelo Decreto nº 38.744, de 1º de fevereiro de 1956, e diretamente subordinado ao presidente da República, o Conselho do Desenvolvimento tornou-se o primeiro órgão de planejamento de caráter permanente instituído no Brasil. Foi extinto pelo Decreto nº 53.914, de 11 de maio de 1964, que delineou a estrutura provisória do Ministério do Planejamento. Ver *DHBB*, op. cit., e Lucas Lopes, "JK e o Programa de Metas", mimeo (palestra proferida em Brasília em 14 de maio de 1986).
11. Lúcio Martins Meira, oficial de Marinha nascido em 1907, foi interventor federal no Estado do Rio de Janeiro de fevereiro a setembro de 1946. Designado representante da Marinha na Comissão do Desenvolvimento Industrial criada por Vargas em 1951, dirigiu o grupo responsável pela implantação da indústria automobilística, denominado Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis. Nomeado ministro da Viação e Obras Públicas por JK em 1956, nesse mesmo ano passou a presidir o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Foi ainda presidente do BNDE (1958-1960) e da Companhia Siderúrgica Nacional (1961-1963).

Ernesto Dornelles (1897-1964), militar gaúcho primo de Vargas, foi interventor no Rio Grande (1943-1945), senador do PSD (1946-1951) e governador de seu estado, eleito pelo PTB (1951-1955). Ministro da Agricultura em janeiro de 1956, em setembro seguinte deixou a pasta para trabalhar na Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Ver *DHBB*, op. cit., e Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique - formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Anthropos, 1976, p. 417-419.

12. Nomeado em 25 de setembro de 1962 ministro extraordinário para o Planejamento do terceiro gabinete parlamentarista do governo João Goulart, chefiado por Hermes Lima, Celso Furtado coordenou a elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que entrou em vigor em 30 de dezembro seguinte. Com a demissão de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda e o afastamento de Furtado do ministério extraordinário em junho de 1963, o plano foi abandonado. Ver Lourdes Sola, *The political and ideological constraints to economic management in Brazil (1945-1963)*, Universidade de Oxford, 1982 (tese de doutorado).
13. Entre os grupos de estudo ou de trabalho do Conselho do Desenvolvimento, destacaram-se os de siderurgia, indústria de material ferroviário, transportes aeroviários, celulose e papel, e

borracha. O Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) foi criado pelo Decreto nº 39.412, de 16 de junho de 1956, sob a presidência de Lúcio Meira. Dele faziam parte ainda Roberto Campos (superintendente do BNDE), Eurico de Aguiar Sales (diretor executivo da Sumoc), Joaquim Inácio Tosta Filho (diretor da Cacex), Paulo Afonso Poock Correia (diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil) e Eros Orozco (secretário executivo). Além do GEIA, os outros grupos executivos formados no governo JK foram: o GEMF, de exportação de minério de ferro (1957); o Geicon, da indústria naval (1958); o Geimape, da mecânica pesada (1959), e o Geampe, de assistência à média e pequena empresa (1960). Após o período JK outros grupos executivos foram criados, mas todos perderam progressivamente sua autonomia, vinculando-se aos diferentes ministérios. Ver Luciano Martins, op. cit., p. 417-425, e *Programa de Metas. Relatório das atividades do Conselho do Desenvolvimento em 1958*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1959.

14. A Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), embrião do Banco Central, foi criada pelo Decreto nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, por proposta de Otávio Gouveia de Bulhões. Ver *Otávio Gouveia de Bulhões, depoimento*, Rio de Janeiro, Banco Central, 1990.

A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) foi criada em outubro de 1953 pelo ministro da Fazenda Osvaldo Aranha em substituição à desacreditada Carteira de Exportação e Importação (Cexim), e tornou-se uma importante agência governamental na área de comércio exterior e câmbio.

15. Dênio Nogueira foi o primeiro presidente do Banco Central, de 1965 a 1967. No mesmo período Casimiro Ribeiro foi diretor da instituição. Ver os depoimentos concedidos por ambos ao CPDOC em 1989 dentro do projeto "A criação do Banco Central: primeiros momentos", realizado em convênio com o Banco Central.
16. João Batista Pinheiro nasceu em 1914 e ingressou na carreira diplomática em 1940. Foi professor de economia do Instituto Rio Branco e no período de 1956 a 1961 ocupou uma das diretorias do BNDE.

Otávio Dias Carneiro (1912-1968) ingressou na carreira diplomática em 1940. Doutor em economia pelo MIT em 1951, foi chefe do Departamento Econômico do BNDE em 1953. Em 1956 voltou de Londres, onde servia, para trabalhar no Conselho do Desenvolvimento, e aí permaneceu até 1957. Ministro da Indústria e Comércio em 1962, no gabinete parlamentarista de Francisco Brochado da Rocha, foi diretor executivo da Sumoc de março de 1963 até abril de 1964.

Miguel Osório de Almeida nasceu em 1916 e ingressou na carreira diplomática em 1942. Em 1959 voltou de Washington, onde servia, e passou à disposição do BNDE.

Luís Paulo Lindemberg Sette nasceu em 1929 e ingressou na carreira diplomática em 1954. Também retornou de Washington em 1959 para trabalhar no BNDE. Ver Ministério das Relações Exteriores, *Almanaque do pessoal*, 1983, e *DHBB*, op. cit.

17. Daniel Faraco, nascido em 1911, foi constituinte pelo PSD do Rio Grande do Sul em 1946 e teve longa vida parlamentar como deputado federal. Em várias legislaturas esteve à frente da Comissão de Economia da Câmara. Foi ministro da Indústria e Comércio do governo Castelo Branco (1964-1966). Ver *DHBB*, op. cit.
18. Jean Monnet (1888-1979), empresário francês, tornou-se conhecido por suas teses de cola-

- boração internacional que inspiraram grandes estadistas, como De Gaulle, Churchill e Roosevelt. Em 1945 elaborou um bem-sucedido plano de modernização e reequipamento da indústria francesa, cuja implementação introduziu mecanismos neocorporativos de negociação, reunindo lado a lado burocratas, empresários e líderes sindicais. Um dos articuladores do Mercado Comum Europeu, inspirou e presidiu a Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Nos anos 50, sob a inspiração do plano de 45, o governo francês elaborou e aplicou o *Deuxième Plan de Modernization et d' Equipement: 1954-1957* (Paris, Imprimerie des Journaux Officiels, 1956). Ver Jean Monnet, *Mémoires*, Paris, 1977, e *The Fontana biographical companion to modern thought* (Alan Bullock e R. B. Woodings ed.), Fontana Paperbacks, 1983.
19. Cleanto de Paiva Leite, nascido em 1921, formou-se em direito e pós-graduou-se em economia em Londres e Nova York. No segundo governo Vargas, trabalhou na Assessoria Econômica da Presidência da República, atuou na organização do Banco do Nordeste e foi diretor do BNDE. Em 1957 passou a chefiar o gabinete do ministro Lúcio Meira. Foi ainda diretor executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais da FGV. Ver *DHBB*, op. cit. e Cleanto de Paiva Leite, *Depoimento-1988*, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil - FGV-CPDOC.
 20. José Luís Bulhões Pedreira, advogado e tributarista, redigiu a lei do Imposto Único sobre Combustíveis, foi o idealizador da correção monetária e o autor da Lei das Sociedades Anônimas.
 21. Trata-se de *Programa de Metas. Relatório das atividades do Conselho do Desenvolvimento em 1958*, op. cit. Vítor da Silva Alves Filho participou da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e foi diretor executivo do Conselho do Desenvolvimento de março de 1958 a julho de 1959.
 22. Dwight Eisenhower (1890-1969), duas vezes eleito pelo Partido Republicano, governou os Estados Unidos de 1953 a 1961. Em junho de 1953, pouco depois do início de seu primeiro mandato, os financiamentos do governo americano ao Brasil foram suspensos, dentro de um quadro de mudanças na política econômica externa norte-americana que restringiu os programas de empréstimo governo-a-governo e fortaleceu a expansão dos investimentos privados no exterior através da diplomacia, da ação militar e da política fiscal. Entre 1956 e 1957 os investimentos diretos de empresas norte-americanas no exterior chegaram a mais de quatro bilhões de dólares, tendo a América Latina recebido 40% desse total. Ver Blanche W. Cook, *The declassified Eisenhower: a divided legacy of peace and political warfare*, New York, Penguin Books, 1984, e Dwight Eisenhower, *Mandate for change: the White House years (1953-1956)*, Doubleday, 1963.
 23. John Foster Dulles (1888-1959) foi secretário de Estado de Eisenhower em seus dois períodos presidenciais. Inimigo irreductível do comunismo, contribuiu para o acirramento da guerra fria. Sob a administração Eisenhower-Dulles, os Estados Unidos se envolveram em operações secretas de contra-insurgência na Guatemala, no Irã, no Oriente Médio, na Ásia e na África, no que constituiu uma grande cruzada anticomunista. Ver Blanche W. Cook, op. cit. O filho de Foster Dulles, John Foster Dulles Jr., é historiador brasileiro e durante alguns anos foi representante da Hanna Mining no Brasil.
 24. O Plano Marshall, proposto pelo secretário de Estado do governo Truman, George Marshall, em junho de 1947, visava recuperar a economia européia abalada pela guerra através da injeção maciça de capitais norte-americanos em 16 países reunidos na Organização para a Cooperação

Econômica Européia.

25. José Soares Maciel Filho (1904-1975) fundou na década de 1930 os jornais *A Nação* e *O Imparcial* com a finalidade de defender o governo de Getúlio Vargas, a quem era pessoalmente ligado. Entre 1952 e 1954 foi superintendente do BNDE e diretor executivo da Sumoc. Ver *DHBB*, op. cit.
26. Esta é a posição de Sergio Besserman Viana, que descarta a importância das medidas nacionalistas do governo Vargas e aponta como causas do fim da Comissão Mista as mudanças do governo Eisenhower, a tentativa mal-sucedida do Banco Mundial de influenciar a política econômica brasileira, o conflito que se estabeleceu na época entre o Banco Mundial e o Eximbank e a crise cambial do Brasil em 1952. Ver Sergio Besserman Viana, *A política econômica no segundo governo Vargas (1951- 54)*, Rio de Janeiro, BNDES, 1987, e “Duas tentativas de estabilização: 1951 e 1954” em Marcelo Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, Rio de Janeiro, Campus, 1989 p. 131-133.

Para uma análise que enfatiza a tensão entre o Banco Mundial e as medidas nacionalistas do governo Vargas (criação da Petrobrás, controle da remessa de lucros etc.), ver Edward Mason e R. Asher, *The World Bank since Bretton Woods*, Washington, The Brookings Institution, 1973, p. 657-665.
27. Nos meses de junho e julho de 1953 o presidente Vargas realizou uma ampla reforma ministerial com o objetivo de arrefecer o ânimo das oposições. No dia 15 de junho João Goulart substituiu José de Segadas Viana no Ministério do Trabalho, no dia 16 Osvaldo Aranha ocupou o lugar de Horácio Lafer no Ministério da Fazenda, no dia 19 José Américo de Almeida substituiu Álvaro de Sousa Lima no Ministério da Viação, no dia 25 Antônio Balbino de Carvalho Filho sucedeu Ernesto Simões Filho no Ministério da Educação e no dia 26 foi a vez do Ministério da Justiça, de onde foi afastado Francisco Negrão de Lima para dar lugar a Tancredo Neves. Finalmente, em 1º de julho Vicente Rao substituiu João Neves da Fontoura no Ministério das Relações Exteriores.
28. João Goulart (1919-1977) foi eleito vice-presidente da República ao lado de JK em outubro de 1955, em chapa lançada pela coligação PSD-PTB. Em 1960 voltou a concorrer ao cargo pela mesma aliança, na chapa encabeçada pelo marechal Henrique Lott. O marechal foi derrotado por Jânio Quadros, mas Goulart foi eleito. Com a renúncia de Jânio, assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961 sob o regime parlamentarista. Foi deposto pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, seguindo para o exílio no Uruguai, onde faleceu. Ver *DHBB*, op. cit.
29. O memorando de João Batista Pinheiro sobre a viagem de João Goulart aos Estados Unidos, datado de 29 de maio de 1956, encontra-se no arquivo de Lucas Lopes.
30. O Encontro dos Presidentes, como foi denominada a conferência realizada na cidade do Panamá no período de 19 a 24 de julho de 1956, destinou-se a comemorar os 130 anos do Congresso do Panamá, instalado por Simon Bolívar em 1826. Juscelino participou do encontro e lá manteve várias conversações privadas com Eisenhower, obtendo para o Brasil um crédito especial no valor de 12 milhões de dólares. Ver Juscelino Kubitschek, *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, vol. 3, p. 61.

31. O presidente da Argentina na ocasião era o general Pedro Eugenio Aramburu, que assumira o poder graças a um movimento militar em novembro de 1955, sucedendo ao general Eduardo Lonardi. Pouco antes, em setembro de 1955, Lonardi havia deposto Juan Domingo Perón, que governou o país por quase uma década. Somente em fevereiro de 1958 realizaram-se eleições na Argentina, iniciando-se o governo de Arturo Frondizi (1958-1962).
32. A oposição ao Plano de Metas partia principalmente da UDN, dos cafeicultores, de economistas filiados à corrente liberal como Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões e da imprensa de oposição, representada por *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*.
33. A idéia da Operação Pan-Americana (OPA) foi lançada por JK em junho de 1958 como objetivo de obter a assistência norte-americana para o desenvolvimento econômico da América Latina. O programa visava não só alcançar melhores preços para as matérias-primas vendidas aos EUA, como agilizar financiamentos. Apesar da criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os resultados da OPA foram desanimadores.

A Aliança para o Progresso, programa de assistência norte americana ao desenvolvimento sócio-econômico da América Latina, resultou da reunião realizada em agosto de 1961 em Punta del Este, da qual participaram representantes das repúblicas americanas que faziam parte da Organização dos Estados Americanos (OEA). Alvo das críticas tanto de especialistas, pela não execução das metas propostas, como de políticos latino-americanos, por uma denunciada subordinação aos interesses dos EUA, a partir de 1970 os programas da Aliança passaram à responsabilidade da OEA. Ver *DHBB*, op. cit.

34. Edmundo Barbosa da Silva nasceu em 1917 e ingressou na carreira diplomática em 1939. Em 1954 assumiu a chefia do Departamento Econômico do Itamarati, tendo participado durante o governo JK de missões diplomáticas que negociaram as grandes questões da economia externa brasileira da época. Ver *DHBB*, op. cit.
35. Os investimentos privados que entraram no país entre 1955 e 1960 valeram-se basicamente da Instrução 113 da Sumoc, baixada em 17 de janeiro de 1955 pelo ministro Gudín, que autorizava a importação de equipamentos sem o pagamento de divisas, uma vez que esses equipamentos eram considerados investimento estrangeiro. Do total de 484.715.000 dólares de investimentos feitos no período via Instrução 113, 73% destinaram-se às indústrias de base (incluindo-se aí a indústria automobilística e de autopeças) e 27% às indústrias leves; cerca de 43% eram americanos, 20% alemães e 7% suíços, distribuindo-se o restante entre canadenses, japoneses, franceses, ingleses e italianos. Ver Banco do Brasil, *Relatório 1964*, p. 298, e Celso Lafer, *The planning process and the political system in Brazil*, op. cit., p. 221.
36. Em 1956, quando JK assumiu o governo, a potência instalada de energia elétrica no Brasil era da ordem de 3.148.000 kW. Em 1958 passou a 3.993.100 kW, chegando no final do governo, em 1960, a 4.777.000 kW. Ver Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, op. cit., p. 140.
37. O engenheiro Catulo Branco, da Comissão de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, trabalhou nos projetos de Caraguatuba e Barra Bonita, no rio Tietê, e realizou minucioso estudo sobre tarifas. Foi eleito deputado estadual em 1947 e caracterizou-se por uma postura nacionalista, combatendo a presença estrangeira no setor de energia elétrica. Ver Catulo Branco, *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

38. Augusto Frederico Schmidt (1906-1965), poeta e editor ligado ao pensamento católico, empenhou-se na campanha presidencial de JK, obtendo recursos junto ao empresariado e neutralizando as resistências ao nome de João Goulart. Um dos mais prestigiados assessores de Juscelino, idealizou a Operação Pan-Americana (OPA), criada em 1958 com o objetivo de atrair investimentos norte-americanos para a América Latina sob a liderança do Brasil. Participou de empreendimentos nos setores de minérios (Orquima), alimentação (Supermercados Disco) e seguros (Meridional) entre outros. No início dos anos 60 pertenceu ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e tomou parte na conspiração que levou à deposição de Goulart em 1964. Ver *DHBB*, op. cit., e René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981.
39. O reaparelhamento do sistema ferroviário nacional, com a substituição das máquinas a vapor por locomotivas dieselétricas, foi aprovado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, mas não foi levado a efeito no governo Vargas. Juscelino Kubitschek retomou o projeto e obteve do Eximbank um financiamento de 125 milhões de dólares. Ao mesmo tempo enviou ao Congresso projeto de lei unificando as ferrovias federais, origem da Lei nº3.115, de 16 de setembro de 1957, que criou a Rede Ferroviária Federal S.A. Ver Presidência da República, Conselho do Desenvolvimento, *Programa de Metas*, tomo 2 (Energia e transportes), 1958.
40. A Usiminas foi criada em 1956 na cidade de Ipatinga, em Minas Gerais, e começou a operar em 1962. Seu principal acionista é o BNDE, mas entre os sócios minoritários destaca-se o grupo japonês Nippon-Usiminas Kabushiki Kaisha, com cerca de 20% do capital acionário (ver Werner Baer, *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 190). Os livros mencionados por Lucas Lopes são: Demerval José Pimenta, *O minério de ferro na economia nacional*, Rio de Janeiro, s. c., 1950, e Francisco Magalhães Gomes, *História da siderurgia no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1983.
41. A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) foi fundada em 1953 por iniciativa do engenheiro Plínio de Queirós com o apoio de poderosos grupos financeiros de São Paulo. Diante da impossibilidade de os capitais privados levarem adiante a construção da usina, o BNDE, o governo do estado de São Paulo e o Tesouro Nacional tornaram-se acionistas da empresa, controlando respectivamente 58%, 23% e 6% das ações. Ver Werner Baer, op. cit., p. 108.
42. José Francisco Bias Fortes (1891-1971), político mineiro com base em Barbacena e um dos fundadores do PSD, governou Minas de 1956 a 1961.
43. Keidanrem, ou Federação das Organizações Econômicas, é a entidade máxima que congrega as diversas associações empresariais japonesas, como a Federação das Associações de Empregadores do Japão e a Câmara Japonesa de Comércio e Indústria. Seus dirigentes provêm das grandes corporações e empresas monopolísticas (como é o caso de Toshio Doko, ligado à Ishikawagimae à Toshiba) e assessoram o governo na formulação e implementação da política industrial e de comércio exterior. Ver Koji Morioka, "Japan", em Tom Bottomore e R. Brym (eds.) *The capitalist class: an international study*, Londres, Harvester Wheatsheaf, 1989, p. 140-176.
44. Augusto Trajano de Azevedo Antunes nasceu em São Paulo em 1906. Iniciou sua carreira como empresário de mineração arrendando a jazida do Pico do Itabirito, próxima a Belo Horizonte. Em seguida organizou, em associação com a Bethlehem Steel, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. -- Icomi, para explorar as jazidas de manganês da serra do Navio, no atual estado

do Amapá. À frente do grupo Caemi (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), associou-se em 1965 à Hanna Mining, formando a Minerações Brasileiras Reunidas S.A., que construiu o porto de Sepetiba para exportar minério de ferro. Em 1982 adquiriu o controle acionário do Projeto Jari, mantendo-se na chefia do grupo Caemi, que hoje engloba empresas de ramos variados, da mineração à celulose e alimentos. Ver *Veja*, nº 696, 13/1/1982.

45. Sidney Alberto Lattiniera funcionário do Banco do Brasil à disposição da Sumoc, onde dirigiu a Divisão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros. Foi secretário executivo do GEIA após a saída de Eros Orozco, e secretariou também o grupo de estudo de exportação de minério de ferro.
46. Ricardo Jafet (1907-1958), industrial paulista, fundou em 1936 a Mineração Geral do Brasil, voltada para a exploração de minério de ferro, manganês, cromo, carvão e ouro. Foi presidente do Banco do Brasil no segundo governo Vargas, de 1951 a 1953, tendo na época se desentendido com o ministro da Fazenda Horácio Lafer e sofrido ataques pelo empréstimo que concedeu ao jornal governista *Última Hora*. Ver *DHBB*, op. cit.
47. Elieser Batista da Silva ingressou na Companhia Vale do Rio Doce em 1949, tendo ocupado vários cargos até ser nomeado presidente da empresa em 1961. Em setembro de 1962 assumiu o Ministério das Minas e Energia do governo parlamentarista de João Goulart, onde permaneceu até junho de 1963. Em 1965 tornou-se diretor-presidente da Minerações Brasileiras Reunidas S.A., pertencente a Augusto Trajano de Azevedo Antunes, e de 1979 a 1986 voltou a presidir a Vale do Rio Doce. A partir de então passou a dirigir a área internacional da empresa. Ver *Jornal do Brasil*, 22/7/1990.

João Agripino Filho foi deputado federal pela UDN da Paraíba de 1946 a 1961, quando se tornou o primeiro titular do Ministério das Minas e Energia. Voltou ao Congresso como deputado (1961-1963) e senador (1963-1966), e governou a Paraíba de 1966 a 1971. Ver *DHBB*, op. cit.
48. Clóvis Salgado da Gama (1906-1978), eleito vice-governador de Minas ao lado de Juscelino em 1950, governou o estado de março de 1955 a janeiro de 1956, quando tomou posse no Ministério da Educação e Saúde. Em 1960 foi mais uma vez eleito vice-governador de seu estado, embora seu companheiro de chapa, Tancredo Neves, tenha sido derrotado pelo udenista Magalhães Pinto. Ver *DHBB*, op. cit.
49. Ver Celso Lafer, *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's Target Plan* (1951-1961), op. cit.
50. O Acordo do Trigo, firmado pela primeira vez entre Brasil e Estados Unidos em 1955 e sucessivamente renovado, consistia numa complexa operação de financiamento, na qual o pagamento brasileiro pelo trigo norte-americano importado era entregue ao Eximbank, que por sua vez o reapplicava no Brasil, sob a administração do BNDE. Ver Aristóteles Moura, *Capitais estrangeiros no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1959, p. 349-355, e *DHBB*, op. cit.
51. Carlos Berenhauser Júnior, engenheiro militar, foi diretor comercial da CHESF desde sua instalação em 1948 até 1961. Ver Afrânio de Carvalho, *Paulo Afonso e a integração nacional*, Rio de Janeiro, Forense, 1989.
52. Ver Clemente Mariani, *Depoimento - 1978*, Rio, FGV/CPDOC - História Oral.
53. Walt Witman Rostow, economista norte-americano nascido em 1906, formulou uma teoria sobre o desenvolvimento segundo a qual seria possível enquadrar todas as sociedades, em suas

dimensões econômicas, dentro de cinco categorias: sociedade tradicional, pré-condições para o arranco, o arranco (*take off*), marcha para a maturidade e era do consumo em massa. Ver W. W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não comunista)*, Rio de Janeiro, Zahar, 1974 (edição original, 1960).

54. Em 1º de outubro de 1957 Juscelino sancionou a Lei nº 3.273, do Congresso Nacional, que fixava a data de 21 de abril de 1960 para a transferência da capital para Brasília. A lei resultou do projeto do deputado Emival Caiado, da UDN de Goiás, que desejava fazer coincidir a data da mudança da capital com o dia consagrado às homenagens ao martírio de Tiradentes. Ver Juscelino Kubitschek, *Por que construí Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1975, p. 40.

CAPÍTULO 7

O Ministério da Fazenda

O ministro Gudin

Em 25 de junho de 1958 o senhor foi nomeado ministro da Fazenda em substituição a José Maria Alkmin, com o objetivo de implementar um plano de estabilização econômica. No governo Café Filho, Eugênio Gudin havia feito tentativa semelhante. Como o senhor via na época a gestão de Gudin no Ministério da Fazenda?

Naquela época eu era ministro da Viação e, nas reuniões de ministério, sentava-me frente a frente com Gudin — os lugares à mesa são marcados em função da data de criação dos ministérios, e os ministros da Fazenda e da Viação sentavam-se *vis à vis*. Assisti portanto Gudin fazer as exposições iniciais. As reuniões de Café Filho eram semanais, e Gudin falava horas, explicando qual era a situação do país. Ele tinha aquela disposição de mestre, e não havia muita gente para contestá-lo. Quem mais o contestava era o general Lott, que se sentava à sua direita e quase sempre tinha na mão um número da *Conjuntura Econômica* para citar. Do meu lado sentava-se Raul Fernandes, ministro das Relações Exteriores, que com um enorme senso de humor achava engraçadíssima aquela discussão do Lott com o Gudin: de um lado, um grande general que não entendia nada de economia, e, de outro, um dos maiores economistas brasileiros.

O que dizia o general Lott?

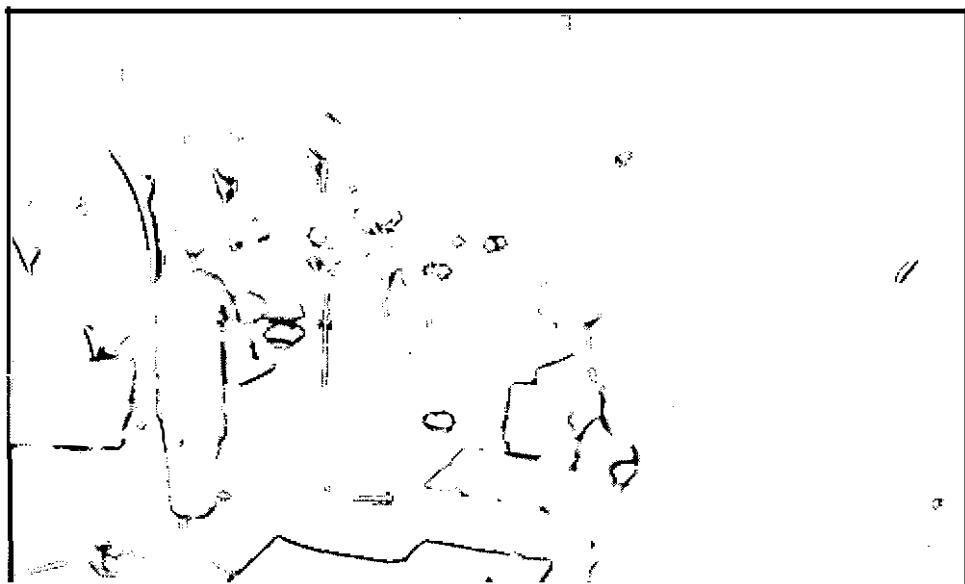
Lott discutia os problemas apresentados por Gudin, que logo de início mostrou que estávamos vivendo uma crise gravíssima em termos de recursos internos, pois os orçamentos estavam completamente furados e os estados emp-

brecidos. Em termos de recursos externos, estávamos atravessando momentos de baixa total. Não tínhamos recursos para nada e a situação era muito séria.

Não cabe aqui entrar no detalhe do que foi a política de Gudin para sobreviver naqueles primeiros momentos. Ele não tinha um plano de governo escrito, era um homem anti-plano, sabia que regra de três não exige plano, e sim bom-senso e boa prática, mas tinha uma definição de política. E um dos elementos fundamentais de sua política era tentar evitar emissões para cobrir o déficit do governo, para comprar café e estocar, todos esses procedimentos que resultam no aumento do poder de compra, que por sua vez pressiona a inflação.

Gudin insistiu muito junto ao presidente Café Filho que se fizesse um programa de economia, e pediu que cada ministro desse uma contribuição, aplicando esse programa ao orçamento de sua pasta para o ano seguinte, que àquela altura já tinha sido aprovado pelo Congresso. Eu dei uma grande contribuição ao Ministério da Viação, examinando o que era o nosso orçamento e verificando quantas verbas havia ali sem nenhum sentido. No orçamento elaborado pela Câmara cada deputado tinha o direito de fazer as propostas que bem entendesse, de modo que eles combinavam as propostas, e com isso apareciam dezenas de ramais ferroviários e obras públicas sem menor cabimento. Não havia sequer projeto. Na verdade era um orçamento fantasioso, que não ia ser gasto porque existia a verba, mas não existia o projeto para consumi-la. De toda forma, Gudin insistiu que um programa de economia daria um sentido de responsabilidade aos gastos públicos, porque o Brasil estava caminhando para um processo inflacionário grave e estava vivendo uma crise séria de café. Estávamos saindo de uma política de desfecho de café feita por Osvaldo Aranha no final do governo Vargas que tinha sido um verdadeiro desastre.

Gudin estava portanto diante de uma situação quase insustentável. Como já contei a vocês, ele foi aos Estados Unidos com o pires na mão, precisando de duzentos milhões de dólares, e encontrou as portas fechadas. George Humphrey, que na época era secretário do Tesouro e mais tarde, quando era presidente da Hanna Mining, tornou-se meu amigo, foi quem recebeu Gudin nessa sua viagem. Anos mais tarde, conversando com o velho Humphrey, contei-lhe que Gudin havia ficado profundamente chocado, porque no momento em que precisou daquele dinheiro, uma insignificância numa crise grave como a do suicídio de Vargas, não encontrou uma única porta aberta, mas apenas resistências e dificuldades. Gudin voltou realmente desesperado. E o Humphrey então me disse uma coisa muito simples: “Naquela época eu tinha problemas tremendamente pressionantes, de modo que quando ia receber alguém, pedia aos meus auxiliares um memorando dizendo qual era o assunto e qual deveria ser a nossa sugestão. Antes de receber o ministro Gudin,



Em reunião do ministério Café Filho, os ministros Eugênio Gudin e Lucas Lopes ao lado do presidente, sentados frente a frente.

li o memorando e disse: vocês estão querendo pedir que esse senhor imponha a seu país um remédio que nós não toleraríamos! Não podemos fazer isso, pois nós, americanos, não toleraríamos uma medicina dessas!” Eles sugeriam um processo de recessão para evitar uma crise total de falência, pois não dispúnhamos de recurso algum.

Gudin foi obrigado a tomar medidas da maior importância, e uma delas foi usar a reserva ouro do Brasil, o chamado tesouro de guerra, para fazer um empréstimo no Federal Reserve Bank com uma *negative pledge clause*. Ele se comprometeu a manter esse ouro lá e não usá-lo para finalidade alguma até pagar o empréstimo. Teve tantas dificuldades que chegou a penhorar o ouro que o Brasil tinha entesourado para poder pagar coisas fundamentais. Houve momentos em que até as contas de petróleo eram penduradas pelo Brasil.¹

Qual era exatamente a situação do café quando Gudin assumiu?

Gudin encontrou um caos na política do café, provocado pela defesa do Aranha, que foi conduzida principalmente por Marcos de Sousa Dantas e

representou uma aventura total.² Eles fixaram preços completamente absurdos, e exatamente nesse momento houve um colapso. Foi um fenômeno típico de reação psicológica. Quando houve aquele atentado da Toneleros, a bolsa de café de Nova York refletiu esse fato com uma queda de duzentos pontos, que era o máximo permitido por dia, durante dias seguidos. Esses dados da queda dia-a-dia são impressionantes como fenômeno de reflexo político. Que angústia deve ter vivido o Aranha, o próprio Vargas – se é que ele soube disso. Faço essa pergunta a mim mesmo: será que Getúlio sabia do que estava acontecendo com a bolsa de café em Nova York? Os jornais não falavam muito nisso na época, estavam presos à República do Galeão.³ Mas o que estava ocorrendo era um colapso. E isso só cessou no momento em que, já no governo Café Filho, Gudin adotou uma medida, não de intervenção na bolsa de Nova York, mas de fixação do preço mínimo do café em Santos.⁴

A presença de Gudin no governo foi da maior importância, porque ele teve autoridade técnica, era um homem da maior capacidade verbal para convencer, para tentar vencer resistências. Ele não tinha a menor sensibilidade para os problemas políticos. Café Filho teve que resolver seus problemas políticos sem contar com a colaboração de Gudin, recorrendo a Clemente Mariani, presidente do Banco do Brasil, que realmente lhe foi mais útil sob esse aspecto. Não tenho nenhum comentário que não seja de elogio e admiração por Gudin nessa fase. Mais tarde discordei de suas idéias, apesar de concordar com seu liberalismo.

Monetaristas e desenvolvimentistas

Gudin realmente parece ter sempre optado por uma política de estabilização monetária em detrimento do crescimento econômico, enquanto o senhor parece ter dado prioridade ao crescimento, mesmo desejando conter a inflação.

Tenho lido ultimamente vários livros sobre economia brasileira, e vejo que os jovens historiadores se preocupam muito em classificar: havia uma tendência monetarista, havia uma tendência desenvolvimentista... O historiador é obrigado a classificar e a colocar os fatos numa seqüência, mas a vida é muito mais fluida, muito mais indefinida. Gudin também lutava por algumas obras que ele sabia que eram da maior importância, inclusive as da companhia a que pertencia, a Amforp, que construiu a usina de Ponte dos Peixotos. Gudin era engenheiro, era

um homem que a vida toda também trabalhou em problemas de engenharia. Era um professor de economia que tinha participado de Bretton Woods, da definição da política monetária e financeira de um mundo diferente, do mundo do pós-guerra. Gudin era o grande mestre liberal da economia, um dos melhores economistas que o Brasil já teve em termos de formulação para uso prático. Ele não fazia fórmulas matemáticas, não se perdia na macroeconomia, sabia dosar sua importância.

Sinto que ainda hoje há essa idéia de classificar: fulano era monetarista, fulano era desenvolvimentista. Eu fui um dos mais violentos monetaristas durante um certo período, porque recebi o Ministério da Fazenda num momento em que tinha que lutar para que sobrevivesse o valor da moeda, para que a inflação não chegasse a um nível fora do controle. Tive que conviver com Juscelino, que era um desenvolvimentista *à outrance*, que pouco se incomodava com esses problemas. Era o efeito da deseducação do político brasileiro em termos de política monetária e financeira. Os políticos brasileiros não acreditavam em inflação, acreditavam em obras bem-feitas. Pouco se incomodavam se essas obras resultavam ou não de um processo inflacionário, da emissão de recursos.

A idéia de Juscelino e de todo o universo político em que vivíamos era que a execução de obras criaria condições para que nos anos seguintes existissem elementos de recuperação. Não havia julgamento se, ao executar essas obras, se estaria criando um processo perverso de inflação que tornaria inviável o prosseguimento da política de desenvolvimento. Faltou sempre um senso de equilíbrio, a noção de até que ponto era possível concordar com uma pressão inflacionária para no futuro poder recuperar esse processo com o desenvolvimento econômico. Dizia-se: “O desenvolvimento econômico compensará as dificuldades que estão surgindo no excesso de inflação.” A emissão de moeda, o gasto de recursos públicos para criar coisas novas são muito agradáveis. É uma fase ótima a de fazer, a de gastar. É muito difícil chegar num momento e dizer: “Agora não se pode mais gastar porque a consequência será um processo incontrolável de inflação.”

Houve realmente no Brasil um período, não direi de orientação isebiana ou cepalina, mas de orientação desenvolvimentista, em que prevaleceu a idéia de que tínhamos uma vocação para crescer e era preciso crescer de qualquer forma. Todos nós queremos crescer, mas a partir de um certo momento, aqueles que convivem mais de perto com os problemas sabem que o crescimento é limitado por fatores inelutáveis. Um dos mais graves é um processo inflacionário sem controle. A ausência de recursos no balanço de pagamentos, o endividamento externo que absorve a capacidade de execução, a moratória, tudo isso são coisas que teríamos dado tudo para evitar se tivéssemos tido a responsabilidade de conduzir o processo desde o início.

No início do governo JK o senhor estava no BNDE, que tinha uma estrutura própria de captação de recursos, independente de procedimentos inflacionários do governo, mas implementava uma política de crescimento. Dois anos depois, ao assumir o Ministério da Fazenda, o senhor procurou pôr em prática um plano de estabilização. Sem querer cair em classificações simplificadoras, ainda assim há uma diferença entre o senhor e Eugênio Gudin: ele jamais aceitaria um ministério do governo JK.

Sua análise me leva a recordar o gráfico que preparei, ainda antes da eleição de JK, para as *Diretrizes gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico*, sobre o qual já falamos. Esse gráfico teve um pouco a intenção de dar a Gudin a visão do que o governo JK pretendia fazer. Eu imaginava que o ano de 1956, que corresponderia à fase em que os projetos estariam sendo detalhados, seria um período de luta contra a inflação. Só então se iniciaria uma curva crescente de investimentos. Esse gráfico era a forma que eu tinha de responder a Gudin e de dar uma visão geral da tendência do plano de governo.

Como seria feito o controle monetário da economia nesse período inicial?

Ainda não se pensava em como fazer o controle. A idéia era tentar educar todos nós sobre a necessidade de haver uma seqüência de estágios no governo. Um governo, ao assumir o poder, qualquer que seja o partido, tem uma fase de elaboração de projetos, de planos, de leis, e uma fase de implementação. Gudin não acreditava num plano como esse e tinha razão. Devia saber o que seria feito ou não.

Existe um outro documento, que foi preparado antes da posse de Juscelino, quando eu estava no Ministério da Viação do Nereu. Naquela época convoquei um grupo de amigos para fazer um balanço sobre o estado da economia no Brasil. É um trabalho pequeno, mimeografado, que tem a colaboração de pessoas que estavam naquele momento no governo, no BNDE, na Sumoc. Foi o primeiro balanço das tendências gerais de crescimento da inflação, de aumento de custos, com uma análise da taxa de câmbio. Esse primeiro documento já esboçava um programa de busca de estabilização.⁵

O ministro Alkmin

Quando o senhor viu o Programa de Metas ser implementado e não viu essa política de estabilização se tornar realidade, qual foi sua reação?

Eu não tinha nenhuma preocupação política. Tinha uma missão a cumprir e procurei me desincumbir dela. Era um amigo e auxiliar modesto de Juscelino, e sabia que não era experiente o bastante para impor meus pontos de vista de forma drástica. Nunca coloquei uma posição junto ao Juscelino do tipo: ou faz assim ou vou embora. Nunca coloquei nada nesses termos. Sempre procurei dar a ele minha colaboração, mesmo quando não aceitava certas coisas que ele solicitava. Nesse caso eu dizia: “Isso eu não faço porque está errado, por isso e por isso.” Havia uma liberdade muito grande de colaboração.

No início do governo tive apenas uma crise séria com Juscelino. Como presidente do BNDE, fui convidado a fazer um discurso de paraninfo para a Escola Amaro Cavalcanti, do Largo do Machado. Fiz esse discurso correndo e, lá pelas tantas, usei uma expressão que ficou chocante. Disse: “Nós, que vimos tolerando de forma displicente uma inflação galopante de 2% ao mês...” Até hoje se usa essa expressão “inflação galopante”, mas quem a empregou pela primeira vez fui eu, por acaso. E no dia seguinte isso se transformou numa grande manchete. Aliomar Baleeiro⁶ foi para a Câmara e disse o diabo, Geraldo Rocha escreveu uma série de artigos enormes contra mim. Outros analisaram psicologicamente, dizendo que era um caso de angústia. Outros, que era o malogro da minha gestão no BNDE.

Durante alguns dias o ambiente ficou quente, e Juscelino ficou magoado. Achou que havia sido uma traição minha, uma impropriedade, sei lá. Eu tinha dito uma verdade, e ele não gostou. E passou alguns dias sem me telefonar ou procurar. Normalmente eu ia para o escritório do BNDE, e a primeira pessoa que me chamava de manhã cedo era Juscelino, para comentar os assuntos. Sua atividade era realmente excepcional, ele tinha uma participação muito maior do que o político em geral. Não se preocupava com o diz-que-me-diz político, mas queria saber dos problemas que estavam ocorrendo. Diariamente nos falávamos, mas depois do discurso da inflação galopante ele silenciou por dois, três dias.

Geralmente, ao voltar para casa, eu passava no palácio do Catete para visitar o Penido.⁷ Disse ao Penido que tinha decidido não pedir demissão, o Juscelino que me intimasse a fazê-lo pelos jornais. Penido dizia que o Alkmin tinha ficado magoadíssimo, que aquilo era uma acusação contra ele. Eu respondi: “Se ficou magoado a culpa é dele, ele que conserte a inflação, porque que ela está ruim,

está.” Fiquei numa posição meio teimosa, e Juscelino num silêncio absoluto. Até que um dia recebo uns documentos sobre a minha mesa, um dossiê com uma exposição de motivos e um pedido de autorização para a formação da companhia de Furnas que havia sido preparado por mim e pelo Cotrim e enviado ao Juscelino. Pois ele devolveu aquilo com a seguinte mensagem: “Aprovo com entusiasmo. Obras como esta é que impedirão que o Brasil caia numa inflação galopante. Juscelino Kubitschek.” Percebi evidentemente que era uma forma de alegria, peguei o telefone na mesma hora e disse: “Ô Juscelino, recebi a aprovação de Furnas, estou no maior entusiasmo, vamos tocar isso para a frente!” E nunca mais se falou no assunto.

Realmente, fiquei sendo considerado um pouco como o anti-Alkmin. Não tinha intenção, mas era obrigado a sê-lo porque ele era totalmente displicente em termos de inflação e de controle dos gastos públicos. Era político puro, não pensava em gastos, e eu é que tinha a preocupação de que não se fizessem coisas demais, porque aquilo que fosse feito a partir de certo limite iria prejudicar o Programa de Metas.

Foi em função dessas atitudes que o senhor passou a ser caracterizado junto à imprensa e à classe política como um homem que tinha apreço pela estabilidade econômica. Talvez não na mesma medida em que um Gudin ou um Otávio Gouveia de Bulhões,⁸ mas ainda assim...

Lamento que não fosse como Gudin ou Bulhões, mas na verdade eu não tinha competência para ter o apreço pela estabilidade que eles tinham. Fui discípulo modesto, de leituras posteriores, do Gudin e do Bulhões. Mas estava trabalhando num programa de investimentos de uma escala enorme, que cobria toda a economia brasileira, e não podia deixar de ter sensibilidade para o aumento dos custos inflacionários que iria ocorrer ao longo de cinco anos de um programa de trabalho.

Dentro do BNDE e do Conselho do Desenvolvimento, os economistas que foram trazidos de fora fizeram um trabalho muito bom. Dias Carneiro fez a primeira matriz de *input-output* no Brasil, um instrumento de investigação econômica que não existia antes. A preocupação que tínhamos com a economia do país no BNDE, assim como no Conselho do Desenvolvimento, era muito nítida. No conselho, tínhamos a participação de homens da elite da Sumoc, da Cacex, da Carteira de Câmbio, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Estávamos atentos aos problemas que iriam se refletir nos orçamentos que vinham pela frente. A preocupação com o equilíbrio orçamentário antecipou as discussões com o Banco

Mundial e o Fundo Monetário. Desde o início pensávamos nisso, pois sabíamos que sem um ritmo definido de fluxo de caixa em cruzeiros, iríamos ser atropelados e pararíamos mais adiante por falta de recursos. A obra mais cara é aquela que pára no meio do caminho por falta de recursos depois de terem sido feitos investimentos enormes. Eu tinha realmente sensibilidade para esses problemas e procurava estudá-los.

Mas ao mesmo tempo o senhor tinha sensibilidade para entender que JK iria realizar seu projeto de qualquer maneira, custasse o que custasse.

Sempre apoiei muito Juscelino na sua fase maluca e desapoiei na fase assertiva. Na fase de lançar idéias eu estava quase sempre a seu favor, achava que era preciso fazer mesmo. Depois eu tinha que segurar um pouco, tinha que evitar que ele fizesse as coisas de forma errada.

De certa forma, Juscelino foi puxado por duas forças opostas: de um lado o senhor, e de outro Alkmin.

Alkmin normalmente não entrava na área de investimento, nunca participou do Programa de Metas. Tudo o que Juscelino fez, foi feito independentemente do Alkmin. Ele se ocupava com a política de café, com a política de câmbio. A parte construtiva, positiva, do governo, era JK mesmo quem fazia pessoalmente. E nisso contava comigo, com Lúcio Meira, com uma porção de gente. Eu polarizava, porque presidia o BNDE e estava com uma boa parte do dinheiro na mão. Os outros tinham que fazer um pouco de agrado para receber esse dinheiro, ou ao menos me convencer de que o momento era adequado.

Como foi afinal seu relacionamento com Alkmin na primeira fase do governo JK? Havia uma animosidade clara?

Não. Meu relacionamento com Alkmin foi sempre ótimo em termos mineiros. Ele talvez tivesse medo de que eu pudesse eventualmente fazer sombra a seus objetivos de ser governador de Minas, mas eu não tinha grandes ambições, queria apenas realizar os meus programas, era mais inocente do que ele. Alkmin nunca teve conflitos diretos comigo, mas nunca me tratou como o amigo ideal. Também não éramos inimigos e sempre colaboramos. No momento inicial do governo JK, ele torpedeou a reforma cambial, e sempre considerei que uma das

faltas mais graves daquela fase foi não se ter feito a reforma. Isto veio mais tarde a se refletir numa porção de problemas sérios. Opus-me a ele naquele momento, mas depois nunca mais tomei parte nos problemas que ele tinha na Fazenda e tratei de me concentrar exclusivamente nos problemas do BNDE.

Alkmin tratava-me com muita cordialidade, mas evidentemente tinha medo de que eu pudesse ter ambições. Talvez pressentisse que eu viria a ser seu sucessor na pasta da Fazenda, como realmente ocorreu. Mas isso ocorreu por que motivo? Em determinado momento eu simbolizei o anti-Alkmin, quando ele estava entrando numa fase crítica da política de café. Ele estava inteiramente perdido na fase final como ministro da Fazenda, enquanto eu estava mais protegido. Eu era um homem que estava tendo sucesso no BNDE, obtendo financiamentos etc., e ele não participava em nada disso. Se vocês forem olhar as informações de jornais da época, vão encontrar comentários muito interessantes. A notícia do meu acordo com o Eximbank saiu em vários jornais, que o classificaram de excelente, dizendo que o Brasil abria novos horizontes. Mas o acordo foi extremamente criticado pelo jornal que era porta-voz do Alkmin, o *Diário Carioca*, do Horácio de Carvalho.⁹ Eles disseram que o acordo havia sido negativo, que tínhamos ido aos Estados Unidos buscar uma ninharia... Uma notícia inteiramente deformada, visivelmente inspirada pelo Alkmin.

A nova equipe econômica

Como transcorreu o processo de sua nomeação para o Ministério da Fazenda em substituição a José Maria Alkmin?

Alkmin tinha a idéia de ser deputado, e portanto deveria se afastar do ministério para poder concorrer à eleição no mês de outubro de 1958. Como eu discordava de muitos aspectos de sua administração, lá pelo mês de março, abril, senti que deveria fugir do Rio de Janeiro para não ser envolvido em comentários ou acusações políticas, pois naquele momento ele estava sendo alvo de uma tremenda campanha dos jornais. Eles inventaram umas histórias de uísque a meio dólar, de importação de automóveis, uma série de coisas.¹⁰ Alkmin vivia realmente uma vida muito desgastante. Eu queria fugir do Rio, e naquele momento recebi o convite para ir ao Japão. Na volta do Japão, tinha o compromisso de passar por Washington para uma reunião, se não me engano, de bancos de investimento. Deixei minha mulher em Paris com uns amigos, fui para Washington e de lá voltei, depois de um mês fora.

Mas ao passar por Washington, já encontrei meu amigo Otávio Paranaguá, que era representante do Brasil no Fundo Monetário, com a notícia de que eu estava sendo esperado aqui para ser o ministro da Fazenda, pois Alkmin não tinha mais nenhuma capacidade de sobrevivência. Paranaguá era muito bem informado sobre os problemas do café e estava bastante a par do que estava acontecendo lá nos Estados Unidos. Voltei preocupado, não lembro direito dos detalhes, mas o fato é que em determinado momento Juscelino me convocou e disse que queria que eu assumisse o ministério.

Ao assumir o Ministério da Fazenda, o senhor foi substituído na presidência do BNDE por Roberto Campos, que não aprovava a aceleração das obras do Plano de Metas. Essa mudança na direção do BNDE reduziu em alguma medida o ímpeto do programa de JK?

A pergunta é pertinente, porque uma mudança no ministério ou na direção de órgãos como o BNDE pode realmente acarretar diferenças de visão sobre os problemas em marcha. No caso não houve grande dificuldade, porque Roberto Campos, como superintendente do BNDE durante o período em que fui presidente do banco, tinha posições que se ajustavam bem com as decisões finais do governo. Ele defendia posições pessoais que muitas vezes não eram as minhas, ou as do governo, mas era um homem lúcido, disciplinado, e sempre cooperou para que as decisões do governo fossem adotadas. Durante muito tempo tivemos uma grande afinidade de opiniões, pois trabalhamos juntos na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, onde estudávamos os mesmos problemas da economia brasileira.

Os problemas que viemos a enfrentar, e que eu especialmente enfrentei no Ministério da Fazenda, eram problemas que existiam lá desde o tempo do Alkmin, sobre os quais eu tinha opiniões divergentes. Eu tinha opiniões que diferiam das do Alkmin e do próprio Juscelino, que durante muito tempo o apoiou. Não houve conflitos com Roberto Campos, e sim uma grande possibilidade de cooperação. Ele ficou com a responsabilidade de continuar com o Programa de Metas, e eu com a de formular as decisões do Ministério da Fazenda, em torno do qual giravam a Sumoc, o Banco do Brasil, a Cacex e outros órgãos da administração.

Como era estruturado o Ministério da Fazenda no governo JK?

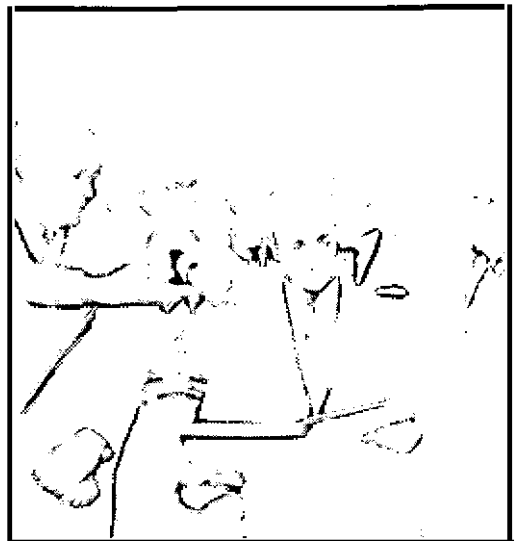
A estrutura dos órgãos ligados ao Ministério da Fazenda era muito mais compacta do que é hoje. Naquela época o Ministério da Fazenda abrangia

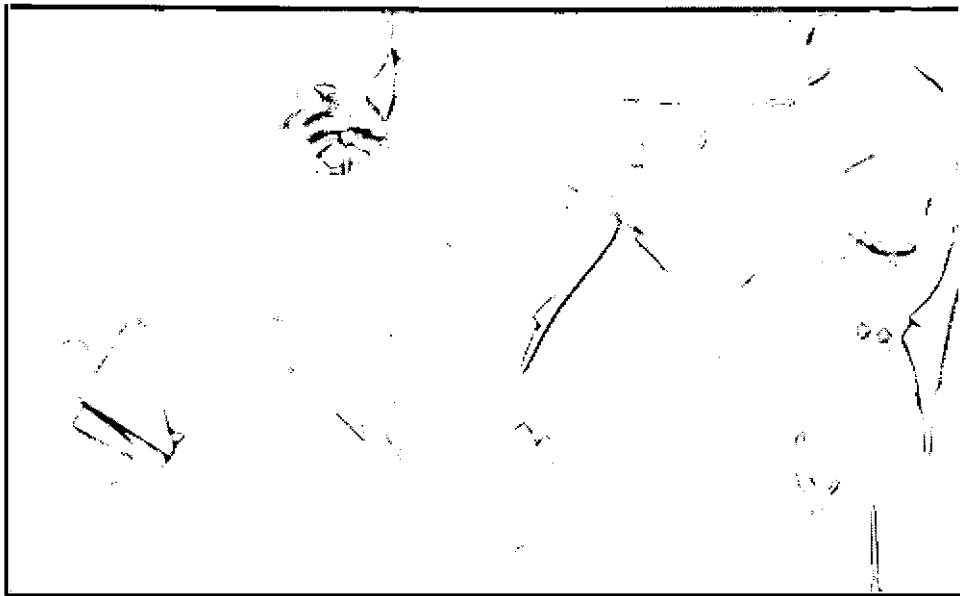
basicamente o Tesouro, a Sumoc, o Banco do Brasil e a Receita Federal. Na elaboração do orçamento, o ministério era auxiliado pelo DASP. O órgão mais importante, do qual o ministro da Fazenda era presidente e sobre o qual tinha grande ascendência, era o Conselho da Sumoc, hoje Banco Central. Era a Sumoc que aprovava os empréstimos estrangeiros, ditava a legislação bancária e concedia cartas-patentes aos bancos. Através de seu conselho, ela controlava a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, bem como a Cacex, responsável pelas funções de exportação e importação. Esses órgãos eram todos ligados diretamente ao ministro da Fazenda.

E quem o senhor nomeou para chefiar esses órgãos?

O primeiro cargo que eu tinha a preencher era a diretoria executiva da Sumoc. Tentei nomear o professor Otávio Bulhões, já amigo nosso, que traria consigo a experiente equipe da Fundação Getúlio Vargas para nos ajudar, mas infelizmente, devido a um conflito de personalidade entre ele e Juscelino, não foi possível. Tive que procurar um substituto e encontrei-o em Garrido Torres, que tínhamos imaginado colocar na Cacex. Inácio Tosta Filho, então diretor da Cacex, seria sacrificado na mudança, mas finalmente permaneceu e saiu-se muito bem. Também permaneceram o diretor da Carteira de Câmbio, Paulo Poock Correia, e o presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida.

O chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Vítor Nunes Leal, lê o termo de posse de Lucas Lopes no Ministério da Fazenda em 25 de junho de 1958. Presentes, Eurico de Aguiar Sales, ministro da Justiça (3º da esq.) e o deputado Armando Falcão (1º da dir.).





José Maria Alkamin transmite o cargo de ministro da Fazenda a Lucas Lopes.

O senhor tinha boas relações com a equipe de economistas da Fundação Getúlio Vargas?

Muito boas. E Otávio Bulhões nunca deixou de colaborar conosco. Tenho a impressão de que ele nunca soube que foi cogitado para a Sumoc naquela época. Não houve propriamente um veto de Juscelino, mas apenas um desencontro de opiniões.

Por que Garrido Torres foi indicado para a Sumoc? Ele tinha experiência suficiente?

Ele havia trabalhado bastante no Conselho Nacional de Economia, havia feito estudos interessantes sobre produtos de exportação, possuía grande experiência de economista e tínhamos um relacionamento de trabalho muito bom. Não era do Banco do Brasil, e eu tinha um certo desejo de ter na Sumoc um homem que fosse mais capaz de dialogar com os empresários e o governo do que internamente no banco.



O ministro Lucas Lopes em reunião com a equipe econômica do governo. Ao fundo, à direita, Lício Meira. Seguem-se Sebastião Pais de Almeida, Garrido Torres e Vítor Silva.



JK discursa, tendo ao fundo o ministro da Saúde Maurício de Medeiros, o marechal Mascarenhas de Moraes e o ministro da Fazenda Lucas Lopes.

Como foi seu relacionamento com Sebastião Pais de Almeida no Banco do Brasil?

Sebastião Pais de Almeida era um banqueiro que veio de São Paulo e tinha uma visão totalmente identificada com a da indústria paulista. Era influenciado pelo investidor paulista, pelo especulador de café, e sua sensibilidade para os problemas vinha dos contatos humanos que tinha com as organizações e as pessoas ligadas ao desenvolvimento econômico de São Paulo. Era um bom banqueiro, com capacidade de comandar, mas um pouco desorganizado. Enquanto estive no BNDE e ele no Banco do Brasil, não tivemos nenhum motivo para relacionamentos mais específicos, pois éramos complementares. Mas ao passar para o ministério, tive um atrito violento com ele quando tentamos fazer pela primeira vez um balanço consolidado das autoridades monetárias brasileiras.

Esse fato ocorreu logo em outubro de 1958. Ao verificarmos de onde tinha saído e para onde tinha ido o dinheiro, chegamos à conclusão de que tinha havido uma emissão de duzentos e tantos milhões de cruzeiros e que isso equivalia exatamente ao que tinha sido a expansão de crédito do Banco do Brasil para as indústrias de São Paulo. Nesse momento houve uma pequena crise, porque Roberto Campos, que era presidente do BNDE e como tal fazia parte do Conselho da Sumoc, declarou: “Não assino mais nenhuma requisição de papel moeda – era a Sumoc que pedia à Casa da Moeda para emitir – porque não admito que se faça uma expansão de duzentos milhões para se aumentar os financiamentos da indústria paulista.”

De modo que esse foi um dos problemas de relacionamento que tivemos com Sebastião Pais de Almeida. Não foi um relacionamento muito feliz. Em certo momento cheguei a pensar em substituí-lo. Juscelino autorizou-me a fazê-lo, mas o problema era que eu não tinha outras alternativas. Não conhecia ninguém que pudesse ficar em seu lugar e achei que podia conviver com ele dentro dos limites que eu estava impondo à minha missão. Depois que deixei o ministério, ele me substituiu, assumiu a responsabilidade total e fez o que bem entendeu.

E quanto à sua assessoria no Ministério da Fazenda? Quem fazia parte dela?

O Ministério da Fazenda construiu ao longo dos anos uma estrutura humana muito boa e sólida, que conquistou um alto conceito. Todos os assessores do ministério eram homens de alto padrão: Otávio Gouveia de Bulhões trabalhou lá, Casimiro Ribeiro era um dos que escreviam pareceres e faziam os despachos do ministro, redigia as minutas das mensagens que o presidente enviava ao Congresso. Havia uma assessoria altamente qualificada e formada por gente da própria casa. De

modo geral não havia pára-quadistas, não havia gente que estivesse lá em função de amizade com o ministro. Eu, por exemplo, tive lá alguns assessores que eram do meu relacionamento pessoal, mas eram homens da casa: Iberê Gilson, que foi meu chefe de gabinete, Raul Fontes Cotia, o contador geral, Noé Winkler, um excelente fiscalista, o homem que fez toda a legislação do Imposto de Renda, o homem-chave do ministério para a elaboração de reformas fiscais.

A equipe do Ministério da Fazenda era realmente muito sólida e isenta de pressões políticas. E tinha um grande prestígio junto ao Congresso. Quando se desejava qualquer coisa importante do Congresso, quem ia até lá negociar eram esses assessores diretos do ministro. De modo que não era tão difícil como é hoje a função de ministro da Fazenda. Sei o que é hoje o Ministério da Fazenda porque tive a oportunidade de passar rapidamente em Brasília quando Funaro assumiu e vi como o ambiente ficou mais difícil.¹¹ Há uma multiplicidade de órgãos, de atividades, uma série de conselhos e entidades que fazem política mas são mais ou menos amorfos. Ao lado disso, existem assessores com capacidade de decisão muito grande que não ouvem os outros. Não sei muito bem o que existe hoje no ministério, mas sei que no meu tempo ele era um órgão bastante equilibrado. O próprio Alkmin teve uma excelente assessoria e fez muitas coisas corretas. Ele errou em poucas coisas, porque não percebeu bem qual era o problema, errou mais por omissão. Exceto, é claro, no caso do café, em que ele se deixou levar pelos cafeicultores e fez uma política de preços totalmente suicida.

Reforma cambial: uma decisão difícil

Ao concordar em deixar o BNDE para assumir o Ministério da Fazenda, o senhor impôs a JK algum tipo de condição?

No dia em que me convidou para o ministério, foi Juscelino quem me disse que gostaria que eu assumisse o compromisso de não parar Brasília. Respondi: “Está muito bem. Mas existe um plano de estabilização monetária que vem sendo feito há muito tempo e que acho que deve ser realizado, o que implicará um ajustamento cambial. Temos que acabar com essas categorias que foram criadas pela reforma Aranha e hoje estão totalmente desajustadas.” Ele disse: “Está muito bem, concordo, contanto que você concorde em não provocar o aumento do preço do petróleo, do papel de imprensa e do trigo.” Aceitei não mexer nesses três itens para poder fazer a reforma e criar um câmbio definido, claro, realista. Este foi mais ou menos o entendimento que tivemos.

A reforma Aranha a que o senhor se refere era a Instrução 70 da Sumoc, que instituiu o sistema de câmbios múltiplos, com cinco categorias.¹²

Sim. O esquema Aranha, como os leilões decâmbio, funcionou até bem numa determinada fase, mas depois transformou-se numa luta entre lobistas para que determinados produtos passassem da primeira para a segunda categoria, da segunda para a terceira e assim por diante. A FIESP, por exemplo, queria que se promovesse tal produto da primeira para a quinta categoria, pois a mudança representaria um câmbio melhor. Essa é que passou a ser a luta, uma luta ingrata e desgastante. E era preciso eliminar isso.

O senhor já era favorável à reforma cambial mesmo antes de entrar em choque com Alkmin no início do governo JK?

Era. Quando deixei o governo Café Filho, logo depois Gudin também saiu para dar oportunidade a uma reforma ministerial, e José Maria Whitaker foi nomeado ministro da Fazenda.¹³ Whitaker insistiu para que eu voltasse para o conselho administrativo do BNDE, de modo que voltei e lá acompanhei os estudos para a reforma cambial que ele propôs ao Café Filho. Essa proposta foi enviada por Café aos candidatos à presidência para que dissessem se a aceitavam ou não. Juscelino disse que não podia dar opinião porque não conhecia os fundamentos da reforma, e tenho a impressão de que Juarez Távora tampouco deu parecer favorável. O fato é que a reforma não foi aceita pelo ministério Café e foi transferida para o futuro governo. Quanto a mim, no período de transição em que fiquei como ministro do Nereu, continuei a acompanhar de perto o que estava acontecendo com os problemas econômico-financeiros gerais do país.

O clima que se criou na posse de Juscelino era de que a reforma cambial seria fatal. Ela já havia sido proposta por José Maria Whitaker, um dos homens mais respeitados do Brasil, sua justificativa e seu texto já haviam sido publicados, e o que se planejava não era surpresa para ninguém. Pretendia-se criar uma taxa única de câmbio, mais ou menos flutuante, com ajustamentos bastante claros com a política tributária. Juscelino não pôde se furtar a enfrentar esse problema. Alkmin gostaria muito de não mexer com isso, de não ter que tomar uma decisão, mas não teve outra saída, porque todo o mercado de câmbio para exportação e importação ficou virtualmente paralisado. De modo que poucas semanas após a posse, Juscelino teve que convocar uma reunião do ministério com o Conselho da Sumoc, do qual faziam parte o ministro da Fazenda, o presidente do Banco do Brasil e o presidente da BNDE entre outros.

Essa reunião foi realizada no dia 17 de março de 1956, portanto um mês e meio depois da posse, e dela participaram, além de Juscelino, Alkmin, o senhor, Sebastião Pais de Almeida, Paulo Pooock Correia, Tancredo Neves, Roberto Campos, Casimiro Ribeiro, Inar Figueiredo, Otávio Paranaguá, o diretor do Departamento de Pesquisas do FMI, Edward...

Bernstein. Isto é o que consta do livro de JK.¹⁴ Mas eu, por exemplo, não me lembro do Inar Figueiredo. Também acho que Casimiro Ribeiro não estava presente. Tenho certeza de que Tosta Filho participou. Quando escreveu o seu livro, JK naturalmente procurou se informar, consultou muita gente. Alguém deu essas informações a ele. Não creio que tivesse os nomes anotados.

O fato é que depois de uma longa discussão, Juscelino chegou à conclusão de que ali estavam os “sábios da República” em matéria de política econômica, e que diante do empate existente, pois a metade era a favor e metade era contra a reforma, seria ele, um médico do interior sem experiência na área, quem teria que decidir o que fazer. E ele não via outra alternativa senão entregar a decisão ao ministro da Fazenda, que seria o responsável pela execução da política econômica. Alkmin, com o apoio do Sebastião Pais de Almeida, decidiu não fazer a reforma, e nós, que éramos favoráveis, pusemos a viola no saco, pois não havia mais o que dizer.

Quem votou a favor da reforma, além do senhor?

Roberto Campos, Paulo Pooock Correia, Edmundo Barbosa da Silva, que estava presente como observador do Itamarati... O Bernstein, por exemplo, não tinha voto.

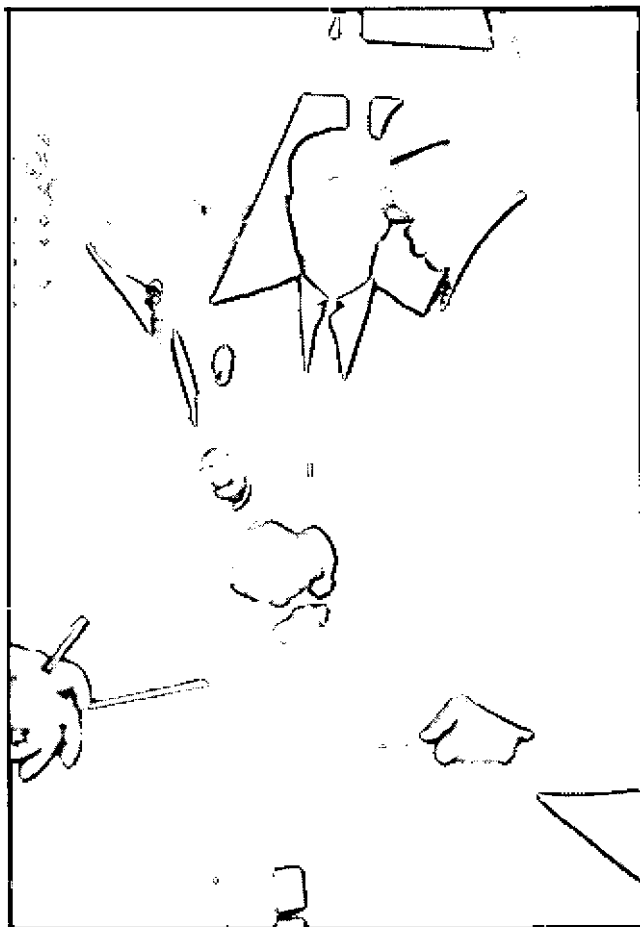
Em seu depoimento ao CPDOC, Casimiro Ribeiro disse que Otávio Paranaguá, que era o representante do Brasil no FMI e era a favor da reforma cambial, chegou na reunião e votou contra...¹⁵

Eu sei. É que o prazo dele como representante do Brasil no Fundo se esgotava meses depois, e cabia ao Alkmin autorizar ou não a sua permanência lá. Outro dia, tive uma conversa muito agradável com Walter Moreira Sales sobre esses assuntos, e ele me dizia que o Paranaguá tinha o maior entusiasmo pelo Plano de Estabilização que apresentamos já quando eu estava no Ministério da Fazenda. Eu disse: “Olha, Walter, é estranho, porque o Paranaguá votou contra a reforma

cambial naquela reunião.” Ele respondeu: “Não diga!” Eu lhe contei sobre a história da renovação do prazo e no final disse: “Foi uma coisa humana, não foi um voto representativo do pensamento do Fundo.”

E o fato é que Juscelino naquele momento endossou a decisão de Alkmin.

Sim. Ele próprio achava que a reforma cambial seria uma desgraça. Nunca entendeu bem o que era a reforma cambial, enquanto nós sentíamos que, sem um ajustamento no sistema de câmbio, iríamos sempre ter desequilíbrios que levariam à inflação.



O ministro da Fazenda José Maria Whitaker reconduz Lucas Lopes ao conselho administrativo do BNDE em 1955. Ao fundo, Glycon de Paiva.

Mesmo assim, em 1957, ainda no período Alkmin, a Lei de Tarifas estabeleceu uma alteração cambial, reduzindo as cinco categorias de importação existentes para duas.¹⁶ Ao assumir o ministério em junho de 1958, o senhor pretendia unificar de vez o câmbio? Naquela época as atenções estavam voltadas para a Copa do Mundo, e talvez a ocasião fosse propícia para implantar discretamente uma reforma tão polêmica...

Quando assumi o ministério, comecei a trabalhar num esquema para fazer a reforma cambial, e esse esquema era o chamado Plano de Estabilização Monetária, que foi publicado e é conhecido.¹⁷ Foi um trabalho para o qual convoquei todo o mundo e recebi várias colaborações. Eu mesmo pouco trabalhei, porque o ministro assume a responsabilidade mas não tem tempo para escrever coisa alguma. Tem que tomar decisões.

O Plano de Estabilização Monetária

O Plano de Estabilização Monetária foi encaminhado por Juscelino ao Congresso em outubro de 1958, poucos meses após sua posse no Ministério da Fazenda. O senhor mencionou que esse plano já vinha sendo preparado há mais tempo. Quem estava trabalhando nisso?

Creio que já falei a vocês sobre um documento que foi preparado durante a campanha do Juscelino pela mesma equipe que me ajudou na elaboração do Programa de Metas. Era um trabalho que reproduzia o tipo de relatório que o Carlson, do Banco Mundial, fazia anualmente sobre a economia brasileira. Esse trabalho foi o gérmen, foi a semente do Plano de Estabilização Monetária.

Já nos primeiros dias do governo JK, foi feita uma proposta, coordenada pelo Conselho do Desenvolvimento e o BNDE, de um programa de estabilização.¹⁸ Era um documento que propunha o controle do crédito, uma série de políticas, mas que nunca foi levado a sério e caiu no vazio. As pessoas que o elaboraram eram provavelmente as mesmas que haviam trabalhado naquele relatório inicial: Paulo Pooch Correia, Casimiro Ribeiro, Dênio Nogueira, Garrido Torres, Roberto Campos, Noé Winkler, Cotia... De modo que quando fui para o ministério, essa equipe já estava trabalhando, já estava com a mão na massa, e não foi necessário criar um grupo de trabalho específico para fazer um plano de estabilização.

A mensagem através da qual JK encaminhou o plano ao Congresso era um tanto ambígua, porque falava em estabilização, mas ao mesmo tempo sabia-se que ele era favorável ao crescimento a qualquer custo...

Juscelino não tinha nenhuma simpatia por esse plano. Essa mensagem foi escrita por nós, pela turma que vinha trabalhando desde o documento de 56.

O Plano de Estabilização foi encaminhado ao Congresso logo após as eleições legislativas de 1958. Houve aí uma intenção política, de deixar passar as eleições?

Creio que não. Eu havia tido uma participação importante junto ao Congresso no primeiro ano do governo Juscelino, quando fiz um esforço para prolongar a vida do BNDE. Fui ao Congresso, tive reuniões com a Comissão de Economia, participei diretamente. Eu e Roberto Campos ficamos na linha de frente. Ao mesmo tempo, começamos a lutar por uma legislação que considerávamos fundamental: a correção do Imposto Único sobre Combustíveis, que foi da maior importância. Tudo isso precedeu o Plano de Estabilização Monetária, que foi na verdade uma tentativa de pôr ordem na estrutura global do orçamento.

O Plano de Estabilização continha uma série de reformas tributárias: alteramos o Imposto de Renda e o Imposto de Consumo, acabamos com o Imposto do Selo, modificamos uma série de tributos federais, e tudo isto foi estudado e aprovado pelo Congresso. O único problema era que não se tocava no ponto crucial, que era a reforma cambial. E sem a reforma cambial, o Plano de Estabilização não iria fechar. Mas eu não tinha como fazer uma proposta de reforma cambial para o Congresso. Eu dizia ao Juscelino: “Essas medidas que estamos tomando são meras adaptações fiscais, não são um plano de estabilização completo, porque sem uma política cambial definida não teremos uma política fiscal.”

O Plano de Estabilização Monetária continha em resumo as seguintes diretrizes: controle monetário, com redução da expansão e do crédito; controle do déficit público – mesmo sem prejudicar Brasília; aumento da receita através de uma reforma fiscal...

O plano era uma reforma fiscal. Eu disse ao Juscelino: “O plano não existe. Existe uma reforma fiscal.”

Mas há também menção a uma política salarial.

Na época nós fizemos referência à política salarial para ressaltar sua importância para a estabilização monetária. Se uma política salarial for descontrolada, a economia entra em descontrole. Tenho a impressão de que nossa referência foi muito superficial, porque na verdade a política salarial era tarefa fundamental do Ministério do Trabalho e do vice-presidente João Goulart, a quem Juscelino delegava praticamente toda a política trabalhista.¹⁹

Estava implícita a idéia de que o salário é um componente inflacionário?

Ah, como não? Nós apresentávamos, mais especificamente, um estudo sobre o aumento de funcionários civis e militares e reclassificação de cargos. Quase tudo isso foi feito pelo DASP, que era quem trabalhava nessa parte de serviço público. Naquela época o DASP era menos ativo do que no tempo de Vargas, quando fazia tudo, mas continuava a ser o órgão básico para a política de tratamento dos funcionários públicos.



O ministro Lucas Lopes apresenta o Plano de Estabilização Monetária ao Congresso em 1958. Ao fundo, Roberto Campos, presidente do BNDE.

Havia ainda outro item, que era a correção do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Essa correção seria feita, entre outras coisas, através do controle das importações e do aumento das exportações. Somadas ao controle de crédito, essas medidas não provocaram uma reação dos industriais?

Vamos tentar ter uma visão um pouco mais global. Esse plano entrou no contexto de um Brasil que estava em pleno desenvolvimento econômico, em grande atividade de expansão industrial, com a indústria automobilística, a siderurgia etc. O esforço que vinha desde o tempo do Vargas e culminou com JK, deu ao Brasil a confiança de que poderia continuar a expandir sua produção, buscar recursos externos, atrair capitais estrangeiros para romper os pontos de desequilíbrio mais graves que tínhamos. Nesse contexto é que se enquadra todo esse esforço de estabilização monetária. Não era ambigüidade de minha parte ser um ministro que pregava a estabilização, o controle do orçamento, e ao mesmo tempo lutava pelo desenvolvimento econômico. Na verdade, sempre tive essa posição. Desde o famoso discurso da “inflação galopante” isto era visível.

Quando o Plano de Estabilização chegou ao Congresso em 1958, já estava havendo uma séria divisão das bancadas partidárias em torno da Frente Parlamentar Nacionalista.²⁰ Foi um ano em que se fez uma campanha nacionalista contra a Instrução 113, realizaram-se passeatas com participação da UNE, enfim, ocorreu uma grande mobilização sob a bandeira do nacionalismo. Isso prejudicou o andamento do Plano de Estabilização no Congresso?

Vou lhe dizer que talvez eu seja um anjo, porque eu não tomava conhecimento dessas reações. Não levava a sério essas campanhas da UNE, dos jornais. Sempre achei que não tinham substância. Porque acontece que não havia oposição objetiva. O Plano de Estabilização Monetária foi levado à Câmara em dois volumes. Pedi para apresentá-lo, e me disseram que eu iria falar da tribuna. Insisti que não queria, pois tribuna é só fogo de artifício. Perguntei ao Daniel Faraco, que era presidente da Comissão de Economia, se eu não poderia fazer uma exposição numa mesa-redonda apenas para a comissão. Ele incluiu também a Comissão de Orçamento, as duas comissões se reuniram, compareci, levei meus assessores e fizemos a apresentação do plano. Houve aí uma malícia da nossa parte, que foi o fato de termos entregue dois volumes enormes, que eles não tiveram a menor capacidade de ler e digerir. Honestamente, eles não tiveram tempo para assimilar e criticar. A discussão foi portanto um levantamento das questões do dia-a-dia, em

que tive que responder a várias perguntas, sem nenhuma referência ao que estava escrito. Eu diria que na verdade isso não foi malícia, foi uma estratégia. Nós precisávamos que as medidas fossem aprovadas ainda em 58, para entrarem em vigor no ano seguinte. De modo que fizemos pressão para que o Congresso se decidisse rapidamente sobre a legislação que estávamos propondo.

Não houve uma oposição explícita?

Nós tivemos um debate bastante singelo na Câmara. De início falou um dos líderes da oposição, meu velho amigo João Agripino. Ele deu uma descascadela violenta em Brasília: “Porque vocês vêm falar em estabilidade na hora que estão construindo Brasília etc., etc.” Dei-lhe a resposta que podia dar: “Olhe, eu tenho responsabilidade sobre esse problema de Brasília, porque propus o artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição, que determina a mudança da capital. JK trouxe isso à Câmara, e a Câmara determinou por unanimidade que a capital tem que mudar no dia tal. De modo que os senhores também têm responsabilidade.” Minha discussão com João Agripino ficou nesse vazio.

Depois veio o Herbert Levy ²¹ e disse: “A política de café não está bem, e ninguém sabe para onde vai o câmbio.” Respondi: “Acho que aí você tem razão. Eu não trouxe nenhuma informação sobre política cambial porque qualquer coisa que se fale sobre câmbio, no dia seguinte provoca uma violenta alta ou baixa no mercado. De modo que peço aos senhores deputados que ouçam o seguinte: no meu gabinete, forneço a quem quiser, a qualquer hora, todas as informações que tiver em mão sobre a situação do câmbio.” Recebi a visita do Daniel Faraco e do Herbert Levy, os únicos que comparoeram.

Com que intenção eles o procuraram?

Eles estavam querendo se informar. Porque nós fugíamos à liberação de informações sobre câmbio num documento como o Plano de Estabilização. Não tinha cabimento – e nunca tem, em nenhuma época – falar sobre câmbio. Juscelino não admitia que se falasse, e eu também. Eu sabia que qualquer coisa que se dissesse sobre o câmbio, imediatamente criaria uma situação insustentável. Foi o que ocorreu na semana seguinte à posse de JK. José Maria Whitaker havia feito uma proposta de reforma cambial muito bem estudada que não havia sido posta em prática, e quando JK tomou posse o mercado estava convencido de que a reforma sairia. De repente, ninguém mais comprava ou vendia, ninguém exportava, todos

esperando a reforma. Houve uma paralisia do mercado. Foi por isso que JK fez aquela reunião, para decidir se fazia ou não a reforma, que já relatei a vocês.

Embora não achasse conveniente falar sobre a reforma cambial, o senhor desejava fazê-la. Em que consistiria sua reforma?

A política cambial que eu propunha era criar uma taxa única de câmbio com tratamentos especiais para o petróleo, o trigo e o papel de imprensa, que eram os pontos que eu havia discutido com Juscelino e concordado em não mexer, para não alterar os preços. Depois de muito trabalho, chegamos à conclusão – aliás, isso foi um pouco uma *trouville* minha – de que a taxa para o petróleo poderia ser ajustada desde que se eliminasse o Imposto Único sobre Combustíveis. Eu iria ter contra mim todos os rodoviários, que queriam esse dinheiro para fazer estradas de rodagem, mas essa era uma batalha que eu iria travar depois. Se eu eliminasse o imposto único, poderia ajustar a taxa de câmbio. O trigo não tinha a menor importância, porque sempre foi comprado pela Cacex com prejuízo. Que o prejuízo fosse um pouquinho maior ou menor, não era importante a curto prazo. O terceiro e último ponto era o papel de imprensa, mas sua importação era tão pequena que eu achava que o Banco do Brasil podia agüentar o prejuízo. Era uma ninharia, e manter o papel de imprensa com a taxa favorecida não traria problema algum.

Mas tudo isso dependia – e aí é que estava o problema – de um item adicional, que era a definição de uma política de café. Não era mais possível adotar uma política suicida, que fixasse preços altos e forçasse emissões.

Os desafios da política de café

É sabido que suas posições em relação à política de café geraram logo de início um conflito com os cafeicultores.

Sim. Esse é um conflito que já ocorreu várias vezes e está ocorrendo hoje novamente. Desde o primeiro Convênio de Taubaté,²² em que se instituiu a defesa da cafeicultura no Brasil, os cafeicultores tiveram a idéia de criar um estoque nacional – ou seja, de que nos períodos de preços muito baixos, se retivesse uma quantidade de café para manter os preços, e se vendesse outros produtos. Há até um fato interessante, que me foi relatado outro dia por alguém: no Dicionário Webster, consta que a palavra *valorization*, no sentido de intervenção do governo para

sustentar preços de produtos agrícolas, vem do português *valorização*. E essa idéia certamente começou no Convênio de Taubaté.

Na verdade, o conflito que tive logo no primeiro momento com os cafeicultores foi consequência da política que Alkmin vinha desenvolvendo, e que resultou numa crise de liquidez. Alkmin insistia em manter o preço do café num nível que o mercado não absorvia mais, pois havia superprodução. Para atender às pressões dos cafeicultores, começou então a “exportar” café para o próprio governo brasileiro. Esta era a situação que encontrei no dia em que assumi o Ministério da Fazenda: algumas centenas de milhares de sacas sobre a bolsa de Nova York, sem preço e sem comprador, pertencentes ao governo brasileiro.²³

Ao que parece, existia uma antiga distorção na política de café no Brasil. Em vez de os cafeicultores quererem exportar café, eles queriam vender ao governo por um preço bom. Isso forçava o governo a fixar um preço mínimo favorável aos cafeicultores, em vez de batalhar por um preço internacional melhor.

A política de café foi sempre distorcida nesse sentido. Porque a partir do momento em que o governo assumia a responsabilidade de comprar os excedentes da safra, ele, governo, também tinha interesse em que o preço do café não caísse muito, pois queria manter suas receitas cambiais em níveis altos. Tanto o governo como os cafeicultores tinham a mesma intenção de manter o preço do café em níveis altos. E a mecânica, para isso, era reduzir a oferta de café no mercado mundial. Esta foi a essência da política de café no Brasil.

Foi isto o que o senhor pretendeu mudar? Ou seja, sua intenção era fazer com que o Tesouro gastasse menos no subsídio ao café e se exportasse mais a melhores preços?

Exato. Minha preocupação, inicialmente, foi procurar liquidar a posição operacional do governo brasileiro no mercado de café com o mínimo de prejuízo, o mínimo de descrédito possível. Logo de saída começamos a receber uma porção de visitas de nossos competidores da Colômbia, da Costa Rica, da América Central, que levavam a grande vantagem de produzir um café de melhor qualidade que o nosso, que era um café maltratado, cheio de impurezas. Daí a campanha do Chateaubriand,²⁴ que foi excelente, pelo café fino. A idéia do café fino não tinha nada a ver com qualidade, mas com limpeza. O Brasil tinha um café muito ruim no mercado, cheio de pedaços de madeira, de sujeira. Café fino significava café limpo,

melhor tratado. E essa campanha foi um grande sucesso! Os cafeicultores aprenderam a melhorar o seu produto.

Aliás, com relação a essa campanha do café fino, há um episódio interessante. Havia uma verba destinada à campanha, e parte dela era encaminhada à imprensa. Consta que uma vez o senhor foi procurado por Luís Carlos Prestes, que pleitava recursos para um novo jornal que o Partido Comunista pretendia lançar. O senhor confirma essa história?

Realmente, essa história correu mundo... Houve de fato um contato meu com Luís Carlos Prestes naquela época, por sugestão do vice-presidente João Goulart. Eu estava sofrendo pressões muito fortes no Ministério da Fazenda, e Goulart me convidou para um almoço na pérgula do Copacabana Palace. Chegando lá, ele me disse: “Olha, os comunistas estão planejando uma grande agitação, vão fazer uma campanha muito grande contra você. Acho que seria conveniente termos um contato com eles. Prestes está querendo falar com você e acho que deveríamos ouvi-lo.” Entendi que ele iria comigo falar com Prestes. Mas um dia recebo um telefonema dizendo que a entrevista com Prestes estava marcada num apartamento na esquina da rua Francisco Sá com Nossa Senhora de Copacabana, onde até hoje é o Bar Bico.

Lá fui eu encontrar com o senador Prestes – era assim que eu o tratava, pois apesar de ter sido cassado, ele tinha sido senador. Ele me disse que realmente desejava ser contemplado com uma parcela da verba destinada à campanha do café fino. O objetivo da campanha não era dar dinheiro aos jornais, era um objetivo correto. Era tentar convencer os cafeicultores de que não havia como competir com os cafés finos da América Central e da Colômbia sem limpar o café brasileiro. E isso deu margem a que uma verba fosse distribuída aos jornais que publicavam artigos e colaborações sobre o café fino. Prestes queria ver se conseguia uma parcelinha dessa verba para um novo jornal que pretendia fazer, porque o jornal do Partido Comunista, que era a *Imprensa Popular*, estava muito desacreditado, ninguém conseguia ler. Pretendia fazer um novo jornal que não fosse marcadamente comunista mas tivesse a colaboração de homens como Sergio Magalhães, Gabriel Passos²⁵ e outros, que, sendo nacionalistas, pudessem defender teses comuns aos comunistas. Tive de dizer-lhe que infelizmente não podia atendê-lo, porque aquela verba não existia mais. Não existia mesmo. Algum tempo atrás eu havia cancelado qualquer despesa de propaganda. Não havia mais alocações orçamentárias no ministério para a campanha do café fino.

Nossa conversa foi muito simpática e tive uma impressão interessante de Luís Carlos Prestes. Na minha juventude ele tinha sido o Cavaleiro da Esperança, como todos os jovens o chamavam. Naquele encontro ele me pareceu um sujeito muito vivo, que dizia muitas coisas, mas estava mal-informado sobre o café, muito pouco atualizado. Realmente, para mim ele perdeu um pouco o carisma. Ele também deve ter tido uma impressão ruim a meu respeito, porque fui muito tecnocrata na nossa conversa. No final, eu não tinha mais nada a dizer. Não ia pedir a ele que não fizesse campanha contra mim. Não se discutiu esse aspecto do problema.

Seu período no Ministério da Fazenda coincidiu também com uma crise de superprodução do café, que se tornou nítida a partir de 1957.

Sempre houve superprodução. Esse problema é muito bem examinado pelo Delfim Neto, que tem um bom estudo sobre o café, e por João de Oliveira Santos, que tem um documento com estatísticas muito boas.²⁶ Mas a grande evolução ocorreu desde que houve uma geada forte no Paraná que elevou o preço do café a níveis muito altos e irrealistas. Essa geada incentivou os plantios, e plantou-se muito café no Brasil, mesmo em zonas antigas, como a Zona da Mata e o Triângulo Mineiro, que não produziam café. Quando se começou a recompor os níveis de produção, o Brasil estava com preços excessivamente altos.

Quem era o presidente do IBC ²⁷ na sua época?

Inicialmente era o Paulo Guzzo, que vinha do tempo do Alkmin. Ele ficou comigo por um período curto, até que o substituí por Renato Costa Lima, que era cafeicultor em São Paulo,²⁸ tinha ligações com o mercado internacional, com o grupo Rockefeller. Era um rapaz de muito boa qualidade e trouxe gente boa para ajudá-lo. Trouxe o John Harper, por exemplo, que se instalou em Nova York e até hoje é uma das grandes figuras do café. A verdade é que a política de café era sempre feita na praça de Santos. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil refletiam o que estava sendo discutido em Santos. A pressão, as decisões, os argumentos, as estatísticas e as informações, tudo isso vinha de Santos. O IBC tinha uma presença fraca.

Mas há quem afirme que com a criação do IBC, a burocracia técnica foi assumindo cada vez mais a política do café e afastando os cafeicultores. Daí o choque com a cafeicultura.²⁹

É possível que isso tenha ocorrido. Não sei julgar muito bem. Sei julgar é que no período em que estive no ministério, à frente da política de café, tornou-se impossível dar seguimento a uma tentativa de acordo internacional que tinha sido iniciada no México com a presença do Guzzo, que falou em nome do governo brasileiro de forma preliminar. Não se chegou a um acordo no México, mas chegou-se à idéia de que era indispensável caminhar para uma fixação de quotas de café, o que permitiria retirar do mercado a superprodução, que era geral, sem uma guerra em que os países produtores se liquidariam uns aos outros.³⁰

Na primeira visita que fiz a Washington como ministro da Fazenda, tive contatos com o Eximbank, voltei para o hotel e lá encontrei os ministros das Finanças de vários países cafeicultores que se autoconvocaram para uma conversa comigo. Não convoquei ninguém, e de repente me vi no meio de uma conferência de cafeicultores para dizer se o Brasil aceitava ou não fazer uma política conjunta de café. Eu disse: “É lógico que farei qualquer coisa, desde que tenha algo de concreto. O Brasil não vai se comprometer a nada sem primeiro tomar posições muito claras.”

A idéia do acordo internacional era tentar disciplinar a oferta de cafés de todos os países. Cada país queria vender a sua safra em prejuízo do outro, e era necessário haver um mínimo de disciplina. A idéia era estabelecer um regime de quotas de retenção, era que cada país se comprometesse a fazer uma limitação nas suas exportações, através da mecânica que achasse melhor: ou diminuindo a produção, ou mantendo estoques de café, como se fez no Brasil. Era um compromisso coletivo para tentar manter o preço. Mas esse acordo no início foi bastante fluido, porque não havia uma organização para controlá-lo. Mais tarde, depois da minha gestão, foi que se fez uma organização que se instalou em Londres,³¹ que controlava as quotas e realizava assembléias onde os representantes se reuniam para expor seus planos de estímulo ou desestímulo ao cafeicultor. Essa política de café teve uma evolução muito complexa.

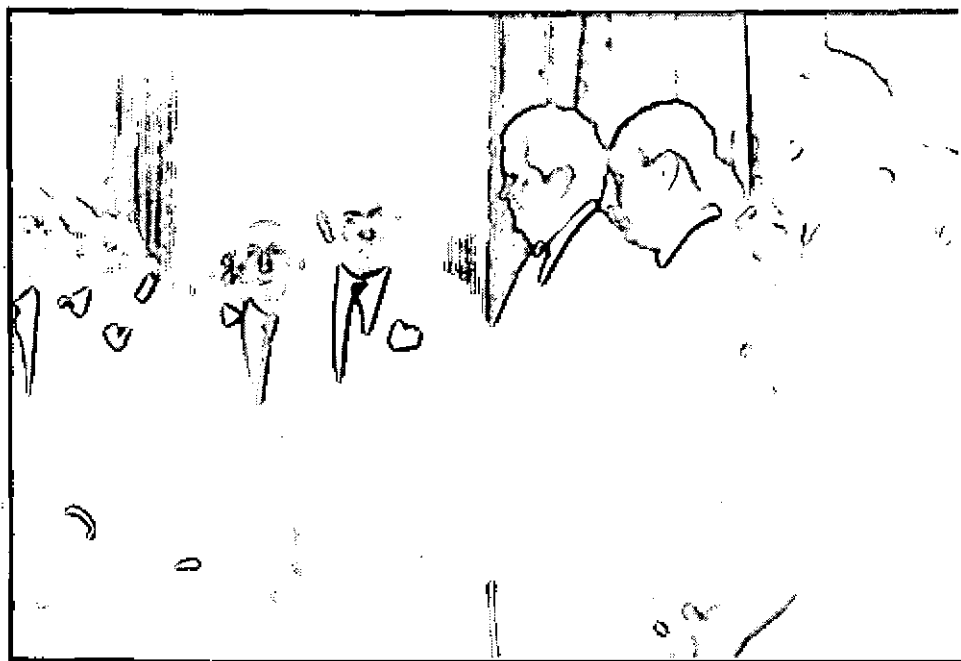
O senhor teve realmente que enfrentar grandes desafios: de um lado, a superprodução; de outro, o corte das despesas do Tesouro com a compra de estoques; de outro ainda, o encaminhamento desse acordo internacional. Como os cafeicultores se colocavam diante desse quadro?

A cafeicultura nunca esteve feliz no Brasil enquanto não ganhasse rios de dinheiro. Houve uma distorção muito grande. Cafeicultores que são figuras humanas excelentes, adoráveis, não tinham nenhuma visão da importância do café no quadro da economia. Era uma coletividade que não sabia como deixar de ganhar

dinheiro e lutava por sua posição de uma forma muito presente. O *lobby* dos cafeicultores mobilizava todo o mundo. Tenho guardada uma carta do Carvalho Pinto³² e também um telegrama de vinte ou trinta deputados paulistas, que recebi pouco antes de adoecer. Todos eles insistiam para que eu fizesse uma política de café que permitisse a sobrevivência da cafeicultura. Não queriam que se fizesse a reforma cambial, porque isto significava caminhar para uma política de câmbio único e eliminar câmbios excepcionais que davam ao café um tratamento favorecido. Eles fizeram uma pressão muito grande.

O senhor diria que a cafeicultura foi o lobby que mais pressionou o Ministério da Fazenda?

Ah, de longe. Eles não pressionavam, eles tomavam conta, dominavam. Não precisava haver pressões especiais. A pressão mais importante que houve foi o movimento da Marcha da Produção.³³



O ministro Lucas Lopes no Instituto Brasileiro do Café. Da esq., Adolfo Becker, Lucas Lopes, Renato Costa Lima, Ranieri Mazzilli e Armando Falcão.

A marcha da produção

Quais foram suas primeiras medidas em relação à política de café?

No próprio dia em que tomei posse no ministério, à meia-noite ou uma hora da manhã, fui acordado por um telefonema de um cidadão que na época eu não conhecia, chamado João Dantas, que se apresentou como diretor da empresa que estava operando em nome do governo brasileiro na defesa dos preços do café em Nova York. Eu disse a ele: “Bom, não tenho nada com isso. Quem autorizou o senhor a fazer essa defesa?” Ele respondeu: “Foi o dr. Guzzo” – era o presidente do IBC. “Pois então o senhor procure o dr. Guzzo, porque ele continua responsável.” Disse ele: “Estou lhe falando da casa do dr. Guzzo.” Eu então pedi que o Guzzo viesse ao telefone, e ele me disse: “De fato, ministro, acho que o senhor deve ouvir o João Dantas, porque ele é quem está fazendo toda a política do café, que é a política do governo.” Respondi: “Mas já passa da meia-noite...” E o Guzzo: “Mas ele precisa ir para São Paulo, porque as providências sobre a posição do café têm que ser tomadas amanhã. Ele vai lhe expor a situação.”

O fato é que João Dantas veio até o meu apartamento, e eu tive que descer para abrir a porta porque não havia porteiro. Ele me trouxe um papelzinho, uma lista com as posições dos contratos vendidos que iam vencer nos dias subseqüentes, e queria saber se o governo ia comprar ou não o café, para poder definir uma política. Havia uma série de “canudos”, como se chamava, que estavam entrando naqueles dias. Eu disse: “Você continua a fazer exatamente o que havia sido autorizado, até que eu possa me inteirar de tudo.”

É claro que era preciso pôr um paradeiro naquela política do Alkmin, mas não era possível fazê-lo de um momento para outro. Era preciso ter um certo cuidado. Depois que assumi o ministério, pedi relatórios e comecei a me enfronhar no assunto. Nessa época, trouxe para conversar comigo um técnico do Banco do Brasil, Adolfo Becker, que foi um homem excepcional. Adolfo Becker tinha sido um dos responsáveis pela apuração da defesa do café feita no tempo do Osvaldo Aranha, e veio me ensinar o que era o café. Passei uma tarde inteira com ele, examinando o seu relatório sobre a defesa Aranha, e concluí: “Muito bem. Logo que for possível, vamos fazer uma auditoria semelhante para a defesa Alkmin.” E ele realmente fez essa auditoria. Tenho seu relatório aqui comigo, e é muito interessante, porque ele mostra que um banco de São Paulo era financiado em cruzeiros, comprava dólares no mercado livre, e com esses dólares comprava o café. Quando vendia o café, esse banco trazia de volta os dólares, transformava-os em

cruzeiros e devolvia o financiamento ao Banco do Brasil. Nessa hora eles tinham um lucro enorme, porque a taxa de câmbio já havia subido. A operação do Alkmin, em termos de cruzeiros, era muito feliz, mas em termos de dólares representava um prejuízo substancial.

Quando assumi o ministério, encontrei todos esses problemas e procurei resolvê-los. A política de café era aprovada pelo IBC no final do mês de junho para entrar em vigor nos primeiros dias do semestre seguinte. Como tomei posse em 25 de junho, naquele momento eu não tinha mais nada a fazer, pois já estava tudo aprovado. A única possibilidade que me restava era segurar a taxa de câmbio, pois quem dava o câmbio para o café não era o IBC, e sim o governo, o Ministério da Fazenda. Procurei desvalorizar um pouco a taxa de câmbio para forçar um esforço de exportação em nível de competição. Além de trazer o café para um nível de realismo, com isso eu diminuía a pressão para que o governo comprasse o café pelo preço mais alto.³⁴ E aí houve o primeiro choque, com a ameaça da Marcha da Produção.

A Marcha da Produção foi um movimento puramente eleitoreiro. Era uma véspera de eleição, e o movimento foi iniciado por cafeicultores do norte do Paraná que queriam fazer política. Eles pretendiam sair de Maringá e vir fazer uma demonstração com milhares de caminhões diante do palácio do Catete para que se alterasse a política de café. No princípio, eu era a favor de que se deixasse a marcha ocorrer e que, chegados ao Rio de Janeiro, puséssemos todos os caminhões dentro do Maracanã. Mas Juscelino disse: “Não é possível. Se sair uma marcha dessas, com demonstrações ao longo das estradas, todos os estudantes e todos os agitadores possíveis vão se juntar a ela para vir até o Catete.” De modo que assumi a responsabilidade. O marechal Lott, que era o ministro da Guerra, estava viajando aos Estados Unidos, e entrei em contato com seu substituto, o general Coelho Neto: “Que providências o senhor poderia tomar para evitar que essa marcha se realize? Queríamos fazer uma coisa de pouca encenação.” Ele disse: “Deixe por minha conta. Isso é facilímo. Basta pôr um grupo de combate em cada pontilhão dessas estradas que nada acontecerá.”

Na época, a pressão era de tal ordem que resolvi buscar o apoio do governador de São Paulo, Jânio Quadros,³⁵ pois era lá que se processava a conspiração, ou o planejamento da marcha. Era amigo de Jânio Quadros, telefonei-lhe, fui a São Paulo e ele me recebeu muito bem. Fomos almoçar na casa de um industrial seu amigo, e ele começou a me falar das dificuldades da cafeicultura: falta de dinheiro nas cabeceiras, falta de irrigação do sistema financeiro etc. Fez aquela conversa muito bonita, e eu disse: “Muito bem, governador. Vim aqui para lhe relatar exatamente o reverso da medalha. Conheço razoavelmente o que está

acontecendo com o cafeicultor, tenho uma porção de amigos que são cafeicultores na Zona da Mata e no sul de Minas, e sei bem o que está ocorrendo. Mas nem o senhor nem eles sabem como está hoje nossa posição de café lá fora. Estamos com uma situação insustentável na bolsa de Nova York. De modo que vim aqui lhe fazer um apelo para que o senhor evite que os cafeicultores de São Paulo participem dessa demonstração, que não vai levar a coisa alguma.”

Jânio me tratava com muito carinho, mas nesse momento fez uma pose: “Mas ministro, o senhor está me pedindo que ponha a polícia paulista para impedir que os cafeicultores do Paraná passem por São Paulo?” Creio que perdi um pouco a calma e respondi: “Não, governador, ninguém vai passar, porque já tomei providências com o Exército para impedir qualquer circulação pelo vale do Paraíba.” Ele disse: “Mas ministro, isto é muito sério. É uma intervenção!” Respondi: “Governador, realmente não sei bem classificar o que é, mas posso lhe dizer que é uma posição de governo tomada. Não permitiremos que esta marcha se realize.” Nesse momento, Vicente Francisco de Paula virou-se para mim e disse: “Mas ministro, quem sabe...” Jânio interrompeu-o: “Secretário, esta é a voz do poder. Quem podia tomar a decisão, tomou-a e terá de cumpri-la. Não poderemos contrariar. É o poder que manda.” Qualquer coisa nesse estilo. Eu disse: “Está muito bem.” Voltei para o Rio, e a marcha não se realizou. Houve uma grande campanha nos jornais, uma gritaria danada, mas tive também o apoio de grande parte da imprensa, que entendeu o problema. Especialmente d’*O Estado de S. Paulo*, que tomou uma posição muito clara a meu favor. Frederico Heller era o diretor da página econômica e ajudou muito.

Os cafeicultores não eram importantes só como força econômica. Eles tinham representantes no Congresso, e um deles, Herbert Levy, que além de cafeicultor era udenista, fez grande pressão contra a política de café que o senhor tentou implementar.

Herbert Levy sempre foi um porta-voz muito eficiente e ativo, não apenas em matéria de café, mas de câmbio também. E o Congresso tinha realmente muitos representantes da cafeicultura, não só de São Paulo, como do Paraná, de Minas, de toda parte. Quando não eram cafeicultores, eram representantes de zonas produtoras de café. Cataguases, Leopoldina, todas essas zonas eram zonas cujos deputados, queiram ou não, eram representantes dos interesses da cafeicultura.

Em janeiro de 1959 o senhor fez uma pequena reforma cambial, com as Instruções 174 e 175 da Sumoc:³⁶ as cinco categorias de produtos de exportação foram

reduzidas a três, o câmbio do café e do cacau foi depreciado, e extinguiu-se o regime de bonificações aos exportadores. Essas medidas, que indicavam um movimento em direção ao câmbio único e representavam um corte no subsídio ao café, certamente desagradaram aos cafeicultores.

Sim. Eu tinha que dar complementação à negociação iniciada por Alkmin com o Fundo Monetário, que havia fracassado, tinha que procurar fazer um acordo adicional, e os elementos fundamentais de que eu dispunha para negociar com o Fundo eram a reforma cambial e uma política de café racional. Eu não teria nenhuma possibilidade de obter qualquer acordo de financiamento com o Fundo se não fizesse uma política de café razoável. Se viesse a repetir a política do Alkmin, estaria perdido: pura e simplesmente não teria crédito, pois não podia dizer que ia vender quinhentas mil sacas de café sem ter comprador. Era preciso fazer uma política de café consistente com o que havia no mercado.

O FMI e a saída do ministério

Quais são os critérios do FMI para a concessão de financiamentos?

O Fundo Monetário tem quatro categorias de financiamento. Em primeiro lugar, existe a quota-ouro. Ao entrar para o Fundo, todo sócio contribui com uma importância x em ouro, correspondente a 25% do seu capital.³⁷ Essa quota-ouro, o sócio pode retirá-la na hora que quiser. Vai lá e diz: “Me dá a minha quota, porque estou precisando dela.” O Fundo então devolve esse valor. Depois, há um segundo tipo de financiamento em que o sócio apresenta uma simples informação de que precisa de certa quantia, sem maiores justificativas, e se compromete a pagá-la em seis meses. O terceiro e o quarto tipos são empréstimos que o Fundo só concede depois de saber qual é a razão estrutural da necessidade do financiamento, e desde que o país apresente um programa de longo prazo que seja consistente em termos de política econômica.

Como transcorreram as negociações com o FMI desde o tempo de Alkmin?

A primeira carta de Alkmin ao Fundo foi enviada algum tempo antes de eu assumir o ministério. Quando tomei posse, na primeira reunião da Sumoc de que participei, foi lida a segunda carta do Alkmin, datada de 26 de maio de 1958,

em que ele dizia que fomos tomar uma série de medidas inexecutáveis. Quando Alkmin a leu no Conselho da Sumoc, eu estava chegando de viagem e não sabia da sua existência. Ao tomar conhecimento, tive que fazer meus comentários, pois Alkmin se comprometia, entre outras coisas, a não fazer mais *suppliers' credit*. Ora, nós não podíamos parar de fazer *suppliers' credit* naquele momento, pois todo o nosso processo de industrialização, automóveis, mecânica pesada etc., tudo isso estava sendo financiado por meio de *suppliers' credit*.³⁸

No dia 25 de julho eu mesmo enviei uma carta ao Per Jacobsson, presidente do Fundo Monetário, dizendo que não ia cumprir aquilo que Alkmin havia prometido. Tive que fazer uma carta explicando o que estava ocorrendo, e deixando em aberto negociações futuras.³⁹ Nós queríamos pleitear um financiamento adicional ao Fundo e preparar o terreno para negociações com o Eximbank e bancos europeus. E, de acordo com o regulamento do Fundo, deveríamos apresentar um relatório explicando as medidas que pretendíamos tomar.⁴⁰

Em dezembro ainda de 1958, fui aos Estados Unidos para receber um título de doutor *honoris causa*, e usei esse pretexto para ir visitar o Per Jacobsson, sentir qual era o clima. Eu era muito amigo do pessoal do Banco Mundial e do Eximbank, mas não conhecia o pessoal do Fundo Monetário. E então eu e Roberto Campos fomos visitar o Per Jacobsson. Explicamos quais eram nossas perspectivas,⁴¹ e em março de 1959 ele mandou para cá G.A. Costanzo, um homem que era a Ana Maria Jul⁴² da época. Era um rapaz jovem, muito capaz, que veio ao Brasil levantar dados, informações, discutir.

Por essa época, havíamos feito aqui alguns reajustamentos cambiais – em janeiro de 59 Otávio Paranguá comunicou ao Fundo que tínhamos fixado o câmbio do café em 60 cruzeiros. As negociações prosseguiram, e mandei um grupo aos Estados Unidos. Foram para lá Paulo Poock Correia e Casimiro Ribeiro, mais na condição de pesquisadores do que de negociadores. Não tinham poderes para fechar a negociação, mas dei-lhes um esquema de trabalho e eles ficaram pesquisando, sondando as reações do Fundo. Lembro que quando eles foram para Washington, eu disse ao Juscelino: “Não haverá reforma cambial, não haverá estabilidade econômica no Brasil sem uma política de café sensata que elimine esse absurdo de subsídios ilimitados que só estão enriquecendo os empresários da cafeicultura.” Eu estava muito irritado com isso. Eles haviam tentado fazer aquela Marcha da Produção contra mim e em 1º de julho de 59 eu teria que baixar uma instrução fixando o preço do café. Fui muito franco com Juscelino: “Vou ter novamente um conflito com os cafeicultores, pois não vou dar os preços que eles querem. Fazer isso significaria tornarmos inviável a estabilização do país, significaria voltarmos a um mecanismo de déficit financiado pelo Tesouro. De modo que

pretendo fazer um ajuste cambial e uma política de café a mais rígida possível. Sei que vai ser duro, mas vou fazê-lo.’’

Havia portanto uma relação íntima entre a política de café e as negociações com o FMI.

Não havia uma relação, a não ser na lógica, na aritmética. É que para financiar a safra de café com os preços que os cafeicultores queriam, eu teria que emitir alguns bilhões de cruzeiros a mais. O mercado mundial tinha um preço de café x . Se eu fosse dar aos cafeicultores um preço acima desse x , eles iriam ficar sem poder vender. Mas eles queriam o preço acima do mercado, para poderem se justificar e dizer ao governo: ‘‘Já que não conseguimos vender, comprem vocês, mantenham em estoque e vendam no ano que vem.’’ Eu não aceitava essa hipótese de forma alguma, porque isso era uma fraude: o governo comprar o café a um preço acima do mercado, deixar que os colombianos vendessem toda a sua safra, e esperar pelo ano seguinte, quando viesse a ter um preço mais alto.

E foi no auge dessa discussão que ocorreu sua saída do ministério.

Sim. Resolvi descansar um pouco e fui passar um fim de semana com minha mulher em Caxambu. Passei lá uns dias lindos, gelados, lendo a biografia do Bernard Baruch, e numa daquelas madrugadas tive um enfarte. Lembro que foi no dia 30 de maio de 1959. Fiquei completamente fora do mundo, dopado, e Juscelino mandou Sebastião Pais de Almeida assumir o ministério. Pouco depois foi levado a tomar a atitude bastante discutível de reunir os senadores e dizer que iria romper as negociações com o Fundo Monetário e chamar de volta os negociadores.⁴³ Não vou dizer que ele iludiu o país, mas ele iludiu a si mesmo, porque naquele momento não estavam sendo negociadas as condições finais. Paulo Pook Correia e Casimiro Ribeiro não tinham poderes para fazê-lo, tanto que ao voltar deixaram isso muito claro: eles dependiam da minha presença para definir a política de café e, conseqüentemente, as fases seguintes da negociação. Mas Juscelino resolveu fazer disso um gesto político e rompeu com o Fundo Monetário. Nunca mais se falou em política de café. Sebastião Pais de Almeida deu aos cafeicultores o preço que queriam, eles ficaram felicíssimos e nunca mais se falou no assunto.

Quer dizer que quando o senhor adoeceu ainda não havia sido fechada negociação alguma. Ainda não havia sido fixado o preço do café.

Não. Paulo Pook e Casimiro Ribeiro estavam nos Estados Unidos fazendo uma sondagem sobre o que o Fundo Monetário exigiria como base para um acordo com o Brasil, mas não falavam no café, porque este era um setor em que eu é que teria que tomar uma decisão. Eles estavam discutindo vários temas de forma muito compreensiva, não havia nenhum conflito irreversível. Mas Juscelino sabia que no dia em que eu sáísse de Caxambu – se não sáísse morto – eu iria insistir em fazer uma política de café capaz de equilibrar a economia brasileira. Eu tinha um conflito pela frente, e nessa hora ele resolveu romper com o Fundo, mandando chamar os dois negociadores, que não estavam autorizados a negociar, e sim apenas a sondar. Mandou chamá-los e fez uma papagaiada: reuniu os senadores, abriu a discussão, transformou-se no herói do rompimento com o Fundo, enquanto eu passei a ser a ovelha negra. Nunca abri a boca para dizer o que aconteceu naquele momento. É a primeira vez que falo com essa liberdade.

Está na hora de o senhor começar a falar. Alardeou-se muito naquela época que o FMI estava fazendo exigências inaceitáveis ao Brasil. Mesmo que o senhor considerasse essas exigências razoáveis, havia uma grande diferença de clima entre o momento inicial do governo JK, quando o senhor obteve financiamentos norte-americanos com facilidade, e a situação vivida no ano de 1959.

Não se pode dizer que o clima primeiro tenha sido otimista e depois pessimista. A diferença era entre o que o Brasil tinha a oferecer de início, e o que veio a ter no momento subsequente. No primeiro momento havia um horizonte de grandes possibilidades, uma inflação mais ou menos modesta, com o país ganhando uma dinâmica grande. Já na fase da negociação com o Fundo Monetário, o Brasil estava com dificuldades no balanço de pagamentos, com um horizonte um pouco turvo em matéria de prosseguimento do processo de desenvolvimento econômico.⁴⁴O choque com o Fundo Monetário é pintado como se tivesse sido uma tragédia secular, mas não foi, absolutamente. Foi a falta de confiança no governo brasileiro que em determinado momento levou o Fundo Monetário a exigir um programa que, nos termos do seu regulamento, o Brasil tinha a obrigação de apresentar, para explicar como iria tratar a si próprio nos anos seguintes.

Foi nesse momento que ocorreu o rompimento das negociações, porque o Fundo exigia medidas que não eram muito importantes, mas exigia principalmente uma reforma cambial que o governo brasileiro não desejava fazer. O governo brasileiro retirou seus negociadores porque não estava preparado para atender a algumas exigências que são estatutárias dentro da vida do Fundo Monetário. Não houve antipatia, não houve ideologia por trás da negociação. Esse

assunto aqui foi trabalhado com a mais violenta demagogia ideológica como sendo uma conspiração dos capitais estrangeiros contra o progresso brasileiro. Essas interpretações feitas aqui no Brasil foram muito graves e não foram esclarecidas como deveriam ter sido pelo governo, que estava interessado em outros problemas naquele momento.

O rompimento com o Fundo Monetário significou o mesmo que hoje significaria a moratória. De repente, ficamos sem ter com quem conversar. Juscelino teve que mandar correndo o Walter Moreira Sales para os Estados Unidos, para tentar restabelecer o diálogo.⁴⁵ E sei que Walter Moreira Sales fez uma obra de engenharia, uma obra de inteligência, para reconstruir o crédito do Brasil.

Eu vivi um período em que fugi de pensar nesses problemas. Tinha nojo de discutir a política do Brasil daquela época, não gostava de conversar sobre isso, de rever documentos, nada. Esse assunto só veio a me interessar novamente depois que vocês vieram me pedir este depoimento. Estou pelejando para ser fiel a mim mesmo. Outro dia encontrei num dos meus recortes de jornal uma coisa que eu não sabia: ainda no final de 59, depois de toda essa crise, Sebastião Pais de Almeida foi a Washington e conseguiu perto de 48 milhões de dólares de empréstimo do Fundo Monetário Internacional. Fui verificar e descobri o seguinte: Walter Moreira Sales foi para lá como embaixador – era um homem conhecido, que já tinha chefiado nossa embaixada em Washington – e abriu novas perspectivas de conversação com o Fundo, o Banco Mundial etc. Logo nesse período, foi também concluído o processo de aumento de capital do Fundo, que tinha sido votado um ano antes, na reunião de Nova Delhi. Não compareci a essa reunião porque estava no Ministério da Fazenda havia muito pouco tempo, e mandei em meu lugar Garrido Torres. Na ocasião foi decidido o aumento do capital do Fundo, e quando esse processo foi concluído, o Brasil não teve dificuldade de chegar lá e sacar.⁴⁶

Ao que parece, a questão do FMI foi muito mais uma turbulência interna no Brasil do que uma turbulência entre Brasil e FMI.

Entre Brasil e FMI não houve turbulência, houve debates muito civilizados. Mas internamente o FMI foi uma excelente bandeira. Houve um tempo em que a Esso era a grande bandeira das esquerdas. Depois veio a American Can, e até fizeram o enterro do Roberto Campos. Depois veio Roboré, FMI, Hanna Mining...

As intrigas de Schmidt

Algum grupo específico exerceu pressão para que o senhor fosse substituído no Ministério da Fazenda na ocasião de seu enfarte?

Quando adoeci, todas as forças que tinham o objetivo de me depor do governo, principalmente os cafeicultores, Sebastião Pais de Almeida e outros, reuniram-se na casa de Augusto Frederico Schmidt. Muita gente que me achava mau ministro e queria me tirar do ministério achou que aquela era uma excelente oportunidade de me substituir. Cada um tem o direito de pensar o que quiser, mas eu estava convencido de que ia ganhar a parada com uma negociação singela, que abriria a oportunidade para outros financiamentos.

Esse grupo que queria vê-lo longe do ministério teve alguma atuação efetiva durante sua gestão como ministro?

Esse grupo se caracterizou melhor na fase final, em que eu estava tentando conduzir uma política de combate à inflação, de estabilização monetária. Consegui que Juscelino assinasse uma mensagem patrocinando os meus pontos de vista sobre a política de estabilização, o que comprova a capacidade que eu e meu grupo tínhamos de levar o governo a endossar nossas opiniões. Mas havia alguns homens contrários a essa política, porque achavam que eu estava estrangulando o comércio. Dizia-se: “A Loja Ducal vai entrar em falência porque estão impondo o Imposto de Vendas e Consignações sobre a roupa feita, mas não cobram do alfaiate.” Coisas desse tipo, instrumentos de pressão muito primários. E é certo que quando entrei numa fase crítica no Ministério da Fazenda, a oposição desses elementos aumentou.

Vou contar uma história bastante interessante, de certa forma reveladora, cujos detalhes ninguém conhece. Já que estamos fazendo aqui um confissão para a história, vou relatá-la. No momento em que chegamos à conclusão de que precisávamos obter um empréstimo do Fundo Monetário Internacional e mandar uma equipe para lá negociar e estudar, tive uma conversa bastante séria e cuidadosa com Juscelino sobre o que teríamos de fazer em consequência do que o Fundo Monetário desejava. O Fundo Monetário desejaria uma política de equilíbrio orçamentário, o que seria fácil de se conduzir apesar de Brasília. Mas um ponto em que iriam insistir seria uma política correta de café e uma correspondente política de câmbio. O câmbio passava a ser a questão-chave. A taxa cambial para a exportação de café é que seria o elemento importante.

Nesse momento, Juscelino começou a sofrer uma pressão tremenda de várias pessoas que queriam influenciar na busca de financiamentos sem que precisássemos nos submeter às supostas exigências do Fundo Monetário -- exigências essas pelas quais nós mesmos estávamos lutando, ou seja, o estabelecimento do equilíbrio interno e a eliminação da inflação. Surgiram várias pressões e movimentos realmente perturbadores. Entre as várias alternativas que foram apresentadas, havia uma idéia que foi elaborada, ou foi trazida ao Juscelino pelo Schmidt. A idéia era pedir ao Teodoro Quartim Barbosa, uma grande figura de banqueiro de São Paulo, que na época de Vargas vendia café para entregar no futuro e com isso antecipava as receitas cambiais, para participar da busca de um apoio do governo americano através da embaixatriz Clare Boothe Luce. Ela estava indicada para ser embaixadora aqui, mas depois foi vetada pelo Senado americano. Era a esposa do dono do *Life Magazine* e era ligada ao David Rockefeller, de quem Quartim Barbosa era amigo pessoal. De modo que Schmidt levou ao Juscelino a tese de que o Quartim Barbosa devia ser mobilizado para obter, através da embaixatriz Luce e do grupo Rockefeller, a boa-vontade da política americana para financiamentos ao Brasil.

Como eu gostava muito do Teodoro Quartim e sabia que ele poderia dar conselhos úteis sobre o café, convidei-o para vir almoçar comigo juntamente com Frederico Heller, redator econômico de *O Estado de S. Paulo*, uma grande figura em quem sempre depus absoluta confiança, pois sabia que ele não iria deformar nem usar mal o que eu dizia. Aliás, foi através dele que surgiu a idéia de eu conversar com o Quartim Barbosa nas vésperas do Paulo Pooch Correia e Casimiro Ribeiro irem para os Estados Unidos. Na manhã do dia do almoço, Juscelino me telefonou perguntando se eu podia passar no Laranjeiras. Fui até lá e ele me disse que tinha sido aconselhado a usar os bons préstimos do Teodoro Quartim Barbosa para obter facilidades junto ao David Rockefeller e ao governo americano. Por coincidência tinha sabido que o Quartim Barbosa ia almoçar comigo naquele dia, de modo que havia me chamado para me contar isso. Disse: "Dei a ele essa missão porque dizem que ele é muito importante." Pensei: "Se deu, foi errado, porque Teodoro Quartim Barbosa não vai ter influência alguma junto ao Fundo Monetário."

Naquele momento, senti que Juscelino estava me dando um bilhete azul. Chamar um homem de fora para participar da negociação de um empréstimo externo sem a interferência do ministro da Fazenda era um bilhete azul. Mas tive uma reação que me deixou até surpreso de ver como fui elegante e hábil. Disse: "Mas Juscelino, você está dando uma apresentação ao Quartim Barbosa para negociar em nome do governo brasileiro passando por cima do seu embaixador,

Amaral Peixoto? Isso tem que ser feito pelo Amaral, e não por terceiros!” Juscelino pôs as mãos na cabeça. Ficamos duas ou três horas sentados numa sala do Laranjeiras tentando uma ligação telefônica para o Amaral, para explicar que o Quartim Barbosa ia apenas auxiliar. Não havia explicação maior. Por acaso o Teodoro não chegou a apresentar a carta que levava porque viajou para Nova York, sua mãe morreu e ele voltou. Ele também tinha outra carta preparada pelo Schmidt para a Alemanha. Procurou o embaixador do Brasil na Alemanha para abrir negociações com os bancos alemães, mas o embaixador, que tinha sido representante do Itamarati na Comissão Mista, disse que infelizmente não podia encaminhar a carta porque era uma correspondência fechada e ele teria que conhecer o texto, de acordo com as regras da diplomacia.

Para ver como eram essas jogadas... E o que havia era boa-vontade, não existia malícia. Não acredito que o Teodoro tivesse qualquer intenção de ganhar dinheiro, de tirar partido disso. Estava querendo prestar serviço. Eles estavam provavelmente convencidos de que eu estava perdido nas minhas negociações com o Fundo Monetário e achavam que era preciso haver outras alternativas. Juscelino, evidentemente, vivia angustiado. Via que as coisas estavam caminhando, e que só lhe restaria sentar à mesa de negociações.

Era característico de Augusto Frederico Schmidt usar contatos com pessoas importantes para se tornar uma espécie de policy maker invisível, não?

Não. O Schmidt era — não quero usar o termo no mau sentido — um intrigante político. Ele tinha um grande desejo de participar politicamente. Foi um grande apoio para Juscelino durante a campanha, trabalhou muito no *Diário Carioca*. Era em sua casa que se conspirava a favor do Juscelino durante a campanha, e posteriormente ele também atuou muito. Mas tinha limitações grandes, não tinha poder para ser ministro. Talvez desejasse ser ministro das Relações Exteriores, mas não teve a chance de sê-lo.

É difícil julgar os homens. Tenho boa impressão do Schmidt. Ele não era um negociante, como se tenta pintar. Ele imaginou, por exemplo, que era indispensável se fazer um esforço para criar supermercados no Brasil. Obteve a vinda daquela missão Klein and Saks, que fez um grande levantamento sobre alimentação no Brasil, mostrando como havia falta de armazenamento e de transportes.⁴⁷ Isso foi patrocinado pelo Schmidt, e daí surgiu a idéia de que era preciso mudar a estrutura do comércio de alimentação e sair para os supermercados. Ele acabou fazendo uma sociedade e foi um dos criadores do Disco. Lutou muito também pela Orquima. Era muito amigo do Kurt Weil, que foi um grande químico

e elaborou uma série de processos de tratamento das areias monazíticas. Schmidt era ligado a tudo isso.

Como foi feita formalmente a passagem da pasta da Fazenda para Sebastião Pais de Almeida?

Na época me deixaram dopado, e eu nem tive notícia de que tinha havido aquela crise com o Fundo Monetário. Juscelino estava louco para me ver pelas costas, pois estávamos vivendo um período de tensão muito grande. Meu enfarte resolveu o problema dele de substituir o ministro. Não tive que pedir demissão porque ela foi automática, não voltei mais ao ministério. Sebastião Pais de Almeida primeiro ficou interino e depois efetivo. Foi um processo de desligamento inesperado e total. Eu também me desliguei completamente do mundo e fugia de saber o que estava acontecendo. Tinha uma alergia, não queria saber mais do que se passava. Também não queria que meus amigos ficassem envolvidos com meus problemas psicológicos e pessoais, de modo que me isolei bastante no meu canto.

NOTAS

1. Sobre as dificuldades enfrentadas por Gudin nos Estados Unidos, ver Eugênio Gudin, *Depoimento*; 1979, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral.
2. O ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, assessorado pelo presidente do Banco do Brasil, Marcos de Sousa Dantas, levou ao extremo a política de valorização dos preços do café exportado que havia sido iniciada em 1952 pelo então ministro Horácio Lafer. O auge da defesa Aranha ocorreu em junho de 1954, quando o governo fixou o preço mínimo do café em 87 centavos de dólar a libra-peso. A reação dos Estados Unidos, que consumiam 2/3 das exportações de café do Brasil, foi imediata, estendendo-se do boicote das donas de casa à instauração de uma comissão de inquérito no Senado para investigar manobras especulativas do governo brasileiro. Osvaldo Aranha ainda tentou manter o preço do café, contratando duas firmas exportadoras estrangeiras para comprar o produto na bolsa de Nova York e solicitando ao governo de São Paulo que fizesse o mesmo. Apesar do esforço do governo, as dificuldades persistiram, e em 14 de agosto de 1954 a Sumoc lançou a Instrução 99, pela qual autorizava a venda de 20% das divisas de café no mercado livre e reduzia o preço mínimo para 72 centavos de dólar. Ver Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto Andrade Pinto, "O café no Brasil: 20 anos de substituição no mercado" em *Ensaaios sobre café e desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, IBC, 1973; Verena Stolcke, *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 152-165; Edmar Bacha, "A política cafeeira do Brasil (1952-1967)", *Dados*, nº5, 1968, p. 144-161; e "Operação Osvaldo Aranha de defesa do café",

Relatório da Comissão de Tomada de Contas do Ministério da Fazenda, 1953, no arquivo de Lucas Lopes.

3. A tensa situação política em que se encontrava o governo Vargas foi agravada na madrugada de 5 de agosto de 1954 pelo atentado realizado na rua Toneleros contra Carlos Lacerda, principal líder da oposição, em que morreu o major-aviador Rubens Vaz. Ignorando as apurações empreendidas no âmbito da polícia civil e do Ministério da Justiça, a base aérea do Galeão instaurou um inquérito policial-militar independente e por isso passou a ser chamada de “República do Galeão”. Ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 176-177.
4. O ministro Eugênio Gudin, embora contrário à política intervencionista de valorização, deu continuidade às operações de financiamento e venda de café vindas do período anterior, já que deste produto provinha grande parte da receita do país. Preocupado em recuperar o mercado norte-americano e em financiar a safra de café de 1955 sem recorrer a emissões inflacionárias, em fevereiro desse ano baixou a Instrução 114 da Sumoc, que desvalorizou o câmbio do café e fixou o preço mínimo do produto em 56 centavos de dólar a libra-peso (preço de 1953). Ver Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto Andrade Pinto, op. cit., e Verena Stolcke, op. cit.
5. O trabalho citado encontra-se no arquivo de Lucas Lopes. Coordenado por Roberto Campos, que assina a nota introdutória datada de 10 de dezembro de 1955, foi elaborado com base no relatório sobre a economia brasileira preparado pelo economista Reynold Carlson para o Banco Mundial. O estudo teve a colaboração de Evaldo Correia Lima, Sebastião de Santana e Silva e Juvenal Osório Gomes, do BNDE; Sidney Lattini, Ricardo Moura e Olindo Knust, da Sumoc; Dênio Nogueira, do Conselho Nacional de Economia; Gerson Augusto da Silva, do Ministério da Fazenda, e Alexandre Kafka, da Fundação Getúlio Vargas.
6. Aliomar Baleeiro (1905-1978) foi deputado da UDN baiana de 1946 a 1959 e de 1963 a 1965, tendo-se destacado pela tenaz oposição aos governos Vargas, Kubitschek e Goulart. Ver *DHBB*, op. cit.
7. Osvaldo Maia Penido, advogado mineiro, foi oficial de gabinete de Tancredo Neves no Ministério da Justiça (1953-1954) e chefe de gabinete de Lucas Lopes no Ministério da Viação e Obras Públicas (1954-1955). No governo JK, foi subchefe e depois chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.
8. Otávio Gouveia de Bulhões (1906-1990) iniciou sua carreira no Ministério da Fazenda em 1926. Economista neoliberal e ardente defensor da estabilidade monetária, foi o idealizador da Sumoc em 1945. Ao lado de Eugênio Gudin, foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas e fundador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Duas vezes diretor executivo da Sumoc (1954 a 1955 e 1961 a 1962), foi ministro da Fazenda do governo Castelo Branco (1964-1967). Ver *Otávio Gouveia de Bulhões, depoimento*, Brasília, Banco Central, 1990.
9. O *Diário Carioca* foi fundado em 1928 por José Eduardo de Macedo Soares, passando em 1948 à direção do jornalista Horácio de Carvalho Junior. Hostil ao segundo governo Vargas, o jornal apoiou a campanha, a posse e o governo de JK, opôs-se a Jânio Quadros e defendeu a posse de Goulart em 1961. Nesse ano foi vendido ao senador Arnon de Melo, que o transferiu a Danton Jobim. Circulou pela última vez em 31 de dezembro de 1965. Ver *DHBB*, op. cit.

10. Desde 1957, parlamentares udenistas vinham desencadeando campanha contra o ministro Alkmin, acusando-o de conceder favores cambiais ao empresário Antônio Sanchez Galdeano para a importação de uísque. Dessa campanha resultou a formação de uma comissão parlamentar de inquérito na Câmara dos Deputados em 1957, conhecida como “CPI do uísque a meio dólar”.
11. A convite do ministro da Fazenda Dilson Funaro (1985-1987), Lucas Lopes participou em Brasília de duas reuniões do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado em 1986 e posteriormente desativado.
12. A Instrução 70 da Sumoc, baixada em 9 de outubro de 1953, na gestão de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda, introduziu taxas múltiplas de câmbio para importação e exportação. As importações foram divididas em cinco categorias, segundo o critério de maior ou menor essencialidade, e o câmbio passou a ser vendido em leilões nas bolsas de valores. As taxas de câmbio para os produtos de exportação também diferiam conforme se tratasse de café, cacau etc., e os exportadores tinham direito a um bônus sobre essas taxas. O sistema de bonificações então instituído passou a ser objeto de pressão dos cafeicultores, nunca satisfeitos com o bônus do café. O sistema de câmbio múltiplo passou a ser regulado pela Cacex, do Banco do Brasil, que ainda em outubro de 1953 substituiu a desgastada Cexim (Carteira de Exportação e Importação). Ver Pedro Malan et al., *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p. 159 e 466-8; Von Doellinger et al., *Política e estrutura das importações brasileiras*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, e Donald Huddle, “Balço de pagamentos e controle do câmbio no Brasil (1946-1954)” em F. Versiani e J. F. Barros (ed.), *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Saraiva, 1978.
13. José Maria Whitaker (1878-1970), empresário paulista ligado aos setores financeiro e de comercialização de café, foi presidente do Banco do Brasil (1920-1922) e ministro da Fazenda do governo provisório de Vargas (1930-1931). Em abril de 1955 voltou a assumir esta pasta, substituindo Eugênio Gudim. Após liquidar as posições em aberto do Brasil na bolsa de café de Nova York, pôs fim ao ciclo de valorização e intervenção governamental no comércio cafeeiro. Esforçou-se também, sem sucesso, para implementar uma reforma cambial que, introduzindo a taxa única de câmbio, eliminaria a bonificação do dólar-café. Ver *DHBB*, op. cit.; Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto Andrade Pinto, op. cit., e Verena Stolcke, op. cit.
14. Ver *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1978, vol. 3, p. 41. Na época, o Conselho da Sumoc era composto por: Juscelino Kubitschek (presidente da República), Eurico de Aguiar Sales (diretor executivo da Sumoc), José Maria Alkmin (ministro da Fazenda), Sebastião Pais de Almeida (presidente do Banco do Brasil), Tancredo Neves (diretor da Carteira de Redesconto), Paulo Pooch Correia (diretor da Carteira de Câmbio), Joaquim Inácio Tosta Filho (diretor da Cacex) e Lucas Lopes (presidente do BNDE). Inar Dias de Figueiredo foi diretor executivo da Sumoc de 18 de outubro de 1955 a 12 de março de 1956.
15. Ver Casimiro Ribeiro, *Depoimento - 1979*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral, e *Depoimento - 1989*, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC - História Oral (Projeto “A criação do Banco Central do Brasil: primeiros momentos”).
16. A Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, conhecida como Lei de Tarifas, adotou um sistema de taxas *ad valorem* que incidiam sobre cerca de 6.500 produtos, variando de 0 a 150%. Inspirada no sistema norte-americano, criou uma agência reguladora da política tarifária, o

- Conselho de Política Aduaneira, que combinou a presença de técnicos e de empresários, tornando-se um organismo poderoso de formulação da política econômica. Embutida na Lei de Tarifas, havia uma pequena reforma cambial, que reduzia as cinco categorias de importação para duas: especial (bens essenciais) e geral (bens supérfluos). O câmbio de custo foi mantido e transferiu-se a decisão sobre a essencialidade das importações da Cacex para o Conselho de Política Aduaneira. Ver Maria Antonieta Leopoldi, *Industrial associations and politics in contemporary Brazil (1930-1961)*, Universidade de Oxford, 1984 (tese de doutorado).
17. Ver Ministério da Fazenda, *Programa de Estabilização Monetária* para o período de setembro de 1958 a dezembro de 1959, Rio de Janeiro, 1958. Para uma análise do plano e da oposição que gerou entre cafeicultores, industriais e parlamentares, ver Lourdes Sola, *The political and ideological constraints to economic management in Brazil (1945-1963)*, Universidade de Oxford, 1982 (tese de doutorado), cap. 4.
 18. Trata-se do documento intitulado “Programa antiinflacionário para 1956”, conservado no arquivo de Lucas Lopes. O trabalho contém recomendações relativas à restrição da expansão monetária e à correção do desequilíbrio orçamentário do setor público, e trata ainda de política de crédito e salarial.
 19. Ao estabelecer que o aumento do salário mínimo no período 1958-1959 seria equivalente à elevação do custo devida, o Plano de Estabilização Monetária dava novo tratamento à política salarial, que em 1954 e 1956 havia permitido aumentos acima da inflação. O índice de aumento proposto para 1959, de 37%, fazia o poder de compra dos salários retornar a níveis anteriores a 1956, representando um relativo arrocho salarial. Ver Lourdes Sola, op. cit., cap. 4.
 20. A Frente Parlamentar Nacionalista, movimento que mobilizou deputados e senadores de diferentes partidos entre os anos 1950 e 1960, originou-se de um manifesto assinado por 55 congressistas, lido na tribuna da Câmara pelo deputado Abguar Bastos (PTB-SP) em junho de 1956. Seu programa, comprometido com a defesa de políticas nacionalistas para a solução dos problemas do desenvolvimento do país, pregava entre outras coisas o controle da remessa de lucros, o fortalecimento dos monopólios estatais, o combate aos monopólios privados e o incentivo às indústrias de base. Entre seus líderes mais destacados figuravam Barbosa Lima Sobrinho (PSB-PE), Renato Archer (PSD-MA), José Joffily (PSD-PB), Gabriel Passos (UDN-MG) e Sérgio Magalhães (PTB-DF). A Frente desapareceu após o movimento militar de 1964, e seus membros foram fortemente atingidos pelas cassações de mandatos. Ver *DHBB*, op. cit.
 21. Herbert Levy, nascido em 1911, conquistou seu primeiro mandato de deputado federal pela UDN paulista em 1950, tendo desenvolvido a partir de então longa carreira parlamentar. Foi também empresário nos setores financeiro, industrial e de exportação de café. Adversário de Vargas e de JK, defendeu nos anos 50 o câmbio livre para o café, combatendo ao mesmo tempo a proteção à indústria. Ver *DHBB*, op. cit.
 22. A partir da década de 1890 ocorreu uma queda no preço interno e externo do café, provocada pela grande produção dos cafezais paulistas. A enorme safra de 1906 prenunciava um declínio ainda maior no preço internacional do produto e apontava para a necessidade de medidas intervencionistas que retirassem o excedente do mercado. O Convênio de Taubaté, firmado em março de 1906, foi a resposta à crise encontrada pelos governos e cafeicultores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Segundo esse acordo, o excedente da safra seria comprado e estocado para venda futura, quando a produção baixasse. Efetuada sob os auspícios do governo de São

Paulo e de financiamentos privados, essa operação contou em seguida com o apoio do governo federal, sendo institucionalizada como parte da política cafeeira nas décadas seguintes. Ver Anibal Vilela e W. Suzigan, *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p. 113-115, e W. Fritsch, “Apogeu e crise na Primeira República; 1900-1930” em Marcelo Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso (1889-1989)*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 37-39.

23. Defrontando-se com sérias dificuldades na áreas exportações e do balanço de pagamentos no período 1956-1958, o ministro José Maria Alkmin restabeleceu a política de sustentação do preço do café de Osvaldo Aranha, comprando os excedentes com recursos provenientes de emissões e do fundo de ágios criado com a Instrução 70 da Sumoc. Em novembro de 1957 o IBC interveio no mercado de café de Nova York, credenciando João de Sousa Dantas a efetuar operações de compra e venda com a finalidade de “manter uma estabilidade de preços necessária à preservação de nossa receita cambial”. O IBC forneceu 940 milhões de cruzeiros para financiar essas operações, tendo João de Sousa Dantas recorrido também a outros financiamentos nos Estados Unidos. Ao final, a operação deixou um prejuízo para o governo brasileiro de 2,4 milhões de dólares. Ver Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto Andrade Pinto, op. cit.; Verena Stolcke, op. cit.; Edmar Bacha, op. cit.; Luiz Orenstein e Antônio Cláudio Sochaczewski, “Democracia com desenvolvimento: 1956-1961” em Marcelo Paiva Abreu (org.), *A ordem do progresso (1889-1989)*, op. cit., e “Ofício do presidente do IBC (Renato Costa Lima) ao ministro da Fazenda Sebastião Pais de Almeida”, de 3 de fevereiro de 1960, no arquivo de Lucas Lopes.
24. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892-1968) construiu ao longo da vida a cadeia dos Diários Associados, que em 1965 contava 33 jornais, 18 revistas, 25 emissoras de rádio, 18 canais de televisão e 2 agências de notícias. Com os meios de comunicação de que dispunha desencadeou várias campanhas, como a das “asas para o Brasil”, nos anos 40, e a do café fino, no governo JK. Ver *DHBB*, op. cit.
25. Sérgio Magalhães, nascido em Pernambuco em 1916, foi deputado federal pelo PTB do Distrito Federal de 1955 a 1963. Um dos organizadores da Frente Parlamentar Nacionalista, celebrou-se por suas posições contrárias à remessa de lucros das empresas estrangeiras. Derrotado por Carlos Lacerda nas eleições para o governo da Guanabara em 1960, foi cassado em 1964 pelo Ato Institucional nº 1.

Gabriel Passos (1901-1962) foi constituinte de 1934 pelo Partido Progressista de Minas Gerais, secretário do Interior e Justiça de Benedito Valadares em 1935 e constituinte de 1946 pela UDN. Derrotado por JK – que era seu conchudo – nas eleições para o governo de Minas em 1950, voltou à Câmara entre 1955 e 1963, tornando-se membro da Frente Parlamentar Nacionalista e participando das comissões de inquérito que investigaram as atividades da Esso, da Hanna Mining e o Acordo de Roboré. Foi ainda ministro das Minas e Energia do governo Goulart, de setembro de 1961 até falecer em junho de 1962. Ver *DHBB*, op. cit.
26. Ver Antônio Delfim Neto, “O problema do café no Brasil” em *Ensaios sobre café e desenvolvimento econômico*, op. cit.
27. O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado pela Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, com o objetivo de promover a defesa do preço internacional do café e incentivar pesquisas agrônomicas destinadas a melhorar a qualidade do produto. A criação do IBC fez parte de um

conjunto de medidas através das quais o governo voltava a intervir no mercado de café, em virtude de dificuldades enfrentadas na balança comercial daquele ano. Junto com a criação do IBC o governo estabeleceu o preço mínimo para o café e comprou o produto visando estabilizar seu preço internacional. Órgão do governo, o IBC ligava-se a três agências que, juntas, formulavam a política de café — o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e a Sumoc —, mas contava também com a presença de representantes da lavoura e do comércio de exportação de café de São Paulo, Paraná, Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O IBC foi extinto pela reforma administrativa de 16 de março de 1990. Ver *DHBB*, op. cit.

28. Paulo Guzzo, secretário geral da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo (Faresp), foi indicado para a presidência do IBC em outubro de 1955. Mantido no cargo pelo governo Kubitschek, dele foi afastado nos primeiros dias de setembro de 1958, substituído por Renato Costa Lima, ex-secretário de Agricultura do estado de São Paulo (1954-55) e presidente da Sociedade Rural Brasileira. Ver *DHBB*, op. cit., e Verena Stolcke, op. cit., p. 178.
29. A tese de que a cafeicultura se fragilizou diante da burocracia do Estado é defendida por Edmar Bacha em “A política cafeeira do Brasil (1952-1967)”, op. cit., p. 145-146, e por Nathaniel Leff em *Política econômica e desenvolvimento no Brasil (1947-1964)*, São Paulo, Perspectiva, 1977, p. 18-21. Para uma visão que enfatiza o poder político dos cafeicultores, ver Verena Stolcke, op. cit., p. 152-153.
30. Diante da queda dos preços do café prevista para 1957-1958 em decorrência da superprodução, os produtores latino-americanos tentaram ordenar o mercado, firmando no México, em outubro de 1957, um acordo de contenção: o Brasil retiraria 20% de seu café, a Colômbia 10%, e paralelamente seriam estabelecidos preços mínimos para a exportação. Até fins de 1957 ocorreu uma contenção satisfatória, mas a partir de 1958 a instabilidade do mercado cafeeiro se agravou. Ver Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto Andrade Pinto, op. cit., p. 310, 317 e 320 (gráfico I).
31. As negociações para o Acordo Internacional do Café foram concluídas em agosto de 1962. No ano seguinte começou a operar a Organização Internacional do Café, OIC, com sede em Londres.
32. Carlos Alberto de Carvalho Pinto (1910-1987) foi secretário de Finanças do governo Jânio Quadros em São Paulo (1955-1958) e governador do estado (1959-1963). Foi ainda ministro da Fazenda de João Goulart (jun.-dez. 1963) e senador da Arena (1967-1975). Ver *DHBB*, op. cit.
33. Marcha da Produção foi o nome dado às tentativas de protesto dos cafeicultores contra a política de café do governo ocorridas em 1953, 1955, 1957, 1958 e 1959. O movimento consistiu em organizar marchas de produtores que partiriam do Paraná, atravessando São Paulo, Minas e Estado do Rio rumo ao palácio do Catete. O fato de nenhuma das tentativas ter chegado a se concretizar foi interpretado por autores como Nathaniel Leff como sinal de fragilidade do setor cafeeiro. O movimento demonstra na verdade o poder de pressão dos cafeicultores sobre o governo, na medida em que, após cada tentativa de marcha, o governo aumentou a bonificação sobre o câmbio do café.

A Marcha da Produção a que se refere Lucas Lopes foi anunciada pelo cafeicultor paranaense Garibaldi Reale no dia 4 de setembro de 1958, no Congresso dos Agricultores. Ver Nathaniel Leff, op. cit.; Verena Stolcke, op. cit., p. 157-168; e *Correio da Manhã*, 5/9/1958.

34. A política de café praticada por Lucas Lopes no início de sua gestão foi explicitada em carta por ele enviada ao Fundo Monetário Internacional em 25 de julho de 1958. O governo depreciou o câmbio do café de 43 para 54 cruzeiros por dólar, e propôs-se a comprar 40% da safra de café de 1958/59 a preços abaixo do mercado (até o limite de 13 bilhões de cruzeiros) e ainda o restante da safra anterior (com um custo adicional de 4,2 bilhões de cruzeiros). Os 60% restantes da safra 1958/59 deveriam ser exportados sem a intermediação do Estado, e os exportadores não teriam a opção de vender café ao governo antes do fim da safra anual. Ver carta de Lucas Lopes a Per Jacobsson, de 25/7/1958, no arquivo de Lucas Lopes.
35. Jânio da Silva Quadros, nascido em 1917, foi prefeito de São Paulo (1951-1954) e governador do estado (1955-1959). Eleito presidente da República com o apoio da UDN em outubro de 1960, governou o país de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto do mesmo ano, quando renunciou. Em 1982 candidatou-se sem êxito ao governo de São Paulo, mas em 1985 foi eleito prefeito da capital e exerceu o mandato até 1989. Ver *DHBB*, op. cit.
36. A Instrução 174 da Sumoc, de 10 de janeiro de 1959, reduziu as cinco categorias de exportação para três: café, cacau/mamona e açúcar. Os demais produtos de exportação foram colocados no mercado livre de câmbio. O câmbio do café foi reajustado para 60 cruzeiros, mas a bonificação aos exportadores foi suprimida. A Instrução 175, da mesma data, elevou o câmbio de custo – taxa especial usada para a importação do trigo, petróleo e papel de imprensa – de 80 para 100 cruzeiros, reduzindo com isso o valor do subsídio gasto na importação desses produtos. A mesma instrução elevou o ágio das duas categorias de importação (geral e especial).
37. A quota de participação declarada pelo Brasil ao FMI em 1944 foi de 150 milhões de dólares. Segundo as regras do Fundo, 25% dessa participação (equivalentes a 37,5 milhões de dólares) foram pagos em ouro. Os 75% restantes (correspondentes a 112,5 milhões de dólares) ficavam à disposição do FMI em cruzeiros. O FMI garantia ao Brasil, por seu estatuto, o direito de saque anual de 37,5 milhões de dólares.
38. Na carta de 26 de maio de 1958 ao FMI, conservada no arquivo de Lucas Lopes, o ministro Alkmin solicitava um acordo *stand-by* com o Fundo, com validade de um ano, para a compra de 37,5 milhões de dólares. Fundamentando o pedido, apresentava um plano econômico que, por sua extrema rigidez, significava uma política de estabilização-com-recessão. Os limites fixados para as despesas governamentais, para o déficit orçamentário e para as emissões de papel-moeda em todo o ano de 1958 já haviam sido praticamente atingidos no primeiro semestre, o que significava ou a inviabilidade da proposta, ou uma drástica mudança na política econômica que conduziria à recessão. Alkmin prometia ainda ajustes cambiais imediatos, a redução das compras pelo governo do café para exportação (das 23 milhões de sacas da safra, o governo compraria apenas 15 milhões) e a limitação dos *suppliers' credits* aos níveis de 1957. Embora tenha visto com ceticismo o sucesso do programa, que exigiria uma “dura e imediata ação do governo”, em 4 de junho de 1958 o FMI autorizou o Brasil a sacar os 37,5 milhões solicitados e mais 37,5 milhões para o pagamento de atrasados ao Fundo. Em 1958 o Brasil sacou 54,8 milhões de dólares do FMI, cabendo ao ministro Lucas Lopes, em 8 de julho, efetuar o pagamento de 17,25 milhões de dólares ao Fundo. Ver *International Monetary Fund, Brazil: use of Fund resources*, Washington, IMF, 27/5/1958, 4/6/1958 e 8/7/1958.
39. Na carta que enviou a Per Jacobsson, Lucas Lopes esclarecia algumas mudanças que fizera na

proposta de Alkmin ao FMI relativamente à política de café (ver nota 34) e à estimativa do déficit dos pagamentos externos do país. Segundo Lucas Lopes, o cálculo de Alkmin, de 200 milhões de dólares para 1958, seria ultrapassado (na verdade, chegou naquele ano a 300 milhões de dólares). Em função da gravidade da situação brasileira, Lucas Lopes anunciava em carta confidencial anexa que, para equilibrar as contas externas do Brasil em 1959, iria reduzir em 20% as divisas oferecidas nos leilões de câmbio, bem como limitar as importações do governo. Informava também que o câmbio de custo seria ajustado de 58 para 70 cruzeiros em meados de outubro e para 80 cruzeiros até o final de dezembro. As duas cartas, datadas de 25/7/1958, encontram-se no arquivo de Lucas Lopes.

40. Na minuta do documento preparado pelo governo brasileiro no primeiro semestre de 1959 para ser entregue ao FMI, ficava claro que qualquer negociação do Brasil com o Eximbank, bancos privados norte-americanos e até mesmo bancos europeus estava vinculada ao exame e aval prévios do FMI. O documento encontra-se no arquivo de Lucas Lopes.
41. Nas duas visitas que fez a Per Jacobsson, em 5 e 8 de dezembro de 1958, Lucas Lopes informou das dificuldades enfrentadas na implementação do programa submetido ao Fundo, declarando que, embora o déficit público estivesse sob controle, as emissões de papel moeda deveriam ultrapassar ligeiramente o teto proposto (102 bilhões de cruzeiros). Informou-o também das reformas cambiais já efetuadas, que incluíam uma desvalorização do câmbio de importação e uma redução de 20% na oferta de divisas para os leilões de câmbio, e anunciou para 1959 um programa de contenção monetária que implicava a redução do déficit público, a limitação de crédito do Banco do Brasil e a redução da expansão monetária.

Em 8 de dezembro de 1958, Lucas Lopes entregou a Per Jacobsson carta em que solicitava o adiamento, para 2 de junho de 1959, do pagamento de 20.25 milhões de dólares, com vencimento em 31 de dezembro de 1958, e pedia ainda o adiamento das consultas ligadas ao acordo *stand-by*. Ambas as solicitações foram atendidas pelo FMI. Ver carta de Lucas Lopes a Per Jacobsson (Washington, 8/12/1958) e IMF, *Brazil: changes in the exchange system* (12/12/1958), no arquivo de Lucas Lopes.

42. Ana Maria Jul, economista chilena, chefiou a missão do FMI que veio ao Brasil no final de 1982, quando, atingido por séria crise econômica, o país mais uma vez recorreu ao Fundo Monetário. A missão do FMI esteve várias vezes no Brasil na década de 1980 para avaliar as condições da economia brasileira e estudar as possibilidades de concessão de empréstimo.
43. Em 4 de junho de 1959, em meio a uma efervescente atmosfera política, Juscelino Kubitschek suspendeu provisoriamente as negociações com o FMI. Uma semana depois, anunciou que não mais pretendia enviar missões brasileiras ao Fundo. No dia seguinte, o governo emitiu nota oficial, lida pelo líder da maioria na Câmara Federal, Horácio Lafer, explicando o "rompimento com o FMI". Em 17 de junho, durante uma concentração no palácio do Catete promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), com a presença da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Frente Parlamentar Nacionalista e de Luís Carlos Prestes, JK discursou rompendo publicamente com o Fundo. Ver *Correio da Manhã*, 5, 12, 13 e 18/6/1959, e Thomas Skidmore, op. cit., p. 221-224.
44. A situação do balanço de pagamentos nos anos 1950 teve a seguinte evolução (em milhões de dólares):

1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
-203	17	194	-180	-253	-154	-410

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil e Boletim do Banco Central (novembro 1973) apud. Von Doellinger et. al., *Política e estrutura das importações brasileiras*, Rio de Janeiro, IPEA - INPES, 1977, p. 33 e 38.

45. Walter Moreira Sales substituiu Ernani do Amaral Peixoto na embaixada brasileira em Washington em 10 de julho de 1959, um mês depois do rompimento de JK com o FMI. Já havia ocupado esse posto durante o segundo governo Vargas, de junho de 1952 a agosto de 1953. Ver *DHBB*, op. cit.
46. Em 1959 todas as quotas dos países membros do FMI foram aumentadas em 50%. Alguns países, contudo, foram autorizados a ir além desse limite. Este foi o caso do Brasil, cuja quota passou de 150 para 280 milhões de dólares. Ver *International Monetary Fund, Enlargement of Fund resources through increases in quotas; Special increases; Report by the Executive Director to the Board of Governors*, Washington, IMF, fev. 1959, no arquivo de Lucas Lopes.
47. Em 1953, a Comissão de Desenvolvimento Industrial solicitou um relatório especial sobre o problema alimentar no Brasil à firma de consultoria norte-americana Klein e Saks. O relatório, publicado em 1954 sob o título *O problema da alimentação no Brasil*, apontava a necessidade da implantação de uma eficiente rede de mercados, que afastasse o poder dos intermediários. Em vez dos costumeiros controles de preços, o comércio de alimentos devia ser incentivado pela livre concorrência e a iniciativa privada. Ver Verena Stolcke, op. cit., p. 138.

CAPÍTULO 8

Longe do poder

O titular de cartório

A que atividades o senhor se dedicou ao deixar o Ministério da Fazenda em 1959?

Ao deixar o Ministério da Fazenda eu estava numa posição pessoal bastante incômoda, porque não tinha emprego nem grande relacionamento com qualquer empresa ou grupo com que pudesse trabalhar no Rio de Janeiro. A única coisa que eu tinha de sólida era meu velho emprego na Rede Mineira de Viação, do qual me havia licenciado durante anos para trabalhar no governo federal. Vi-me então forçado a tomar a decisão de voltar para Belo Horizonte, a fim de reassumir meu cargo. Mas Juscelino mandou me oferecer – e insistiu muito para que eu aceitasse – a nomeação para titular do 4º Ofício de Imóveis, que pertencia a Olegário Mariano e acabava de vagar devido ao seu falecimento.

Não tive outra alternativa senão aceitar, pois estava vindo de um enfarte em Caxambu, deixando o ministério numa situação extremamente conflituosa com o próprio Juscelino, e estava decidido a me recolher a um mínimo de exposição pública. A oferta de um cartório, que todo o mundo considera um prêmio de loteria, a mim me pareceu na época extremamente humilhante, porque eu tinha feito uma vida de engenheiro e administrador na qual havia obtido grande sucesso até aquele momento. Eu me julgava preparado para coisa melhor do que titular de cartório, que é uma atividade nobre, mas exige pouco além da presença para assinar alguns papéis. Sempre há um substituto do titular que é quem realmente conhece bem e executa a atividade cartorial.

Mas depois que o senhor deixou o ministério, a revista Visão concedeu-lhe o título

de "Homem de Visão" do ano, houve uma cerimônia, e o senhor fez um discurso dizendo que ia voltar à vida pública...¹

É verdade. Há pouco tempo li esse discurso de novo, e eu realmente dizia ali que ia voltar e continuar a luta. Esse discurso foi tão bem-feito, eu estava tão emocionado que todo o mundo ficou esperando que eu tivesse um segundo enfarte na hora de pronunciá-lo. Fiquei com um médico sentado de um lado e dom Helder Câmara do outro. Foi um discurso violentíssimo, e ninguém imaginava que eu fosse um tal orador. Depois disso *O Estado de S. Paulo* ficou me cobrando a volta, dizendo que eu havia prometido retornar. Mas realmente não tive mais oportunidade. Juscelino tomou um rumo e eu tomei outro.

A história da minha nomeação para o cartório vale a pena ser contada. Logo depois de eleito presidente, Juscelino ia fazer uma viagem à Europa e me convidou para ser presidente do Banco do Brasil. Perguntei-lhe com quem ficaria o BNDE, e ele me respondeu: "Você acha que o Glycon de Paiva está bem? Então fica o Glycon." Pensei: "Muito bem. O Banco do Brasil é uma novidade. Vamos enfrentar." Quando Juscelino voltou, mandou Alkmin me procurar, dizendo que haviam surgido dificuldades, porque havia interesses paulistas que achavam que



Lucas Lopes recebe o título "Homem de Visão" de 1959. À direita, dom Helder Câmara.

São Paulo não estava bem representado no ministério e insistiam em ficar com a presidência do Banco do Brasil. Juscelino mandava me oferecer a Carteira de Redesconto, que era um órgão da maior importância na época, por onde passaram Alkmin, Tancredo, Walter Moreira Sales. Respondi: “Ô Alkmin, você diga ao Juscelino que estou num momento excelente para entrar na iniciativa privada. Já fiz um bom nome, ainda sou jovem e posso ganhar dinheiro. Além disso, todo o mundo sabe que sou amigo do presidente. De modo que não preciso de nenhum cargo no governo. Diga ao Juscelino que agradeço, mas não quero saber.”

Não sei o que o Alkmin transmitiu ao Juscelino, mas o fato é que um dia, às sete da manhã, toca a campainha do meu apartamento, e entra o Juscelino dizendo: “Vim tomar o café da manhã com vocês.” Minha mulher ainda estava dormindo, não tínhamos cozinha, e ela teve que se virar para preparar o café. Disse o Juscelino: “Você não pode ficar fora do governo. Preciso de você.” Respondi: “Mas Juscelino, se hoje ou amanhã eu sair do governo, a única coisa que vou ter é um lugar de engenheiro classe O na Rede Mineira de Viação. Tenho zero de fundos à disposição, sou totalmente desprovido. Tenho que tentar fazer alguma coisa agora para construir a minha vida.” Disse ele: “Ah, isso eu garanto. Te dou um lugar no Tribunal de Contas.” Eu: “Mas Juscelino, você me acha com cara de Tribunal de Contas?” Ele: “Então te dou um cartório.” Eu aí fiz uma molecagem: “Muito bem. Quero aquele cartório do 5º Ofício.” Ele: “Ah, pelo amor de Deus! Aquele já vai ser do Penido!” Eu disse: “Ô Juscelino, esquece o cartório. Não vamos falar mais nisso.” Mas ele continuou: “Quero que você fique com o BNDE. Quanto ao Glycon de Paiva, está tudo resolvido. Roberto Campos já o convidou para dirigir o Instituto Nacional de Tecnologia, que vai ser um grande órgão. Ele vai ser o homem que vai construir esse grande órgão, de que o Brasil tanto precisa.” Respondi: “Bom. Se o Glycon está satisfeito...” Concordei em ir para o BNDE, e o fato é que quando o Glycon soube que não ia mais ser presidente do banco, fez um discurso cheio de mágoas. Fiquei muito triste de ter sido levado àquela posição em função da conversa do Juscelino com Roberto Campos.

Mas enfim, passaram-se os anos, e um dia, depois do enfarte, estava eu doente, sentado aqui na minha poltrona, e Juscelino veio me visitar. Recebi-o com um destampatório danado. Estava sem controle de nervos, absolutamente. Meu problema cardíaco tinha resultado de um *stress* tremendo, e eu estava me recuperando do *stress*. Diz o Maurício Bicalho, que estava presente, que nunca pensou que um presidente da República ouvisse tanta coisa. Foi uma visita desagradável, e não vale a pena entrar em detalhes. Eu era um homem doente, estava saindo de um enfarte, não sabia que rumo ia tomar na vida... Depois dessa visita, quando vagou o lugar de Olegário Mariano, Juscelino mandou me oferecer o

cartório, dizendo que cumpria a promessa antiga.

Afinal assumi o cartório com tranquilidade. Num primeiro momento, durante algum tempo fiquei à disposição de Furnas, que estava se organizando, mas depois voltei e por muitos anos exerci minhas funções com plena responsabilidade, comparecendo ao cartório uma ou duas horas por dia para assinar algumas dúzias de títulos. O cartório era mais ou menos modesto, ficava no centro da cidade e abrangia uma área pobre: o distrito de Santa Rita, que compreendia a praça Mauá, a rua Acre etc. — uma zona inteiramente morta, sem operações imobiliárias — e mais algumas áreas de Campo Grande e do subúrbio, que depois vieram a ter uma atividade grande, mas na época eram bastante primitivas.

O cartório era bem organizado, e nesse ponto contei com a colaboração de um assessor muito bom, José Roberto Franco da Silveira, um homem muito tranqüilo. Já na época do governo militar, chegamos a ser investigados. Um dia recebi uma senhora muito simpática, que tinha uma missão misteriosa para mim. Ela me disse: “Estou incumbida de fazer uma auditoria, e quero verificar quanto o cartório cobra por seus serviços.” Respondi: “Muito bem. Estão aqui os livros correspondentes ao último ano, e ponho à sua disposição uma assistente que conhece tudo.” E ela ficou lá durante um mês a repetir os cálculos de quanto se tinha cobrado. Por sorte, desde o princípio, eu tinha insistido em que o cartório não podia cobrar nenhum emolumento em seu balcão. Dávamos uma guia para que tudo fosse pago no Banco do Estado da Guanabara. Do modo que eu tinha tudo organizado, essa senhora fez a sua investigação e no fim de um mês escreveu uma carta agradecendo a gentileza. Não sei quem mandou fazer isso, mas seguramente eles verificaram que o cartório não cobrava nada fora dos limites jurídicos e legais.

Enquanto exercia minhas funções, em determinado momento enfrentei a seguinte questão: pode um titular de cartório exercer atividades de diretor de empresa? O momento em que isto se colocou pela primeira vez foi quando fui convidado pelo Cattaneo Adorno, jovem empresário italiano que construiu a fábrica Civilit de cimento e amianto, a ajudá-lo a dirigir a empresa. Eu tinha dúvidas se poderia fazê-lo, mas ele me trouxe o parecer de um advogado mostrando que não havia nenhum inconveniente, que titular de cartório não era funcionário público, não era pago pelo Tesouro, mas recebia emolumentos por serviços prestados. Os titulares de cartório tinham portanto liberdade para serem diretores de empresas particulares, desde que não houvesse incompatibilidade de horários. Como o horário do cartório era muito elástico, comecei então a trabalhar como diretor da Civilit, um trabalho mais de assessor e consultor do que de diretor executivo. Eu ajudava Maurício Cattaneo Adorno a tomar decisões básicas sobre o futuro da empresa.

A criação da Consultec

Quando se começou a organizar a Consultec?

Eu ainda estava muito deprimido quando recebi em casa um grupo de companheiros que havia trabalhado comigo no BNDE e possivelmente também no Ministério da Fazenda. Estava ainda em convalescença do enfarte, e eles vieram me propor que fizessemos uma revista sobre assuntos econômicos, pois esta seria uma forma de mantermos unido um grupo de rapazes que havia deixado o governo em função da minha saída do ministério. No dia em que saí do Ministério da Fazenda houve uma debandada, uma expulsão geral, e vários elementos da nossa equipe ficaram desempregados. Estávamos preocupados em proteger principalmente os rapazes do Itamarati que Roberto Campos havia convocado do exterior para trabalhar no BNDE e no Conselho do Desenvolvimento. Eles davam tempo integral no BNDE porque haviam sido requisitados, mas agora estavam voltando para o Itamarati. Perderiam o salário complementar e iriam ter dificuldades.

Não aceitei a idéia de fazermos uma revista, pois achava que as revistas em geral não passam do terceiro número, mas sugeri a idéia de fazermos uma firma de consultoria técnica, já que tínhamos grande experiência na elaboração de projetos. Na verdade, toda a técnica de elaboração de projetos tinha sido desenvolvida pela Comissão Mista e pelo BNDE, e nós havíamos sido seus principais formuladores. Achei que era boa a idéia de abriremos uma empresa de consultoria, e assim, em 26 de setembro de 1959, foi criada a Consultec – Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda. Foram sócios fundadores Mário da Silva Pinto, Jorge Oscar de Melo Flores e Jacinto Xavier Martins. No momento, eram os que podiam subscrever capital por não serem funcionários públicos, por não terem vinculação com nenhuma entidade do governo.

Mas Jorge Oscar de Melo Flores² não fazia parte de sua equipe no BNDE e no Conselho do Desenvolvimento.

Não, Jorge Oscar de Melo Flores era nosso amigo pessoal. Quando soube que íamos fazer uma empresa, propôs-se a participar também. Até hoje é um dos acionistas da Consultec. Ele, Mário Pinto e eu somos acionistas da Consultec, que depois passou a sociedade anônima e hoje é uma firma muito pequena, praticamente inexistente.

Mário da Silva Pinto era membro da sua equipe no BNDE?

Mário Pinto não trabalhou no BNDE, mas trabalhou no Conselho do Desenvolvimento. Ele e Casper de Sousa escreveram uma das partes mais importantes do relatório sobre exportação de minério de ferro. Mário Pinto era um homem de grande nome, tinha sido diretor do Departamento de Produção Mineral, é um grande professor, um dos maiores tecnologistas que o Brasil tem até hoje. Entre os que dirigiram e deram vida à Consultec foi um dos mais importantes. Dedicou-se muito e até hoje trabalha lá, com um carinho enorme.

E Jacinto Xavier Martins?

Jacinto foi um dos membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, onde lidou com o problema ferroviário. Gostava muito dele. Ajudou-nos a criar a Consultec, mas logo depois resolveu ir para sua fazenda no norte do Estado do Rio e tornou-se fazendeiro.

Onde se instalou a Consultec e como se iniciaram os trabalhos?

Nós alugamos um andar num edifício na esquina da avenida Rio Branco com Presidente Vargas, em cima do Banco Mercantil de São Paulo. Era um andar sublocado do Israel Klabin, que foi sempre amigo nosso, e o aluguel era relativamente barato.

A Consultec nunca teve uma estrutura de grande empresa, com uma grande equipe. Sempre trabalhou com cabeças, com cérebros, e sempre subcontratou serviços de consultores independentes. Era uma empresa que formulava projetos econômicos utilizando consultores que recebiam pró-labore. No primeiro momento, Roberto Campos foi o aliciador de cérebros. Foi em função da sua presença que vieram os rapazes do Itamarati, como Miguel Osório de Almeida, Lindemberg Sette, Otávio Dias Carneiro, Geraldo de Holanda Cavalcanti, que depois fizeram belas carreiras lá fora. Esse era o núcleo de consultores que logo começou a trabalhar. Eu era o homem mais velho, o ex-ministro que estava muito marginalizado porque havia tido um enfarte e por isso mesmo não podia ter muitas emoções, apenas ajudava em algumas decisões.

Roberto Campos pode portanto ser considerado o líder intelectual do grupo de consultores?

Realmente, como continuou a ter muita projeção, Roberto Campos é hoje considerado o pai de tudo, mas na verdade não trabalhou sozinho. Miguel Osório de Almeida, Otávio Dias Carneiro, que depois foi ministro do Jango, um cargo de relevo, todos esses homens estavam lado a lado com o Roberto, em pé de igualdade. Otávio Dias Carneiro, por exemplo, era o homem do grupo que mais dominava macroeconomia, que mais conhecia matemática. Roberto naquela época tinha um problema, porque sua economia não tinha base matemática. Mais tarde Mário Henrique Simonsen³ veio dar à Consultec uma consistência muito maior. Logo que terminou o curso de economia, foi tentado a vir trabalhar na Consultec e revelou-se uma pessoa formidável, com uma enorme capacidade de trabalho. Durante anos tivemos a colaboração de bons elementos que prestaram serviços excelentes. Um deles foi Teodoro Oniga, um dos primeiros homens a falar em computador, em robótica – ele até tinha uma pequena tartaruga robótica. É uma figura interessante, um rapaz introvertido e modesto mas de extraordinária inteligência, um tecnologista excepcional.

Numa certa época, a Consultec assumiu a responsabilidade de fazer um estudo que a Universidade de Harvard havia contratado com Miguel Osório de Almeida. Tratava-se de uma análise da economia brasileira que havia sido encomendada por Lincoln Gordon, então economista de Harvard, e mais tarde embaixador no Brasil. Gordon havia pedido a Miguel Osório que fizesse uma série de levantamentos para o livro que estava preparando,⁴ e Miguel Osório concordou em transferir o trabalho para a Consultec. Verificamos que havia uma série de capítulos que deviam ser cobertos por consultores independentes, e entre os que contribuíram para esse estudo de Harvard estavam Otávio Gouveia de Bulhões, que na época já era uma grande figura, Eros Orozco, grande tecnologista, por quem eu tinha enorme carinho, Hélio Jaguaribe e Eduardo Silveira Gomes. Isso demonstra que a Consultec constituiu uma espécie de *think tank*, um núcleo de trabalho intelectual muito ativo, que reunia gente muito capaz. Por isso ela adquiriu um grande prestígio. O número de trabalhos que a Consultec fez é enorme, existem algumas centenas de relatórios.

Todos os consultores eram do Rio?

Não. Alguns companheiros vieram de São Paulo. Um dos homens da eletricidade de São Paulo que trabalhou conosco foi Fábio Bastos. Mais tarde a Consultec abriu um escritorzinho para ter contatos com clientes em São Paulo. E onde existia alguém capaz de responder às perguntas com que nos defrontávamos, nós recorriamos. Uma ocasião, Miguel Osório de Almeida levou-nos a fazer uma

pequena firma dentro da Consultec com a finalidade de responder à seguinte pergunta: por que a farinha de trigo é panificável e a farinha de mandioca não é? Ambas têm basicamente os mesmos elementos, com exceção do glúten, que a mandioca não possui. Fizemos pesquisas sobre a possibilidade de tornar a farinha de mandioca panificável, e quem trabalhou muito conosco nessa época foi Oniga, que foi buscar um especialista em fermentação no Instituto Nacional de Tecnologia.

Havia outras firmas de consultoria trabalhando no Rio naquela época?

Havia. Uma das melhores firmas, que prestava trabalhos excelentes, era a Ecotec. Os homens-chaves da Ecotec eram Dias Leite, que depois foi ministro, e Jorge Kafuri, uma das melhores cabeças que o Brasil teve na época.⁵ Eles tinham um escritório excelente e faziam o mesmo tipo de trabalho que nós: projetos para empresas que queriam buscar financiamentos ou tomar decisões. Hoje essas firmas morreram, porque as consultorias passaram a ser feitas de graça pelas universidades ou órgãos do governo. Todas quebraram, e a própria Consultec teve que mudar de ramo.

A Consultec teve um desdobramento, que foi a Editora Apec. Como foi criada a Apec?

Nós na Consultec tínhamos amigos que não participavam diretamente da parte técnica dos projetos, mas eram muito ativos. Um deles era Vítor Silva, que imaginou então fazer uma empresa que publicasse um boletim. E assim nasceu a Apec – *Análise de Perspectiva Econômica*, revista quinzenal de comentários econômicos. A revista nunca foi aberta à publicidade. Era uma carta econômica relativamente cara que debatia os problemas brasileiros num nível muito alto e por isso sempre teve grande apoio. A Apec depois ampliou-se como editora e publicou quase todos os livros do Roberto Campos, do Mário Simonsen. Vítor Silva foi a alma dessa transformação.

Qual foi seu papel na criação da revista?

Meu papel foi descobrir o nome. Também andei escrevendo alguns editoriais. Os números quinzenais da Apec não traziam artigos assinados. Ninguém assinava nada, era a opinião da revista e pronto. Mais tarde foi que se fez a publicação chamada “Apecão”, um livro anual que sai até hoje com grandes textos

sobre grandes temas. No “Apecão” todo o mundo assina os trabalhos. A Apec tem evoluído enormemente em termos de orientação. No momento, a alma intelectual da Apec é Ernane Galveias,⁶ que se incorporou muito tempo depois. De início apenas colaborava, mas depois que deixou o ministério passou a tomar conta e resolveu ter na Apec uma tribuna para pregar suas idéias. Tem feito um trabalho muito bom.

A Consultec e a Hanna

Que tipo de cliente procurou a Consultec quando ela foi criada?

Várias empresas nos procuraram. Um dos nossos primeiros projetos foi para a Companhia Americana de Frios Industriais. Depois seguiram-se a Companhia Nacional de Navegação Costeira, a Companhia de Autopeças Somervig, a Terral Máquinas Agrícolas, a Albarus Indústria e Comércio, a General Electric, a Willys Overland... Todas elas vieram pedir projetos sobre como importar, como se enquadrar na Instrução 113 etc. A história dos trabalhos da Consultec está relatada de forma perfeita, completa, na documentação da comissão parlamentar de inquérito que se fez em torno da Hanna Mining.⁷ Eu mesmo dei um depoimento à CPI apresentando todos os dados e informações.

Como se estabeleceu o contato entre a Hanna Mining e a Consultec?

A Hanna veio solicitar à Consultec – eu nem estava presente no momento em que a proposta foi aceita por Roberto Campos, Mário Pinto e os outros – uma avaliação da mina de ouro de Morro Velho em várias fases e sob diversos ângulos. A Hanna estava querendo exportar minério de ferro e havia comprado a propriedade global da St. John del Rey Mining Company, que além das jazidas de ferro, incluía a mina de Morro Velho, praticamente falida.⁸ O governo tinha permitido que os ingleses fossem gradativamente liquidados na mina de ouro devido a dispositivos jurídicos tremendos. Eles tinham todo o pessoal com mais de dez anos com estabilidade, casa e luz de graça, e além disso havia gente demais na mineração. O Brasil havia declarado um preço do ouro em Bretton Woods, e esse preço era inalterável, não se podia aumentar nem diminuir. De modo que a mina de Morro Velho foi quebrando, quebrando, até que um dia os ingleses da St. John

disseram ao governo brasileiro: “Não temos a menor possibilidade de continuar a operar a mina de Morro Velho, de modo que os senhores tomem conta dela.” Isso ainda foi no tempo do governo Vargas, e o Banco do Brasil mandou fazer um estudo de financiamento para que a mina continuasse a viver. Durante algum tempo cobriu a folha de pagamento dos operários e comprou todo o ouro que era produzido, mas por um preço que não dava para vender no mercado e manter a mina.

Essa situação era insustentável. Sei que a mina foi explorada nesse período por vários grupos, até que a Hanna se interessou pela reserva de minério de ferro da St. John e se propôs adquiri-la. Comprou o controle junto com outros grupos, mantendo para si a responsabilidade técnica e a direção, e veio para o Brasil com o seguinte programa: durante o período de um ano e meio, dois anos – foi o período em que eu sabia da existência da Hanna, mas não tinha contato com ela – estudaria o que fazer para recuperar a mina de Morro Velho, que era rica e merecia ser recuperada. Mas o que eles verificaram foi que, para recuperar a mina, teriam que demitir três mil operários, construir novas instalações, nova usina hidrelétrica, mecanizar os equipamentos etc. E não tinham dinheiro para isso. E também não queriam fazer um grande projeto de minério de ferro preso à mina de ouro, porque não adiantava ter lucro de um lado e prejuízo de outro. Seria tirar o dinheiro do ferro para pagar o ouro.

Quando estava numa fase de decisão, a Hanna pediu à Consultec que fizesse uma avaliação para várias hipóteses. Primeira hipótese: fechar a mina de Morro Velho. Que prejuízo teriam? Teriam que pagar indenização aos operários, ao governo, e provavelmente enfrentariam dificuldades para exportar minério de ferro, pois o governo não ia permitir que o fizessem. Segunda hipótese: manter a mina como um *going concern* e dar subsídio. Terceira hipótese: vender a mina dando subsídio e propor ao comprador instalar uma indústria adicional que absorvesse parte da mão de obra. Havia várias hipóteses, e esse estudo foi feito pela Consultec. Fizemos um trabalho altamente técnico, inclusive mobilizando gente que não era da Consultec. Pedi ao Mauro Thibau, que estava em Belo Horizonte, na Cemig, para fazer a avaliação das usinas hidrelétricas, pois a mina de Morro Velho tinha uma coleção de usinas, e aos engenheiros Jaime de Araújo, da Produção Mineral, e Francisco Pinto, que mais tarde veio a ser diretor da Belgo Mineira, excelente metalurgista, para fazerem a avaliação das jazidas de ouro e dos demais bens.

Feito isso, a Hanna Mining saiu pelo mundo procurando quem queria comprar uma mina de ouro, e acabou descobrindo comprador: Horácio de Carvalho e Fernando Melo Viana, que estava com idéias de exportar minério por Angra dos Reis e montou um esquema financeiro. A Hanna vendeu a mina baratíssimo, participou nominalmente durante um certo período como sócia e depois abriu mão

da sociedade, pois não tinha dinheiro para fazer coisa alguma. A Hanna se livrou do ônus da mina de ouro, que era um ônus político. Poderia tê-la explorado, transformando-a num empreendimento lucrativo, se tivesse objetivos de mineração geral. Mas acontece que só queria explorar minério de ferro, e na proporção que os sócios consumidores o permitissem.

A Hanna nunca foi uma mineradora imensa, que tivesse dinheiro para fazer qualquer coisa. Não era como é hoje a Anglo-American, que comprou a mina de Morro Velho de Fernando Melo Viana, reconstruiu-a, e está construindo minas em toda parte. A Hanna era uma empresa de promoção de mineração que procurava funcionar tendo sócios consumidores que garantiam os financiamentos e a compra de minério. Isso sempre lhe criou dificuldades. Ela teve problemas de várias naturezas, até que mais tarde se transformou em bode expiatório: “A Hanna está querendo exportar todo o minério do Brasil! Está querendo fazer um porto próprio para fugir do controle do governo!” Para ter sócios consumidores a Hanna tinha que ter um porto próprio, um terminal mecanizado, porque o porto do Rio de Janeiro não tinha capacidade para exportar volumes substanciais e era controlado pelo sindicato, que distribuía quotas aos exportadores da forma mais primitiva possível. Os mineradores, na época bastante fracos — o Chamma, o Jafet, o próprio Antunes — tinham uns pequenos estribos ferroviários onde faziam estoque de minério de ferro. Um dia recebiam a quota do mês para embarcar o minério, a Central do Brasil encostava os vagões, e eles os carregavam com pá. Os vagões iam para o porto do Rio de Janeiro, láo minério era empilhado em instalações muito precárias e vendido a intermediários, quase todos *traders*. Essa era a estrutura de exportação do minério.

Quando surgiu a Hanna, propondo fazer um porto em Sepetiba razoavelmente mecanizado, fazer trens diretos, comprar vagões próprios e ficar independente dos outros, criou-se um confronto entre os grandes e os pequenos mineradores. Os pequenos perceberam que não teriam mais lugar no mercado se continuassem pequenos. E aí começou o combate contra a Hanna, que teve como consequência uma comissão parlamentar de inquérito. O combate foi iniciado com uma série de artigos mandados publicar n’*O Globo* pela Vale do Rio Doce. Artigos assinados por Maurício Joppert, Glycon de Paiva. Foi a Vale quem financiou inicialmente a campanha contra a Hanna, contando com o apoio dos exportadores de pequeno porte. A Vale naquela época era a Vale do Sá Lessa, um incompetente, um incapaz, que achou boa idéia fazer esse combate.

A Consultec foi muito acusada de fazer lobby, não só em favor do projeto da Hanna, mas de outros projetos que assessorou.

A Consultec nunca fez lobismo, sempre trabalhou na base de contratos para a preparação de projetos visando a obtenção de financiamentos. Todos os contratos deixavam muito claro que em nenhum momento faríamos advocacia administrativa ou acompanharíamos os projetos junto a ministérios ou outros órgãos. Houve acusações de que eu havia montado uma equipe para fazer pressão sobre o governo, mas isso não é verdade.

Como já tive oportunidade de dizer, o próprio *Dicionário histórico-biográfico* do CPDOC contém informações erradas a meu respeito. Lá se diz que enquanto eu estava na presidência do BNDE e no Conselho de Desenvolvimento, formei junto com outros companheiros a Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos - Consultec. Nunca ouvi falar nessa companhia! Esse nome, que eu saiba, nunca existiu, nem tampouco a Consultec foi criada naquela época. E continua: “Segundo René Armand Dreifuss, Lucas Lopes e outros membros da Consultec elaboraram, por encomenda da Hanna Mining Corporation, um programa de exportação de minério que, aprovado em agosto de 1957, concedeu diversas vantagens àquela empresa norte-americana e serviu de base para a criação do Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF), formado, entre outros, pelo próprio Lucas Lopes, Roberto Campos, José Maria Alkmin e general Nelson de Melo.”⁹

É evidente que se está dizendo que eu, ainda no governo, montei uma equipe de auxiliares e técnicos para fazer projetos e obter concessões do governo, inclusive para a Hanna Mining. Não houve nada disso! A Consultec foi criada depois que saímos do ministério. É certo que quando estava no governo, participei do grupo de trabalho sobre exportação de minério de ferro, que produziu um relatório enorme, sobre o qual já falamos, o Documento nº18 do Conselho do Desenvolvimento. Era um grande trabalho, mas não tinha nenhuma vinculação com qualquer projeto específico. Na verdade, a Hanna sequer é citada como um dos possíveis candidatos, porque ela ainda não havia formulado qualquer projeto naquela época, só veio a fazê-lo mais tarde. De modo que é preciso rever esse verbete, pois a interpretação de que eu, ainda como homem do governo, prestei serviços de consultoria ou lobismo – para usar uma expressão mais moderna – à Hanna, é totalmente falsa. Não tive nenhuma participação nisso naquele período. Não vou negar que mais tarde, o fato de ter sido presidente do BNDE, o fato de ter auxiliares que foram grandes formuladores de propostas de desenvolvimento econômico vieram dar à Consultec uma posição da maior importância como órgão de consultoria. Ninguém pode negar que nós tínhamos um prestígio que vinha do trabalho anterior, realizado no governo. Mas enquanto estávamos no governo trabalhamos sempre de forma absolutamente limpa, sem fazer *lobby*.

A Consultec foi muito acusada. Osny Duarte Pereira, em um de seus livros, cita a Consultec como um centro de preparação de leis.¹⁰ É uma interpretação pessoal inteiramente fantasiosa. Nós formulávamos estudos e projetos, mas não leis. Nunca tivemos influência política, apenas vendíamos técnica.

A Consultec, a partir de determinado momento, foi violentamente combatida por ter abrigado nomes como Roberto Campos, Lucas Lopes e outros “entreguistas” de velha tradição. Durante um certo período fomos combatidos como o núcleo básico do entreguismo no Brasil.

Além do projeto da Hanna, de que outros projetos o senhor participou pessoalmente na Consultec?

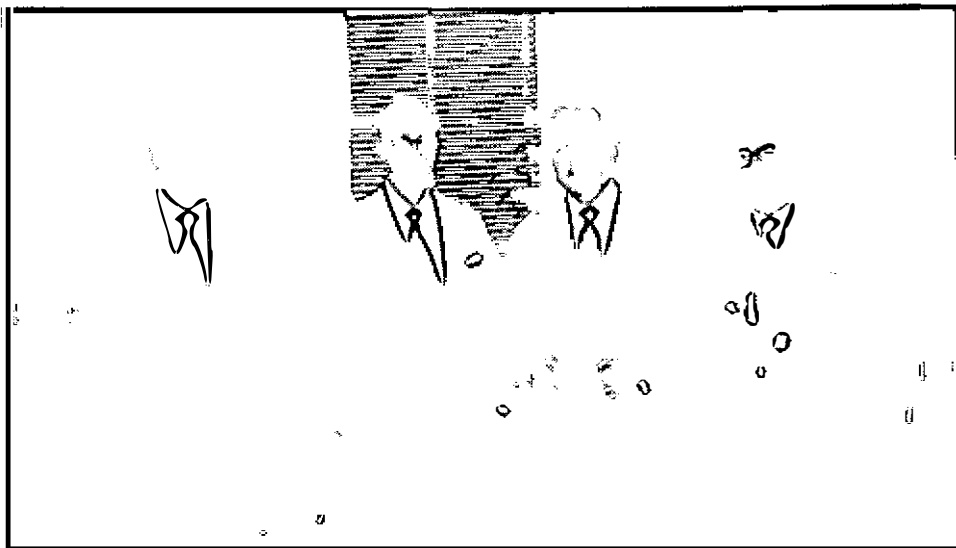
Preparei, por exemplo, um estudo para a criação da Morro do Níquel S.A., empresa de níquel controlada pelo grupo Rothschild, da qual mais tarde vim a ser diretor. Havia uma pequena mina de níquel em Passos de Minas, que havia sido estudada pelo Departamento de Produção Mineral e para a qual nunca ninguém havia pedido concessão. Mas quando veio Furnas, a mina ficou tão próxima de uma fonte de energia que se tornou lógico que seria explorada. Fui procurado e preparei o projeto. Colaborei também num estudo para a criação de uma espécie de Cemig no Estado do Rio. Existia uma companhia no Estado do Rio que tinha sido criada antes mesmo da Cemig, no tempo do Amaral Peixoto, para tocar uma usina hidrelétrica com o Hélio Macedo Soares, irmão do Edmundo, da siderúrgica.¹¹ Essa usina estava numa situação ruim, sem verbas, sem nada. Redigi uma minuta de estatuto, regras básicas para que eles fizessem uma empresa semelhante à Cemig. Andei fazendo uns trabalhos pequenos para a Consultec.

Através desses trabalhos de consultoria na Consultec o senhor se ligou a muitas firmas?

Sim, e mesmo individualmente. Independentemente da Consultec estabeleci contatos e trabalhei para várias firmas que se criaram no Brasil.

A partir de 1962 o senhor passou a trabalhar na própria Hanna. Qual é sua visão da Hanna?

No princípio eu não sabia quem era a Hanna, mas depois que passei a conviver com seus técnicos, vi que ela sempre trabalhou na mais absoluta boa-fé,



Na assinatura do acordo Hanna-Caemi, em 1965. Lucas Lopes, Augusto de Azevedo Antunes, Jack Buford e Daniel Sydenstricker.

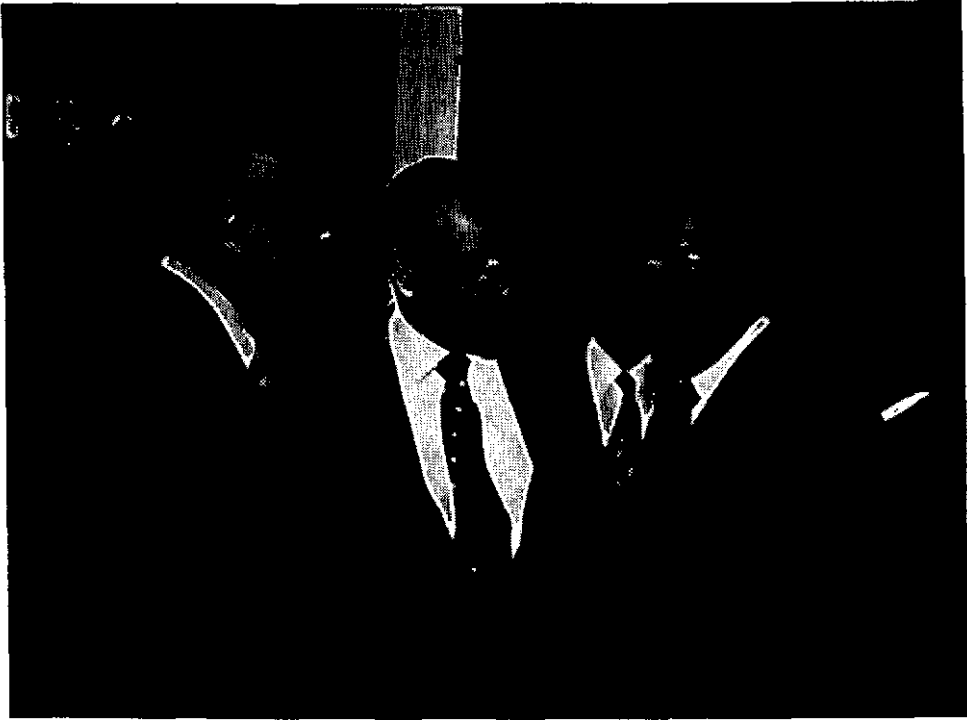
era uma firma que iria dar uma grande contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Todo o projeto de exportação de minério do grupo Antunes foi feito pela Hanna, que deu toda a engenharia, o estudo técnico, promoveu todas as negociações para financiamentos.¹²Hoje Antunes é muito maior do que a Hanna, mas naquela época era muito pequeno, tinha muito pouca experiência de tecnologia, de engenharia. A Hanna lhe deu uma contribuição enorme. A Hanna criou também a Alcominas, em Poços de Caldas, para produzir alumínio, e em seguida foi convidada para ser sócia da Unipar pelos dois grupos que tinham formado a empresa, o grupo Moreira Sales, de um lado, e o grupo Paulo Gayer, de outro. Os dois pediram que ela viesse participar, pois seria o elemento de equilíbrio, e ela trouxe uma grande contribuição, mobilizando alguns dos melhores especialistas em petroquímica para dar parecer à Unipar.

De modo que a Hanna teve uma participação extraordinariamente útil em coisas importantes no Brasil. Teve uma grande participação intelectual e reuniu elementos muito bons. O elemento-chave, que fez da Hanna no Brasil uma grande empresa, foi Jack Buford, um homem de enorme capacidade de trabalho. Ele começou a vida como engenheiro na Pennsylvania Railways, como eu comecei na

Rede Mineira de Viação, depois trabalhou com George Humphrey na Iron Ore of Canada, e finalmente tornou-se responsável pela Hanna no Brasil. Vinha e voltava dos Estados Unidos ao Brasil, como nós vamos até a cidade e voltamos. Chegou a ter perto de duas mil viagens redondas Brasil-Estados Unidos. Foi um homem que teve grande influência e se tornou amigo de todo o mundo com quem trabalhou aqui: tinha toda a confiança do Antunes, do Elieser Batista e muitos outros. Sempre trabalhou de forma muito leal, procurando ajudar outros projetos, sem qualquer restrição. É o meu irmão americano. Hoje está aposentado, está rico e vive no Arizona. É tão meu amigo que há pouco tempo, quando fui fazer uma operação em Cleveland, voou três horas do Arizona para estar ao meu lado durante as consultas e a cirurgia.



Lucas Lopes na mina de Águas Claras, do grupo Hanna-Caemi, nas proximidades de Belo Horizonte.



Lucas Lopes entre Jack Buford (esq.) e o embaixador Walter Moreira Sales (dir.) em 1969.

A Consultec e o IPES

No início dos anos 60 foi criado o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização que congregava empresários, militares e técnicos e, através de debates, conferências e publicações, consolidou a aliança desses três setores contra o governo João Goulart. Muitos membros do IPES, após a queda de Goulart, ocuparam cargos estratégicos no governo Castelo Branco. Alguns deles também eram ligados à Consultec. Que relação havia entre as duas entidades?

O IPES era um órgão de formulação política que teve uma importância grande. Ninguém podia impedir que algumas pessoas da Consultec também tomassem posições mais ou menos políticas. Mas a Consultec, propriamente, não

tinha nada a ver com o IPES. A Consultec merece um ensaio sobre a sociologia do boato. Era uma sociedade civil de planejamento e consultas técnicas, uma cooperativa intelectual que durante muitos anos foi um núcleo importante de produção de grandes trabalhos técnicos. Trabalhávamos sem nenhum objetivo político, não tínhamos ligações políticas com ninguém.

Mas o fato é que houve membros da Consultec, como Jorge Oscar de Melo Flores e Roberto Campos, que se transferiram para o IPES, e isso deixa a impressão de uma vinculação.

Não houve propriamente transferência. Alguns elementos da Consultec participaram do IPES. E há até problemas individuais interessantes. Um dos homens-chaves do IPES era Glycon de Paiva, que naquele momento era meu inimigo pessoal. Ele tinha entrado em conflito comigo, porque Juscelino tinha mandado convidá-lo para a presidência do BNDE, mas depois o desconvidou e nomeou a mim. Houve um quiprocó, e nós não tínhamos relações. Glycon de Paiva nunca trabalhou para a Consultec, mas era um dos homens que no IPES, ao lado do Golberi, tinha mais capacidade de formulação. Glycon é uma das melhores cabeças que o Brasil teve e tem, quer como tecnologista, quer como estadista, como homem de visão global. Ele escreveu e escreve constantemente na *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio, e seus trabalhos são muito interessantes. É um pesquisador de grande mérito. Mais tarde reconheceu que eu não havia tido interferência no episódio do BNDE e hoje é meu amigo.

O senhor não tinha nenhum contato com o IPES?

Não. Apenas, um dia, fiz uma conferência lá. Eles convocaram várias pessoas e fiz uma conferência sobre os rumos do ensino técnico no Brasil, uma das poucas coisas que tenho publicadas.¹³ Mas eu não participava do IPES, que depois virou um núcleo conspiratório, ao que consta.

Devo dizer que existe outra organização da qual participei naquela época, chamada ANPES – Associação Nacional de Programação Econômica e Social.¹⁴ Um belo dia fui chamado a São Paulo para participar da criação de um instituto de pesquisa econômica pura, que deveria ser totalmente independente e reuniria gente com experiência de planejamento. Fui até lá, tivemos uma reunião no banco do Sérgio Melão, decidimos criar a entidade, e fui designado presidente provisório. Eu deveria participar da cerimônia de fundação, e escrevi um discurso

radicalmente liberal. Mas na véspera da criação da ANPES, Juscelino foi cassado, e eu, como seu amigo, fiquei muito chocado.¹⁵ Achei que não deveria aparecer em nenhuma cerimônia e não fui. Quem leu o discurso que escrevi foi Luiz Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas. A ANPES foi mantida e teve uma evolução importante, mas perdi o contato. Eles criaram um núcleo muito bom de pesquisadores, tiveram a colaboração de Delfim Neto, Pastore, um grupo excelente de São Paulo.

Por que teria ficado a visão de que a Consultec teve um envolvimento com o golpe de 64?

A Consultec não se envolveu em golpe algum. Não participou. Isso não tem o menor fundamento. Não creio que a Consultec sequer tenha tido qualquer contribuição maior depois do golpe do que antes dele. Ela trabalhava livremente. Eu, por exemplo, fui um homem inicialmente muito marcado como sendo contra o golpe. Sabidamente eu era um homem do JK. Nunca tive um bom-dia sequer de nenhum dos líderes do golpe de 64. Era amigo do Roberto Campos, do Bulhões, dos tecnocratas da fase inicial, do governo Castelo Branco, mas nunca tive nenhum contato com os outros.

O senhor conheceu o presidente Castelo Branco?

Sim, conheci-o num jantar na casa de Augusto Frederico Schmidt, quando eu era secretário do Conselho do Desenvolvimento e presidente do BNDE. Não sabia quem ele era, fiquei conhecendo e tive boa impressão. Eu sabia que ele tinha se casado em Belo Horizonte e que seu padrinho de casamento tinha sido Francisco Negrão de Lima,¹⁶ tio da minha mulher. Schmidt era um sujeito que sempre “transava” politicamente e viu que o Castelo era um homem que, dentro do Exército, possivelmente teria futuro. Por isso resolveu me aproximar dele. Mas depois disso nunca mais tivemos qualquer contato pessoal.

O senhor nunca foi convidado a participar de reuniões conspiratórias?

Não.

Mas o senhor sabia que estava em andamento uma aliança contrária a João Goulart?

Eu lia a *Última Hora*, a *Tribuna da Imprensa*.

Essas pessoas mais ligadas ao senhor não lhe davam informações?

Muito poucas. Eles me deixaram por fora da maior parte da conspiração. Nunca fui convocado porque era muito marcado como um homem do Juscelino. Nunca participei de nenhuma conspiração.

Como o senhor reagiu à nomeação de Roberto Campos para o Ministério do Planejamento do governo Castelo Branco?

Gostei muito, porque ele era meu amigo. Pelo menos eu tinha um amigo no poder.

É importante esse seu esclarecimento, porque muita gente acredita que o senhor participou ativamente do grupo conspirador.

Eu nunca quis desmentir, porque afinal de contas ficar com renome de conspirador não faz mal algum. Tiradentes foi um conspirador!

JK - 65

Qual foi a reação de Juscelino às críticas que Jânio Quadros fez à sua gestão no momento da passagem do governo? Pela manhã, na cerimônia de posse, Jânio declarou que Juscelino havia trazido a estabilidade política ao país, mas à noite, na televisão, acusou-o de ter afundado o país economicamente.

Sei que Juscelino teve uma reação, mas este foi um episódio que me contaram, e não posso garantir se é verdadeiro ou não. Parece que Jânio ia fazer um discurso ainda mais violento para ser transmitido pela televisão, e na última hora desistiu. Juscelino já estava no avião quando Jânio falou na TV. E o que consta é que Juscelino lhe teria mandado um recado: “Se fizer um discurso atingindo a minha responsabilidade, eu o agrido a socos na hora.” E Jânio resolveu mudar. Esse discurso da noite teria sido escrito pelo Mariani.

Assessorado por Roberto Campos.¹⁷

Não conheço o discurso, mas sei que Roberto estava trabalhando na candidatura de Jânio. Eles eram amigos pessoais, ambos são mato-grossenses.

Juscelino deixou o governo no dia 31 de janeiro de 1961 e no dia seguinte já estava trabalhando sua candidatura à eleição presidencial de 1965. Realmente, dez dias antes do movimento militar de 1964, a convenção nacional do PSD lançou a candidatura de JK.¹⁸ Qual era o espírito de Juscelino nesse movimento de retorno ao poder?

Não convivi muito nessa fase com Juscelino, de modo que não sei qual era o seu espírito. Meu relacionamento com ele ficou um tanto frio a partir do momento em que saí do ministério, em meio a um conflito de opiniões sobre problemas que eram da responsabilidade do ministro da Fazenda. Sempre gostei muito do Juscelino, as relações de família nos aproximavam – ele era sogro do Rodrigo, meu filho –, eu lhe dava o crédito que merecia, mas evitava conversar sobre política.

O senhor nunca conversou com Juscelino sobre a candidatura JK-65?

Não. Nós tínhamos um contato humano grande, porque sempre gostei muito dele, adoro a Maristela, sou muito amigo da Sara e da Márcia, e eles sempre trataram meus filhos com um carinho enorme. Fui magoado por Juscelino num determinado momento, mas virei essa página com tranqüilidade. Não poderia de forma alguma guardar rancor ao Juscelino. Nosso relacionamento pessoal se sobrepôs ao relacionamento político.

De toda forma, qual era sua opinião sobre a candidatura JK?

Acho que Juscelino tinha a convicção de que existia uma obra a ser completada e queria fazê-lo. Dedicou sua vida de tal forma a construir que estava convencido de que mais tarde iria ser chamado para reconstruir. Era um político, e teve a esperança ou a convicção de que teria a possibilidade de voltar. Não há dúvida de que dentro do PSD seria ele o candidato: não havia oposição alguma, não havia competidor. Pouco depois de deixar o governo foi eleito senador por Goiás, com uma grande votação, e isso deu-lhe a impressão de que poderia ser reeleito presidente. Ele sempre teve a preocupação de poder dar uma contribuição.

Na minha opinião, o lançamento da candidatura de Juscelino foi precoce, e isso representou um erro grave, pois mais tarde gerou muitas pressões contrárias. Ele sofreu o diabo. Mas tinha tal consciência do sucesso de seu governo que sabia que seria imbatível. Esta é que era a psicologia do Juscelino naquele momento. Não era uma questão de ambição pura. Ele tinha consciência de que era o mensageiro do desenvolvimento do Brasil, porque estava acabando de realizar uma obra fantástica no governo. Eu sinto isto. Não queria apenas voltar a mandar. Sabia que era capaz de dar novamente ao Brasil 50 anos em 5.

O candidato de oposição a Juscelino seria Carlos Lacerda.

Lacerda seria um excelente candidato. Ia ser uma luta bonita. Juscelino respeitava Lacerda como um dos homens mais brilhantes e um dos inimigos mais ferozes que poderia ter. Mais tarde eles se tornaram bons amigos. Depois de 64 Juscelino viveu um período de muita depressão, viveu um exílio doloroso. Ele tinha horror a Nova York pelo que sofreu no exílio. Viver em Paris, completamente longe de tudo, foi para ele a pior coisa do mundo, embora tivesse bons amigos que faziam o possível para tornar sua vida mais tranqüila. Eu mesmo lhe dei muito apoio quando caiu em desgraça, fui muito amigo da Sara e de toda a família. Rodrigo e Maristela deram-lhe um carinho enorme, estiveram sempre ao seu lado. Foi muito bom ele também ter conquistado o meu filho.

O senhor acha que depois de 64 Juscelino ainda conservou alguma esperança?

Não. Depois do golpe de 64, Juscelino viu que não tinha mais possibilidades no Brasil. Era inteligente o bastante para saber disso, mas nunca deixou de ficar como um elemento potencialmente mobilizável. Ficou como um símbolo do retorno à democracia no Brasil. Realmente, fez um governo totalmente aberto, deu anistia aos golpistas de Jacareacanga...¹⁹ Era um homem de espírito aberto e tornou-se um símbolo.

O senhor nunca mais voltou a conversar com JK sobre os problemas que ambos viveram durante a crise com o FMI?

Sim. Quando ele estava escrevendo seus livros,²⁰ atendi a seu pedido para dar um depoimento. Ele tinha um pequeno escritório na avenida Nossa Senhora de Copacabana e convidava as pessoas que haviam colaborado em determinados programas a darem seus testemunhos. Por isso seus livros são muito

fidedignos. Nessa ocasião ele me disse que foi totalmente surpreendido por uma turma de esquerda que foi ao palácio Laranjeiras levando uma faixa que dizia: “Morra o ministro Lucas Lopes!” Eu estava enfartado numa cama em Caxambu, e ele tornou-se responsável por tudo naquele momento. Sofreu muito com aquela história. Foi uma fase muito confusa, ele tomou uma decisão precipitada, foi levado a assumir uma posição muito ruim e teve muito arrependimento.

NOTAS

1. O título de “Homem de Visão”, conferido anualmente pela revista *Visão* a políticos ou homens de negócios que se projetavam na administração pública ou no campo empresarial, foi entregue a Lucas Lopes em cerimônia realizada no dia 30 de junho de 1959, pouco depois de sua saída do Ministério da Fazenda.
2. Jorge Oscar de Melo Flores, engenheiro do Departamento Nacional de Produção Mineral e professor da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, participou em 1944 da comissão organizadora da Fundação Getúlio Vargas. A partir dos anos 50 trabalhou em empresas privadas e nos anos 60 fez parte do IPES. Desde 1976 é vice-presidente da FGV.
3. Mário Henrique Simonsen, engenheiro e economista nascido em 1935, tornou-se o primeiro diretor da Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas em 1965, cargo que ocupa até os dias atuais. Foi ministro da Fazenda de 1974 a 1979 e ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República de março a agosto desse último ano. Ver *DHBB*, op. cit.
4. Ver Lincoln Gordon e Engelbert L. Grommers, *United States manufacturing investment in Brazil: the impact of Brazilian government policies, 1946-1960*, Boston, Harvard University, 1962.
5. Jorge Filipe Kafuri e Antônio Dias Leite Júnior, engenheiros, ingressaram na área de economia na década de 1940 como professores da antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Dias Leite participou da criação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e foi ministro das Minas e Energia de 1969 a 1974. Ver *Otávio Gouveia de Bulhões: depoimento*, Brasília, Banco Central do Brasil, 1990, cap. 4.
6. Ernane Galveias, economista nascido em 1922, foi chefe adjunto do departamento econômico da Sumoc, assessor técnico junto à Associação Latino Americana de Livre Comércio (Alalc) e assistente econômico do Ministério da Fazenda. Nomeado diretor da Cacex em 1966, dois anos depois foi indicado para a presidência do Banco Central, cargo que ocupou até 1974. Mais uma vez presidente do Banco Central em 1979, no ano seguinte assumiu o Ministério da Fazenda, onde permaneceu até março de 1985. Ver *DHBB*, op. cit.
7. Nos anos 60 foram instauradas duas comissões parlamentares de inquérito para estudar o problema do minério de ferro no país. A primeira delas foi instituída pela Câmara dos

- Deputados através da Resolução nº34, de 8 de junho de 1960, em consequência de requerimento encaminhado pelo deputado Gabriel Passos (UDN-MG). A segunda foi criada pela Resolução 84-64, de 28 de novembro de 1964, em decorrência de requerimento do deputado Celso Passos. Ambas foram presididas pelo deputado Último de Carvalho (PSD-MG). Ver *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 1º de março de 1962, p. 724, e Seção I, Suplemento ao nº 54, 13 de maio de 1967, p. 1-197.
8. A St. John del Rey Mining Company foi fundada em 1832, na Inglaterra, com a finalidade de explorar as minas de ouro de Morro Velho, na então província de Minas Gerais. No final do século a companhia inglesa descobriu e pesquisou vários depósitos de minério de ferro e, a partir de 1908, começou a exportar minério para a Inglaterra. Diante das restrições impostas pelo Código de Minas de 1934 à participação estrangeira na exploração de minério de ferro, a St. John criou a Companhia de Mineração Novalimense, transferindo-lhe os direitos de exploração das jazidas de ferro e bauxita. No início de 1958, após dois anos de negociações, a Hanna Mining adquiriu o controle acionário da St. John (52% das ações). Em 1961 a Hanna vendeu a mina de Morro Velho a Fernando Melo Viana e Horácio de Carvalho. Ver o documento "A tentativa de confisco das minas de ferro da Companhia de Mineração Novalimense", 1963, no arquivo de Lucas Lopes.
 9. Estas informações do verbete sobre Lucas Lopes no *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* foram tiradas do livro de René Armand Dreifuss, *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1981, p. 90-92.
 10. Ver Osny Duarte Pereira, *Quem faz as leis no Brasil?* (Cadernos do Povo Brasileiro), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
 11. Pelo Decreto-Lei nº 7825, de 4 de agosto de 1945, o governo federal autorizou o governo do Estado do Rio de Janeiro a organizar a Empresa Fluminense de Energia Elétrica, com a finalidade de executar o programa de eletrificação do norte fluminense. A empresa só se constituiu efetivamente em agosto de 1954, encarregando-se a partir de então de dar continuidade às obras de Macabu. Ver Renato Feliciano Dias (org.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*, op. cit., p. 95 e 167.
 12. Em 1965 o grupo Caemi, de propriedade de Augusto Azevedo Antunes, e a St. John del Rey Mining Company, controlada pela Hanna Mining, reuniram suas minas de ferro formando a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), sob o controle da empresa brasileira. Em 1971, a MBR deu início ao projeto Águas Claras, visando a exploração e exportação de minério de ferro em larga escala. Financiado por um *pool* de recursos provenientes da própria MBR, do Banco Mundial, do Eximbank, de bancos comerciais americanos e de um consórcio de *trading companies* do Japão, o projeto envolveu um investimento aproximado de 250 milhões de dólares. O empreendimento exigiu a expansão do transporte ferroviário, efetivada pela E.F. Central do Brasil, e a construção de um terminal marítimo na baía de Sepetiba, inaugurado em 30 de novembro de 1973. Ver os documentos "Águas Claras Project - Feasibility study", Bechtel Overseas Corporation, 1970 (mimeo); "A St. John no Brasil - histórico" (mimeo); e "St. John del Rey Mining Co., Annual Report", 1974, no arquivo de Lucas Lopes.
 13. A conferência de Lucas Lopes, intitulada "Universidade, tecnologia e empresa", foi proferida no fórum "A educação que nos convém", organizado pelo IPES e a PUC/RJ em outubro de 1968. Foi publicada em *A educação que nos convém*, Rio, Apec, 1969.

14. A ANPES foi criada em 1964 como entidade privada destinada a formular uma “programação indicativa” para a economia brasileira. Rejeitando o planejamento governamental, propunha-se realizar estudos e formar técnicos visando a expansão da empresa privada. Na época de sua criação, foi presidida por Gastão de Bueno Vidigal, tendo na vice-presidência Sérgio Melão, Ari Torres, Edmundo de Macedo Soares e Silva, João Ademar de Almeida Prado, Zelio Toledo Pissae Almeida Filho, Lucas Lopes, Luiz Simões Lopes e Paulo de Almeida Barbosa. O primeiro estudo que publicou foi Antônio Delfim Neto, Afonso Celso Pastore et. al., *Alguns aspectos da inflação brasileira*, Estudos ANPES, 1, São Paulo, 1965.
15. A cassação do mandato de JK, eleito senador por Goiás no início de 1961, incluindo a suspensão, pelo prazo de dez anos, de seus direitos políticos, foi anunciada pelo presidente Castelo Branco no dia 8 de junho de 1964, com base em dispositivos do Ato Institucional nº1, editado em 9 de abril daquele ano. A medida foi tomada sob pressão do general Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra e porta-voz da linha dura militar e, segundo se afirma, a contragosto do general Castelo Branco. Ver Jaime Portela de Melo, *A Revolução e o governo Costa e Silva*, Rio de Janeiro, Guavira Editores, 1979, p. 222.
16. Francisco Negrão de Lima (1901-1981), deputado federal por Minas de 1933 a 1937, ligou-se ao PSD em 1945 e foi ministro da Justiça do segundo governo Vargas de 1951 a 1953. Chefe da campanha presidencial de JK no Distrito Federal, foi prefeito do Rio de Janeiro de 1956 a 1958, assumindo em seguida o Ministério das Relações Exteriores e, em 1959, a embaixada brasileira em Lisboa. Em 3 de outubro de 1965 foi eleito governador da Guanabara pela coligação PSD-PTB, exercendo o mandato até 1971. Ver *DHBB*, op. cit.
17. A minuta deste discurso, redigida por Clemente Mariani e Roberto Campos, encontra-se no Arquivo Clemente Mariani, FGV/CPDOC, catalogada sob a referência CMa/Quadros, J. da S. pi 61.01.31.
18. A candidatura de JK às eleições presidenciais previstas para 3 de outubro de 1965 foi homologada na convenção nacional do PSD realizada em 21 de março de 1964.
19. A revolta de Jacareacanga, liderada pelo major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Lameirão, ambos da Aeronáutica, estendeu-se de 10 a 29 de fevereiro de 1956. Dominado o movimento, os rebeldes foram anistiados pelo Congresso, por iniciativa de JK. Ver *DHBB*, op. cit.
20. Trata-se de *Meu caminho para Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1974-1978, 3 vol.

Balanço e perspectivas

A questão do nacionalismo

Pensando na sua trajetória de homem público, há um aspecto ligado à sua saída do Ministério da Fazenda em 1959 sobre o qual gostaríamos de conversar. Já comentamos a força da bandeira nacionalista no final dos anos 50, quando ocorreu uma radicalização política dentro do Congresso em torno da Frente Parlamentar Nacionalista. O senhor não acha que essa conjuntura acabou por ligar o Plano de Estabilização Monetária à questão do FMI, e que pelo fato de o senhor estar no centro de tudo sua imagem acabou sendo prejudicada?

Nunca me preocupei com a minha imagem. Tenho a impressão de que ela sempre foi péssima. Como nunca tive a preocupação de fazer política eleitoral, vivi o período do BNDE e do Ministério da Fazenda numa espécie de sonambulismo. Eu estava realizando uma coisa que para mim era fantástica, estava ajudando o Brasil a ter o seu *take-off* econômico.

Mas a impressão que se tem é que naquele momento o senhor perdeu um pouco a dimensão do que estava sendo o PSD no Congresso. O senhor, que tinha sido um homem do PSD desde o começo...

Eu era apenas amigo do Valadares, que morava aqui no andar decima.

Enfim, o senhor era ligado ao PSD, era amigo também de JK. Mas parece que naquele momento o senhor se descolou do PSD.

Politicamente, talvez seja verdade.

O senhor parece não ter percebido a radicalização que estava ocorrendo dentro do próprio partido.

Veja bem. Quando terminei meu período na Secretaria de Agricultura em Minas, a UDN fazia uma campanha violenta contra Valadares. Eu não tinha contato com ninguém da UDN, não sabia quem era quem. A primeira vez que tive um pouco de contato foi quando me convidaram para entrar para o Rotary Club, e eu sentei frente à frente com Alberto Deodato, um deputado estadual excelente, uma figura excepcional. Ele era de uma rigidez contra o Valadares tremenda. Começamos a conversar e vi que estava totalmente desinformado. Mas não adiantava informá-lo, ele iria arranjar uma maneira de xingar, porque esta é a função da oposição.

Eu realmente nunca me preocupei muito com o problema do Congresso. Eu sentia a oposição, evidentemente não podia deixar de ser sensível, sobretudo quando via um artigo malicioso, contra mim, num jornal que eu sabia que apoiava o Juscelino. Eu sentia que ali havia uma intriga desagradável. O *Diário Carioca* muitas vezes fez isso. Era o Alkmin, através do Horácio de Carvalho, que fazia uns editoriais contrários. Mas no Congresso, a apresentação do Plano de Estabilização, como já contei, foi absolutamente tranqüila. Todo o mundo prometeu que ia ler, estudar, e o fato é que as reformas tributárias que propusemos foram em frente. Quem fez essa legislação marchar no Congresso foi Daniel Faraco. Ele foi o homem-chave.

Mas enquanto isso, o senhor enfrentava a oposição dos cafeicultores, dos industriais...

Eu não tomava conhecimento.

Mas isso foi crescendo...

E o que eu podia fazer? Tanto cresceu que acabou me pondo para fora.

O senhor não acha que isso foi criando um clima que obrigou Juscelino a tomar a decisão de afastá-lo?

Criou. Juscelino, quando me viu pelas costas, ficou feliz. Porque na verdade eu era, embora não propositadamente, um ponto de resistência a uma série de coisas que eu considerava erradas.

Mas essa rigidez é que parece surpreendente na sua trajetória. Porque o senhor sempre teve sensibilidade política, um certo jogo de cintura...

Não tinha não. Eu me sinto como um barco flutuante no oceano da vida política, sem nenhuma amarra e sem nenhum contato. Eu era um homem da livre empresa e me apaixonei pela luta do desenvolvimento econômico. Nessa luta, eu não fazia questão que se criassem logo empresas estatais. Sempre fui contra estatais vagabundas, a favor de boas estatais. Quase todas as estatais que estão aí eu ajudei a criar, de uma forma ou de outra. Mas sempre fui contra aquelas que significavam picaretagem. Não me considero infalível, não acho que não tenha errado, mas posso dizer que desde o primeiro momento nunca tive sensibilidade política.

Na Cemig, por exemplo, o senhor teve uma tremenda sensibilidade política.

É diferente. Na Cemig eu tinha uma posição muito forte, pois mobilizei uma elite para realizar um projeto, e essa elite tinha absoluta confiança em mim. Foi essa elite que fez a Cemig, não eu. Foi um trabalho de equipe enorme. No BNDE, eu era parte de uma equipe que começou a se formar na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e que se ampliou. O Conselho do Desenvolvimento alargou ainda mais esse grupo. Eu fui líder de uma equipe, sem ser o melhor da equipe. Eu fui um homem que aprendeu a linguagem dos técnicos e a linguagem dos políticos. Eu sabia dizer ao político aquilo que o técnico não sabia. O técnico queria impor seus pontos de vista, mas eu sabia transmiti-los, principalmente a quem estivesse mandando: no tempo do Juscelino foi assim, Café Filho a mesma coisa. Eu sabia ser líder de um grupo, defender uma posição, e não o fazia com objetivo de poder. Nunca tive a sensação de poder. É estranho isso. Quanta coisa absurda eu fiz! Naquela época a gente fazia porque havia uma ignorância mais ou menos generalizada das oposições. A oposição só começou a ganhar corpo quando começou a ser radical, a ser Frente Parlamentar Nacionalista. Mas essas bandeiras eram puramente ideológicas, não tinham nenhuma objetividade.

Nesse momento, talvez o senhor não tivesse percebido que os tempos estavam mudando.

Acredito que sim.

Porque o senhor se isolou numa espécie de torre de marfim técnica, ignorando as

demandas dos cafeicultores e dos industriais, os protestos dos estudantes e da Frente Parlamentar Nacionalista...

Acredito que qualquer homem que esteja na posição de ministro seja influenciado dia-a-dia pelo que lê nos jornais. Tenho guardadas toneladas de recortes de jornais daquela época com críticas etc. Pessoalmente eu não era muito criticado porque não era político eleitoral, não disputava com ninguém. Mas toda vez que se falava sobre nacionalismo eu levava uma lambada. Roberto Campos era muito mais xingado porque era um polemista, era mais provocativo. Eu nunca fui polemista e não me preocupei muito com isso. Tinha mais preocupação em obter resultados.

A impressão que se tem é que o senhor não sentiu o peso da bandeira nacionalista naquele momento.

Pode ser que não. Realmente, eu não tinha muito respeito pela bandeira nacionalista. Não via nela uma formulação importante. Via apenas um processo antiamericano. Não era sequer um processo socializante.

Não, porque inclusive ela juntava setores que iam do cafeicultor ao estudante e ao Exército.

Pois é. Todo o mundo era nacionalista. Tem que haver um tema que seja cabeça de turco para se bater...

Parece que Juscelino preferiu empunhar essa bandeira.

Ah, Juscelino tinha uma sensibilidade muitíssimo maior do que a minha. Analisando hoje, o rompimento com o Fundo Monetário na verdade foi uma forma de o Juscelino se ver livre de um ministro inconveniente, que ele não sabia como demitir. Ele estava totalmente voltado para a construção de Brasília, para a sobrevivência de seu nome como grande presidente da República – que foi de fato –, e eu era um inconveniente para ele. Eu criava dificuldades.

Ele também não teria querido se aliar aos nacionalistas?

Não creio que ele pensasse nos nacionalistas naquele momento. Ele queria preservar sua qualidade de presidente, tinha consciência do que estava

realizando. Houve uma ocasião em que senti o Juscelino num dos momentos mais interessantes da vida de um homem. Já havíamos restabelecido nossas relações e fui almoçar com a família no palácio Laranjeiras. Juscelino começou a falar e contou um episódio. Certa vez ele foi ao interior, e uma professora fez um discurso dizendo: “O senhor é um mágico. O senhor tem uma vara de condão. Bate aqui, sai uma escola, bate ali, sai uma ponte.” Isso me deixou emocionado. Quer dizer, ele estava realmente sentindo a glória de ter realizado um grande programa de governo. Ele tinha a visão clara disso. Tinha muita consciência do que estava fazendo de correto. Viu pessoalmente a barragem de Furnas começando, viu Três Marias, esteve presente a tudo, não era um ausente. Gostava da parte de construção. Não gostava que alguém viesse lhe dizer: “Olha, precisa segurar um pouco, porque senão o câmbio vai estourar etc.” Como dizia o Júlio Soares, eu era o “caveira”. Chegava sempre alertando para a coisa correta. Tinha sido minha missão convencê-lo a fazer muitas coisas numa certa fase, mas na fase final minha missão foi dizer que não podia: “Isso pode, aquilo não pode.”

Realmente, talvez Juscelino tivesse sensibilidade para o problema nacionalista. Eu sabia que o nacionalismo era uma força importante. Eu tinha visto o nacionalismo lutar contra o Farquhar, conhecia o problema da Itabira, mas tudo isso no fundo era uma posição contra o capital estrangeiro. Não era o nacionalismo glorificando a própria nacionalidade. O nacionalismo não foi uma força positiva, foi uma força negativa, que dizia: “É preciso não deixar que tomem conta” ou “Não se pode fazer isto”. É isto o que eu sinto hoje e o que eu senti, provavelmente, naquela época. Não vi na época o nacionalismo como uma força interessada em construir qualquer coisa. Era mais para impedir que se construísse, que ocorressem fenômenos que pudessem ser contra os interesses ou as empresas nacionais. Não faço a menor idéia de como os filósofos de hoje julgam o nacionalismo daquela época. Mas eu, naquela época, não era sensível, não julgava que ele trouxesse a mensagem da verdade. Esta é a minha impressão de hoje. Pode ser que já seja sintoma de velhice.

O senhor foi muitas vezes chamado de entreguista. E a impressão que se tem é de que isto ocorreu a partir do momento em que o senhor assumiu o Ministério da Fazenda, e não a partir do momento em que o senhor defendeu a Hanna. O ano de 1958 teria sido um ponto de ruptura na sua vida pública?

Não. Eu tinha perfeita consciência naquela época de que nós já tínhamos atingido praticamente o limite final do Programa de Metas proposto inicialmente. Se vocês olharem aquele famoso gráfico, verão que a partir de um

certo momento a curva de investimentos declina. Não tinha sentido que fôssemos até o último dia fazendo novas metas. Eu sempre tive isso muito claro. Tinha uma grande preocupação porque via que estávamos caminhando para um impasse no balanço de pagamentos, porque via o problema do café que estávamos vivendo, e considerava uma tragédia que o Brasil vivesse preso a um único produto de exportação. Desde Minas lutei para criarmos uma exportação de minério de ferro. Hoje fico na maior felicidade quando vejo que o minério de ferro é mais importante para o Brasil do que muitos outros itens de exportação. Sempre lutei para que isso ocorresse, sabia que era uma riqueza enorme que tínhamos, mas não era explorada por falta de visão, de maturidade, por incompetência. A Hanna foi parte dessa luta, que teve a maior importância, porque mobilizou a Vale do Rio Doce e outros grupos e nos fez ter hoje uma extraordinária estrutura de exportação. Sinto uma grande alegria por ter lutado e sofrido por uma tese que provou ser importante para o Brasil: criamos mais uma fonte de riqueza exportável.

Na época os nacionalistas criticaram muito a Consultec por ter defendido a Hanna. Hoje, no entanto, observamos que as equipes econômicas saem dos governos, trabalham para empresas estrangeiras, e ninguém fala nada...

É. Nós servimos de boi-de-piranha. O nacionalismo daquela época foi um estágio de falta de cultura. O nacionalismo já não era mais bandeira nos Estados Unidos nem em lugar nenhum, mas o Brasil estava vivendo um momento de afirmação. O nacionalismo brasileiro foi uma luta por afirmação.

Isso não se deveu ao fato de que o Brasil estava se internacionalizando muito?

Mas era uma necessidade para o Brasil internacionalizar-se! E o nacionalismo criava obstáculos, achando que os tubarões internacionais viriam aqui para sugar o nosso rico sangue, quando na verdade era preciso criar estruturas para garantir a presença do Brasil no mercado mundial. Se mais tarde os fatos evoluíram, e o Brasil se transformou num glutão de capitais estrangeiros, criando essa enorme dívida externa, é outro problema. O nacionalismo não se preocupou com isso, absolutamente. E nem tinha condições. O nacionalismo, como tese política, foi autofágico.

É preciso lembrar também que o regime pós-64 impediu qualquer oposição...

Mas a bandeira do nacionalismo puro não tinha consistência. Economicamente, não era nada. Era negativista: “Não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não pode trazer a Hanna, o Fundo Monetário está nos impondo...” Quando nada disso era real. Era pura falta de cultura, ninguém sabia como funcionava o Eximbank, o Banco Mundial ou Fundo Monetário, que também eram instituições muito recentes naquela época.

De modo que foi muito desagradável, nunca senti prazer em ser classificado como entreguista. Não sou nenhum tarado. Mas tenho a consciência tranqüila de ter agido sempre bem.

JK e a inflação

Que visão o senhor tem hoje do governo JK?

É muito importante ter a visão de que Juscelino sentiu dificuldades em seu governo, mas sempre teve a convicção de que era preciso ultrapassar a fase de entorpecência que o Brasil vivia. Ele aceitou o desafio de viver sob um regime de inflação para ir mais longe nesses objetivos, mas hoje estou convencido de que sem o espírito aventureiro, construtivo, sem o espírito de luta de Juscelino, o Brasil não teria tido o choque de progresso que teve. O choque que Juscelino trouxe não está apenas nas metas cumpridas. Está no espírito que ele criou no Brasil. Todo o mundo queria ter a sua meta própria, a sua própria indústria. Uma pequena indústria do interior logo procurava saber o que fazer para progredir. Juscelino criou no país um clima de desenvolvimento econômico global. Suas metas básicas criaram um enorme sistema de indústrias capilares que cobriram o Brasil inteiro. Foi um momento muito bom o do governo JK. Lamento ter caído no meio da batalha. Fiquei de fora e não senti os últimos passos. Fui esquecido e injustiçado na última fase, quando, doente, vivi um período de depressão e apatia.

O governo JK acelerou realmente o avanço inflacionário, mas realizou obras no país inteiro que são amplamente conhecidas. Houve governos posteriores em que o índice inflacionário explodiu, e muito pouca coisa foi realizada. Como o senhor vê a relação entre obras e inflação?

A inflação é um fenômeno muito complexo. Hoje estamos vivendo um momento que poderíamos chamar de pré-hiperinflação, e não estão sendo construídas grandes obras; as de que se fala são relativamente pequenas. Não há relacionamento direto entre obra e inflação. É lógico que um governo que se mete a fazer um programa de obras muito grande sem renda adequada, que imprime papel-moeda ou abre créditos muito pesados para financiar suas obras, cria condições para o processo inflacionário vir a se estabelecer. Mas o processo inflacionário na verdade é consequência de fatores políticos que muitas vezes não têm relação alguma com obras. Uma simples alteração irresponsável num índice de salário mínimo, por exemplo, pode jogar a inflação para o alto. Uma simples mudança irrealista da taxa de câmbio pode ser pretexto para o avanço da inflação.

A inflação é sempre consequência de um conjunto de fatores que criam nos agentes econômicos a expectativa de que a inflação continuará a crescer. A inflação é hoje o que o Chico, meu filho, chama de inercial, enquanto eu sempre falei em expectativa de inflação. Este é que é o fator importante, e que resulta de todo o mundo saber que o governo está gastando mais do que pode, está fazendo obras que não vão ter rentabilidade, está fazendo empréstimos externos que não vai poder pagar. Esse conjunto de erros cria condições de expectativa para um processo que pode, amanhã, resultar em inflação.

A inflação é o resultado da expectativa de que o custo de amanhã será maior do que o de hoje. E essa expectativa é provocada por uma série de fatores que os economistas estão cansados de tentar definir. Há escolas que acham que se trata de problemas estruturais da economia, há outras que acham que se trata de um problema puramente monetário, de excesso de moeda.

No governo JK houve inflação mas não houve desinvestimento. Ao contrário, como o senhor acaba de dizer, todo o mundo queria investir, porque acreditava no crescimento econômico. Como o senhor mesmo disse, havia um clima de esperança.

Esse clima de esperança, de 50 anos em 5, se adotado por todos os agentes produtores, por todos os empresários, cria fatalmente uma inflação explosiva. A idéia de que devemos fazer mais investimentos, criar mais empregos, mais atividade econômica, se desproporcionada, leva à inflação. A inflação é consequência de um excesso de pressão sobre os meios existentes, sobre os insumos disponíveis. É a tentativa de realizar coisas sem ter os insumos necessários.

JK criou inflação por querer criar um Brasil de confiança ilimitada em si mesmo, o que foi bom e foi ruim. A pergunta é esta: foi bom ou foi ruim? Ele criou

uma confiança total em grande parte dos brasileiros no seu futuro. Isso ajudou a implantar todo o processo de industrialização, incentivou os investimentos. Seu governo foi um momento em que nós, que estávamos a seu lado, sabíamos que estávamos correndo riscos inflacionários, mas sabíamos também que esses riscos deviam ser corridos, pois estávamos tentando entrar num processo de *take-off*, de demarragem econômica. E nesse processo, as tensões são muito grandes.

Brasília é hoje — e sempre foi — um elemento de crítica e de debate em torno do governo JK. O entusiasmo, a confiança e a atividade que Brasília gerou tiveram sem dúvida um enorme efeito positivo. Mas hoje pode-se também dizer que Brasília representou um elemento de ativação do processo inflacionário. Acredito que Brasília tenha contribuído realmente para isso, mas também há coisas que foram mal compreendidas. Brasília foi em parte feita com a alocação de recursos do Tesouro que normalmente seriam gastos em estradas de rodagem e em várias outras atividades em todo o país. A construção de Brasília polarizou recursos que, no orçamento, estavam dispersos entre várias obras. De modo que ela não teve realmente um efeito muito grande de pressão inflacionária. Naturalmente Brasília teve custos, e nesses custos pesou a grandiosidade dos projetos. Nós nos orgulhamos do que foi construído, mas sabemos que custou um preço.

O Brasil-potência: dos anos 50 aos anos 80

Em 1957, no segundo ano do governo JK, foi assinado o Tratado de Roma, que teve como resultado a criação do Mercado Comum Europeu.¹ A Europa desde então caminha para uma integração econômica mais profunda que deverá se completar em 1993. O senhor acompanhou esse processo desde o início?

Na época do governo JK, quando eu estava no BNDE e no Conselho do Desenvolvimento, passei pela Itália e tive um contato muito grande com uma das melhores figuras que a Itália teve neste século, na minha opinião: Guido Carli, o homem que formulou a maior parte do Tratado de Roma. Guido Carli era um jovem brilhantíssimo, talvez um pouco mais moço ou da mesma idade que Roberto Campos. Era o homem que estava formulando, junto com Jean Monnet e os franceses, o Tratado de Roma. Ele me ajudou nos contatos que eu desejava fazer e mais tarde se tornou muito meu amigo. Uma ocasião, estava em visita ao Rio de Janeiro, almoçando na Maison France comigo e mais um grupo de quatro ou cinco

pessoas, quando o pessoal da embaixada italiana insistiu para que atendesse um telefonema internacional. Ele atendeu e ficou sabendo que estava sendo chamado a Roma porque devia ser nomeado ministro do Comércio Exterior do novo gabinete que estava sendo composto.

Guido Carli teve uma projeção enorme durante toda a formulação do Mercado Comum Europeu. Quando o conheci, esse processo ainda estava na fase inicial, mas depois se tornou muito importante. Há dois anos, eu estava na casa da minha filha Diana em Berna, quando se fixou o prazo para a integração final da Europa em 1992. Acompanhei de perto o noticiário dos jornais europeus sobre a integração, e meu genro, que é diplomata, também estava muito bem informado sobre a reação da Suíça. A Suíça não pode pertencer àquele enorme mercado porque é uma federação e não tem como tomar uma decisão federativa para poder participar. Terá que se adaptar para viver com aquele enorme elefante que será a Comunidade Européia ao seu lado, e continuar a produzir e competir. Espero que dentro em breve só exista uma moeda na Europa. Com isso, realmente, a Europa ficará integrada.

Que perspectivas o senhor vê hoje para a América Latina diante dessas transformações da economia mundial no sentido da formação de grandes blocos?

Considero a América Latina uma entidade pouco representativa como unidade. Temos que pensar é como o Brasil se comportará em relação a esses blocos. Podemos ajudar nossos vizinhos, mas a responsabilidade pela decisão de participar ou não numa nova etapa da economia mundial é nossa, e temos que assumi-la. A pergunta inicial é esta: queremos ser líderes de uma coorte de subdesenvolvidos, capengas, ou queremos lutar para sermos o último dos desenvolvidos por nosso próprio esforço econômico? Toda a minha tese quando estive no Conselho do Desenvolvimento era que estava na hora de o Brasil iniciar um processo de *take-off*, para tornar-se uma unidade econômica realmente auto-sustentável.

Já depois de ter saído do Ministério da Fazenda, em 1961, fiz um discurso de paraninfo na Escola de Minas de Ouro Preto,² em que expus com o maior entusiasmo a posição que eu julgava que o Brasil devia tomar: devia esquecer que era subdesenvolvido e lidar com o mundo inteiro de igual para igual. Nós seremos iguais aos outros desde que tomemos juízo para organizar a nossa casa. O que é que nos falta para sermos um mercado importante, nós, um país com 140 milhões de habitantes, uma economia altamente expansiva, um enorme espaço geográfico para

crescer? Por que não conseguimos pensar em termos de grande potência? Estamos querendo nos associar a pequenos países latino-americanos, da América Central, para fazer pressão sobre os grandes. Acho que esta é uma atitude psicologicamente errada. Acho que o Brasil não tem que pensar de forma egoística, mas tem que reconhecer que cabe a ele lutar para ser uma nação desenvolvida e crescer, seja atraindo recursos externos, seja mobilizando melhor os recursos internos, sem fazer jogo de influências regionais, sem participar nos problemas da América Latina. Vamos ajudar os nossos companheiros da América Latina, mas não vamos esconder nossas incompetências no quadro de uma América Latina falida!

O fato de ter relido há pouco tempo esse discurso que fiz em 1961 me fez lembrar um momento em que fui muito extremado nessa posição de afirmar que o Brasil precisava ter confiança em si próprio e pensar que era capaz de se tornar uma nação de importância equivalente a todas as outras. Naquela época eu achava que o Brasil estava em condições de dar um salto para em vinte, trinta anos, ser equivalente à França, à Itália ou à Alemanha. Hoje acho que perdemos esta marcha. Nós nos perdemos em desvios secundários e ainda estamos atolados numa incapacidade interna, cultural, de saber o que queremos para o Brasil. O que o Brasil quer, o que ele pode ser? Estamos vivendo na pesquisa de pequenos problemas de organização social, de distribuição de renda, que são fundamentais e têm de ser resolvidos, mas no contexto de uma grande potência, e não no contexto puramente ideológico, da discussão sobre capital estrangeiro ou participação externa. Hoje encaro esse processo com mais pessimismo, porque estou vendo que culturalmente ainda não estamos preparados para crescer. Nossa cultura está se diluindo em coisas muito inadequadas.

Esse discurso que fiz na Escola de Minas recebeu na época uma crítica excelente de um dos mais lúcidos companheiros que eu tinha então, Miguel Osório de Almeida. Ele me escreveu uma carta dizendo que queria pedir minha atenção para a irresponsabilidade que eu estava tendo ao dizer que o Brasil devia pensar em termos otimistas. Achava, ao contrário, que o Brasil devia ter um sentimento de pessimismo para reconhecer que não estava culturalmente preparado, que não havia organizado suas elites, que estava deformado sob vários ângulos. Dizia que o brasileiro não queria se desenvolver, queria ser desenvolvido; não queria fazer força para economizar, queria trazer dinheiro de fora para ajudar no seu desenvolvimento econômico. Fazia uma crítica muito rígida a algumas posições minhas que considerava excessivamente otimistas. E era uma crítica muito boa. Escrevi-lhe depois uma carta tentando contraditar um pouco, mostrando que eu não era tão inocente em relação às nossas deficiências, mas ainda assim considerava que aquele era o momento de o Brasil se preparar para um *take-off*; para um processo de

desenvolvimento cumulativo, baseado numa estrutura econômica sólida. Hoje já não sou tão otimista.

O quadro que o senhor traça hoje do Brasil é o de um país sem identidade, ao contrário do que acontecia nos anos 50. A seu ver, o que provocou isso?

Estou vendo que gerações se perderam no Brasil sem ter capacidade de formular uma melhor estrutura institucional. O Brasil teve esses anos todos de ditadura militar, o que foi uma tragédia negra para a nossa cultura. A ditadura, apesar de ter tido uma visão imperial do Brasil, liquidou gerações. Era uma visão imperial baseada em canhões, metralhadoras, poder militar. Faltou a visão imperial do português conquistando o mundo, a visão do império econômico, que tem consciência de que é forte e é capaz de criar a unidade interna e superar dificuldades. Nos anos 50 eu achava que o Brasil tinha chegado ao momento do *take-off*, em que uma nação levanta vôo e começa a voar sozinha, mas esse momento se perdeu. Surgiram todos esses episódios que levaram o Brasil a uma fase negra. Hoje estou sentindo as elites brasileiras a lutar por coisas secundárias, por ecologias verdes, por proteção da Amazônia. Nós temos que criar um país grande, um país rico, capaz de combater no mercado de igual para igual. Temos que ter competência para isso. Este deve ser o nosso objetivo, e não nos preocuparmos como os outros vão nos tratar. Eles vão fazer o possível para tirar o melhor partido, e nós temos que nos preparar para conviver de igual para igual com as grandes unidades econômicas, lutando também pelo melhor partido.

Crescimento e distribuição de renda

O Brasil atual foi chamado pelo economista Edmar Bacha de Belíndia: parte Bélgica, parte Índia. Esse dilema se coloca para o Brasil de hoje, mas também já se colocava na era Kubitscheck. E o governo Kubitscheck não resolveu esse problema, talvez até o tenha agravado...

Esse problema sempre existiu. O Brasil não completou até hoje a colonização do seu território político. Até hoje temos fronteiras flutuantes que ainda estão sendo desbravadas, como Rondônia. A integração do Brasil Central está se processando agora, só agora a comunidade geográfica e geopolítica brasileira

está formando um quadro mais definitivo. Na época de JK a situação ainda era mais primitiva. Sempre considerei a mudança da capital como um grande passo para a integração de um universo de dois milhões de quilômetros quadrados que não tinha acesso  civilização porque esta estava toda presa ao litoral. Sempre achei que este seria um dos instrumentos para se levar o progresso para o Brasil Central, qualquer que fosse o preço. Acho que hoje o Brasil tem todas as condições de continuar esse processo, ainda que esteja enroscado numa série de problemas graves.

A Belíndia sempre existiu. Sempre existiu o problema das secas, da migração nordestina. Isso existiu e existirá ainda por muito tempo. O Brasil não vai resolver todos os seus problemas de uma só vez, mas tem que continuar tentando. Fico muito frustrado quando assisto a esses programas de televisão em que se fala da pobreza do Brasil, dos milhões de crianças que não são alimentadas. Outro dia li um artigo no *Scientific America* de fevereiro de 87 que era uma crítica violenta  política do Reagan, que eliminou fundos que permitiam a existência do *food check*, o vale alimentação. Eles citam os números de pobreza absoluta nos Estados Unidos, e esses números são estarrecedores. Há milhões de pessoas que vivem em pobreza absoluta dentro da maior economia do mundo. De modo que isso são tragédias. A Belíndia  uma tragédia inevitável. O fato de a pobreza ter se concentrado durante séculos no Nordeste e agora estar concentrada na periferia das grandes áreas urbanas caracteriza melhor o contraste entre pobreza e riqueza no Brasil, um contraste que persistir por muitos anos, mesmo quando tivermos uma renda per capita cinco vezes maior do que hoje. Os Estados Unidos não têm uma Belíndia porque o poder econômico e a riqueza são tão grandes que os problemas da pobreza desaparecem. Eles se diluem nos problemas raciais e dos grupos minoritários.

O senhor v algum ponto positivo na economia brasileira hoje?

A economia brasileira, apesar de todas as distorções do processo inflacionário, tem tido um desenvolvimento de infra-estrutura muito bom. A agricultura brasileira cresceu enormemente. Esse deslocamento de frentes pioneiras para a Amazônia tem sido incentivado, como sempre o foram nossos grandes deslocamentos, pela mineração. A mineração do ouro conquistou Minas Gerais e agora está conquistando a Amazônia. O Madeira, o Branco e o Tapajós estão sendo ocupados por milhares de garimpeiros, que estão descobrindo o ouro e muitas vezes levando-o embora, mas ainda assim estão criando um enorme mercado na região. O que existe hoje de atividade econômica dentro desses garimpos  incrível. As frentes pioneiras ainda são tremendamente primitivas, mas têm as mesmas caracte-

terísticas das frentes pioneiras do Alaska ou do Oeste americano do tempo das grandes corridas do ouro.

Evidentemente existe muita coisa a fazer na estrutura econômica brasileira, mas já se fez muito. Hoje, quando se viaja por algumas áreas do interior do Brasil, vê-se cidades boas, de economia boa, com bons colégios, saúde pública. É assim em São Paulo, em Minas. Divinópolis, onde comecei minha vida, é hoje uma cidade de 250 mil habitantes, com grande capacidade industrial. Por toda parte há pequenas indústrias, pequenas siderúrgicas, fábricas de *blue jeans*, de sapatos. Há um dinamismo enorme na economia brasileira fora dessa angústia da Baixada Fluminense e das áreas periféricas dos grandes centros, que cresceram de forma desordenada e para as quais hoje não temos solução. Isso não ocorreu em várias partes do mundo porque as circunstâncias impediram, mas para nós o excesso de urbanização se tornou um problema grave. É mais grave o contraste entre Copacabana e a Baixada do que entre a Bélgica e a Índia.

O Brasil tem que superar os seus problemas, e este é o esforço do desenvolvimento econômico. Temos que integrar as áreas mais pobres num nível médio, não precisamos chegar a grandes riquezas. Precisamos aumentar a renda per capita, criar mais recursos o mais depressa possível e distribuí-los bem. Se a distribuição for errada, irá atrasar o desenvolvimento econômico. Mas sem desenvolvimento econômico não há o que distribuir.

O senhor considera que esse equilíbrio entre crescimento e distribuição de renda existiu no governo JK?

Não. Nós sabíamos perfeitamente que não há desenvolvimento econômico sem crescimento da renda per capita, sem elevação do nível social, mas é preciso confessar que pecamos. Tínhamos um pensamento muito elitista, no sentido de que não nos preocupamos naquele momento com distribuição de riqueza. Não tivemos sensibilidade para os problemas da pobreza absoluta, dos erros que estavam sendo cometidos com o excesso de urbanização. Sempre imaginamos que o Brasil precisava sair da estagnação em que vivia, que era preciso sair em busca de riqueza pelo loteamento das marginais, pelos investimentos imobiliários. Imaginamos que era preciso fazer indústrias, criar atividades. Todo o nosso pecado foi sempre procurar atrair recursos para investimentos em siderurgia, construção naval, indústria automobilística. Esta foi a tônica mais ou menos deformada que tivemos. Não pensamos socialmente bem.

É possível que hoje o Brasil também esteja vivendo um momento de

deformação muito grande devido à má distribuição de renda. Não sei avaliar. Talvez tenha chegado o momento de melhorar essa distribuição, mas desde que este não seja um instrumento para reduzir a capacidade de crescimento. Porque se formos distribuir renda ao preço de não crescer, ficaremos numa Índia pura, sem Bélgica. Este é o dilema que está posto à nossa frente. E vejo o horizonte das próximas eleições, de dezembro de 1989, com o maior pessimismo, porque não estou percebendo ninguém que esteja trabalhando com idéias lúcidas nesse caminho. Os dois candidatos que estão aí, Collor e Lula, têm discursos totalmente inadequados para o que imagino que seja o desenvolvimento do Brasil. É preciso que haja no Brasil uma condução econômica mais eficiente, mais capaz. Não podemos ficar numa formulação demagógica de distribuição de riqueza, de busca do social, sem pensar em como criar a riqueza.

Os candidatos de 89

O Brasil estaria precisando de lideranças com mais voluntarismo?

Com capacidade de lutar, de formular, com uma visão mais positiva, com ambições de maior grandeza. O Brasil no momento está buscando soluções de caridade, e não de crescimento. A caridade só pode ser praticada se houver criação de riqueza, de emprego, se houver capacidade de progresso, e não apenas com formulações demagógicas, intelectuais. E este é um problema da cultura brasileira. Acho que a cultura brasileira vai mal, perdeu muito.

O senhor vê no movimento de Collor de se aproximar de JK, de dona Sara, durante a campanha, a tentativa de criar uma figura messiânica que iria conduzir os destinos do país?

Muitos candidatos fizeram isso. Afif Domingos também se instalou no Memorial JK em Brasília para se inspirar nas idéias de Juscelino. Collor sabe que, especialmente em Minas, tem que falar nas obras de Juscelino. Na história dos nossos tempos JK foi um homem que completou um longo mandato e foi um grande presidente por tudo o que fez. Pode ter cometido erros, omissões, mas foi um presidente que deu ao Brasil uma nova visão. Foi ele quem acordou o Brasil.

A seu ver, estaria faltando aos candidatos presidenciais uma assessoria técnica como a que o senhor prestou a JK durante a campanha e o governo?

Não. Tanto Lula como Collor refletem um quadro cultural desajustado. Sei que existem homens excelentes, capazes de ajudar a formular a política econômica, mas essas pessoas estão afastadas, não querem saber de governo, estão completamente pessimistas porque o que está valendo é o grito, é a unidade sindical do Lula, são as fantasias do Collor de um desenvolvimento mais ou menos indefinido. O Brasil está vivendo um período culturalmente ruim. Temos alguns anos pela frente para superar essa deficiência cultural. Vejam aí esse programa de governo do Collor. Não é um programa bem formulado.³ Lula tem um programa que se resume a treze pontos. Lula está tentando montar uma associação com outros partidos. Deus nos proteja!

Não há nada no discurso dos dois candidatos que o entusiasme?

Eles estão dando receitas diariamente na televisão, mas confesso que não me deixam nada feliz porque não estou sentindo muita consistência. Mas também há o seguinte: nenhum candidato à presidência da República pode dizer que vai fazer uma maxidesvalorização do cruzado, ou vai fazer uma nova política salarial, ou vai suspender investimentos em determinadas áreas para tentar equilibrar a economia. Nenhum deles pode dizer isso como candidato, mas no dia seguinte terá que tomar medidas. E as medidas que terão que ser tomadas terão que ser o inverso do que eles estão pregando nos seus programas eleitorais. Não digo o inverso, mas terão que ser medidas novas, nas quais eles estão procurando não tocar no momento.

Receita para o Brasil

Como conciliar hoje inflação e desenvolvimento econômico?

Não existe nenhuma possibilidade de conciliação. Com a inflação que existe no Brasil não há possibilidade de desenvolvimento econômico.⁴ Eu sacrificaria tudo para que tivéssemos uma moeda estável e forte num prazo de dois, três anos,

antes de qualquer veleidade de querer iniciar um processo de desenvolvimento.

Não foi isso o que Juscelino fez...

O problema não era tão grave como agora. Não gosto de me vangloriar, mas acredito, como já disse, que fui um dos primeiros homens públicos que teve a coragem de chamar a atenção para o problema inflacionário quando fiz aquele discurso da “inflação galopante”. Eu devia ter sido demitido no dia seguinte. Houve uma expectativa de que seria intolerável um homem do governo falar em inflação galopante. Foi uma crise interessante.

Confesso que tenho, não digo a honra, mas a prioridade de ter alertado para esse problema. Fiz parte de uma corrente que lutava pela estabilização monetária. Eu, Roberto Campos, Miguel Osório de Almeida, toda a turma que formulou o Programa de Metas, estávamos convencidos de que era impossível continuar num processo dispendioso de inflação. Nós procuramos compatibilizar um esforço de desenvolvimento econômico com um processo inflacionário tolerável.

A seu ver o novo governo deveria começar por um programa rigoroso de estabilização?

A estabilização monetária é absolutamente indispensável para o Brasil. A estabilização monetária é causa e efeito da confiança no futuro do país, e sem ela a confiança não existe. O que existe hoje em termos de política monetária, de ciranda financeira, de inflação galopante, leva o Brasil à total incapacidade de olhar para o futuro.

A política distributiva que faltou ao governo JK e continua faltando até hoje é igualmente urgente?

Mais urgente é a política de estabilização monetária, sem o quê não há distribuição possível. O que vamos distribuir se não tivermos nada? A estabilização monetária é que permitirá a retomada do desenvolvimento, dos investimentos, a criação de riqueza. Sem estabilização da moeda não haverá investimento produtivo e continuará a ciranda financeira, a compra de moeda estrangeira, enfim, todo esse quadro que vemos hoje. A estabilização é o oxigênio que permitirá a este país viver. Sem ela, não há como sair da crise. E ela vai custar caro, tanto à classe média como

aos operários. Tem que custar caro também para os empresários, ainda que não lhes retire a capacidade de investir. Mas eles terão que dar uma grande contribuição para poderem ter confiança no futuro. Não terão confiança com o que está aí hoje.

Como o senhor vê hoje no Brasil a relação entre mercado e Estado? No período JK o Estado tomou a frente do processo de desenvolvimento e praticamente ajudou a criar o mercado. Mas hoje existe um dilema ideológico: há os que dão ênfase ao mercado e os que acham que o Estado deve continuar a comandar.

Esse dilema ideológico não é real. É uma forma de tentar colocar parcelas da opinião pública contra ou a favor de determinadas atitudes. O problema que está sobre a mesa é saber como o Brasil conseguirá sair de um processo inflacionário agudo e que rumo deve tomar depois de fazê-lo. Nesse processo, durante muito tempo continuarão a conviver investimentos estatais e não estatais. E não vejo nenhum conflito na existência de investimentos estatais em áreas fundamentais, de infra-estrutura. Foi pena que essas áreas não se tivessem desenvolvido anteriormente na mão de empresas privadas, que em vez de os títulos estarem na mão do Tesouro Nacional, não estejam na mão de milhões de acionistas. Nosso grande problema foi que não conseguimos criar grandes empresas de capital aberto nas áreas de infra-estrutura. A Petrobrás agora está lutando para colocar recursos no mercado, para ver se consegue alargar um pouco mais a sua base. A Vale do Rio Doce é uma exceção muito boa, porque sendo uma das empresas mais lucrativas do mundo, tem recursos substanciais no mercado de capitais. Estas são duas exceções importantes. Mas não haverá sempre necessidade de estatais se houver um mercado acionário baseado numa moeda estável. Não adianta querer criar empresas privadas importantes sem ter moeda estável. Quem é que vai querer investir numa bolsa flutuante, de uma forma errática, com uma moeda totalmente instável, como temos hoje? O Brasil hoje não tem moeda, tem um símbolo que é o BTN.⁵ Vocês sabem o que é o BTN? Eu não sei, ninguém sabe o que é isso. É a unidade com que se pode fazer balanços e previsões econômicas, o que é uma tremenda tragédia.

Existe muita coisa a fazer, a economia brasileira tem ainda muito que progredir. Mas ela tem que progredir com estrutura lógica. Vou dar o exemplo de um dos trabalhos mais importantes que se fizeram no Brasil nos últimos tempos, de um amigo dileto meu, José Luís Bulhões Pedreira, uma das melhores cabeças que o Brasil tem. Ele está lutando para que o Brasil aprenda o que é uma empresa, uma sociedade anônima, compreenda uma série de outros conceitos básicos que não são conhecidos das elites brasileiras. O livro que José Luís Bulhões Pedreira escreveu

sobre os conceitos fundamentais da empresa é excepcional,⁶ e seria da maior importância que fosse entendido pelas pessoas que estão no Congresso tomando decisões de legislação. A cultura brasileira está muito atrasada em relação a esses conceitos.

A conjuntura internacional

Como o senhor vê a tendência à social-democracia, que tem prevalecido em alguns países da Europa Ocidental?

Confesso que não tenho aversão à social-democracia porque não sei o que é. Digamos que exista a social-democracia na França ou na Espanha: ela não é nada mais do que governos sensatos, tentando tornar a moeda estável, tentando manter o equilíbrio econômico. A Espanha, por exemplo, tem demonstrado que o mais importante é fortalecer a economia, atrair capitais para promover o desenvolvimento industrial, para poder competir no mercado europeu. Quer dizer, a social-democracia é a forma política que vingou diante da inexistência de outros *slogans*, de outros programas. Afora a social-democracia existe o neoliberalismo, mas você também não consegue desenhar uma caricatura dele.

No entanto, a era Reagan e a era Thatcher já se colocam como modelos históricos de neoliberalismo.

Ambos tiveram sucesso principalmente porque já encontraram economias mais desenvolvidas e deram mais ênfase à liberdade de mercado, à liberdade de decisões econômicas, do que se dava anteriormente em seus países. Tanto Reagan como a Thatcher são liberais no sentido de que fugiram do socialismo anterior. O Partido Trabalhista inglês era um partido socialista, estatizante, social-democrata. A Inglaterra foi uma social-democracia até a chegada da Thatcher. A social-democracia, para mim, é um rótulo que se aplica a vários tipos de governo. Como mensagem está superada, mas se mantém porque não existe nenhuma mensagem nova.

Com o fim da guerra fria, a partir dos entendimentos feitos por Reagan e Bush com

Gorbachev, certamente surgirão mais recursos para o desenvolvimento. A seu ver, o Brasil poderá tirar proveito disso?

Acho que o Brasil não devia pensar que vai melhorar ou piorar porque há mais ou menos recursos disponíveis. Se tivermos projetos bons, se criarmos condições de auto-sustentação, eles virão aqui nos ajudar a progredir. Se não fizermos isso, a única maneira de participarmos desse futuro mais rico que o mundo vai ter será mendigar aqui e ali um tratamento um pouquinho melhor. De toda forma, é lógico que o desaparecimento da guerra fria vai melhorar a disponibilidade de recursos que provavelmente irão fortalecer o mercado mundial, inclusive o brasileiro. Creio que vamos sofrer é com o desaparecimento das guerras localizadas, porque a nossa indústria de armamentos está vivendo uma fase muito brilhante.⁷ A grande área de tecnologia de ponta no Brasil é armamento. Um pouco fora de época, mas foi o que o destino nos reservou...

As novas gerações

O senhor é pai de dois filhos: um deles, Rodrigo Lopes, tem atuado na administração fluminense como secretário de Indústria e Comércio do governo Moreira Franco; o outro, Francisco, ou Chico Lopes, é economista da PUC-Rio, e influenciou políticas recentes de estabilização.⁸ Através da atuação de seus filhos, o senhor vê a emergência de uma nova geração capaz de colaborar para um novo ciclo de desenvolvimento do Brasil que o senhor tanto deseja?

Sou muito orgulhoso do trabalho de ambos os filhos. Chico é um cientista, no sentido de que se dedica integralmente ao trabalho e vive a macroeconomia no Brasil todos os instantes da sua vida. Não pensa em outra coisa senão no futuro, nos problemas monetários brasileiros. Na minha opinião, com muita lucidez e com uma formação muito sedimentada. Fez o PhD em Harvard, é professor e hoje publica uma carta econômica que envia aos subscritores com a posição dos índices e um comentário sobre o que está acontecendo. Ele tem um modelo de economia brasileira que vem montando há anos junto com outros companheiros e que lhe permite fazer projeções. A todo instante está lá com seus computadores, e não tem preocupação em ter uma participação política maior. Teve uma grande desilusão, porque trabalhou intensamente na formulação do Plano

Cruzado e viu-o naufragar por incompetência, por falta de apetite do governo para tomar medidas complementares. Continuou lutando e inclusive arriscou-se a fazer uma nova proposta, a da criação do real, um trabalho que vai ser clássico daqui a alguns anos. É uma análise de como a hiperinflação termina. Por sugestão minha, apresentou esse trabalho ao Congresso junto com o deputado Osmundo Rebouças, que foi seu colega de faculdade, mas o projeto não foi à frente devido à instabilidade do governo Sarney. Chico faz parte de uma geração que luta. Embora não tenha nenhuma preocupação de influência política, é consultado constantemente. Está fazendo um trabalho bom.

Rodrigo está trabalhando agora como secretário de Estado. Foi chamado para ajudar a formular a idéia do pólo petroquímico do Rio de Janeiro. Já tinha uma experiência boa, uma vocação de serviço público. Foi criado ao lado de JK, que é seu sogro, e ao meu lado, acompanhando a vida pública e os problemas que sofremos. É um empresário de sucesso, mas tem realmente a vocação pública. Se pudesse esquecer tudo e ser homem de governo, é disso que gostaria. Hoje está dedicado de forma quase que total ao problema do pólo petroquímico, que formulou e vai ser uma realidade importantíssima daqui a cinco anos. Ele conseguiu criar uma confiança geral nos empresários e hoje há trinta empresas do mundo inteiro montando um esquema para se instalar no pólo do Rio de Janeiro.

Tudo isso me dá a confiança de que o Brasil tem capacidade de ir para a frente. Tenho amigos que construíram empresas com suor, com luta, e hoje estão bem. De modo que não acho que exista uma incapacidade absoluta. Acho que o Brasil não tem deixado que esta turma que é capaz de construir, de trabalhar, tenha influência na formulação política. Na hora da formulação política, surgem idéias totalmente inovadoras que passam a mobilizar: “É preciso dar prioridade absoluta à ecologia!” Então não se faz mineração porque a mina atrapalha a ecologia. Essas coisas são parte de uma cultura deformada. O Brasil está muito pouco culto para o momento atual. Sou pessimista quando vejo o quadro geral. Vejo nichos de otimismo aqui com meus filhos, com alguns amigos que estão trabalhando e formulando. Mas realmente nesse meu caso — dentro em pouco serei octogenário — não tenho o direito de sonhar muito. Tenho apenas de dar alguns conselhos para as novas gerações.

Tenho dificuldade de pensar coisas melhores para o Brasil, embora ache que devemos ter confiança em que o Brasil possa ter momentos melhores pela frente. Essa eleição de 1989 vai ser realmente um momento decisivo. Tenho a impressão de que não vamos sair dela sem problemas. A eleição por si só não vai resolver os problemas prementes que estão aí. Os primeiros meses do próximo governo vão ser trágicos. Terão que ser tomadas decisões gravíssimas, que poderão

ser boas ou más. Teremos que descobrir o que fazer para que este país volte a ter normalidade econômica, respeito próprio e confiança na democracia. Porque o risco maior é que o povo perca a esperança de viver tranquilo num regime democrático. Esse é o medo que eu tenho: de que num determinado momento, se chegue à conclusão de que a democracia, por uma das leis de Kafka, como diz Roberto Campos, não funciona no hemisfério sul. Não tenho mais comentários porque sou mau observador a curto prazo. Refugio-me nas leituras antigas para ver o que está acontecendo hoje, de modo que meus comentários são falhos.

Acho que nossa conversa está praticamente terminando. Confesso que não imaginava que fosse tão difícil dar um depoimento. Vocês me obrigaram a rever documentos que eu tinha conseguido sepultar nesta biblioteca e que me lembraram momentos difíceis e angustiantes da minha vida. Sofri um pouco, mas valeu a pena. Vou pôr em ordem esses documentos que prometi doar ao CPDOC e daqui em diante não terei mais nada a dizer. Quem quiser saber da minha vida, que procure o CPDOC. Acho que esta é a minha última experiência de dar depoimento, porque é realmente muito difícil. Terei sido justo? Terei sido correto? Falei com vocês com a maior espontaneidade, mas o que disse estará representando a justiça? O que sinto pode não ser a verdade...

NOTAS

1. O Tratado de Roma, assinado em 25 de julho de 1957, visava a criação de um mercado comum entre seis países da Europa Ocidental – França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Instalada em 1º de janeiro de 1958, a Comunidade Econômica Européia (ou Mercado Comum Europeu) buscou a constituição de um mercado integrado através de políticas comuns na área tarifária, comercial, agrícola, financeira e industrial. Em 1973 os países membros passaram a nove, com a inclusão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, aos quais depois se juntaram Espanha, Portugal e Grécia. Nos anos 90, a Europa Ocidental preparava-se para formar efetivamente o bloco almejado desde 1957: os Estados Unidos da Europa.
2. O discurso foi publicado na separata da *Revista da Escola de Minas*, Ouro Preto, vol. XVII, nº 5, dez. 1961.
3. Trata-se do documento de campanha *Diretrizes de ação do governo Fernando Collor de Melo*, Brasília, 1989 (mimeo).
4. Nos três últimos meses de 1989 as taxas de crescimento do IPC foram de 37,61% em outubro, 41,42% em novembro, e 53,55% em dezembro. Ver *Conjuntura Econômica*, nov.-dez. 1989 e jan. 1990.
5. A medida Provisória nº 57, de 22 de maio de 1989, autorizou a emissão do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) com correção mensal e diária. O BTN substituiu a OTN (Obrigação do Tesouro

Nacional) como indexador oficial da economia brasileira. Ver *Conjuntura Econômica*, jun. 1989.

6. Ver José Luís Bulhões Pedreira, *Finanças e demonstrações financeiras da companhia (conceitos fundamentais)*, Rio de Janeiro, Forense, 1989.
7. A indústria brasileira de armamentos implantou-se em meados da década de 1960, a partir de empresas que, buscando atender à demanda de reequipamento das Forças Armadas, diversificaram sua linha de produção. No final de 1969, criou-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que abriu caminho para outras empresas dedicadas especificamente à produção de armamentos, como a Engesa, a Avibrás e a Tecnasa. Em pouco mais de dez anos o país converteu-se no segundo produtor (depois de Israel) e primeiro exportador do Terceiro Mundo, situando-se entre os dez maiores exportadores mundiais de sistemas de armas. Para mais informações ver Renato P. Dagnino, "A indústria de armamentos brasileira: desenvolvimento e perspectivas", em Ricardo Arnt (org.), *O armamento e o Brasil - a guerra deles*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 71-72.
8. Rodrigo Lopes foi secretário de Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro de 8 de agosto de 1988 até 3 de abril de 1990.

Francisco Lopes, coordenador do curso de economia da PUC/RJ, ardente defensor do fim da correção monetária e da desindexação da economia, componentes por ele considerados indispensáveis para o "choque heterodoxo", participou ativamente dos estudos que resultaram na elaboração do Plano Cruzado, cabendo-lhe a sugestão do nome "cruzado" para a nova moeda. A volta da inflação determinou, em junho de 1987, a elaboração de um novo "plano de choque", o Plano Bresser, que contou também com a decisiva colaboração de Francisco Lopes, considerado o "mentor do pacote". Ver *Veja*, nº 913, 5/3/1986; nº 914, 12/3/1986, e nº 980, 17/6/1987.

CAPÍTULO 10

Ao lado de um grande homem ...

Depoimento de Ester de Pádua Lopes

Costuma-se dizer que o parentesco tem uma influência predominante na vida política mineira. Sabemos que a senhora descende da família Negrão de Lima e também é parente de dona Sara Kubitschek. Poderia nos explicar essas ligações?

Ester Lopes - Minha mãe em solteira chamava-se Carmelita Negrão de Lima. Era irmã mais velha do Francisco, que foi prefeito e governador aqui no Rio de Janeiro, do Otacílio, que foi ministro, e de vários outros. Era uma família grande, de nove irmãos. A base da família era Nepomuceno, uma cidade próxima a Lavras, de modo que eles viviam indo a cavalo de um lugar para outro. Em Lavras mamãe conheceu papai, Lafayette Pádua, lá se casaram e lá ficaram morando algum tempo. Foram muito felizes e tiveram cinco filhos. Eu fui a caçula.

Quanto ao parentesco com a Sara, sua mãe, tia Luisinha, era irmã da minha avó. A Sara, portanto, era prima-irmã da minha mãe e do Negrão. Tia Luisinha casou-se com um coronel muito rico, viúvo, que já tinha uma porção de filhos, e teve outros cinco: Sara, Maria Luísa, Amélia, Geraldo e Idalina. Sara casou com Juscelino, Maria Luísa casou com Clóvis Pinto, um homem rico e famoso lá em Belo Horizonte, e Amélia casou com Gabriel Passos. Geraldo Gomes trabalhou muito tempo com Juscelino.

Seu pai tinha alguma coisa a ver com política?

Ester Lopes - Não. Papai gostava de conversar, trocar idéias, mas nunca foi político. Lá em Lavras, uma ocasião ele se envolveu numa luta política

entre o Chico Sales e o Bernardes. Era a favor do Sales, e quando a turma do Bernardes derrubou o grupo do Sales, teve que mudar de cidade! Papai era queridíssimo em Lavras, tinha diversos amigos, mas assim mesmo tivemos que nos mudar. Eu era menina, tinha uns quatro ou cinco anos, mas lembro que quando o Sales caiu soltavam foguetes dia e noite na porta da nossa casa. Era muito exagerada a política daquela época. Vim na frente com papai para Belo Horizonte, mamãe ficou com o resto da família para vender a casa, os móveis etc., e depois veio nos encontrar.

Qual era a profissão de seu pai?

Ester Lopes - Papai era dentista, mas tinha estudado para padre. Quando ainda morava em Lavras, veio estudar interno no seminário de Petrópolis. Volta-e-meia passava uma temporada em casa – naquela época a viagem era feita a cavalo – e numa dessas ocasiões conheceu mamãe. Não quis mais ser padre, ficou em Lavras mesmo, começou a estudar e tornou-se cirurgião dentista.

Quando mudamos para Belo Horizonte, papai abriu lá o seu gabinete dentário. Morávamos na rua da Bahia, perto do Parque Municipal. Aquilo era lindo naquela época, muito bem tratado, muito bonito. Vivemos lá muitos anos, e depois papai comprou uma casa na rua Rio de Janeiro, onde morei até casar.

Como a senhora começou a namorar o dr. Lucas Lopes?

Ester Lopes - Começamos a namorar na Praça da Liberdade, que era o lugar tradicional de namoro. Todo sábado à noite e todo domingo havia um *footing* em que todos se encontravam. Mas o namoro era de longe, como era usado na época, não se conversava. E aí houve uma festa na Escola de Engenharia, feita pela turma dele, acho que do terceiro ano. Minha mãe não queria me deixar ir de jeito nenhum porque eu era muito menina, usava meia curta. Foi uma luta enorme, mas afinal ela consentiu. Fui à festa, e chegando lá, não sei por quê, fui tão convidada para dançar que o Lucas não teve vez... Mas o namoro continuou, nos víamos na praça, até que um dia sentamos próximos num cinema e começamos a namorar mais de perto.

Lembro bem dessa época, porque eu estava acabando de voltar do Colégio Caraça. Os padres amigos de papai o tinham convidado para passar uns dias visitando o colégio, e mamãe aproveitou para me mandar sair um pouco de Belo Horizonte e fazer companhia a papai. Fui com ele visitar o colégio, que era uma

beleza, passamos um mês por lá, e quando chegamos a Belo Horizonte tinha acabado de inaugurar o cinema falado. Fiquei louca para conhecer e fui correndo para o Cinema Avenida, ver *Os inocentes de Paris*, com Maurice Chevalier. Encontrei o Lucas no cinema, daí o namoro continuou e acabou em casamento. Eu era muito mocinha naquela época e estava muito apaixonada por ele, achava-o o máximo. Achava que ele era a pessoa mais importante do mundo, maior que o governador. Casamos e nos demos muito bem.

A senhora se deu bem com a família dele?

Ester Lopes - Muito. A mãe dele, dona Maria da Conceição, que todos chamavam de dona Filhinha, era muito alegre, cheia de vida, gostava de festas. E sempre levava as filhas, pajeava-as para arranjar bons casamentos. Ficava vigiando: “Esse não presta, namora aquele.” Ela era muito engraçada. O dr. Lopes era mais fechado. Conheci-os antes de casar, quando fui a Ouro Preto para o casamento de uma cunhada, e depois voltava sempre lá. Era um ambiente ótimo, uma casa alegre, cheia de gente, porque a família era grande. Eram muito divertidos.

Quando a senhora se casou, o dr. Lucas já estava instalado em Divinópolis. Em que ano foi isso?

Ester Lopes - Em 1935. Casei e fui para Divinópolis, onde morávamos numa casa da Rede, uma casa grande, com um jardim enorme, cheio de bananeiras no fundo. A única coisa que estranhei ao chegar lá foi que não tinha com quem conversar. Divinópolis naquela época era muito pobre. Além do Lucas, de diplomados havia um médico, um advogado e um dentista. Morávamos ao lado de uma vila operária, e a professora da escola da vila de vez em quando ia lá em casa conversar comigo.

Naquela época havia muita malária em Divinópolis, era uma coisa terrível. A nossa casa era toda telada, para evitar mosquitos. E era muito esquisito, porque você saía na rua, encontrava uma pessoa, começava a conversar, e de repente a pessoa começava a tremer. Uma coisa aflitiva.

Lucas Lopes - Divinópolis naquela época era a capital da malária na região. Toda aquela área do vale do Paraopeba era dominada pela malária. E lá em Divinópolis se fez um centro de combate à doença da maior importância. Havia um médico, dr. Otto Galvão, que chefiava o combate à malária no oeste de Minas.

Naquela época, a única medicação que existia era o quinino. Mas o quinino não liquidava a malária. Só pôde ser liquidada depois, quando os americanos descobriram o Aralen no Pacífico, durante a guerra.

Ester Lopes - Mas nenhum de nós teve nada naquela ocasião.

Lucas Lopes - Não. A área onde nós morávamos, da vila operária, era bastante drenada. E nós ali combatíamos muito o mosquito. Mas as outras áreas, que não eram drenadas – o rio Itapeçerica passa dentro da cidade – eram muito infestadas.

Não havia ainda um programa de saneamento eficaz.

Ester Lopes - Não havia nada. A cidade era muito pobre. Não se tinha onde ir.

Havia rádio?

Lucas Lopes - Havia. Foi um grande progresso quando ganhamos um rádio grande, GE, de madeira, muito bonito. Hoje é peça de museu. E nele ouvíamos principalmente a Rádio Inconfidência, pois não havia ondas curtas, só longas. Às vezes, à noite, conseguíamos pegar uma estação do Rio ou de São Paulo.

Ester Lopes - Agora, nós íamos muito a Belo Horizonte. Passávamos os fins-de-semana lá, pois tínhamos passagem de graça pela Rede. A viagem levava cinco horas, mas íamos sempre.

Pelo visto não havia mesmo muito o que fazer em Divinópolis, tirando o trabalho do dr. Lucas.

Lucas Lopes - Não. Mas o meu problema é que eu sempre fui muito curioso, tinha necessidade de ler, de estudar. E em Divinópolis eu tinha muito tempo. Às sete horas da manhã eu já estava na porta da oficina, vestido com um macacão de mecânico, porque era muito estabonado, mexia naquelas máquinas todas e vivia sujo de graxa. Mas às quatro horas da tarde acabava. De modo que eu tinha muito tempo para ler. Li Nietzsche, Kant, tentei ler filosofia. Procurava ler de tudo, fiquei muito preso à idéia de me cultivar. Passava o dia inteiro trabalhando como engenheiro, e na hora de me divertir procurava uma leitura mais atraente. Naquela época eu não tinha muita atração por romances, preferia ler filosofia,

história. Um dos livros que teve grande influência sobre mim foi *A decadência do Ocidente*, de Spengler. Uma ocasião tive uma gripe forte e meu cunhado Paulo Andrade me trouxe esse livro para ler. Spengler tinha aparecido em Belo Horizonte trazido pelo Capanema, que era uma grande figura. Era uma edição espanhola em quatro volumes, e só existia um exemplar de cada na biblioteca da secretaria do Capanema. Li-os e tive realmente um grande choque, porque o livro continha uma visão ampliada de mundo.

Ester Lopes - A coisa que ele mais gosta de fazer é ler. Vibra. Fica encantado.

Naquela época, enquanto o dr. Lucas lia, o que a senhora fazia?

Ester Lopes - Eu tinha muita coisa para fazer. No princípio, quando não tinha filhos, era pior. Eu ficava meio desorientada. Mas depois tinha os **meninos** para olhar, a casa, a empregada, um cachorrinho... Mexia no jardim, que acabou ficando uma maravilha. Eu tinha as mais variadas plantas, um caramanchão... O quintal era enorme, com tufos de bananeiras. E havia galinhas, ovos, e eu me entretinha com essas coisas. A temporada lá foi boa. Nós nos adaptamos muito bem um ao outro. Éramos um casazinho naquele lugar isolado, sem muitas relações, mas foi muito bom. Lucas se fechava com os livros dele e depois me contava as histórias todas.

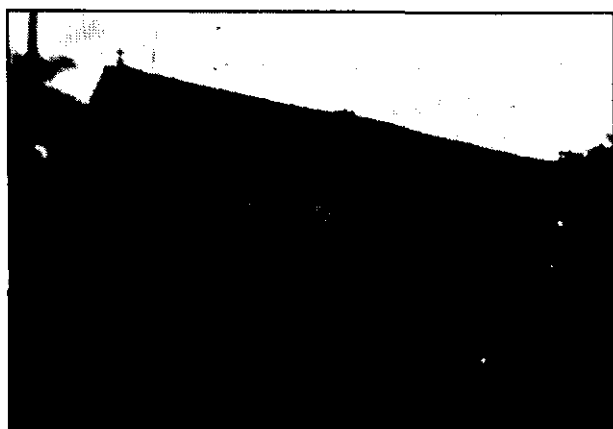
Lucas Lopes - Ela sempre me acompanhou muito de perto, e nós tínhamos muito diálogo. Ela não lia muito mas escutava. E eu também nunca freqüentei rodinhas intelectuais. Atraí muitos intelectuais para trabalharem comigo. Quando fui para a Secretaria de Agricultura, por exemplo, tinha junto comigo um grupo grande: Murilo Rubião, Fernando Sabino, que começou lá batendo à máquina. Depois, na Faculdade de Ciências Econômicas, havia uma porção de elementos de cultura, muito bons. Mas eu sempre fui muito autodidata, tive pouco a ver com grupos. Nunca pertenci a clube, a partido algum.

O senhor não sentia necessidade de interlocutores para debater suas idéias?

Lucas Lopes - Nunca tive essa preocupação. E a minha cultura é totalmente dispersiva. Li exclusivamente pelo prazer de ler. Infelizmente não tive influências muito definitivas em nenhum sentido. Sempre fui extremamente eclético. Nunca fui a favor nem contra, muito pelo contrário. Era muito neutro. Ideologicamente, sempre fui pragmático e liberal.



A casa de Divinópolis.



A casa de Lavras.



A casa de Corumbá.

De Divinópolis vocês foram para Lavras.

Ester Lopes - Sim. Depois de Divinópolis fomos para Lavras, que já era uma cidade melhor, com casas muito boas. Ainda havia muita gente da família de meu pai por lá, de modo que eu podia ter mais contatos. A estada foi boa até a doença da Marta, nossa filha mais velha. Não havia laboratório, não havia como descobrir o que a menina tinha, não havia remédio... Quando ela morreu viemos para Belo Horizonte e eu nunca mais quis pisar em Lavras. Lucas ainda voltou lá, mas eu fiquei.

Lucas então foi transferido para o Rio de Janeiro. Nessa época, Rodrigo, que ficou sendo o filho mais velho, tinha dois anos e meio. Viemos para o Rio, fomos morar num apartamentozinho simpático na praia do Russel, e eu costumava passear com Rodrigo naquela praça grande onde hoje está aquela estátua de São Sebastião. Passamos ali uma temporada, até Lucas aceitar um convite para ir para Corumbá. Uma vida de cigano, não é?

O que a senhora achou de Corumbá?

Ester Lopes - Era uma cidade muito interessante. Chegamos lá no início da guerra, e à noite apagavam-se todas as luzes. A gente tinha que andar de vela na mão em casa. Tínhamos uma casinha simpática, e na cidade havia pessoas como nós. Estavam lá, por exemplo, o Amaro Lanari Jr., que é casado com a irmã do Lucas, o Sílvio Lustosa com a Doquinha. Eu fiquei muito mais amparado que em Divinópolis, de modo que não foi ruim, embora Corumbá ficasse no fim do mundo.

Havia rádio, havia cinema?

Ester Lopes - Rádio sempre havia. E havia um cinema também, mas nós nunca íamos, porque de repente apagava a luz, parava o filme, e a gente tinha que voltar para casa correndo, no escuro. Não valia a pena.

Depois de Corumbá a senhora também foi para Vitória?

Ester Lopes - Sim. A viagem de volta de Corumbá foi muito interessante. Tomamos um barco, e havia uns peixes que pulavam fora d'água, parecia que queriam entrar. Aquilo para mim foi uma novidade. Chegando a

Vitória, primeiro fomos morar no hotel. Fiquei muito amiga das filhas do dono, e isso para mim foi ótimo. Rodrigo era pequeno, elas o adoravam, e fomos juntas à praia. Sempre fui muito comunicativa, de modo que nunca tive dificuldade de fazer relações nos lugares onde morei.

E como foi a volta para Belo Horizonte, no final do governo Valadares?

Ester Lopes - Aí Lucas foi ser secretário, alugamos uma casa perto da casa de mamãe e lá passamos uma boa temporada. Foi muito boa essa época. Tínhamos muitos amigos, eu tinha sido criada em Belo Horizonte e conhecia a cidade toda. Aí nasceram as outras crianças, Diana e Chico.

Nesse período, Juscelino Kubitschek era prefeito de Belo Horizonte. A senhora naturalmente já o conhecia.

Ester Lopes - Já. Ele casou com a Sara na época em que eu estava começando a namorar o Lucas, e morava perto da casa de papai. Além disso, era muito amigo do Paulo, casado com minha irmã mais velha. Ambos eram médicos e foram juntos fazer um curso em Paris. Depois voltaram para Belo Horizonte, e foi aí que Juscelino começou a entrar na política.

Acontece que Benedito Valadares nomeou Juscelino prefeito depois de Otacílio Negrão de Lima, com quem tinha se estremecido. Isso não interferiu nas relações de família?

Ester Lopes - Não. Tia Luisinha, mãe da Sara, era uma pessoa excepcional, alegre, cheia de vida, que não guardava rancor por nada. De modo que continuou a fazer a ligação das famílias, a manter o ambiente familiar. Não houve atrito algum. Uma coisa era a política, outra era a família. Tanto que até hoje somos todos muito amigos. E quanto ao Juscelino, além de um grande prefeito, foi um desbravador. Mudou completamente a aparência política de Minas, transformou-a de uma coisa menor em uma coisa de valor. Era uma pessoa muito interessante.

E a vinda para o Rio de Janeiro, quando o dr. Lucas foi trabalhar na Comissão do Vale do São Francisco?

Ester Lopes - Aí foi o seguinte. Uma de minhas irmãs havia morado aqui no Rio e tinha ficado encantada com os apartamentos. Insistiu para que comprássemos um, Lucas não queria, mas afinal concordou. Era um apartamento

na rua Visconde de Pirajá, quase na esquina de Vinícius de Moraes. Quando compramos, o edifício ainda estava em obras, tinha subido só até o terceiro pavimento, e o nosso apartamento era no sétimo. Ficou pronto o apartamento, e eu disse: “Ah, Lucas, vou passar as férias com os meninos no apartamento.” Ele concordou, e viemos de automóvel. Chegando aqui, pedi móveis emprestados e nos instalamos – havia uma loja de móveis lá embaixo, do sr. Kogut, muito simpático, que nos emprestou o que precisávamos. E eu achei o máximo. Os meninos adorando a praia, o Pão de Açúcar... Ninguém queria voltar para Belo Horizonte. Aí eu disse: “Lucas, não vou embora para Belo Horizonte não. Arranja alguma coisa para nós podermos morar aqui.”

Quer dizer que foi a senhora que o puxou para cá?

Ester Lopes - Fui eu que puxei. Porque adorei isso aqui, achei o Rio de Janeiro o máximo. Felizmente nessa hora ele teve um convite e veio para cá. Passamos uma temporada muito boa. Já havia uma porção de gente conhecida morando aqui: minha irmã Ivone, por exemplo, casada com Alberto Pires do Amarante, já estava aqui havia alguns anos e tinha uma casa ótima na Lagoa, perto do Piraquê. Tia Luisinha também tinha se mudado para cá. Lucas tinha um Citroenzinho e nos levava sempre ao teatro. Tia Luisinha era muito alegre, e sempre me convidava: “Ester, meu bem, vamos à matinê.” Os meninos iam para a escola, e eu ia para o teatro com ela. Depois Lucas ia nos buscar. Foi numa dessas vezes que ele começou a tremer dentro do carro, com um ataque de malária. Tínhamos morado em Divinópolis, que era um centro de malária, e naquela época ninguém teve nada. Lucas pegou malária numa noite que passou em Petrolândia.

O que a senhora via nas matinês de teatro?

Ester Lopes - Víamos tudo. Tia Luisinha era muito viva, muito inteligente, engraçada, me chamava, e eu estava sempre pronta a acompanhá-la. Víamos aquelas peças, por exemplo, da Dercy Gonçalves. Tia Luisinha a adorava. Acabava a peça e ela ia lá atrás apresentar os parabéns à Dercy. E era muito engraçado. O teatro daquela época era muito alegre, as peças não eram pesadas como são hoje, eram mais leves. E as matinês ficavam cheíssimas. A gente tinha que comprar ingresso com antecedência, e qualquer peça que você conseguisse ingresso podia assistir, porque era sempre divertido.

Os teatros ficavam todos no centro da cidade, ali perto da Cinelândia. Quando terminava a sessão, íamos para a Sorveteria Brasileira, ou outra confeitaria qualquer, esperar o Lucas nos buscar. A Brasileira era o ponto mais chique do Rio,

a gente punha chapéu para ir lá. Essas confeitarias eram muito bonitas, os garçons muito alinhados, o Rio era muito mais elegante do que é hoje.

Vocês também costumavam jantar fora, freqüentavam restaurantes?

Lucas Lopes - Havia o Copacabana, havia bons restaurantes, mas nós fomos muito pouco, tínhamos pouca vida social. Sempre vivemos uma vida modesta. Éramos pobres e nunca recebi salários altos para poder freqüentar a alta sociedade. Nunca fomos da alta, nunca freqüentamos clubes. Muito mais tarde é que vim a comprar um título do Country Club, que na época não valia nada, mas hoje vale uma fortuna.

Qual era o lazer das crianças?

Ester Lopes - Era a praia. Elas adoravam. Mas quem mais gostava de ir à praia era eu mesma. Eu ia todo dia. Depois que nos mudamos para este prédio onde moramos até hoje, na Raul Pompéia, ficamos vizinhos do Silveira Sampaio. Eu ia à praia com ele e a filha de dele. Ele era muito engraçado, tudo era motivo de troça.

Este prédio onde a senhora mora tem história. Foi aqui que foi fundado o PSD nacional.

Ester Lopes - É porque o Valadares tinha um apartamento aqui. O Juscelino também tinha, o João, meu irmão, que é genro do Valadares, tinha um no primeiro andar. Também moraram aqui o Agamenon Magalhães, o Mazzilli. Este prédio era muito político. Tinha fama de político.

Político e pessedista.

Ester Lopes - Ah, é. Também tinha isso. Não havia ninguém da UDN. Este prédio foi um condomínio feito pelo Valadares enquanto era governador, de modo que foi muito bem construído. Ele morou aqui desde que saiu do governo, mas nós só compramos o nosso apartamento mais tarde, do Cristiano Guimarães, do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Ele não morava aqui, o apartamento ficava fechado, e acabou que resolveu vender. E graças a Deus nós compramos, porque o apartamento é muito bom.

Em que ano foi isso?

Lucas Lopes - Foi quando assumi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no governo JK. Chegamos à conclusão de que tínhamos que fazer uma vida no Rio, surgiu o oportunidade de comprar este apartamento financiado pela Caixa Econômica, de modo que compramos. Quem me trouxe aqui foi Olinto Fonseca, genro do Cristiano Guimarães.

Mas antes do período presidencial de JK, na época da Cemig, vocês voltaram a morar em Belo Horizonte. A senhora, dona Ester, estranhou essa volta?

Ester Lopes - Não. Eu também gostava muito de Belo Horizonte. Vivi muitos anos lá, de modo que achava ótimo. Conhecia todo o mundo, tinha uma vida boa, morávamos numa boa casa.

Nesse período, além de ser presidente da Cemig, o dr. Lucas fazia parte da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A senhora o acompanhava quando ele vinha ao Rio?

Ester Lopes - Não. Geralmente ele vinha e voltava logo. Eu ficava com os meninos. Era muito complicado vir com eles. Estavam em aulas, eram pequenos...

O dr. Lucas nessa fase deve ter ficado muito absorvido pelo trabalho. A senhora estranhou isso?

Ester Lopes - Não estranhei nada. Já estava acostumada. Nossa vida sempre foi muito movimentada, de repente muda para aqui, muda para ali, de modo que a gente se habitua.

O que estou dizendo é que o dr. Lucas deve ter ficado com menos tempo para a senhora e para os filhos.

Ester Lopes - Ah, muito menos.

Lucas Lopes - Ela nunca foi muito ciumenta. Sabia que eu vivia circulando pelo Rio e voltava.

Ester Lopes - Se eu fosse ciumenta, não tinha vivido. Porque ele não parava. De repente mudava de emprego, mudava de cidade...

Não é uma questão de ciúmes. É que o senhor passou a ficar menos tempo em casa.

Lucas Lopes - Muito menos. Vou então avançar um pouco mais e contar um pequeno episódio interessante. Na época da criação da Cemig eu ia e voltava ao Rio de Janeiro, e um dia entro no Hotel Serrador e subo no elevador com uma moça que era uma beleza. Perguntei: “Quem é essa moça?” Me disseram: “É a Miss Bahia.” Era a época do concurso de Miss Brasil. Eu disse: “Já ganhou!” Uma semana depois, Miss Bahia ganhou: Marta Rocha.

Depois que ela já era Miss Brasil, houve aquela crise política, Juscelino me fez ministro do Café Filho, fui a Belo Horizonte, e Juscelino estava recebendo numa festa no Clube dos Oficiais da Força Pública. Marta Rocha compareceu à festa, era uma das suas primeiras aparições. Sentei à mesa do Juscelino, ele tinha que abrir o baile, mas me disse: “Não vou abrir o baile porque depois vão dizer que sou pé-de-valsa. Você que é ministro, vai tirar a Marta Rocha para dançar.” Tirei a Marta Rocha, e ela tremia nos meus braços... Era muito bonita.

Ester Lopes - Bonita mesmo. Sempre foi linda.

Lucas Lopes - Sempre gostei muito dela. Há pouco tempo, encontrei com ela e contei esse episódio. Ela ficou muito contente, porque também se lembrava: “Já ganhou! Essa menina já é a Miss Brasil.” Mas minha mulher nunca teve ciúmes.

Ester Lopes - Graças a Deus nunca te atormentei com isso.

Lucas Lopes - Ela sempre foi muito cordata, e eu fui muito fiel. Não tinha tempo para outras atividades.

Ester Lopes - Ele sempre foi muito trabalhador. Sempre gostou mais de trabalhar do que de fazer farra...

Mas a senhora não reclamava de ele dedicar tanto tempo ao trabalho?

Ester Lopes - Não. Porque era a vida dele, eu via que ele gostava daquilo. Para ele era um desafio. E eu sempre gostei muito de ter contato com outras pessoas. Agora mesmo vocês têm apreciado que eu não paro em casa. Tenho coisas

para fazer fora, me dedico a outras atividades. Sempre fui muito comunicativa, fui acostumada com famílias grandes, de modo que nunca tive dificuldade em fazer boas relações em todos os lugares. E isso, para mim, sempre foi um derivativo ótimo. Lucas sempre esteve ocupado trabalhando, e eu me divertia por outro lado.

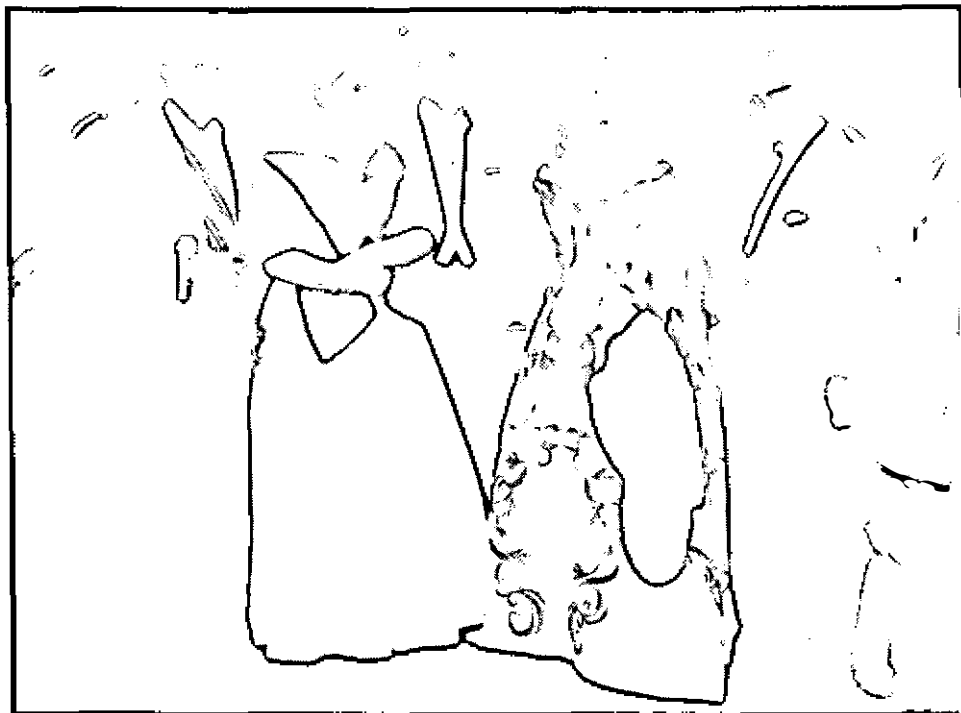
Na época do governo JK, a senhora foi ao Japão como dr. Lucas. Foi sua primeira viagem ao exterior?

Ester Lopes - Não. Já tínhamos estado antes em Paris, mas não em viagem oficial. Foi uma coisa mais simples. Lá no Japão, como convidada, foi excepcionalmente bom. Fomos visitar o Imperador e a Imperatriz e achei aquilo uma coisa fantástica. Para mim, foi uma novidade. Foi muito engraçado, porque a Imperatriz começou a perguntar tudo sobre o Brasil. O príncipe estava para vir aqui, e ela queria saber como as pessoas viviam, que tipo de trabalho era mais comum, como era a educação das crianças. Era uma mulher muito inteligente, muito vivida. Aquele modo dos japoneses dá a impressão de que para eles as mulheres não valem nada, são um zero à esquerda, mas isso não é verdade. Elas estão muito por dentro de tudo. Naquela época, eu era mais ignorante do que a Imperatriz. Ela estava muito mais a par da vida do mundo em geral, estava muito ligada. Perguntou sobre tudo o que eu já havia visto, quantas viagens tinha feito, como tinha transcorrido, o que eu havia apreciado. Era muito inteligente e simpática. Aliás, ainda é, pois é viva. O Imperador foi que morreu.

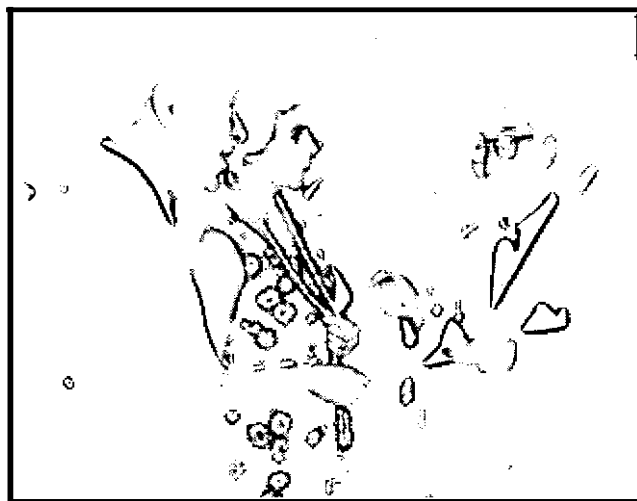
Mas essa tal visita que fizemos era uma visita formal. E lá é tudo muito meticoloso, marcado, certinho. E a Imperatriz começou a me fazer perguntas, e o Imperador começou a ficar curioso. Estava lá conversando com o Lucas, mas com o ouvido voltado para o nosso lado.

Lucas Lopes - Ele não tinha muito assunto comigo. Perguntou sobre os peixes da Amazônia, sobre a indústria brasileira, sobre o que nós estávamos esperando do Japão, e acabou o assunto. Em 15 minutos a conversa estava esgotada. Mas as madames...

Ester Lopes - Nós estávamos num papo bem animado, e o Imperador resolveu prestar atenção ao que estávamos dizendo. O embaixador brasileiro que estava nos acompanhando, o Mendes Gonçalves, começou a entrar em pânico. Porque parece que não pode acontecer isso: lá se marca a hora e tem que sair. Mas nós também não podíamos sair com os dois me fazendo perguntas. Foi muito



*No baile da posse de JK na presidência da República,
Lucas Lopes, dona Ester (4ª) e John Coirim (5ª).*



*Lucas Lopes e dona Ester com
a Princesa e o Príncipe
Mikasa em recepção na
embaixada do Brasil em
Tóquio, em abril de 1958.*

engraçado. A Imperatriz afinal agradeceu muito a nossa visita, pois estava muito preocupada com a vinda do príncipe Mikasa ao Brasil. Depois de 40 minutos nos despedimos e fomos embora. O embaixador disse que nunca tinha acontecido aquilo, de alguém ficar conversando tanto tempo com o Imperador. Quebrou completamente o protocolo da história.

Mas essa longa conversa demonstra também como havia um desconhecimento dos imperadores em relação ao Brasil.

Ester Lopes - Completo. Acho que nem onde ficava o Brasil a Imperatriz sabia. De modo que a conversa foi muito proveitosa para ela, deixou-a mais tranqüila em relação à vinda do príncipe aqui. Mas há um outro detalhe que quero contar sobre a Imperatriz. Em nossa conversa, disse a ela que nunca tinha visto neve, pois aqui no Brasil não existia e eu nunca tinha viajado para a Europa no inverno. Nos despedimos, e tal, fomos para o hotel, e à noite fomos jantar num restaurante a convite de uns japoneses. Quando marcamos a viagem ao Japão, houve uma conversa enorme para escolher uma época em que não estivesse fazendo muito frio, em que o tempo estivesse bom. Mas quando saímos do restaurante, havia nevado! Os carros estavam cobertos de neve, e achei aquilo lindo. Nunca tinha visto, achei uma beleza. Pois no dia seguinte de manhã toca o telefone no quarto do hotel, e era a camareira da Imperatriz, dizendo que ela queria falar comigo. E ela me disse que tinha sido em minha homenagem que havia nevado no Japão, numa época em que não era para ter neve...

Quer dizer, a senhora conseguiu fazer de um simples encontro protocolar...

Ester Lopes - Uma amizade. Depois eles nos mandaram retratos autografados, tudo direitinho. Ficamos amigos. Mas aquele telefonema me comoveu de uma maneira enorme. Achei tão gentil da parte dela lembrar que eu tinha dito que nunca havia visto neve! Tanto que nós íamos visitar uma montanha para eu ver a neve pela primeira vez. Ela se saiu com essa, e eu fiquei tão comovida que vocês nem podem imaginar.

No período do governo JKa senhora passou a ter uma vida social mais intensa ao lado do dr. Lucas no Rio?

Lucas Lopes - Nós tínhamos relacionamento com Juscelino, e Ester era muito ligada à Sara. As meninas também eram muito unidas: Diana, nossa filha, Márcia e Maristela.

Ester Lopes - Diana vivia no palácio. Viajava com a Sara e tudo. Era companheira da Maristela e da Márcia no Colégio Santa Úrsula.

E os meninos, onde estudaram?

Ester Lopes - Rodrigo foi do Santo Inácio, Chico era do Melo e Sousa, na avenida Copacabana. Nenhum deles teve dificuldades no colégio, nunca nos deram sustos. Todos os três foram bons alunos e graças a Deus hoje estão muito bem. De modo que a gente fica satisfeita.

O senhor falava da amizade de sua filha com as filhas de Juscelino.

Lucas Lopes - Diana, Márcia e Maristela foram criadas juntas. Diana vivia o tempo todo no palácio com Maristela. Quando Rodrigo começou a namorar a Maristela, eu já tinha saído do governo. Era um negócio meio complicado... A Maristela fugia de mim. Era muito engraçado, porque eu não sabia nada. Mas foi muito bom que eles tivessem tido esse relacionamento. Foi ótimo.

Ester Lopes - Foi ótimo mesmo. A Maristela é um amor, um encanto de moça. É uma pessoa que tem uma disposição fantástica. Está sempre fazendo coisas boas.

Lucas Lopes - Maristela é uma menina que deu ao JK e à família um centro fantástico de apoio. Ela tem uma grande capacidade de servir, de prestar atenção e fazer coisas fantásticas. É uma nora e tanto, Rodrigo está muito bem casado. É uma menina de grande capacidade, inteligência brilhantíssima. É arquiteta profissional. De vez em quando trabalha fazendo plantas.

Ester Lopes - Ela está sempre trabalhando em arquitetura. Para os amigos não cobra, faz de graça. Trabalha muito. Agora está fazendo um trabalho lindo na Produzir, uma casa ali na Real Grandeza, em frente do portão do cemitério. A gente fica encantada de ver as coisas que os artesãos fazem e levam para serem vendidas lá. Cada coisa linda.

Quando assumiu o Ministério da Fazenda, o dr. Lucas viveu momentos de grande tensão. Como isso repercutiu na vida familiar?



Lucas Lopes com os filhos Diana e Francisco.



*Dona Ester com os filhos
Francisco e Rodrigo.*

Ester Lopes - Ele sempre teve um gênio muito bom. Ficava muito aflito, mas não demonstrava. Eu ficava junto e procurava não piorar a situação. Dizia: “Não vai ser assim etc.”, essas coisas que mulher sempre diz. Acho que isso foi bom para ele, ajudou um pouco, porque ele estava muito tenso. Política é sempre assim.

O que a senhora passou a achar da vida pública depois que o dr. Lucas adoeceu em Caxambu?

Ester Lopes - Detestei. Achei que a vida pública era a pior coisa do mundo. Porque eu fiquei muito sozinha lá. Estávamos só os dois, ele teve o enfarte, não havia recurso algum, nada. A sorte do Lucas foi que o dr. Sarmiento Barata, que era muito amigo nosso, pegou o avião e foi para lá. O dr. Barata ia todos os dias ao Ministério da Fazenda para dizer ao Lucas que não fumasse. Mas ele estava numa hora difícil, com muita coisa para resolver, e o cigarro era um derivativo. Lá em Caxambu foi um horror: não tinha médico, não tinha radiografia, não tinha nada.

Lucas Lopes - Tinha médico, mas não tinha oxigênio na Santa Casa. Eu precisava de oxigênio e foram buscar um botijão na oficina da Rede Mineira, em Três Corações. A cidade estava realmente muito despreparada. Ainda por cima fomos para lá no inverno, fora de estação, de modo que não havia nada.

Ester Lopes - Ele foi justamente para descansar, porque estava se sentindo muito cansado. Fomos de automóvel, por um fim-de-semana, e ele estava bem. Deitou, dormiu e quando acordou estava com aquela crise. Ficamos lá uns dez dias sem poder voltar. Foi o dr. Barata quem nos trouxe de automóvel, direto para o hospital.

E depois o dr. Lucas foi se recuperando.

Ester Lopes - Aos poucos. Ele foi começando a sair, mas primeiro fez um repouso grande. Não foi tão rápido assim. Depois tudo se acertou de novo. Af Rodrigo e Maristela resolveram se casar, e foi aquela porção de coisas juntas. Mas Lucas resolveu tudo bem. Graças a Deus ficou bom e retomou a vida normal.

Ao casar com o dr. Lucas, a senhora o achava a melhor pessoa do mundo. Essa intuição se confirmou?

Ester Lopes - Confirmou. Lucas é um marido jóia, um profissional muito bom, muito inteligente. Também é muito mandão. Não é, dr. Lucas?

Lucas Lopes - Cabeça dura.

Ele é mandão em casa?

Ester Lopes - Mandão à beça. Não aceita conselho de jeito nenhum. Nossas brigas são só por isso. É aquilo que ele quer, e só.

Lucas Lopes - Não aceito sugestões de ninguém. Ela é que comanda tudo. Agora, quando diz “faça isso, faça aquilo”, não faço.

Como é que ela comanda tudo?

Lucas Lopes - Ela é que resolve se vamos jantar fora ou não, faz as reservas, decide se vamos passear. Ela é que é a dona da casa, e eu não tenho nenhuma interferência. Ela é que dirige.

Mas afinal, que conselhos são esses que o senhor não aceita?

Lucas Lopes - Quando ela diz: “Você devia vestir uma roupa mais agasalhada.” Não quero, não visto. Não me submeto. É a forma que tenho de mostrar a minha personalidade.

Mas foi dona Ester quem insistiu na mudança para o Rio de Janeiro na época da Comissão do Vale do São Francisco... E o senhor acabou aceitando a sugestão.

Ester Lopes - Para não parecer que fui eu que sugeri, ele deixa passar um pouco e depois aceita. No final eu ganho, não é, Lucas?

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- ABREU, Ovídio Xavier de, 86, 95
- ADORNO, Maurício Cattaneo, 268
- AGRIPINO FILHO, João, 200, 213, 238
- ALBERGARIA, Geraldo, 55
- ALBERTO, João
(ver BARROS, João Alberto Lins de)
- ALBUQUERQUE, Etelvino Lins de, 163
- ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de, 122
- ALBUQUERQUE, Odorico Rodrigues de, 121
- ALEIXO, Pedro, 41 - 2
- ALKMIN, José Maria, 83 - 4, 94, 128, 143 - 4, 178, 198 - 9, 215, 221 - 5, 230 - 4, 240, 242, 245, 248 - 9, 258, 260, 263, 266 - 7, 276, 290
- ALMEIDA, José Américo de, 210
- ALMEIDA, Miguel Álvaro Osório de, 173, 208, 270 - 1, 299, 305
- ALMEIDA, Rômulo Barreto de, 117, 125, 155 - 6, 160
- ALMEIDA, Sebastião Pais de, 64, 226, 229, 232, 250, 252 - 3, 256
- ALMEIDA FILHO, Zélio Toledo Pisa e, 287
- ALVES, Francisco de Paula Rodrigues, 38
- ALVES FILHO, Vítor da Silva, 175, 209, 272
- ALVIM, José Cesário Faria, 38
- AMARANTE, Alberto Pires do, 321
- AMARANTE, Ivone Pádua do, 321
- AMÉRICO, José
(ver ALMEIDA, José Américo de)
- ANDRADA, António Carlos Ribeiro de, 31, 41 - 3, 72, 84, 94
- ANDRADE, Carlos Calixto, 25
- ANDRADE, Izelinda Bretas de, 25
- ANDRADE, José Barreto de, 110
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 22, 39
- ANTUNES, Augusto Trajano de Azevedo, 198, 200 - 1, 212 - 3, 275, 278, 287
- ARAMBURU, Pedro Eugenio, 211
- ARANHA, Osvaldo Euclides de Sousa, 31, 34, 42, 117, 125, 145, 208, 210, 216 - 8, 245, 256, 258, 260

- ARAÚJO, Jaime, 274
 ARCHER, Renato
 (ver SILVA, Renato Bayma Archer da)
 AREY, Hawthorne, 180
 ARINOS, Guilherme, 120
 ASSIS, Pacheco de (coronel), 42
 ASSUNÇÃO (capitão), 34
 ATAÍDE, Aramis de, 205
- B**
- BACHA, Edmar, 256, 260 - 1, 300
 BALEEIRO, Aliomar de Andrade, 221, 257
 BARATA, Sarmiento, 330
 BARBOSA, Paulo de Almeida, 287
 BARBOSA, Teodoro Quartim, 254 - 5
 BARCELOS, Cristóvão de Castro, 92
 BARCELOS, Othon de Castro, 97
 BARCELOS, Temistocles, 97
 BARCELOS, Válder Peracchi, 163
 BARONI, Humberto, 130
 BARRETO, Alberto Deodato Maia, 290
 BARROS, Ademar Pereira de, 185
 BARROS, João Alberto Lins de, 74 - 6, 93
 BARUCH, Bernard, 250
 BASTOS, Abguar
 (ver DAMASCENO, Abguar Bastos)
 BASTOS, Fábio Valverde Rodrigues, 271
 BECKER, Adolfo, 245
- BERALDO, João Tavares Correia, 70, 89,
 95,97
 BERENHAUSER JUNIOR, Carlos, 109,
 202, 213
 BERMANN, Marshall, 183
 BERNARDES, Autur da Silva, 29 - 30, 35,
 39, 41 - 2, 59 - 60, 62, 64, 82, 84, 92,
 314
 BERNARDES FILHO, Artur da Silva, 62
 BERNARDO (padre), 28
 BERNSTEIN, Edward, 232
 BHERING, José Bretas, 130, 199
 BHERING, Mário Penna, 16, 46, 129 -30,
 158, 199
 BICALHO, Maurício Chagas, 130, 189, 267
 BILLINGS, Asa W. K., 139
 BITTENCOURT, Clemente Mariani, 69,
 203, 213, 218, 283, 288
 BOHAN, Merwin L., 118
 BOLIVAR, Simon, 210
 BOLOGNA, Ítalo, 49
 BORDEN, Henry S., 160
 BORGES, Tomás Pompeu Acióli, 160
 BORGHI, Hugo, 85
 BOUÇAS, Valentim Fernandes, 116, 118,
 124
 BRANCO, Catulo, 187, 211
 BRANDÃO, Cláudio, 28
 BRANDÃO, José (Juca), 46
 BRÁS, Venceslau
 (ver GOMES, Venceslau Brás Pereira)
 BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de,
 26, 40

BUENO, Jerônimo Coimbra, 121
BUFORD, Jack, 278
BULHÕES, Otávio Gouveia de, 12, 208,
211, 222, 226 - 7, 229, 257, 271, 282,
286
BURLAMAQUI, Jorge, 100, 121
BUSH, George, 307

C

CAFÉ FILHO, João, 56, 64, 91 - 2, 94, 96,
122 - 3, 145, 153, 160 - 165, 167, 177,
181 - 2, 205 - 6, 215 - 6, 218, 231, 291,
324
CAIADO, Emival Ramos, 214
CALÓGERAS, João Pandiá, 21, 23, 29, 39
CÂMARA, Enéias, 32
CÂMARA, Hélder Pessoa, 226
CAMARGO, 90
CAMPOS, Francisco Luís da Silva (Chico),
35, 83 - 4, 87, 94, 99
CAMPOS, Luís Filipe Gonzaga de, 23, 39
CAMPOS, Milton Soares, 40, 62, 73 - 4,
91 - 3, 109, 113, 127 - 8, 131, 148
CAMPOS, Roberto de Oliveira, 12, 116,
119, 124, 173 - 4, 177, 180, 184, 192,
208, 225, 229, 232, 234 - 5, 249, 252,
257, 267, 269 - 73, 276 - 7, 281 - 3,
288, 292, 297, 305, 310
CANTANHEDE, César, 109
CAPANEMA FILHO, Gustavo, 27, 35, 39,
40, 43, 62, 84, 87, 94, 164 - 5, 316
CARDOSO, Álvaro, 158

CARDOSO, Antônio Carlos, 121
CARDOSO, Dulcídio do Espírito Santo, 93
CARDOSO, Newton, 70, 92
CARDOSO, Vicente Licínio, 101, 122
CARLOS, Antônio
(ver ANDRADA, Antônio Carlos
Ribeiro de)
CARLI, Guido, 297 - 8
CARLSON, Reynold, 234, 257
CARMELO, Carlos
(ver MOTA, Carlos Carmelo de Vas-
concelos)
CARNEIRO, Otávio Augusto Dias, 173 - 5,
180, 192, 208, 222, 270 - 1
CARVALHO, Alberto Monteiro de, 21
CARVALHO, Daniel Serapião de, 60, 64
CARVALHO, José Guilherme de, 198
CARVALHO, Último de, 142, 286
CARVALHO FILHO, Antônio Balbino de,
210
CARVALHO JUNIOR, Horácio de, 224,
257, 274, 287, 290
CASASSANTA, Mário, 84
CASSEL, Ernest, 62
CASTELO BRANCO, Humberto de
Alencar, 40, 91 - 3, 95, 124, 140, 202,
208, 257, 280, 282, 288
CASTILHOS, Júlio de, 41
CASTRO, Aguinaldo Caiado de, 122
CASTRO, Álvaro Fúza de, 205
CASTRO, Cristóvão Leite de, 121
CASTRO, José Monteiro de, 88, 95 - 6,
162, 205

CAVALCANTI, Geraldo de Holanda, 270
 CHAMMA, Jorge, 275
 CHATEAUBRIAND, Assis
 (ver MELO, Francisco de Assis
 Chateaubriand Bandeira de)
 CHEVALIER, Maurice, 315
 CHURCHILL, Winston Leonard Spencer,
 209
 COELHO, Djalma Poli, 99 - 101, 121 - 2,
 204
 COELHO, Salalino, 205
 COELHO NETO, Breno Augusto, 246
 CORREIA, Domingos Faustino, 19
 CORREIA, Maria, 19
 CORREIA, Paulo Afonso Poock, 173, 208,
 226, 232, 234, 250, 254, 257
 COSTA, Canrobert Pereira da, 205
 COSTA, Fernando de Sousa, 85, 95
 COSTA, José Sarney, 309
 COSTA, Lúcio, 67
 COSTA, Paulo, 61
 COSTANZO, G.A., 249
 COTIA, Raul Fontes, 230, 234
 COTRIM, John Reginald, 53, 110, 113,
 129, 130, 140 - 1, 144, 158 - 9, 189,
 190 - 2, 222
 CROCKER, William, 53
 CRULS, Luís, 99, 121
 CUNHA, Olegário Mariano Carneiro da,
 265, 267
 CUNHA, Tristão Ferreira da, 196

D

DAMASCENO, Abguar Bastos, 259
 DANTAS, João de Sousa, 245, 260
 DANTAS, Marcos Clemente de Sousa, 217,
 256
 DANTAS, Raul de San Tiago, 207
 DARDOT, Maria de Nazaré, 27
 DARDOT, Max Emile Marcel Girard, 27
 DE GAULLE, Charles André Joseph Marie,
 209
 DELFIM NETO, Antônio, 242, 256 - 8,
 260 - 1, 282, 287
 DEODATO, Alberto
 (ver BARRETO, Alberto Deodato
 Maia)
 DE SANCTIS (professor), 133
 DIAS, Juventino, 69
 DOMINGOS, Guilherme Afif, 303
 DORNELLES, Ernesto, 170, 172, 207
 DORR II, John Van Nosteand, 198
 DREIFUSS, René Armand, 212, 276, 287
 DULLES, John Foster, 176, 178, 209
 DULLES JUNIOR, John Foster, 209
 DUNCAN, Gervásio
 (ver RODRIGUES, Gervásio Duncan de
 Lima)
 DUTRA, Eurico Gaspar, 62, 64, 85 - 7, 89,
 91 - 2, 94, 121 - 5, 152, 188, 205

E

EISENHOWER, Dwight D., 14, 176 - 9,
209 - 10
ESTENSORO, Victor Paz, 56

F

FAGNANI, Edgard, 53
FAGUNDES, Miguel Seabra, 205
FALCI, Renato, 129, 158
FARACO, Daniel Agostinho, 174, 208,
237 - 8, 290
FARQUHAR, Percival, 59 - 60, 62, 64, 198
FAYOL, Henri, 50, 63, 114
FERNANDES, Raul, 116, 124, 205, 215
FERRAZ, Otávio Marcondes, 105, 123,
133, 154, 160, 190
FERREIRA, Dnar Mendes, 142, 159
FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis
(Visconde de Ouro Preto), 41
FIGUEIREDO, Inar Dias de, 232, 258
FISCHER, Moreira, 109
FLORES, Jorge Oscar de Melo, 269, 281,
286
FONSECA, Manuel Deodoro da, 41
FONSECA FILHO, Olinto, 323
FONTES, Lourival, 117
FONTOURA, João Neves da, 31, 93, 116,
124, 177, 210

FORD, Henry, 50
FORTES, Crispim Jaques Bias, 38
FORTES, José Francisco Bias, 42, 62, 84,
87, 195, 212
FRAGOSO, Augusto Tasso, 99
FRANCO, Afonso Arinos de Melo, 38
FRANCO, Afrânio de Melo, 20, 38, 41
FRANCO, Virgílio Alvim de Melo, 34, 38,
42
FRANCO, Wellington Moreira, 308
FREITAS, Noé de, 153 - 4, 160
FRONDIZI, Arturo, 211
FUNARO, Dilson D., 230, 258
FURTADO, Celso Monteiro, 169, 171,
206 - 7

G

GALDEANO, Antonio Sanchez, 78, 258
GALVÃO, Otto, 315
GALVEIAS, Ernane, 273, 286
GAMA, Clóvis Salgado da, 213
GARCEZ, Lucas Nogueira, 153, 160
GAYER, Paulo, 278
GIANNETTI, Américo René, 26; 40, 113,
127, 131 - 3, 135 - 6
GIDE, Charles, 50, 63
GILSON, Iberê, 230
GOETHE, Johann Wolfgang von, 183
GOMES, Alaíde Lopes, 19, 26

GOMES, Anápio, 93
 GOMES, Augusto Maynard, 34, 42, 103
 GOMES, Eduardo, 33, 40 - 2, 85 - 6, 92,
 94 - 5, 205
 GOMES, Eduardo Silveira, 271
 GOMES, Francisco Magalhães, 195, 212
 GOMES, Geraldo, 313
 GOMES, José Carlos Ferreira, 26
 GOMES, Juvenal Osório, 257
 GOMES, Venceslau Brás Pereira, 39, 41,
 84
 GONÇALVES, Dercy, 321
 GONÇALVES, Mendes, 325
 GORBACHEV, Mikhail, 308
 GORCEIX, Claude Henri, 23, 39
 GORDON, Lincoln, 271, 286
 GOULART, João Belchior Marques, 31, 91,
 93 - 6, 124, 157, 159, 171, 178 - 80,
 207, 210, 212 - 3, 236, 241, 257,
 260 - 61, 282
 GRIFFIN, Walter Burley, 92
 GROSS, Guilherme, 28
 GUATIMOSIN, Gil, 40, 46
 GUDIN FILHO, Eugênio, 80 - 1, 93, 177,
 205, 211, 215 - 20, 222, 231, 256 - 8
 GUEDES, Oscar Espínola, 103
 GUIMARÃES, Antônio Mourão, 69, 129
 GUIMARÃES, Cristiano, 40, 121, 323
 GUIMARÃES, João Lima, 129
 GUIMARÃES, Napoleão Alencastro, 205
 GUZZO, Paulo, 242 - 3, 245, 261

H

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando,
 101, 122
 HARPER, John, 242
 HASSILIEV, Leonid, 118, 119
 HEIZELMANN, Hans Luiz, 110
 HELLER, Frederico, 247, 254,
 HITLER, Adolf, 74
 HOLLAND, Henry, 178 - 9
 HUMPHREY, George, 216, 279

I

INSULL, Samuel, 128, 157

J

JACOBSSON, Per, 249, 262 - 3
 JAFET, Ricardo Nami, 213, 220, 275
 JAGUARIBE, Hélio, 271
 JEVONS, William Stanley, 50, 63
 JOBIM, Danton Pinheiro, 257
 JOFFILY, José
 (v. MELO, José Joffily Bezerra de)
 JUL, Ana Maria, 242, 263

K

KAFKA, Alexandre, 257
 KAFURI, Jorge Filipe, 90, 272, 286
 KANT, Immanuel, 316
 KENNEDY, John Fitzgerald, 9, 184
 KEYNES, John Maynard, 81
 KLABIN, Israel, 270
 KNAPP, J. Burke, 118, 190
 KNUST, Olindo, 257
 KOGUT, 320
 KRÜGER, Válter José, 155
 KUBITSCHKEK, Juscelino
 (ver OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de)
 KUBITSCHKEK, Márcia, 284, 327 - 8
 KUBITSCHKEK, Sara Lemos, 90, 284, 313

L

LACERDA, Carlos Frederico Werneck de,
 91, 257, 260, 285
 LAFER, Horácio, 118 - 20, 125, 177, 210,
 256, 263
 LAMEIRÃO, José Chaves, 288
 LANARI, Amaro, 25, 35, 40, 46, 57, 94
 LANARI, Mariana Andrade, 25
 LANARI, Vera Lopes, 26
 LANARI JUNIOR, Amaro, 26, 195 - 196,
 319
 LATTINI, Sidney Alberto, 198, 213, 257
 LAUDARES, Alice Lopes, 18
 LAUDARES, Carlos, 18
 LAVENÈRE-WANDERLEY, Alberto
 Freire, 26
 LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson, 26,
 40
 LAVENÈRE-WANDERLEY, Zelia Lopes,
 26
 LAVRADOR, Fernando, 119, 131
 LEÃO, Mario Lopes, 153
 LEITE, Cleanto de Paiva, 160, 175, 209
 LEITE JUNIOR, Antônio Dias, 272, 286
 LEMOS, Luísa Gomes de, 313, 320
 LEONARDOS, Othon, 146
 LESSA, Davidoff, 108
 LESSA, Francisco de Sá, 200, 275
 LEVY, Herbert Victor, 238, 247, 259
 LIAIS, Emmanuel, 101, 122
 LILIENTHAL, David, 114
 LIMA, Álvaro Pereira de Sousa, 119, 210
 LIMA, Cândido Holanda, 190
 LIMA, Carmelita Negrão de, 313
 LIMA, Emílio Curtiss, 158
 LIMA, Evaldo Correia, 257
 LIMA, Francisco Negrão de, 210, 282, 288,
 313
 LIMA, Hermes, 207
 LIMA, Otacílio Negrão de, 313, 320
 LIMA, Paulo Tarso Flecha de, 166
 LIMA, Renato da Costa, 242, 260 - 1

- LIMA, Sebastião Dayrell de, 166
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José
Barbosa, 259
- LINHARES, José, 86, 90, 96
- LINS, Etelvino
(ver ALBUQUERQUE, Etelvino Lins de)
- LOBO, Aquiles, 47 - 8
- LODI, Euvaldo, 93, 125
- LONARDI, Eduardo, 211
- LOPES, Alfredo, 18
- LOPES, Ana Leocádia Machado, 17
- LOPES, Antônio Carlos, 17, 18
- LOPES, Cândido, 17
- LOPES, Eduardo, 18, 19
- LOPES, Estela Reis, 18
- LOPES, Ester de Pádua, 16
- LOPES, Francisco Antônio, 18, 38 - 9
- LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua,
284 - 5, 296, 308, 311, 314, 320, 328
- LOPES, Hélio, 26, 83
- LOPES, Ildfonso Simões, 18
- LOPES, IsoIda Correia, 18
- LOPES, João Antônio (João Marinheiro),
17
- LOPES, José, 17
- LOPES, Leonor, 17
- LOPES, Luiz Simões, 18, 282, 287
- LOPES, Maria da Conceição Mosqueira
(dona Filhinha), 24, 27, 315
- LOPES, Maria Gema Prates, 26
- LOPES, Marieta Machado, 19
- LOPES, Maristela Kubitschek, 284 - 5,
327 - 8, 330
- LOPES, Martiniana, 17
- LOPES, Nora, 23
- LOPES, Rodrigo, 20, 22, 26 - 8
- LOPES, Rodrigo Paulo de Pádua, 308 - 9,
311, 319 - 20, 328, 330
- LOPES, Umbelina Campos, 18
- LOPES FILHO, Francisco Antônio, 18,
20 - 1, 23, 29
- LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira,
91, 95, 205 - 6, 210, 215, 246
- LUCE, Clare Boothe, 254
- LUÍS, Washington
(ver SOUSA, Washington Luís Pereira de)
- LULA
(ver SILVA, Luís Inácio Lula da)
- LUSTOSA, Sílvio, 319
- LUZ, Carlos Coimbra da, 205
- LUZARDO, João Batista, 31
- ## M
- MACHADO, J. O., 57
- MACHADO, João Bina, 18
- MACHADO, José Rodrigues de Azevedo,
17
- MACHADO, Marina Lopes Campos, 26
- MACHADO, Percy Pinheiro, 110
- MACHADO, Raimundo Campos, 26
- MACIEL FILHO, José Sonres, 177, 210

- MACIEL, Olegário Dias, 32, 34, 40, 41 - 3, 46, 62, 82, 84
- MAFRA, Paulo, 131
- MAGALHÃES, Agamenon Sérgio de Godói, 25, 85, 95, 322
- MAGALHÃES, Juraci Montenegro, 93
- MAGALHÃES, Luís Cláudio, 131
- MAGALHÃES JUNIOR, Sérgio Nunes de, 241, 259 - 60
- MAMEDE, Jurandir de Bizarria, 182
- MANGE, Roberto, 49
- MARCONDES FILHO, Alexandre Machado, 105, 123, 133, 160, 190
- MARDEN, Orison Swett, 37, 43
- MARIANI, Clemente
(ver BITTENCOURT, Clemente Mariani)
- MARIANO, Olegário
(ver CUNHA, Olegário Mariano Carneiro da)
- MARIOSA, Luís, 19
- MARSHALL, George Catlett, 183, 209
- MARTINS, Gaspar Silveira, 29, 41, 62
- MARTINS, Jacinto Xavier, 269
- MARX, Roberto Burle, 67
- MATOS, Mário, 84
- MATOS NETO, Bernardino Correia de, 109, 115
- MAYNARD, Jorge Campos, 110
- MAZZILLI, Pascoal Ranieri, 322
- MEDEIROS, Luís, 31 - 2
- MEIRA, Lúcio Martins, 170, 172, 175, 194, 207 - 9, 223
- MELÃO, Sérgio, 281, 287
- MELO, Arnon Afonso de Farias, 257
- MELO, Carlos Vaz de, 41
- MELO, Clélia Vaz de, 41
- MELO, Fernando Afonso Collor de, 310
- MELO, Flausino Vaz de, 29
- MELO, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de, 240, 257, 260
- MELO, José Joffily Bezerra de, 259
- MELO, Luís Anhaia, 121 - 2
- MELO, Nelson de, 33, 276
- MELO, Taciano, 91
- MENDES, Antônio Teixeira, 110
- MENDES, Dnar
(ver FERREIRA, Dnar Mendes)
- MENDES, José, 191
- MENDES FILHO, Galdino, 110
- MENDES JUNIOR, Murilo, 191
- MENEGHETTI, Ildo, 154, 160
- MENICUCCI, Lourenço, 80
- MIKASA, 197, 327
- MONNET, Jean, 174, 208
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis, 34, 86
- MORAIS, João Batista Mascarenhas de, 205
- MORITZ, Henrique, 99
- MOSQUEIRA, Celuta Andrade, 21, 24 - 5, 29
- MOSQUEIRA, Francisco de Paula de Magalhães, 25
- MOTA, Carlos Carmelo de Vasconcelos, 86
- MOTA FILHO, Cândido, 205
- MOURA, Raul Soares de, 42, 62, 82

MOURA, Ricardo, 257
 MOURÃO FILHO, Olímpio, 169
 MUMFORD, Lewis, 114
 MURTA, Antônio Domício de Figueiredo,
 108
 MURTA, Celso Claro Horta, 143

N

NEHRU, Ari Jawāharlāl, 197
 NEVES, Antônio de Almeida, 26
 NEVES, Tancredo de Almeida, 26, 95, 128,
 145, 157, 210, 213, 232, 257 - 8
 NICOLAI, Oscar, 166
 NIEMEYER, Oscar, 67, 161
 NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 316
 NIXON, Richard Milhous, 178 - 9
 NOGUEIRA, Dênio Chagas, 208, 234, 257
 NORONHA, Francisco Afonso, 84, 131
 NOVAIS, Henrique de, 121
 NOVAIS, Manuel Cavalcanti, 101, 102

O

OLIVEIRA, Armando de Sales, 63, 42
 OLIVEIRA, Clodomiro de, 60
 OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de, 9 -
 15, 65, 67, 70, 73, 84 - 5, 90 - 3, 95 - 6,
 99, 101, 105, 113, 118, 121 - 2,
 127 - 9, 133, 137, 139 - 48, 156 - 7,
 160 - 71, 174, 176, 178 - 85, 191 ,

193 - 5, 198 - 20207, 210 - 14,
 219 - 23, 225 - 7, 229 - 39, 246,
 249 - 61, 263 - 7, 281 - 5, 288 - 93,
 295 - 7, 301, 303 - 6, 309, 313, 320,
 322 - 4, 327 - 8

OLIVEIRA, Nísio Batista de, 86
 OLIVEIRA, Oscar de, 198
 ONIGA, Teodoro, 271 - 2
 OROZCO, Eros, 194, 196, 208, 213, 271
 OSIOVICI, Oséas, 110

P

PACHECO, Gabriel Janot, 21
 PÁDUA, João, 66
 PÁDUA, Lafayette, 313
 PÁDUA, Lúcia Valadares, 66
 PARANAGUÁ, Otávio, 225, 232, 249
 PARENTE, Lauro, 55
 PARETO, Vilfredo Federico Damaso, 50,
 63
 PASCOAL, Guy Maria Vilela, 131
 PASSOS, Amélia Lemos, 313
 PASSOS, Celso Gabriel de Resende, 286
 PASSOS, Gabriel de Resende, 91, 259 - 60,
 286, 313
 PASSOS, John dos, 128
 PASTORE, Afonso Celso, 282, 288
 PAULA, Vicente Francisco de, 247
 PEÇANHA, Nilo Procópio, 92
 PEDREIRA, Jorge, 53

PEDREIRA, José Luís Bulhões, 175, 209, 306

PEDRO II, Dom, 23, 40 - 1

PEIXOTO, Ernâni do Amaral, 164, 206, 255, 264, 277

PEIXOTO, Floriano, 41, 122

PENA, Camilo, 131

PENA, José Ribeiro, 95

PENNA, Léo, 130, 158

PENIDO, Osvaldo Maia, 221, 257, 267

PEREIRA, Antônio da Silva, 158

PEREIRA, Jesus Soares, 155 - 6, 160

PEREIRA, Osny Duarte, 277, 287

PERÓN, Juan Domingo, 211

PESSOA, Epitácio Lindolfo da Silva, 29, 62, 101

PESSOA, José,
(ver ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de)

PIMENTA, Demerval José, 80, 195

PINHEIRO, Israel
(ver SILVA, Israel Pinheiro da)

PINHEIRO, João
(ver SILVA, João Pinheiro da)

PINHEIRO, João Batista, 173 - 5, 178 - 80, 199, 208, 210

PINHEIRO FILHO (professor), 39

PINTO, Carlos Alberto de Carvalho, 244, 256 - 8, 260 - 61

PINTO, Clóvis, 313

PINTO, Francisco Pereira, 109, 274

PINTO, José de Magalhães, 95

PINTO, Maria Luísa, 313

PINTO, Mário Abrantes da Silva, 198, 269 - 70, 273

PINTO, Olavo Bilac Pereira, 88, 96

PIO, João (monsieur), 32

POINCARÉ, Raymond, 47

POMPEU, Joaquina do, 65

PORTINARI, Cândido Torquato, 67

PORTO, José Costa, 205

PORTUGAL, Afonso Henrique Furtado, 110

PRADO, João Ademar de Almeida, 287

PRATES, Diana Lopes, 298, 320, 327 - 8

PRESTES, Júlio de Albuquerque, 21, 39, 42

PRESTES, Luís Carlos, 30, 41, 241 - 2

Q

QUADROS, Jânio da Silva, 63, 84, 91, 210, 246, 257, 261 - 2, 283

QUADROS, João Everton, 158

QUEIRÓS, Paulo Peltier de, 103

QUEIRÓS, Plínio de, 121

R

RACHE, Pedro Demóstenes, 32, 42

RAMOS, Nereu de Oliveira, 91, 163, 168, 205 - 6

RAMOS, Rodrigo Otávio Jordão, 163, 164, 205

RANGEL, Inácio de Mourão, 160

- RAO, Vicente Paulo Francisco, 210
 RATZEL, Friedrich, 97
 REAGAN, Ronald Wilson, 301, 307
 REALE, Garibaldi, 261
 REBOUÇAS, Osmundo, 309
 REIS, Benedito Brandão, 88
 RESENDE, Otto de Oliveira Lara, 32
 RHEINGANTZ, Oscar, 19
 RIBEIRO, Casimiro Antônio, 173, 208,
 229, 232, 234, 249, 250 - 1, 254, 258
 RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa, 38
 RIBEIRO, Paulo de Assis, 109, 111
 RIO, José Pires do, 23, 38
 ROCHA, Francisco Brochado da, 208
 ROCHA, Marta, 324
 ROCHA FILHO, Antônio Geraldo, 114,
 123, 221
 ROCKEFELLER, David, 254
 RODRIGUES, Gervásio Duncan de Lima,
 205
 ROMAGNELLI, Jack, 53
 RONDON, Cândido Mariano da Silva, 29
 ROOSEVELT, Franklin Delano, 9, 11, 80,
 94, 209
 ROSTOW, Walt Witman, 204, 213
 RUBIÃO, Murilo, 76, 93, 317
- S**
- SABINO, Fernando Tavares, 32, 317
 SALES, Apolônio Jorge de Farias, 108, 123
 SALES, Armando
 (ver OLIVEIRA, Armando de Sales)
 SALES, Eurico de Aguiar, 208, 258
 SALES, Francisco Antônio de, 314
 SALES, Walter Moreira, 267, 232, 252, 264
 SAMPAIO, José da Silveira, 322
 SANTOS, Cristóvão Colombo dos, 23
 SANTOS, João de Oliveira, 242
 SANTOS, Lúcio, 23
 SARNEY, José
 (ver COSTA, José Sarney)
 SAUER, Walter, 179
 SCHETINO, Ranulfo, 109
 SCHMIDT, Augusto Frederico, 192, 212,
 253, 255, 282
 SCHNEIDER, Carlos, 184
 SEABRA, José Rodrigues, 93, 109, 111 - 2,
 128, 158
 SEABRA, Licínio Marcelo, 131
 SEREBENIK, Salomão, 110
 SETTE, Luís Paulo Lindemberg, 173, 208,
 270
 SILVA, Antônio Melo e, 158
 SILVA, Artur da Costa e, 91, 288
 SILVA, Édison Álvares da, 158
 SILVA, Edmundo de Macedo Soares e, 287
 SILVA, Edmundo Pena Barbosa da, 184,
 211, 232
 SILVA, Elieser Batista da, 213
 SILVA, Flávio Henrique Lira da, 130
 SILVA, Geraldo Ildefonso Mascarenhas da,
 146
 SILVA, Gerson Augusto da, 257

SILVA, Golberi do Couto e, 281
SILVA, Hélio de Macedo Soares e, 277
SILVA, Israel Pinheiro da, 51, 59, 61, 63,
65 - 6, 68 - 9
SILVA, João Pinheiro da, 18, 20, 38
SILVA, Luís Inácio Lula da, 303 - 4
SILVA, Maurício Joppert da, 92, 275
SILVA, Nelson César Pereira da, 158
SILVA, Renato Bayma Archer da, 259
SILVA, Sebastião de Santana e, 257
SILVA, Vítor
(ver ALVES FILHO, Vítor da Silva)
SILVEIRA, Álvaro, 23
SILVEIRA, José Roberto Franco da, 268
SIMÕES FILHO, Ernesto, 210
SIMONSEN, Mário Henrique, 272, 286
SIMONSEN, Roberto Cochrane, 21, 29, 38,
50, 55, 63, 80 - 1, 93 - 4, 125, 271
SIMONSEN JUNIOR, Roberto Cochrane,
55
SISMONDI, Jean Charles Léonard de, 50,
63
SOARES, José Carlos de Macedo, 94
SOARES, José Eduardo de Macedo, 257
SOARES, Júlio, 144, 159, 165 - 6
SOARES, Raul
(ver MOURA, Raul Soares de)
SOUSA, Antônio José Alves de, 114
SOUSA, Casper de, 198, 270
SOUSA, Francisco Xavier Rodrigues de,
121
SOUSA, Geraldo H. de Paula e, 121
SOUSA, Lindolfo Teodoro de, 39

SOUSA, Washington Luís Pereira de, 31,
33, 38 - 9, 41 - 2, 45
SPENGLER, Oswald, 317
SUAZO, Hernán Siles, 56
SYMALA, Pedro, 28

T

TAVARES, Pedro Laborne, 88
TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernan
des, 68, 92, 164, 205, 231
TAYLOR, Frederick Winslow, 50, 63
TEIXEIRA, Glycon de Paiva, 124
TEIXEIRA, José de Freitas, 26 - 27
TEIXEIRA, Maria do Carmo Lopes, 26
THATCHER, Margaret, 307
THIBAU, Mauro, 110, 113, 129 - 30, 158,
274
TIRADENTES
(ver XAVIER, Joaquim José da Silva)
TORRES, Ari Frederico, 49, 63, 74, 116,
119, 124, 177, 287
TORRES, José Garrido, 226 - 7, 234, 252
TORRES FILHO, Artur Eugênio Magari
nos, 121
TOSTA FILHO, Joaquim Inácio, 208, 226,
232, 258
TRUMAN, Harry S., 9, 176
TRUSLOW, Francis Adam, 118

V

- VAGLER (professor), 110
- VALADARES, Benedito Ribeiro, 9, 38, 46, 62, 64, 65 - 70, 72 - 3, 75, 77, 83 - 91, 95, 131, 142, 148, 260, 289 - 90, 320, 322
- VALE, Edmundo Jordão Amorim do, 205
- VARGAS, Benjamin Dornelles (Bejo), 86, 94
- VARGAS, Getúlio Dornelles, 12, 24, 34 - 5, 38 - 41, 62, 67, 83 - 6, 79, 90, 94 - 5, 99, 117, 122, 124 - 5, 145 - 7, 150, 152, 154, 156 - 7, 159 - 61, 165, 167, 177, 182, 186, 193, 205, 207, 209 - 10, 216, 218, 236 - 7, 259
- VARGAS, Protásio Dornelles, 38
- VARGAS, Viriato Dornelles, 38
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo, 100, 122
- VASCONCELOS, Caetano, 158
- VAZ, Rubens Florentino, 257
- VELOSO, Haroldo Coimbra, 288
- VIANA, Fernando Melo, 31, 42, 274 - 5, 287
- VIANA, José de Segadas, 210
- VIDIGAL, Gastão de Bueno, 287
- VIEIRA, Luís Augusto da Silva, 121
- VILARES, Luís Dumont, 174
- VIOLA, Arquimedes, 131
- VITAL, João Carlos, 93
- VOGT, William, 114

W

- WALRAS, Marie Esprit Léon, 63
- WALTHER, Léon, 49
- WAUGH, Samuel C., 180 - 1, 183
- WEIL, Kurt, 255
- WEISS, Segismundo, 146
- WEST, Robert Kirby, 61
- WHATELY, Alberto, 57
- WHITAKER, José Maria, 231, 258
- WINKLER, Noé, 230, 234

X

- XAVIER, Joaquim José da Silva, 22, 214, 283

impresso nas oficinas
da Imprinta Gráfica e Editora Ltda.,
à Rua João Romariz, 285 - Rio de Janeiro.

Centro da Memória da Eletricidade no Brasil

**MEMÓRIA DA
ELETRICIDADE**